

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

2012



Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das
Comissões de Proteção de Crianças e Jovens



2012

Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco

Índice

| | |
|-------------------------------------------------------------|-----------|
| I – APOIO LOGÍSTICO | 15 |
| Instalações e mobiliário..... | 15 |
| Equipamento informático | 17 |
| Outros equipamentos de telecomunicações..... | 19 |
| Viatura para deslocações | 20 |
| Apoio administrativo | 21 |
| Apoios complementares disponibilizados pelo Município | 21 |
| Fundo de Maneio | 25 |
| | |
| II - MODALIDADE ALARGADA | 28 |
| Constituição | 29 |
| Composição | 30 |
| Organização da comissão alargada das CPCJ..... | 33 |
| Projeto Tecer a Prevenção..... | 37 |
| Instrumentos Orientadores da ação das CPCJ..... | 39 |
| Balanço da atividade das CPCJ | 41 |
| | |
| III - MODALIDADE RESTRITA | 47 |
| Composição da restrita..... | 47 |
| Competência e Funcionamento da comissão restrita | 55 |
| Presidência das CPCJ | 58 |
| Secretário | 61 |
| Organização do trabalho processual | 63 |
| Utilização da aplicação informática | 69 |

IV – ATIVIDADE PROCESSUAL 75

| | |
|--------------------------------------------------------------|-----|
| Fluxo processual Global..... | 75 |
| Análise da distribuição geográfica do volume processual..... | 84 |
| Entidades Sinalizadoras..... | 89 |
| Modalidade de contacto das Sinalizações..... | 94 |
| Caracterização das crianças e jovens..... | 95 |
| Enquadramento Socioeducativo e Caracterização escolar..... | 105 |
| Caracterização do agregado..... | 107 |
| Situações de Perigo..... | 119 |
| Medidas..... | 133 |
| Análise dos processos arquivados..... | 144 |
| Arquivamento na fase de Análise preliminar..... | 144 |
| Arquivamento após o início da intervenção da CPCJ..... | 147 |
| Remessa a Tribunal, a outra CPCJ ou a outras entidades..... | 150 |

V – ARTICULAÇÃO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO..... 159

| | |
|-----------------------------------------|-----|
| Interlocutor do Ministério Público..... | 159 |
|-----------------------------------------|-----|

VI - ARTICULAÇÃO DA CNPCJR E DAS CPCJ 166

| | |
|---------------------------------------------|-----|
| Encontro Anual..... | 167 |
| Instrumentos de apoio..... | 167 |
| Acompanhamento presencial e telefónico..... | 169 |
| Site da CNPCJR..... | 170 |
| Formação proporcionada pela CNPCJR..... | 172 |



Nota Preambular

1. O Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ no ano de 2012, que agora se apresenta, corresponde ao cumprimento de um original dever legal, instituído desde 1991, que as CPCJ sempre possibilitaram seja cumprido, numa demonstração de exemplar sentido de serviço e de correta interiorização cultural e cívica do valor da avaliação e da sua apresentação e discussão pública.

Interiorizando bem as vantagens de um conhecimento, tão próximo quanto possível, e conseqüente avaliação, da realidade que determina a sua intervenção, as CPCJ têm demonstrado igual empenho na recolha e transmissão de elementos para a elaboração de relatórios de avaliação com a nova periodicidade estabelecida em 2012, primeiro semestral e agora já trimestral, por sugestão de sua Excelência o Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social.

2. O relatório respeitante ao ano de 2012 revela progressos qualitativos e quantitativos da intervenção das CPCJ e mostra o esforço muito apreciável que ainda se impõe para que se lhes proporcionem os meios e apoios que o seu exigente trabalho reclama com vista a prosseguirem o seu objetivo, irrecusável e por elas sempre assumido com indesmentíveis empenho e sentido de missão, de um contínuo aperfeiçoamento na sua ação preventiva e reparadora.

Constitui, por outro lado, um contributo relevante para o conhecimento da natureza, amplitude e evolução das problemáticas que colocam em risco ou perigo a concretização dos direitos das crianças, bem como sobre as respostas que a intervenção possibilita e efetiva.

Proporciona assim elementos muito significativos em vários domínios:

- A avaliação fundamentada e cuidada do sistema de promoção e proteção;

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

- O apoio às já numerosas investigações desenvolvidas por várias instituições universitárias, com efeitos muito positivos na promoção do conhecimento nesta área e no aprofundamento de uma nova cultura da criança como Sujeito de direito, chamando ao sistema novas gerações especialmente qualificadas;
- O estímulo a responsabilidades, políticas, estratégias e ações consonantes com a «mensagem» da realidade e o «olhar» do conhecimento.

Para além dos progressos que o relatório revela, nomeadamente no que diz respeito ao aprofundamento da caracterização das situações e da correspondente intervenção, há que assinalar o salto muito significativo no que respeita à interiorização pelas CPCJ da essencialidade do exercício das atribuições da sua modalidade alargada, quer como fundamento da sua legitimidade, quer como retaguarda atenta ao apoio á modalidade restrita, quer na sua explícita e essencial atribuição de contribuir para promover uma indispensável cultura de prevenção, estimulando uma constante intencionalidade preventiva, traduzida em projetos sistémicos de prevenção universal e de prevenção seletiva ou indicada, fundados em diagnóstico rigoroso e participado e na conceção de um plano plurianual monitorizado e avaliado. Sempre em estreita cooperação com todas as instituições da comunidade local, nomeadamente o Município e a Rede Social, contribuindo, como o sistema preconiza, para o aprofundamento, no que respeita à criança, da importantíssima visão social dessa Rede, necessariamente «macro».

O Relatório constitui assim mais um instrumento de trabalho no conjunto de projetos e ações cujo aperfeiçoamento constantemente se impõe no irrecusável trajeto imposto pela aquisição civilizacional resultante do reconhecimento da criança como Sujeito de direito.

S

umário Executivo

No ano de 2012 o apoio logístico prestado às CPCJ ao nível da qualidade das instalações apresenta valores semelhantes aos registados em anos anteriores com algumas variações percentuais e numéricas quando comparados com os anos anteriores,

Ao nível do mobiliário disponível verifica-se uma ligeira melhoria, igualmente registada na opinião que as CPCJ têm sobre a possibilidade de o mesmo garantir a confidencialidade dos processos.

Ainda que todas as CPCJ disponham de computador, verificam-se ainda insuficiências, nomeadamente no que respeita a alguns casos de utilização de computadores partilhada com outros serviços, o que é incompatível com o carácter reservado dos processos, e à dotação de cada comissão com o número de computadores indispensável ao processamento célere dos respetivos procedimentos.

O acesso à internet é assegurado às CPCJ e o mesmo se regista com o uso de caixa de correio eletrónico. O uso de uma página Web para a divulgação da ação da CPCJ mantém-se ao nível registado em anos anteriores. A utilização do telefone exclusivo, por outro lado regista um ligeiro decréscimo, enquanto o uso de telemóvel é referido por uma maior número de CPCJ como tendo sido mais facilitado.

A opinião das CPCJ sobre a utilização de viatura cedida pelo Município é muito positiva, apesar de uma ligeira diminuição do grau de satisfação das CPCJ a respeito da cedência deste apoio.

Pese embora estas opiniões positivas, as CPCJ referem algumas necessidades por satisfazer: Apoio Administrativo; Apoio técnico; Viatura de uso exclusivo, Equipamento Informático suficiente; Instalações Próprias; Melhoria de instalações e mobiliário; Telemóvel; Telefone e fax privativos.

No ano de 2012 exerceram funções nas CPCJ 4795 Membros.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

A presidência da CPCJ foi, tal como em anos anteriores, assumida, maioritariamente, por Membros em representação do Município, enquanto que as funções de secretário por Membros cooptados. Ao nível da formação académica predomina a formação nas áreas do Serviço Social e da Pedagogia.

À semelhança de outros anos, também no ano de 2012 a forma de organização da modalidade alarga mais escolhida, para o desenvolvimento da sua atividade, foi por grupos de trabalho dirigidos a assuntos específicos, destacando-se, entre outros, a Sensibilização/divulgação do trabalho e a elaboração do plano anual.

A periodicidade das reuniões da Comissão Alargada legalmente instituída (de 2 em 2 meses) é cumprida e superada por cerca de metade das Comissões de Proteção.

À semelhança de anos anteriores, as reuniões plenárias da Comissão Alargada têm lugar em horário laboral.

É positivo registar que a quase totalidade das CPCJ dispõe de regulamento interno e de plano de ação, aprovados em sede de reunião plenária da Comissão Alargada. Mais uma vez se regista que aumentou o número das Comissões que dispõem de instrumento de planeamento (plano de ação).

As CPCJ identificam várias vantagens na elaboração do plano de ação, destacando-se a maior visibilidade da CPCJ junto da Comunidade, e a maior sensibilização da comunidade para a problemática das crianças e jovens em risco e em perigo, a visibilidade das CPCJ junto da comunidade e o maior comprometimento dos membros da CPCJ.

Em 2012, dos 4795 membros que compõem as CPCJ a 31 de Dezembro, **2443 (50,9%) integram também à modalidade restrita** das Comissões de Proteção.

No ano de 2012 regista-se que apenas 17,5% (53) das CPCJ têm na composição da modalidade restrita as 5 valências indicada na lei, um ligeiro decréscimo em comparação com 2011, onde correspondia a 20,8% (59). Em 46,4% das CPCJ (140) estão presentes 4 dessas 5 valências, em 27,5%(83) existem 3 das valências, em 5,6%(17) existem apenas 2 valências e em 3,0%(9) apenas uma.

Analisando o número de horas semanal disponibilizado aos membros da modalidade restrita, verificamos que a maioria, 58,9% (1439 membros), dispõem de **7 horas semanais ou menos**. Em menor proporção surgem os elementos que dispõem entre **8-14 horas** 15,9% (388), os que dispõem entre **15-21 horas**, representando 15,8%

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

(387) do total. Um número reduzido de elementos, 1,5% (37), dispõe entre **22-28 horas**, enquanto 7,9% (192) tem disponível entre **29 a 35 horas** para o trabalho na modalidade restrita.

Representando-se a si próprios os **Elementos cooptados**, predominam em todos os escalões de disponibilidade horária, à excepção do das 15 as 21 horas onde predomina a representação da Educação.

O regime de funcionamento em permanência é uma exigência legal tendo em conta a eventual necessidade de intervenção em situações de emergência. Os meios utilizados pelas CPCJ para garantir o funcionamento neste regime foram os seguintes: 57,3% (168) das CPCJ o uso de telemóvel; 32,1% (94) das CPCJ através do sistema de voice mail - possibilidade de deixar mensagem gravada; 7,5% (22) através do sistema de voice mail com reencaminhamento de chamadas para entidades de primeira linha, nomeadamente GNR, PSP, Linhas de Emergência e Hospitais/Centros de Saúde; 3,1% (9) outras formas.

O cargo de presidente da CPCJ foi maioritariamente (54,1%;165) exercido por membros que representam o município, enquanto que, o de secretário, por Membros cooptados.

Em 2012 a maioria das CPCJ, 93,6% (279) reuniu com a periodicidade mínima requerida por lei, um ligeiro aumento em comparação com o ano de 2011, onde correspondia a 92,61% (263) das CPCJ.

No ano de 2012 a organização do trabalho processual realizado no âmbito da modalidade restrita privilegiou a figura do gestor/coordenador de caso, representando 66,4% (198) dos modelos de organização utilizados pelas CPCJ.

No ano de 2012 as CPCJ **acompanharam** (Volume Processual Global) **69007 processos**, dos quais **arquivaram 33379**. No final do ano permaneciam **ativos** (transitaram para 2013) **35628 processos**.

O número de processos ativos no final do ano de 2012 diminuiu (**menos 1081 processos que em 2011**), contribuindo decisivamente para esta diminuição o aumento dos processos arquivados. Foi no entanto possível verificar, através das diligências feitas pela Comissão Nacional após a receção dos dados das CPCJ, que, à semelhança do ano de 2011, o número de arquivamentos caracterizados na aplicação informática não traduz a totalidade das decisões de arquivamento, pelo que podemos adiantar com algum grau de certeza que o valor de arquivamentos apresentado no quadro é inferior ao real. A explicação para estas diferenças reside

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

na não coincidência do momento em que é deliberado o arquivamento do processo e a sua transcrição para aplicação informática.

No ano de 2012 o volume processual global totalizou **69.007 processos**, mais **1066** do que no ano de 2011.

Em 2012 **transitaram de anos anteriores 33 605 processos**, o que representa um valor inferior à soma dos processos instaurados e reabertos no ano em avaliação (Instaurados + reabertos = 35402).

Importa referir que se mantém a tendência de decréscimo iniciada em 2011, sendo o **número de processos transitados para 2012 inferior ao do ano anterior**, registando-se **menos 638 processos**.

Em 2012 foram instaurados **29.149 processos de promoção e proteção**, valor que traduz um aumento de 1202 processos em relação àquele verificado em 2011 (27 947).

Importa realçar que **no ano de 2012 todas as crianças e jovens passaram a estar abrangidas pelo aumento da escolaridade obrigatória até ao 12º ano/18 anos de idade**, fato que se traduz no aumento do universo, quer de jovens, quer de situações de perigo, designadamente aquelas que comprometem o direito à educação, suscetíveis de determinar a intervenção das CPCJ.

Quando analisamos as **problemáticas sinalizadas às CPCJ no ano de 2012** e a cruzamos com a **idade das crianças /jovens** verificamos que, **em 2012**, foram **instaurados 2537** processos de promoção e proteção **a jovens com mais de 15 anos por situações que comprometem a concretização do Direito à Educação** (Abandono, Absentismo e Insucesso Escolar), enquanto que, em 2011, o número de jovens do mesmo escalão etário sinalizados pelo mesmo motivo foi de **1708**.

Se tomarmos em consideração apenas esta problemática e este escalão etário (que constituem, em conjunto, o âmbito objetivo e subjetivo da medida de alargamento da escolaridade obrigatória) **verificamos que foram instaurados mais 829 processos de promoção e proteção** que no ano de 2011.

Em 2012, e pela primeira vez, é possível diferenciar, de entre os **processos instaurados**, aqueles que correspondem a **novas situações de perigo** daqueles que resultam de **transferências de processo** entre CPCJ determinados pela modificação da competência territorial.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Assim, dos **29149 processos** de promoção **instaurados** no ano de 2012, **27050** correspondem a **novas situações de perigo** que determinaram a intervenção das CPCJ, e, **2099 a transferências** de processos entre CPCJ em consequência da modificação da competência territorial. Os **2099 processos transferidos** entre CPCJ representam 7,2% do número de processos instaurados em 2012.

Assinale-se, em 2012, a **reabertura de 6253 processos**. Este número traduz um aumento de 502 processos (8,7%) face ao número verificado no ano anterior. À semelhança do que foi referido para os processos instaurados, também se verifica o aumento significativo de processos reabertos no escalão etário ≥ 15 anos (+ 480 processos).

Em 2012 as entidades com maior número de comunicações de situações de perigo às Comissões foram, por ordem decrescente, as seguintes: **Estabelecimentos de Ensino** (24,1%; 8577 sinalizações); **Autoridades Policiais** (19,9%; 7086), **Pais/cuidadores** (8,9%; 3168) e as **CPCJ** (7,3%; 2579).

Assinalam-se as seguintes alterações significativas nos escalões etários das crianças acompanhadas pelas CPCJ no ano de 2012:

a) Reordenamento da posição dos escalões etários mais representativos:

- Em 2011: 11-14; 0-5; 6-10; 15-21

- Em 2012: 15-21; 11-14; 0-5; 6-10

O escalão etário 15-21 anos passa do escalão menos representativo das crianças ou jovens com processos acompanhados pelas CPCJ no ano de 2011 para o mais expressivo em 2012.

b) O escalão etário 15-21 quase que duplica o valor registado em 2011 (10 954) – mais 9770 jovens.

Considerando apenas as **crianças e Jovens com processos instaurados caracterizadas quanto à idade e sexo (28831;98,9%)**, é o escalão etário dos 0 aos 5 anos que está mais representado, seguido pelos escalões etários dos 11 aos 14 anos, 15 aos 18 e 6 aos 10.

Das 69007 crianças acompanhadas, as CPCJ identificaram 990 (1,4% do total) em **situação de deficiência**.

as situações de perigo sinalizadas às Comissões de Proteção incidem, maioritariamente, em cinco problemáticas: **Negligência** 30% (20902)); **Exposição a**

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

modelos de comportamento que possam comprometer a saúde, segurança, bem estar e desenvolvimento da criança 23% (16028); **Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação** 15% (10447), os **Mau trato físico** 6,3% (4402) e o **Mau trato psicológico ou indiferença** 5,3% (3716). Comparando estes valores com aqueles ocorridos em 2011 verifica-se que:

- Diminui a expressão percentual da **Negligência** (33,1%; 22696 em 2011);
- Aumenta a expressão percentual da **Exposição a modelos de comportamento que possam comprometer a saúde, segurança, bem estar e desenvolvimento da criança** (18,9%;12974 em 2011);
- Nas **Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação** verifica-se o aumento percentual e absoluto do número de casos (14,2%; 9737 em 2011);
- Aumenta significativamente o numero de casos em que a **Criança/Jovem assume comportamentos que afectam o seu bem estar** (5,5%;3785 em 2011)
- Ao nível dos **Maus tratos psicológicos / abuso emocional** diminuiu significativamente a sua expressão percentual e numérica (9,4%; 6413 casos em 2011);
- No que respeita aos **Maus-Tratos Físicos**, diminuiu a expressão precentual desta problemática (7,0% em 2011)

No ano de 2012 a **Exposição a modelos de comportamento que possam comprometer a saúde, segurança, bem estar e desenvolvimento da criança** foi pela primeira vez a situação de perigo mais sinalizada às CPCJ (**Processos Instaurados**), atingindo os **27%** (7896). Em 2011 esta categoria ocupava a segunda posição correspondendo a 21,1% (5873) dos casos. A **Negligência**, situação de perigo mais sinalizada nos últimos anos, representa, em 2012, **25,1%** (7292).

Seguem-se por ordem decrescente: as **Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação** 15,9% (4643), **Criança/Jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar** 10,9% (3177), **Outras situações de Perigo** 5,7% (16623) e o **Mau trato físico** 6,1% (1777).

Em 2012 foram aplicadas ou estiveram em execução **32725 medidas de promoção e proteção**. Este valor, quando comparado com o verificado em 2011 (30574), traduz um trabalho muito significativo das CPCJ (+2151 medidas).

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

A grande maioria das medidas, 89,5% (29264), correspondem a **medidas em meio natural de vida**, enquanto as **medidas de colocação** representam 10,5% (3461).

No ano de 2012, de um total de 69007 processos acompanhados, **as CPCJ arquivaram 33379 processos** (48,4% do volume processual global).

Em 2012 a **solicitação de apoio técnico** foi o principal motivo de contato entre as CPCJ e o Ministério Público, representando 82,9% (247) do total de contatos

Todas as CPCJ têm designado um interlocutor do Ministério Público. No entanto 28 (9,4%) CPCJ assinalam não ter ou desconhecer a existência deste magistrado, destas 8 CPCJ referem não ter sido designado, ou não ter conhecimento da designação do novo interlocutor após a saída do anterior

A maioria das CPCJ (83,6%; 249) considera suficientes os contactos mantidos com o Ministério Público durante o ano de 2012.

A maioria das CPCJ, 93,9% (277), tem uma opinião positiva relativamente ao acompanhamento prestado pela CNPCJR, opinião que revela melhoria face aos anos anteriores, em 2011 - 84,9% e em 2010 – 84,9%.

I

APOIO

LOGISTICO

I – APOIO LOGÍSTICO

Cabe ao município, nos termos da Lei, assegurar o apoio logístico necessário ao funcionamento da CPCJ. Esse apoio traduz-se, nomeadamente, na cedência de instalações, disponibilização de apoio administrativo assim como de outros meios necessários à garantia da qualidade da intervenção.

Artigo 14.º Apoio logístico

1 - As instalações e os meios materiais de apoio, nomeadamente um fundo de maneiio, necessários ao funcionamento das comissões de protecção são assegurados pelo município, podendo, para o efeito, ser celebrados protocolos de cooperação com os serviços do Estado representados na Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco.

2 - O fundo de maneiio destina-se a suportar despesas ocasionais e de pequeno montante resultantes da acção das comissões de protecção junto das crianças e jovens, suas famílias ou pessoas que têm a sua guarda de facto.

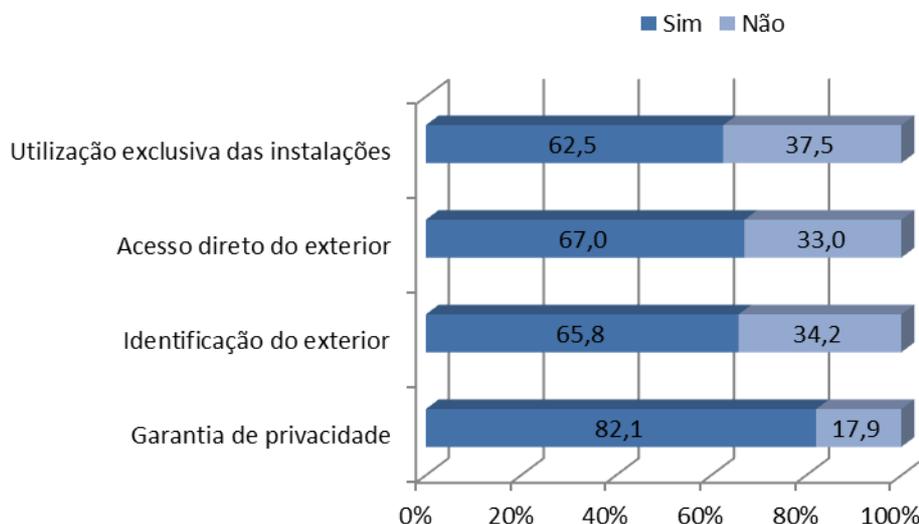
O Estado co-responsabiliza-se pelo cumprimento desta obrigação transferindo verbas nos termos do Protocolo de Cooperação celebrado com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (Despacho conjunto n.º 562/2001, de 22 de junho). São critérios para o cálculo da verba atribuída pelo Estado a população residente no concelho com idade inferior a 15 anos e o volume processual de cada Comissão

Instalações e mobiliário

As CPCJ avaliaram as suas instalações segundo o tipo de utilização, a acessibilidade, a forma como estão identificadas no exterior e a garantia de privacidade de quem contacta com a CPCJ.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Gráfico nº 1 Condições oferecidas pelas instalações utilizadas pelas CPCJ (%)



CPCJ que não responderam por ordem de posicionamento no gráfico: 9,6,5,4

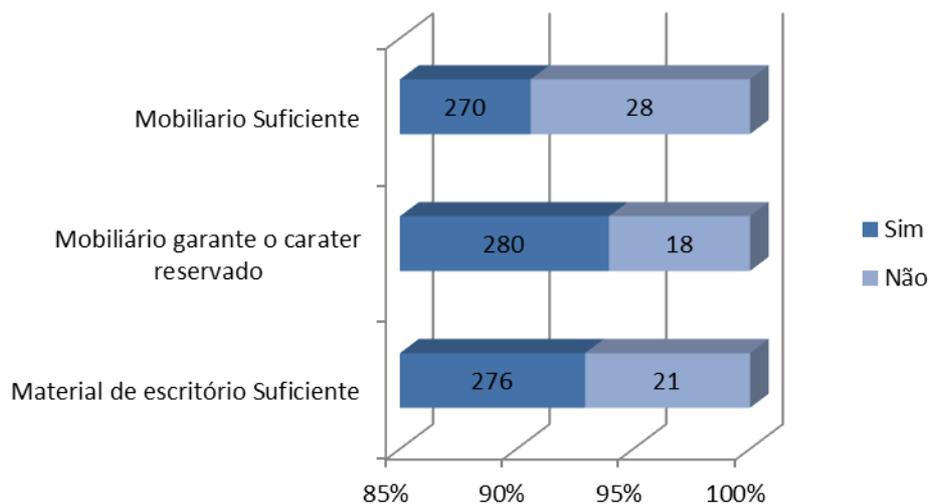
No ano de 2012, 62,5% (182) das CPCJ dispunham de instalações próprias (63,9%; 184 em 2011).

O acesso independente ao exterior não é uma característica de todas as instalações disponibilizadas às CPCJ, em 2012 representam 67,0% (197) das CPCJ, valor ligeiramente inferior ao registado em 2011, 69,8% (201). Em 65,8% (194) das CPCJ, existe identificação no exterior das instalações, embora em percentagem o valor seja ligeiramente inferior ao registado em 2011 (64,8%), corresponde ao mesmo número de CPCJ (194).

Relativamente à garantia da privacidade que as instalações das Comissões de Proteção oferecem a quem a elas se desloca, 82,1% (243) considera que as instalações de que dispõem garantem essa privacidade. Este valor reflecte um ligeiro decréscimo percentual em comparação com o registado em 2011, (82,6%; 238), embora corresponda a um número superior de CPCJ.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Gráfico nº 2 Mobiliário e material de escritório utilizadas pelas CPCJ (%)



CPCJ que não responderam por ordem de posicionamento no gráfico: 3;2 2

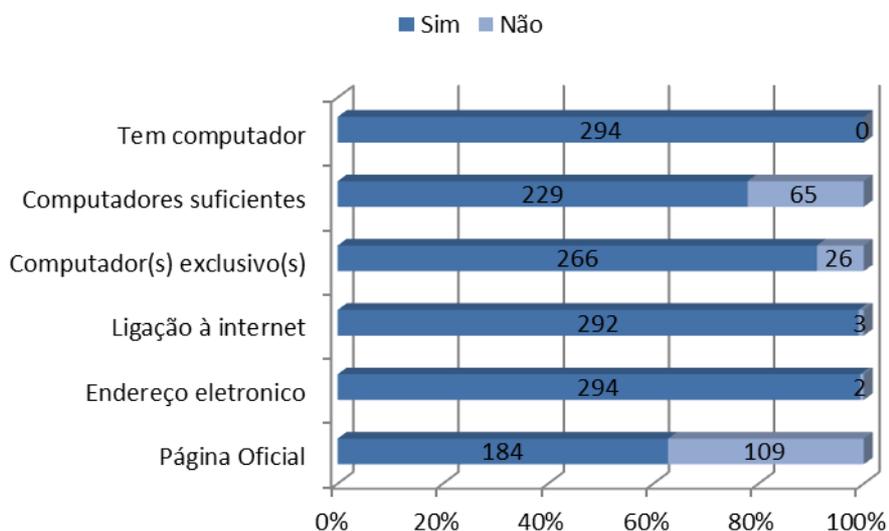
A grande maioria das CPCJ 90,6% (270) considera que o mobiliário de que dispõem é suficiente para a realização das suas atividades, 94,0% afirma que o mesmo garante o caráter reservado dos processos. Ao nível do acesso a material de escritório necessário ao seu funcionamento 92,9% (276) das CPCJ refere ser suficiente.

Equipamento informático

Todas as CPCJ referem dispor de pelo menos um computador. Este recurso é fundamental ao exercício das suas atribuições, nomeadamente para informatização dos processos.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Gráfico nº 3 Condições do equipamento e funcionalidades informáticas (%)



CPCJ que não responderam por ordem de posicionamento no gráfico: 6; 6; 8; 5; 4, 7

Considerando o número de computadores que cada CPCJ tem à sua disposição, regista-se que 77,9% (229) considera que os mesmos são suficientes, sendo que em contraponto 22,1% (65) consideram que este recurso é insuficiente.

Regista-se como positivo que a não utilização de forma exclusiva dos computadores disponibilizados às CPCJ tenha diminuído em 2012, correspondendo a 8,9% (26) das CPCJ, enquanto o valor em 2011, correspondia a 11,1% (35).

A vasta maioria das CPCJ, 99,0% (292) tem acesso à internet o que é da maior relevância para a partilha de informação com o exterior. Este valor está em linha com o registado em 2011, 99,7% (289).

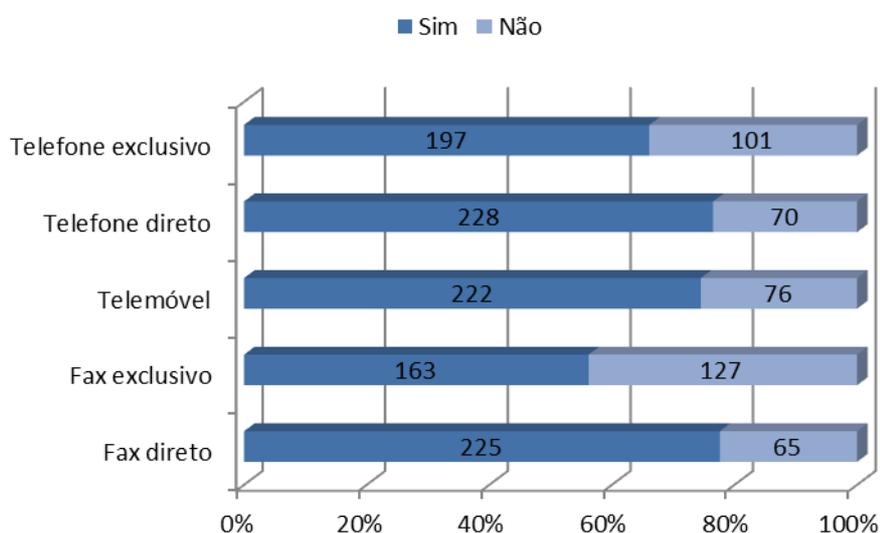
Também o uso de caixa de correio electrónica por parte das CPCJ, é um recurso disponibilizado a 99,3% (294) das CPCJ, o que facilita a comunicação de e para a CPCJ. Estes resultados seguem a tendência dos anos anteriores nomeadamente o valor registado em 2011 (295 CPCJ). Existiram CPCJ que foram exceção a esta regra por terem sido recentemente instaladas e aguardam pela disponibilização deste recurso.

Em 2012 62,8% (184) das CPCJ afirmaram dispor de página na Internet, valor ligeiramente ao verificado em 2011, onde correspondia a 61,7% (115) das CPCJ.

Outros equipamentos de telecomunicações

A utilização do telefone, fax e telemóvel de forma exclusiva e direta tem impacto direto na rapidez e confidencialidade com que a CPCJ recebe e transmite a informação.

Gráfico nº 4 Utilização de outros equipamentos de telecomunicações



CPCJ que não responderam por ordem de posicionamento no gráfico: 2, 2, 2, 10, 10

Em 2012, um numero significativo das CPCJ, 66,1%(197) dispôs de telefone exclusivo. As restantes CPCJ, 23,5% (70), não tem telefone direto pelo que só recebem chamadas do exterior durante o horário de funcionamento da entidade que cede as instalações.

A disponibilização de um telemóvel regista em 2012 uma melhoria, correspondendo a 74,5% (222) das CPCJ em 2011, correspondia a 69,3% (208).

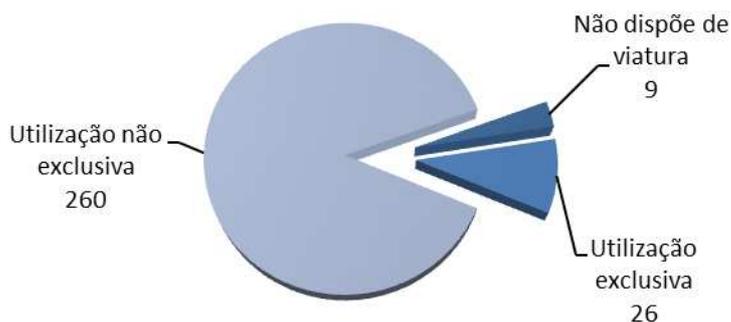
No que respeita ao uso de fax assinala-se que 56,2% (163) das CPCJ possuem fax exclusivo. No caso das restantes 43,8% (127) CPCJ, apenas 22,6% (65) recebe estes documentos de forma direta sem que passem por outros serviços. A falta deste recurso exclusivo coloca em causa a confidencialidade das informações relativas aos processos, situação que urge ser ultrapassada.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Viatura para deslocações

A grande maioria das CPCJ, 96,9% (286), teve possibilidade de dispor de viatura para deslocações, meio de transporte indispensável ao seu trabalho. Este valor em 2011 tinha sido 93,0% (277), sendo que se regista um acréscimo assinalável.

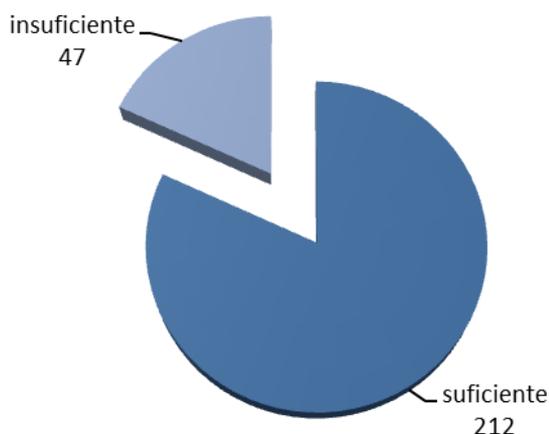
Gráfico nº 5 Utilização de viatura por parte das CPCJ



CPCJ que não responderam: 5

A disponibilidade de viatura não foi exclusiva para todas CPCJ. Assim, 88,1% (260) das CPCJ tiveram à sua disposição uma viatura partilhada com outras entidades, valor superior ao ano anterior, 84,6% (252) das CPCJ. Apenas uma parte, 8,8% (26), dispôs desse recurso de forma exclusiva.

Gráfico nº 6 Opinião sobre a disponibilização de viatura das CPCJ que partilham a mesma



Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

CPCJ que não responderam: 1

Das 260 CPCJ que partilham a viatura com outras entidades, a maioria 81,9% (212), considera que o tempo e o modo de utilização da viatura são adequados às suas necessidades. Em 2011 este valor correspondia a 81,8 % (233).

À semelhança de anos anteriores, os Municípios são a entidade que, no cumprimento do dever de apoio que se refere o nº 1 do art.14 ° da LPCJ, mais disponibiliza viaturas às CPCJ, verificando-se esse apoio em 98,4 % (251) do total das CPCJ.

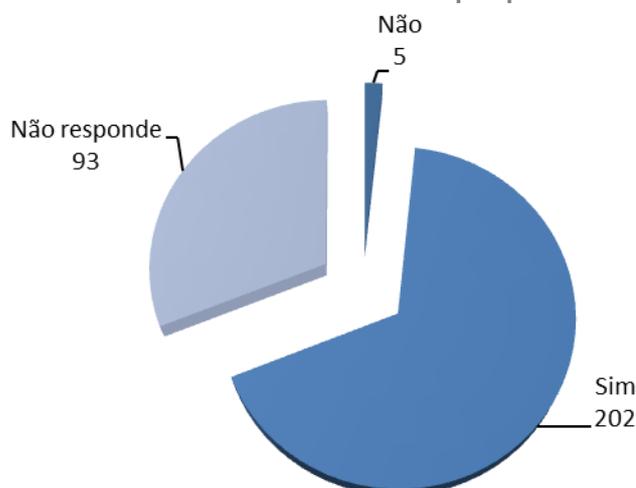
Apoio administrativo

No ano de 2012, das 300 CPCJ apenas 258 (86%), responderam a esta questão. Destas 74,8% (193) afirmaram dispor de apoio administrativo, em 2011 correspondia a 69,3% (208) das CPCJ.

Apoios complementares disponibilizados pelo Município

A cedência de técnicos, o suporte financeiro para a elaboração de material de divulgação, a aquisição de publicações técnicas e participação em ações de formação, conferências e seminários constituem os apoios complementares dados pelos Municípios às CPCJ para além dos apoios expressamente previstos na Lei de Proteção.

Gráfico nº 7 Cedência de técnicos por parte do Município



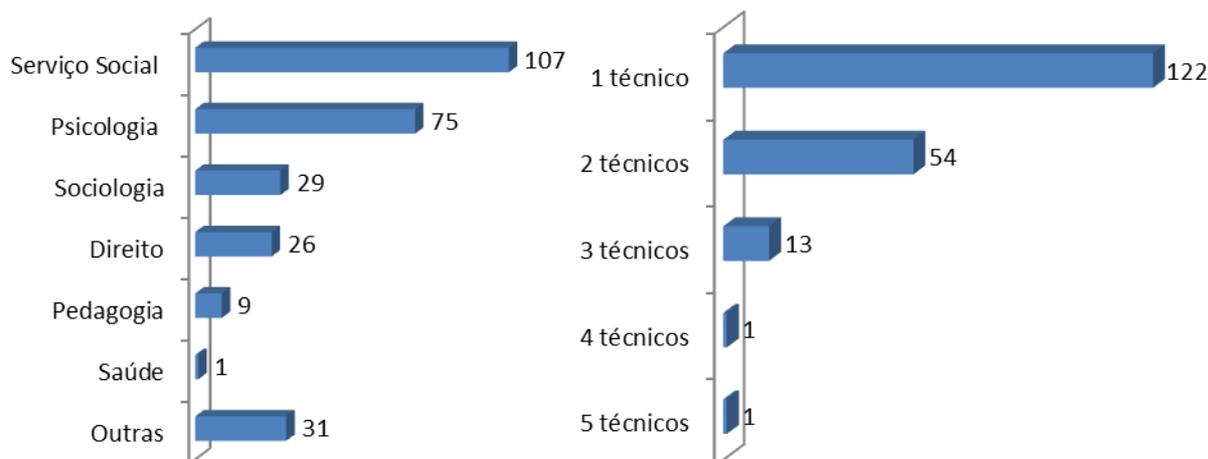
Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

CPCJ que não responderam: 93

O Município disponibilizou pelo menos um técnico a 202 das CPCJ, embora o valor registe um decréscimo em comparação com 2011, onde correspondia a 283 CPCJ, o número de CPCJ que não responderam impossibilita uma comparação correta.

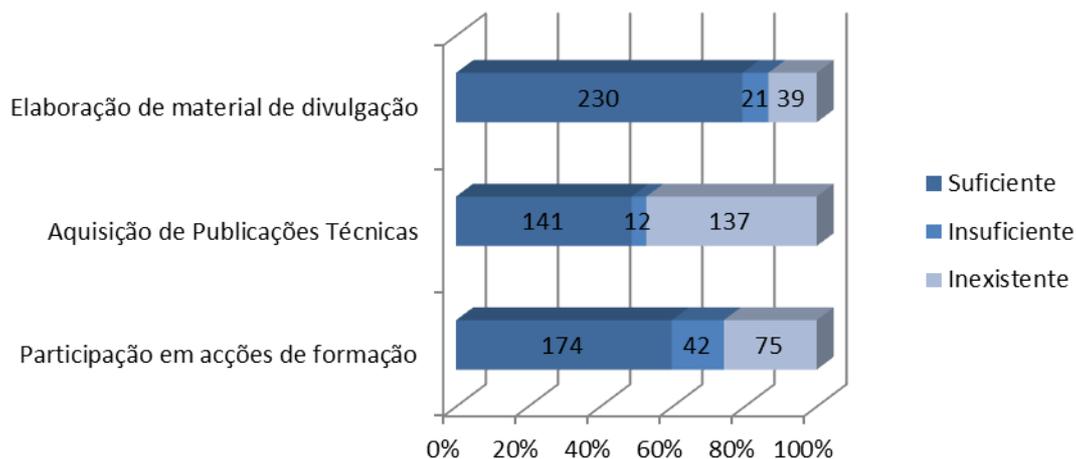
Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Gráfico nº 8 Valência Técnica e número de técnicos cedidos pelo Município



Das 202 CPCJ que afirmaram dispor de um **técnico cedido pelo Município**, apenas 191 caracterizaram esse apoio. As áreas de formação dos 278 técnicos cedidos pelos Municípios são as seguintes: Serviço Social – 38,5% (107), Psicologia – 27,0% (75), Sociologia – 10,4% (29), Direito – 9,4% (26), Pedagogia 3,2% (9), Saúde 0,4% (1) e outras não especificadas 11,2% (31). Considerando o número de técnicos cedidos por CPCJ, 122 (63,9%) afirmaram dispor de 1 técnico, 54 (28,3%) dispõem de 2 técnicos, 13 (6,8%) dispõem de 3 técnicos e 1 CPCJ dispõem de 4 técnicos e outra de 5.

Gráfico nº 9 Outros apoios complementares do Município



CPCJ que não responderam por ordem de posicionamento no gráfico: 9, 10, 10

A maioria das CPCJ recebe apoio do Município para a aquisição de **material de divulgação**, 86,6% (251), sendo que destas, 91,6% (230) classifica esse apoio como suficiente enquanto 8,4% (21) classifica-o como insuficiente.

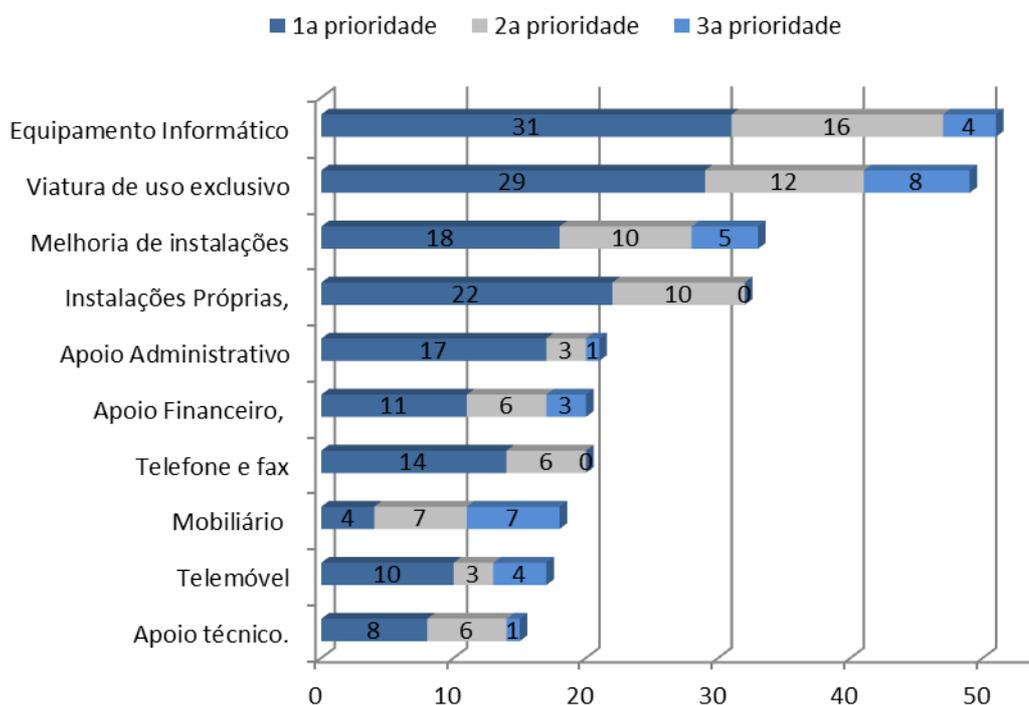
Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Os apoios para a **aquisição de publicações técnicas** são proporcionadas a 52,8% (153) das CPCJ, Este valor revela um decréscimo face a 2011, ano em que correspondia a 54,5% (159) das CPCJ. Das 153 CPCJ que recebem este apoio 92,2% (141) referem que o mesmo é suficiente, enquanto 7,8% (12) o considera insuficiente.

A participação em **ações de formação** com apoio do Município foram possíveis em 74,2% (216) das CPCJ, este valor revela um aumento em comparação com o ano anterior, em 2011 correspondiam a 71,0% (213), das CPCJ que dispuseram deste apoio 80,6 % (174) considera o mesmo suficiente enquanto 19,4% (42) das CPCJ o considera insuficiente.

Apesar do apoio já prestado pelos Municípios e à semelhança de anos anteriores, verifica-se que 55,5% (162) das CPCJ consideram necessitar de outro tipo de apoios. Este valor não se afasta do verificado no ano de 2011, onde correspondia a 56,2 % (164) das CPCJ.

Gráfico nº 10 Necessidades ainda não satisfeitas pelo Apoio Logístico do Município



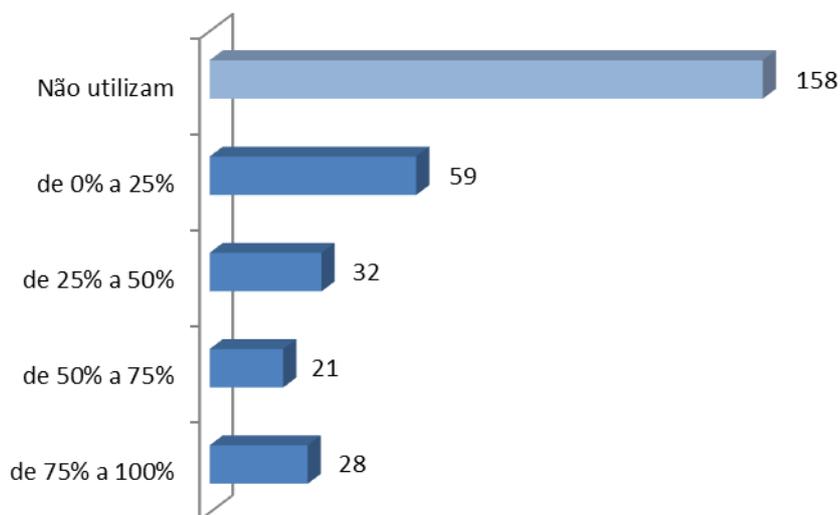
CPCJ que não responderam: 2

No apuramento de quais os apoios em falta, as CPCJ indicaram, por ordem decrescente, as seguintes prioridades: Equipamento Informático, Viatura de uso exclusivo, Melhoria de instalações e Instalações Próprias, Apoio Administrativo, Apoio Financeiro, Telefone e Fax, Mobiliário, Telemóvel e por último Apoio técnico.

Fundo de Maneio

As despesas ocasionais e de pequeno montante necessárias à intervenção das CPCJ junto das crianças e famílias são satisfeitas por um fundo de maneio disponibilizado pelos serviços locais do Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, IP).

Gráfico nº 11 Utilização do fundo de maneio por parte das CPCJ



CPCJ que não responderam 3

Na utilização do fundo de maneio 53% (158) das CPCJ refere não o utilizar, destas 95 (60%) afirmam não dispor desta verba. Das 140 CPCJ que afirmaram terem-no utilizado, fizeram-no nas seguintes percentagens: 20% (28) das CPCJ utilizou entre 75% e 100%; 15% (21) das CPCJ utilizou entre 50% e 75%; 22,9 % (32) das CPCJ utilizou entre 25% e 50% e 42,1 % (59) das CPCJ entre 0% e 25%

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Síntese

No ano em análise o apoio logístico prestado às CPCJ ao nível da qualidade das instalações apresenta valores semelhantes aos registados em anos anteriores com algumas variações percentuais e numéricas quando comparados com os anos anteriores,

Ao nível do mobiliário disponível verifica-se uma ligeira melhoria, igualmente registada na opinião que as CPCJ têm sobre a possibilidade de o mesmo garantir a confidencialidade dos processos.

Ainda que todas as CPCJ disponham de computador, verificam-se ainda insuficiências, nomeadamente no que respeita a alguns casos de utilização de computadores partilhada com outros serviços, o que é incompatível com o carácter reservado dos processos, e à dotação de cada comissão com o número de computadores indispensável ao processamento célere dos respetivos procedimentos.

O acesso à internet é assegurado às CPCJ e o mesmo se regista com o uso de caixa de correio eletrónico. O uso de uma página Web para a divulgação da ação da CPCJ mantém-se ao nível registado em anos anteriores. A utilização do telefone exclusivo, por outro lado regista um ligeiro decréscimo, enquanto o uso de telemóvel é referido por uma maior número de CPCJ como tendo sido mais facilitado.

A opinião das CPCJ sobre a utilização de viatura cedida pelo Município é muito positiva, apesar de uma ligeira diminuição do grau de satisfação das CPCJ a respeito da cedência deste apoio.

Pese embora estas opiniões positivas, as CPCJ referem algumas necessidades por satisfazer: Apoio Administrativo; Apoio técnico; Viatura de uso exclusivo, Equipamento Informático suficiente; Instalações Próprias; Melhoria de instalações e mobiliário; Telemóvel; Telefone e fax privativos.

II

MODALIDADE

ALARGADA

II - MODALIDADE ALARGADA

Artigo 16.º Modalidades de funcionamento da comissão de protecção

A comissão de protecção funciona em modalidade alargada ou restrita, doravante designadas, respectivamente, de comissão alargada e de comissão restrita.

Artigo 17.º Composição da comissão alargada

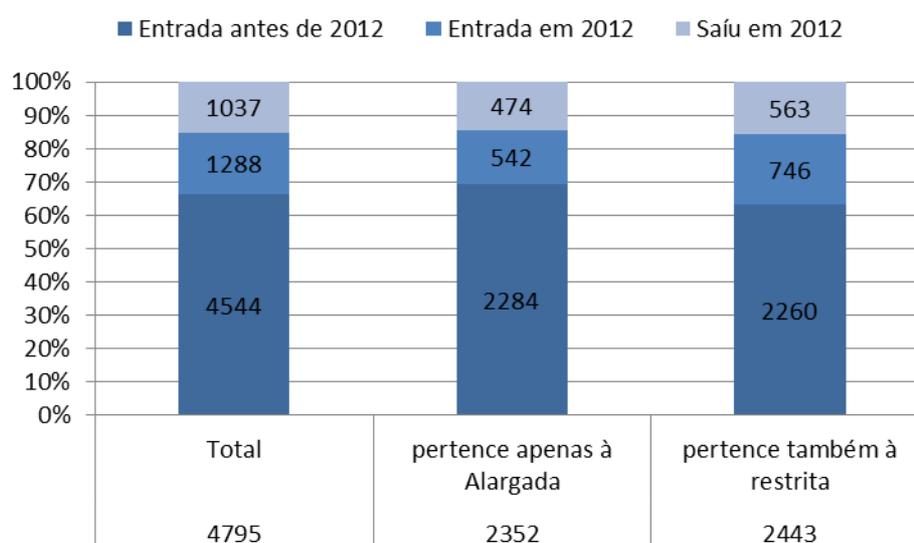
A comissão alargada é composta por:

- a) Um representante do município, a indicar pela câmara municipal, ou das freguesias, a indicar por estas, no caso previsto no n.º 2 do artigo 15.º, de entre pessoas com especial interesse ou aptidão na área das crianças e jovens em perigo;
- b) Um representante da segurança social, de preferência designado de entre técnicos com formação em serviço social, psicologia ou direito;
- c) Um representante dos serviços do Ministério da Educação, de preferência professor com especial interesse e conhecimentos na área das crianças e dos jovens em perigo;
- d) Um médico, em representação dos serviços de saúde;
- e) Um representante das instituições particulares de solidariedade social ou de outras organizações não governamentais que desenvolvam, na área de competência territorial da comissão de protecção, actividades de carácter não institucional, em meio natural de vida, destinadas a crianças e jovens;
- f) Um representante das instituições particulares de solidariedade social ou de outras organizações não governamentais que desenvolvam, na área de competência territorial da comissão de protecção, actividades em regime de colocação institucional de crianças e jovens;
- g) Um representante das associações de pais existentes na área de competência da comissão de protecção;
- h) Um representante das associações ou outras organizações privadas que desenvolvam, na área de competência da comissão de protecção, actividades desportivas, culturais ou recreativas destinadas a crianças e jovens;
- i) Um representante das associações de jovens existentes na área de competência da comissão de protecção ou um representante dos serviços de juventude;
- j) Um ou dois representantes das forças de segurança, conforme na área de competência territorial da comissão de protecção existam apenas a Guarda Nacional Republicana ou a Polícia de Segurança Pública, ou ambas;
- l) Quatro pessoas designadas pela assembleia municipal, ou pela assembleia de freguesia, nos casos previstos no n.º 2 do artigo 15.º, de entre cidadãos eleitores preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo;
- m) Os técnicos que venham a ser cooptados pela comissão, com formação, designadamente, em serviço social, psicologia, saúde ou direito, ou cidadãos com especial interesse pelos problemas da infância e juventude.

Constituição

A cada CPCJ compete a inserção e actualização da informação na plataforma informática dos membros que a constituem. A 31 de Dezembro de 2012 estavam registados na aplicação **4795 membros**.

Gráfico nº 12 Variação do número de elementos integrantes da CPCJ, apenas na alargada ou integrando também a modalidade alargada.



Ao longo do ano de 2012 ocorreram modificações na composição das CPCJ decorrente do início e do final dos mandatos dos seus membros. Todos os membros da CPCJ integram a modalidade alargada.

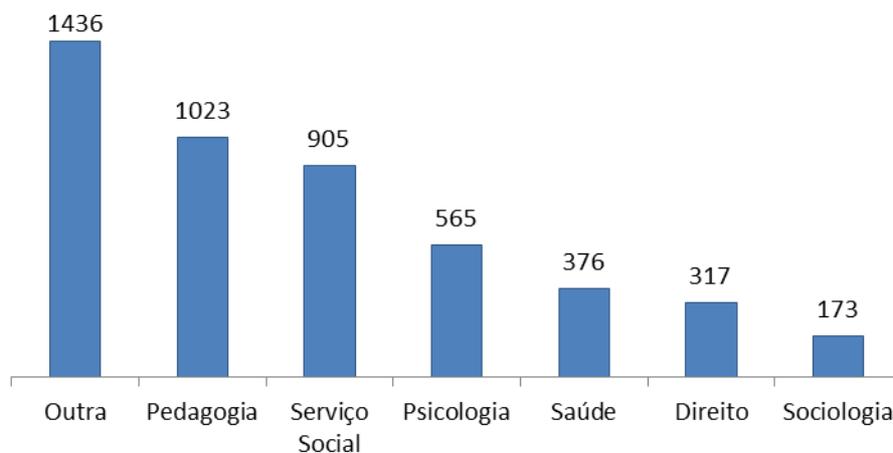
A 1 de Janeiro de 2012 integravam a modalidade alargada 4544 pessoas, sendo que 50,3% (2284) integravam apenas esta modalidade de funcionamento da CPCJ e 49,7% (2260) integravam também a restrita.

Ao longo do ano de 2012 terminaram o mandato 1037 (21,6%) membros. Destes, 474 elementos integravam apenas a modalidade alargada e 563 integravam também a modalidade restrita. Entraram em funções 1288 membros, 542 integraram apenas a modalidade alargada e 746 integraram também a modalidade restrita.

Em média as CPCJ na modalidade Alargada têm 16 membros.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Gráfico nº 13 Valências presentes na modalidade alargada em 31 de Dezembro 2012

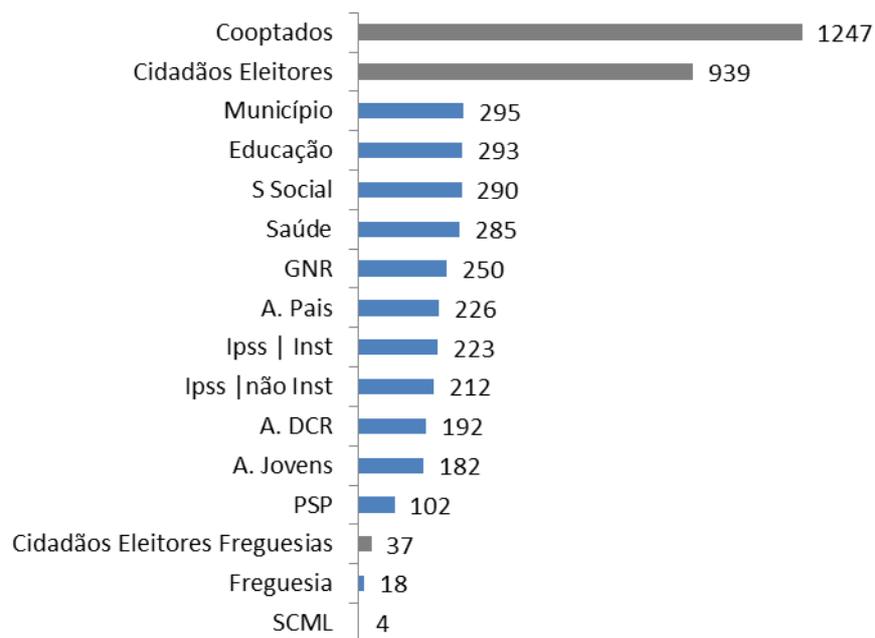


Na análise das valências técnicas presentes nesta modalidade, o grupo mais representado é constituído por diversas valências não especificadas, 29,9% (1436), segue-se por ordem decrescente de representação a Pedagogia com 21,3% (1023); o Serviço Social com 18,9% (905); a Psicologia com 11,8% (565); a Saúde com 7,8% (376); o Direito com 6,6% (317) e por último a Sociologia com 3,6% (173).

Composição

O gráfico seguinte traduz o número de Membros da CPCJ por entidade. Estão assinaladas a cinzento as entidades que podem designar mais do que um representante/Membro e os elementos cooptados.

Gráfico nº 14 N° de elementos em 31 Dezembro 2012

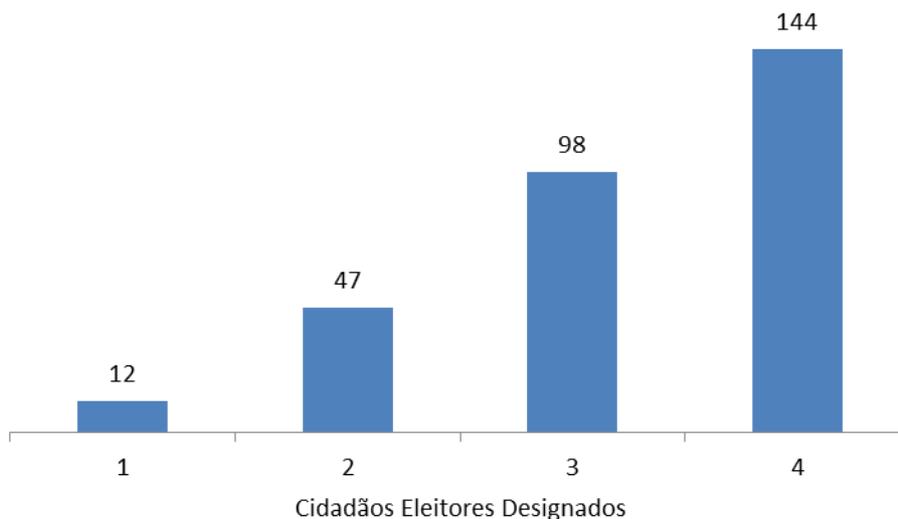


Das 305 CPCJ instaladas em 2012, 96,7% (295) indicou ter representante do Município, 96,1% (293) representante do Ministério da Educação, 95,1% (290) representante da Segurança Social, 285 (93,4) representante da Saúde 82,0% (250) indicou ter representante da GNR e 33,4% (102) indicou ter representante da PSP, como representante das Forças de Segurança.

Por ordem decrescente de representantes nas CPCJ seguem-se as Associações de pais, representadas em 74,1% (226); as IPSS de carácter institucional, representadas em 73,1% (223); as IPSS de carácter não institucional representadas em 69,5% (212); as Associações Desportivas Culturais e Recreativas representadas em 63,0% (192); as Associações de Jovens representadas em 59,7% (182); as Freguesias representadas em 5,9% (18); e por ultimo a SCML representadas em 1,3% (4).

Gráfico nº 15 Cidadãos designados pela Assembleia Municipal/Freguesia por CPCJ

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

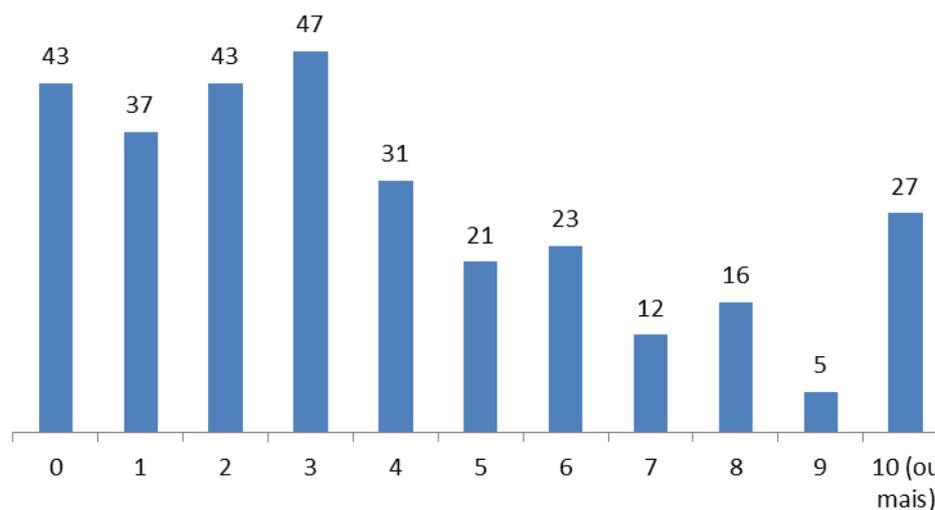


Considerando que a Assembleia Municipal ou de Freguesia devem designar 4 cidadãos eleitores para integrarem as CPCJ, dos 1220 cidadãos que deveriam constar na aplicação, apenas 976 membros tem registo, 4 CPCJ não registaram nenhum Membro designado por esta entidade.

Das 301 CPCJ que registaram membros designados por esta entidade, apenas 47,8% (144) das CPCJ têm os 4 membros designados. No que respeita às restantes, 32,6% (98) das CPCJ têm apenas 3 membros indicados pela Assembleia Municipal, 15,6% (47) têm 2, e 4% (12) inscreveram apenas 1.

Relativamente aos elementos cooptados, a que se refere o art.17, alínea m), da LPCJP, a situação em 2012 é a representada no gráfico que se segue.

Gráfico nº 16 N° de CPCJ em função do nº de cooptados na modalidade alargada



A 31 de Dezembro 2012 foram cooptados pelas CPCJ 1247 membros, valor inferior ao registado em 2011 (1274 membros) e contrariando a tendência crescente dos anos anteriores.

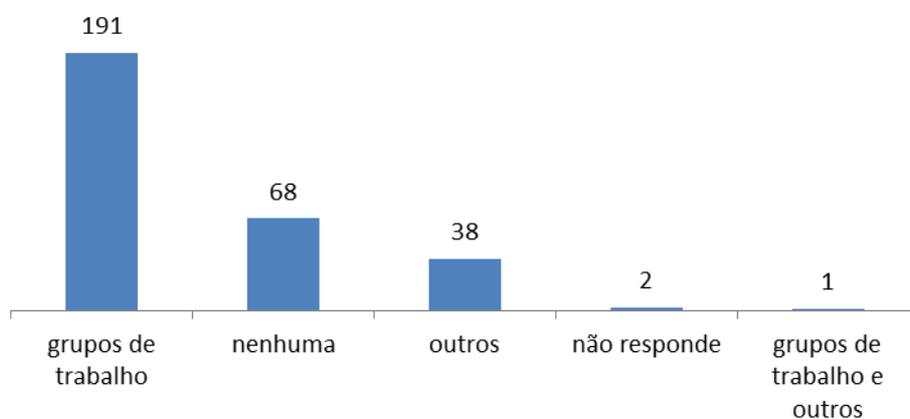
O gráfico anterior permite-nos constatar que, 43 CPCJ (14,1%) não têm elementos cooptados; 47 CPCJ (15,4%) têm 3 elementos 43 CPCJ (14,1%) têm 2 elementos; 37 CPCJ (12,1%) têm 1 elemento; 31 CPCJ (10,2%) têm 4 elementos cooptados; 27 CPCJ (8,9%) têm 10 ou mais elementos; 23 CPCJ (7,5%) têm 6 elementos; 21 CPCJ (6,9%) têm 5 elementos; 16 CPCJ (5,2%) têm 8 elementos; 12 CPCJ (3,9%) têm 7 elementos e 5 CPCJ (1,6%) têm 9 elementos cooptados.

Organização da comissão alargada das CPCJ

A modalidade alargada funciona em plenário, tal como está legalmente previsto, mas tem outras formas de organização para promover o desenvolvimento das suas atividades, designadamente a constituição de grupos de trabalho, conforme as temáticas prioritizadas de acordo com o plano de atividades, aprovado em sede de Comissão Alargada.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

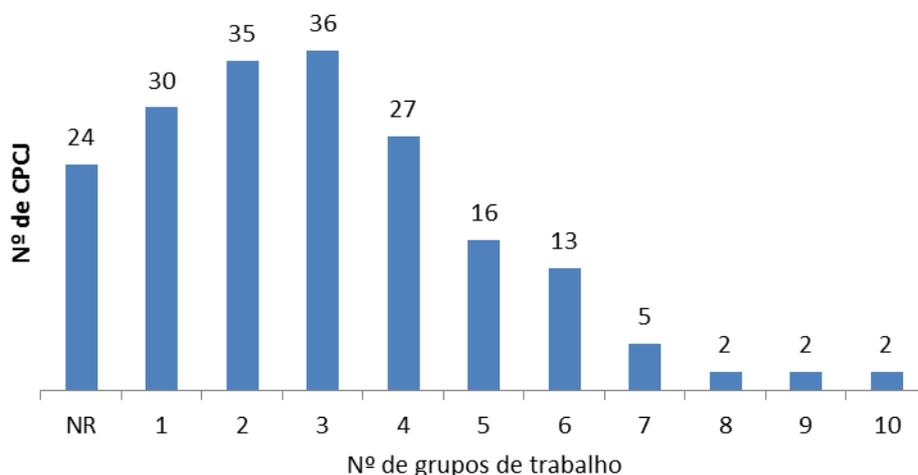
Gráfico nº 17 N° de CPCJ por Modelo de organização da Comissão Alargada



CPCJ que enviam dados: 300

À semelhança de anos anteriores, a constituição de grupos de trabalho foi a opção adotada pela maioria das CPCJ (63,7-191). Das restantes CPCJ, 12,7% (38) organizam o seu trabalho de forma diversa desta, não especificando, e 22,7% (68) funcionam apenas em plenário.

Gráfico nº 18 N° de CPCJ por N° de grupos de trabalho da Comissão Alargada



CPCJ que responderam a este item: 192

Considerando os dados fornecidos pelas CPCJ, cujo modelo de funcionamento inclui a constituição de grupos de trabalho (192), constata-se, com base no gráfico anterior, que mais de metade, 52,6% (101) das CPCJ constituíram entre 1 e 3 grupos de trabalho, 29,2% (56) constituíram entre 4 e 6 grupos de trabalho e 5,7% (9) constituíram entre 7 e 10 grupos de trabalho.

Gráfico nº 19 Temáticas abordadas pelos grupos de trabalho



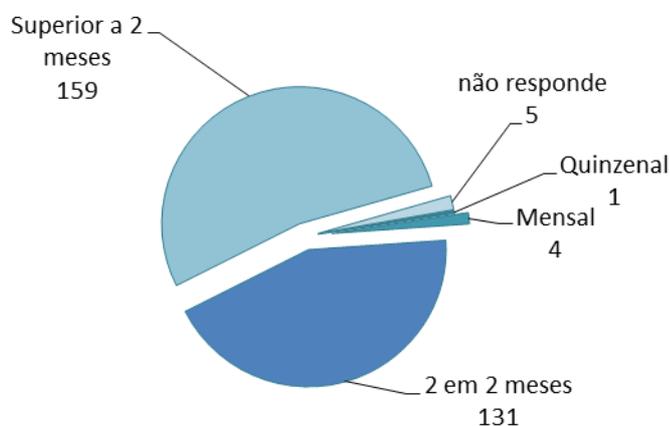
CPCJ que responderam a este item: 192 – Esta pergunta admite resposta múltipla.

As temáticas abordadas pelos grupos de trabalho podem ser agrupadas em duas grandes categorias, a saber – questões relacionadas com o **funcionamento da CPCJ** representando **39,9%** do total das temáticas abordadas pelos grupos de trabalho (elaboração do plano anual de atividades, regulamento interno, diagnóstico de funcionamento, formação e supervisão), e questões que se prendem com as **áreas de missão das CPCJ** que representam **55,9%** do total das temáticas trabalhadas em contexto de grupo de trabalho (sensibilização/divulgação do trabalho, dinamização de parcerias, avaliação de necessidades/problemáticas e respostas sociais).

De ressaltar por um lado, a importância atribuída pelas CPCJ ao aprofundamento do funcionamento e, ainda, a crescente preocupação com a **formação e a supervisão** aos membros das Comissões, que constituem 13,5% da totalidade das temáticas selecionadas pelas CPCJ para serem aprofundadas pelos grupos de trabalho.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Gráfico nº 20 Nº de CPCJ por Periodicidade das reuniões plenárias da Comissão Alargada



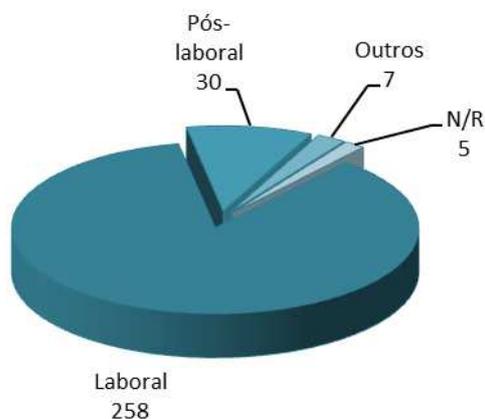
Considerando a informação prestada pelas 300 CPCJ respondentes, verifica-se que 43,7% das Comissões de Proteção, cumprem a periodicidade de reunião da modalidade alargada, prevista legalmente (2 em 2 meses) e que mais de metade (53%) das Comissões respondentes, reúne com uma periodicidade inferior. Regista-se um ligeiro aumento (2,5%), em relação ao ano anterior, das CPCJ que cumprem a periodicidade prevista, no enquadramento legal ao funcionamento da atividade da Comissão Alargada.

De ressaltar que 4 Comissões reúnem mensalmente e 1 quinzenalmente.

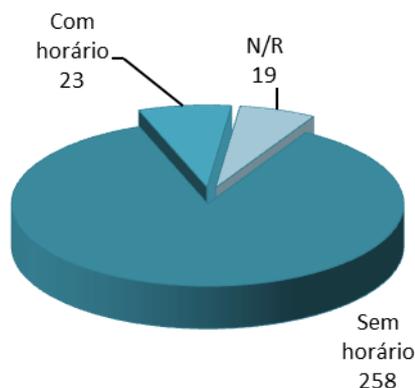
A leitura e interpretação destes resultados devem ser conjugadas com o conhecimento já anteriormente descrito nos gráficos Nº 18 a 20, nos quais são apresentadas outras formas de funcionamento da Comissão Alargada, complementares ao funcionamento em plenário, que se constituem como suporte à organização e funcionamento das Comissões na modalidade alargada, para o exercício das suas competências.

Gráfico nº 21 Nº de CPCJ por horário das reuniões e de funcionamento

Horário de reunião da Modalidade Alargada



Horário de funcionamento da Modalidade Alargada



No que respeita ao **horário de reunião** da Comissão Alargada, os dados fornecidos pelas CPCJ, demonstram que as reuniões da Comissão Alargada realizam-se maioritariamente em horário laboral (86% - 258). O horário pós laboral é escolhido apenas por 10% (30) das CPCJ.

Relativamente ao **horário de funcionamento**, temos que a larga maioria das CPCJ (86%-258), não têm horário de funcionamento definido para a modalidade alargada, ao contrário de 7,7% que expressam ter horário definido, para a atividade dos membros da modalidade alargada.

Projeto Tecer a Prevenção

A Comissão Nacional lançou, em Setembro de 2010, o projeto-piloto "**Tecer a Prevenção**", com o objetivo da dinamização das CPCJ na modalidades alargada, no que respeita ao exercício das competências previstas no art.º 18 da Lei de Promoção e Proteção.

Na fase piloto, o Projeto integrou 22 Comissões (17 do Continente, 3 da Região dos Açores e 2 da Região da Madeira), a convite da Comissão Nacional.

A avaliação e apresentação de resultados da fase piloto teve lugar no Encontro de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção em Junho de 2011, tendo ficado expressa pelas CPCJ que a ele aderiram uma avaliação positiva do projeto, enquanto instrumento de mobilização das CPCJ na modalidade alargada, para o

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

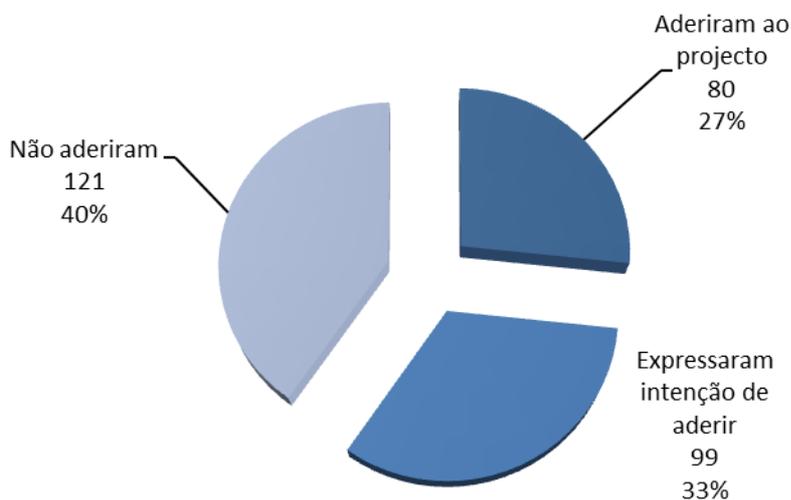
exercício das suas competências, resultando no aprofundamento de uma cultura de prevenção.

O Projeto desenvolve-se em duas etapas principais, a primeira de reflexão aprofundada sobre o sistema de promoção e proteção e de realização de uma avaliação diagnóstica da organização e funcionamento da Comissão Alargada, a segunda de construção de um processo de planeamento estratégico, participado por todos os membros da Comissão, da qual resulta a elaboração do Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança e a sua apresentação pública à comunidade.

Tendo por base a avaliação positiva do Projeto Tecer a Prevenção na fase piloto, a Comissão Nacional decidiu alargar a implementação do Projeto a todas as CPCJ a nível nacional, tendo definido como critério de adesão, a manifestação de interesse por parte das CPCJ.

A Comissão Nacional vem prosseguindo a dinâmica de sensibilização e o seu indispensável e exigente trabalho de facilitação, oferecido às CPCJ, para a implementação e concretização das diferentes etapas do Projeto, que se deseja possa vir a abranger a totalidade das CPCJ existentes.

Gráfico nº 22 N° de CPCJ por relação à adesão ao Projeto Tecer a Prevenção



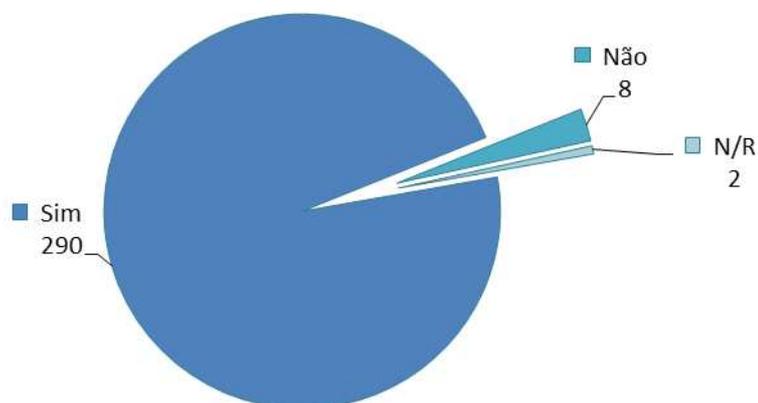
O gráfico anterior evidencia uma resposta muito positiva ao desafio da Comissão Nacional, por parte das Comissões, reveladora do interesse, por parte destas, no aprofundamento de uma cultura de prevenção em estreita colaboração com a comunidade local.

Temos assim que 27% (80) Comissões já aderiram ao projeto, tendo concluído ou estando em curso a sua concretização e 33% (99) manifestaram a intenção em aderir. Podemos assim afirmar que o Projeto Tecer a Prevenção suscitou o interesse de mais de metade (60%) das Comissões de Proteção, desde Setembro de 2010 até Janeiro de 2013. Assinale-se que os 40% de CPCJ que não aderiram ao projeto não significam a sua recusa mas apenas a ausência de manifestação de vontade em aderir.

Instrumentos Orientadores da ação das CPCJ

Para a estruturação do funcionamento da CPCJ é da maior relevância a definição e aprovação do regulamento interno. Com base nas competências das duas modalidades de funcionamento (restrita e alargada), definem-se os procedimentos logísticos e de organização, nomeadamente a convocação de reuniões, o regime de faltas, a elaboração das atas, o acompanhamento e distribuição de processos e a atribuição e gestão do fundo de maneió e das verbas decorrentes do protocolo de cooperação.

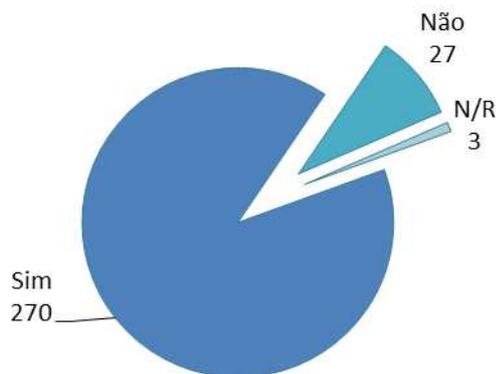
Gráfico nº 23 CPCJ com regulamento interno



A grande maioria das CPCJ dispõe de Regulamento interno, seguindo a tendência registada em anos anteriores. Assim, e considerando os dados das CPCJ respondentes (300), temos que a quase totalidade das Comissões (96,7% - 290) dispõe de regulamento interno, aprovado em sede de sessão plenária da Comissão Alargada.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Gráfico nº 24 CPCJ por elaboração de plano de ação

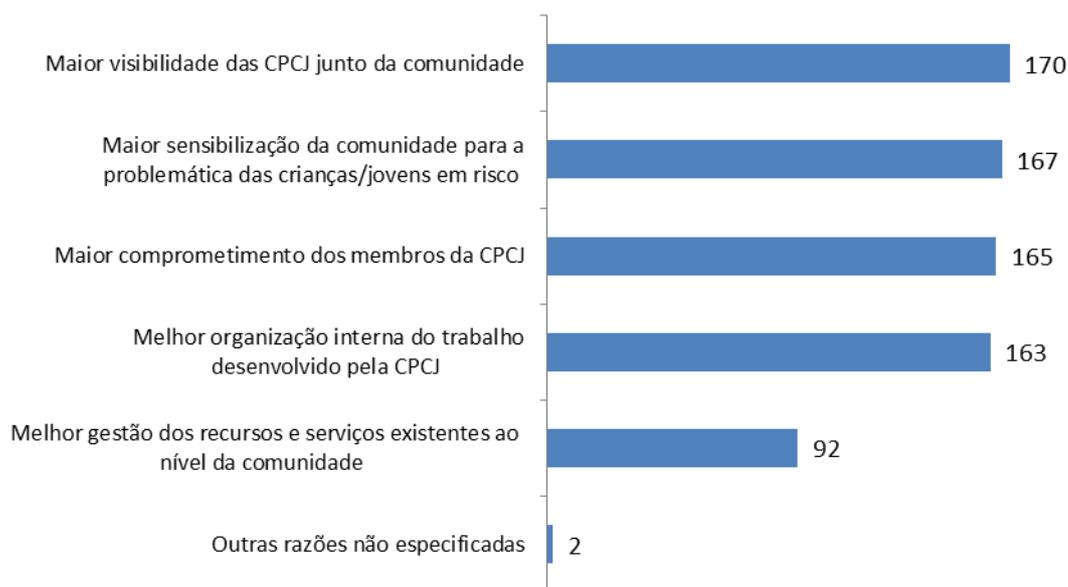


Regista-se positivamente a evolução crescente, ao longo dos anos, do número de CPCJ que elaboram e aprovam um instrumento de planeamento da sua ação, tendo por base as problemáticas diagnosticadas e os recursos existentes na área geográfica em que exerce a sua competência.

No ano em análise e considerando os dados das CPCJ respondentes (300), constata-se que 90% das Comissões de Proteção elaboraram e aprovaram o plano de ação.

Regista-se uma tendência positiva de valorização por parte das Comissões da elaboração do plano de ação, sendo que tem vindo a aumentar o número de Comissões que dispõem deste instrumento de ação (2011- 88,9%, 2010- 87,7% e 2009- 86,1%).

Gráfico nº 25 Aspectos positivos decorrentes da implementação do Plano de Ação



CPCJ que não responderam: 30

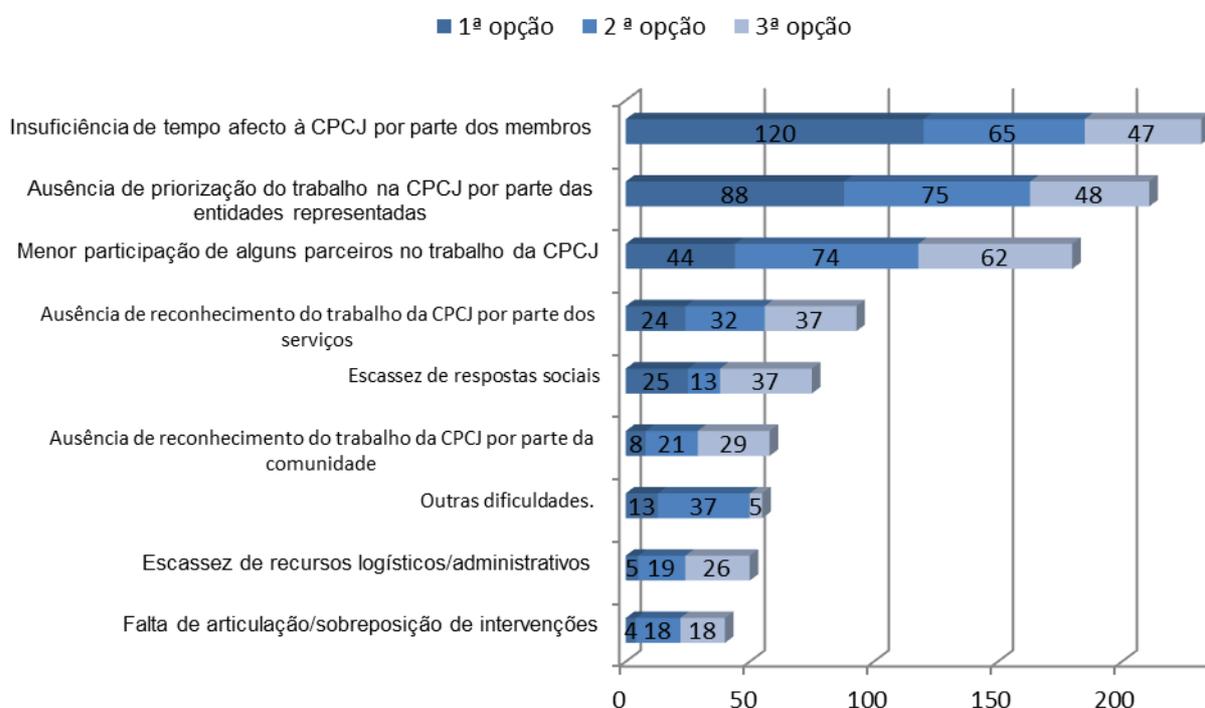
O gráfico anterior ilustra os aspetos positivos referenciados pelas Comissões, como consequência da sua adesão a uma prática de planeamento anual da sua atividade.

De acordo com os dados apresentados no gráfico anterior, os **aspetos positivos** referenciados têm impacto em duas grandes áreas, a saber – **funcionamento da CPCJ** (Maior comprometimento dos membros e melhor organização interna do trabalho da CPCJ), representando **43,2%** da totalidade dos aspetos referenciados, e **cumprimento da missão das CPCJ** (Maior visibilidade da CPCJ na Comunidade, Maior sensibilização da comunidade para a problemática das Crianças/jovens em risco e Melhor gestão dos recursos e serviços existentes ao nível da comunidade), representando **56,5%** do total dos aspetos positivos referenciados.

Balanço da atividade das CPCJ

Analisa-se agora os factores positivos e as dificuldades sentidas pelas CPCJ na sua atividade no ano de 2012

Gráfico nº 26 - Dificuldades sentidas no funcionamento



CPCJ que não responderam: 2 - admite resposta múltipla

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

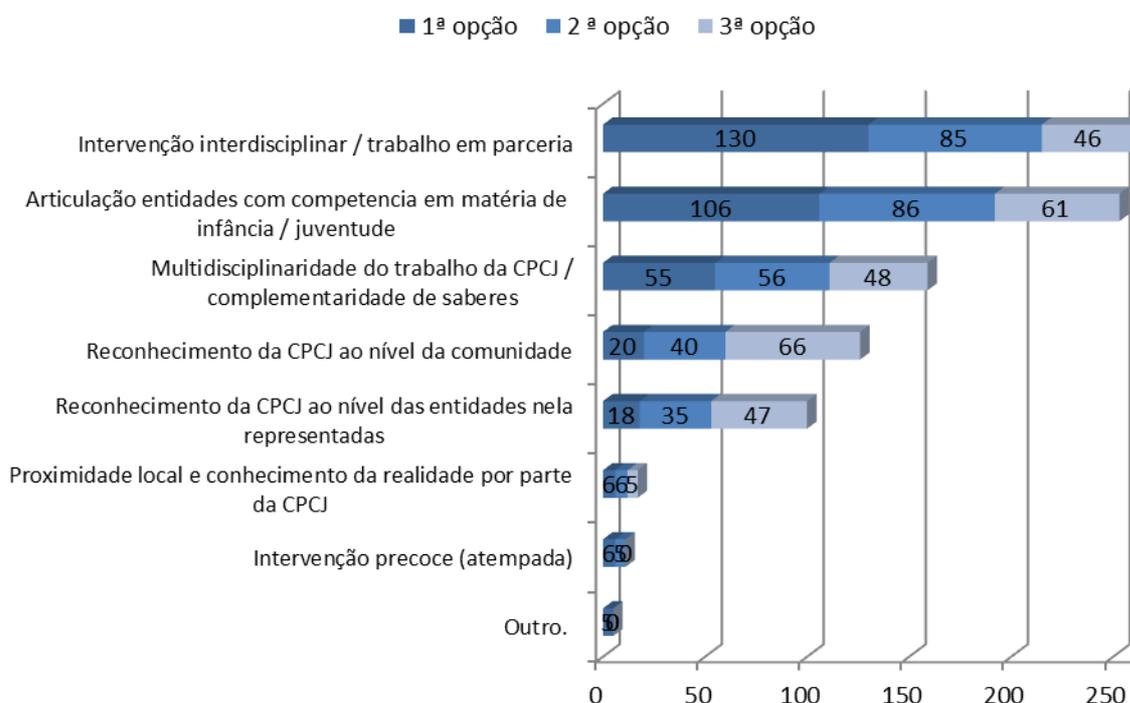
As Comissões de Proteção quando inquiridas face às **principais dificuldades sentidas no seu funcionamento**, identificam três dimensões, que estão interligadas entre si e que conquistam 62,6%, das respostas dadas, a saber - insuficiência de tempo afeto à CPCJ por parte dos membros (23,3%), ausência de priorização do trabalho na CPCJ por parte das entidades representadas (21,2%) e a menor participação de alguns parceiros no trabalho da CPCJ (18,1%).

Temos que, as duas dimensões que se analisam em seguida e que assumem 16,9% das dimensões identificadas, podem constituir-se como fatores explicativos das dimensões anteriormente apresentadas, a saber- a ausência de reconhecimento do trabalho da CPCJ por parte da comunidade (9,4%) e por parte das entidades representadas (7,5%).

A escassez de respostas sociais representa 5,8% das dificuldades expressas.

Das três dimensões menos identificadas, a saber – falta de articulação/sobreposição de intervenções e a escassez de recursos logísticos/administrativos representam 9% e ainda outras dificuldades com 5,5% das escolhas das Comissões.

Gráfico nº 27 - Factores positivos no funcionamento



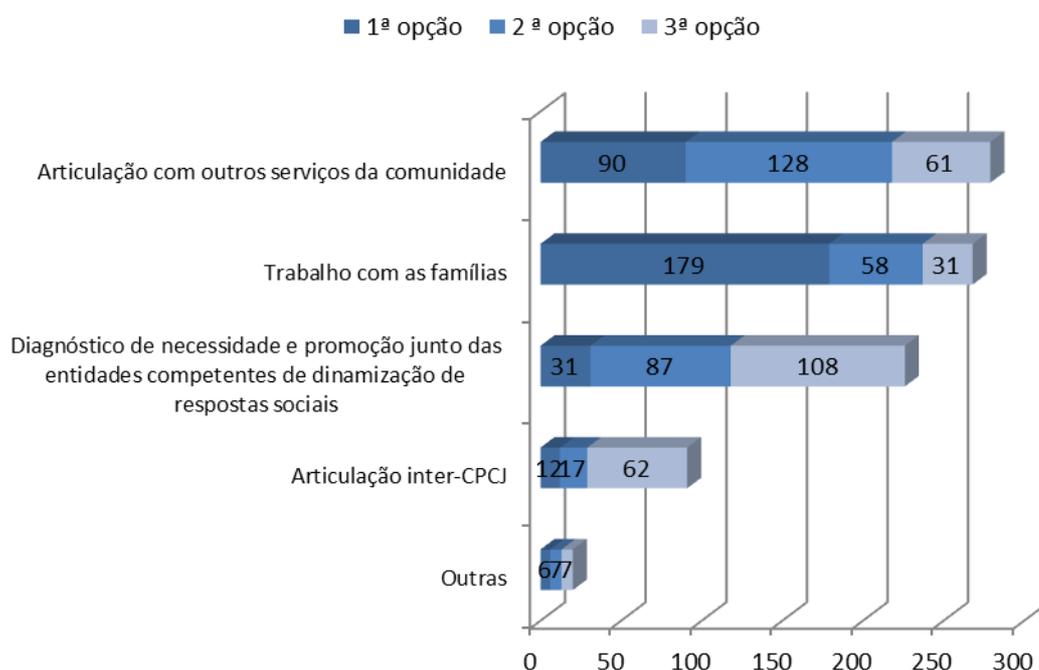
CPCJ que não responderam: 2 - admite resposta múltipla

O gráfico anterior ilustra os fatores positivos mais relevantes no funcionamento das Comissões, sendo que os três mais expressivos representam 72,2% dos fatores identificados, a saber - a intervenção interdisciplinar / trabalho em parceria (28%) a articulação das entidades com competência em matéria de infância / juventude (27,1) e multidisciplinaridade do trabalho da CPCJ/complementaridade de saberes (17,1%).

Analisa-se em seguida dois fatores que representam 24,2%, dos fatores identificados e que têm que ver com o reconhecimento da CPCJ a nível da Comunidade (3,5%) e das entidades representadas (10,5%).

Representando 3% dos fatores identificados, temos a proximidade local e conhecimento da realidade (1,8%) e a intervenção atempada (1,2%) e ainda outros não especificados que representam 0,5% das respostas dadas.

Gráfico nº 28 - Praticas Interessantes no Funcionamento

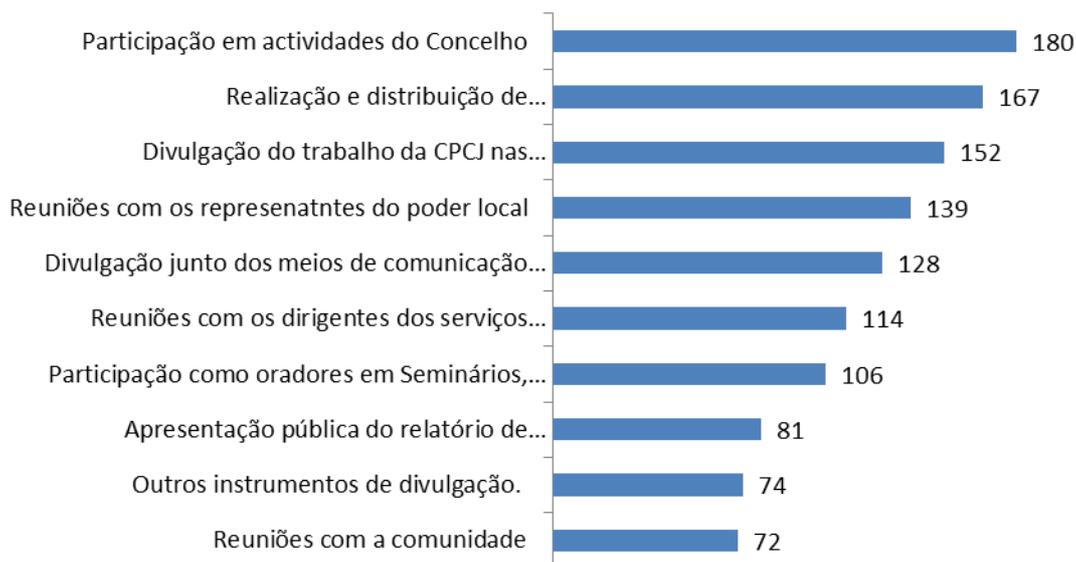


CPCJ que não responderam: 2 - admite resposta múltipla

Em referência ao trabalho desenvolvido as CPCJ elegeram como boas praticas, a articulação entre os serviços da comunidade, o trabalho com as famílias, o "Diagnóstico de necessidades e promoção junto das entidades competentes de dinamização de respostas sociais" e a articulação inter-CPCJ.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Gráfico nº 29 Ações de divulgação da atividade da CPCJ junto da comunidade



CPCJ que não responderam: 2 - Admite resposta múltipla

O gráfico anterior ilustra o tipo de atividades desenvolvidas pelas Comissões, para a divulgação da sua atividade junto da Comunidade.

A escolha das Comissões faz referência a ações de divulgação dirigidas à comunidade em geral que representam 53,8% do total das ações identificadas, nas quais se inclui a participação em atividades do Concelho (14,8), realização e distribuição de panfletos/brochuras/cartazes (13,8%), divulgação junto dos meios de comunicação social (10,6%), participação como oradores em Seminários, Colóquios (8,7%) e ainda reuniões com a comunidade (5,9%).

A merecer destaque o fato das Comissões privilegiarem ações junto da meios de comunicação social, pelo impacto que estas podem ter na valorização da singularidade das Comissões de Proteção para a comunidade em geral.

Ações dirigidas às entidades representadas na Comissão que representam 40,1% das ações enunciadas, nas quais se inclui divulgação do trabalho da CPCJ nas instituições nela representadas (12,5%), reuniões com os representantes do poder local (11,5%), reuniões com os dirigentes dos serviços representados na CPCJ (9,4%) e ainda apresentação pública do relatório de atividades (6,7%).

E ainda ações não especificadas representando 6,1% da opção de resposta das Comissões.

Síntese

No ano de 2012 exerceram funções nas CPCJ 4795 Membros.

A presidência da CPCJ foi, tal como em anos anteriores, assumida, maioritariamente, por Membros em representação do Município, enquanto que as funções de secretário por Membros cooptados. Ao nível da formação académica predomina a formação nas áreas do Serviço Social e da Pedagogia.

À semelhança de outros anos, também no ano de 2012 a forma de organização da modalidade alarga mais escolhida, para o desenvolvimento da sua atividade, foi por grupos de trabalho dirigidos a assuntos específicos, destacando-se, entre outros, a Sensibilização/divulgação do trabalho e a elaboração do plano anual.

A periodicidade das reuniões da Comissão Alargada legalmente instituída (de 2 em 2 meses) é cumprida e superada por cerca de metade da Comissões de Proteção (45,3%).

À semelhança de anos anteriores, as reuniões plenárias da Comissão Alargada têm lugar em horário laboral.

É positivo registar que a quase totalidade das CPCJ dispõe de regulamento interno e de plano de ação, aprovados em sede de reunião plenária da Comissão Alargada. Mais uma vez se regista que aumentou o número das Comissões que dispõem de instrumento de planeamento (plano de ação).

As CPCJ identificam várias vantagens na elaboração do plano de ação, destacando-se a maior visibilidade da CPCJ junto da Comunidade, e a maior sensibilização da comunidade para a problemática das crianças e jovens em risco e em perigo, a visibilidade das CPCJ junto da comunidade e o maior comprometimento dos membros da CPCJ.

III

MODALIDADE

RESTRITA

III - MODALIDADE RESTRITA

A análise do funcionamento da CPCJ na modalidade restrita importa a apreciação dos seguintes aspetos: Composição da equipa (áreas de formação, disponibilidade de tempo para o trabalho na CPCJ e necessidades ao nível do reforço técnico); Horário de funcionamento e os meios utilizados para assegurar o atendimento em permanência; Organização do trabalho processual (periodicidade das reuniões, critérios de distribuição do trabalho processual, forma de contacto com representantes legais da criança/jovem e presença dos elementos da comissão na modalidade restrita na celebração dos acordos de promoção e proteção); Articulação estabelecida com o Ministério Público.

Composição da restrita

Artigo 20.º Composição da comissão restrita

- 1 - A comissão restrita é composta sempre por um número ímpar, nunca inferior a cinco dos membros que integram a comissão alargada.
- 2 - São, por inerência, membros da comissão restrita o presidente da comissão de protecção e os representantes do município ou das freguesias, no caso previsto no n.º 2 do artigo 15.º, e da segurança social, quando não exerçam a presidência.
- 3 - Os restantes membros são designados pela comissão alargada, devendo a designação de, pelo menos, um deles ser feita de entre os representantes de instituições particulares de solidariedade social ou de organizações não governamentais.
- 4 - Os membros da comissão restrita devem ser escolhidos de forma que esta tenha uma composição interdisciplinar e interinstitucional, incluindo, sempre que possível, pessoas com formação nas áreas de serviço social, psicologia e direito, educação e saúde.
- 5 - Não sendo possível obter a composição nos termos do número anterior, a designação dos membros aí referidos é feita por cooptação, nomeadamente de entre os técnicos a que se refere a alínea m) do artigo 17.º

Em 2012, como referenciado no capítulo anterior, dos 4795 membros que compõem as CPCJ a 31 de Dezembro, **2443 (50,9%) integravam também à modalidade restrita** das Comissões de Protecção.

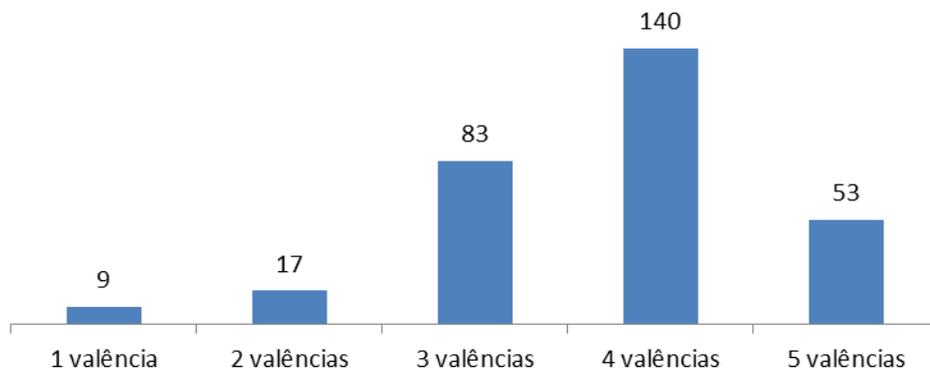
O número de elementos que pertenciam a modalidade restrita da CPCJ em 1 de Janeiro de 2012 foi de 2260. Ao longo do ano em análise **terminaram mandato 563 membros** desta modalidade e **entraram em funções 746 elementos**, o que corresponde a 30,5% de novos membros na modalidade restrita.

A modalidade restrita da CPCJ deve ser composta por uma equipa interinstitucional e interdisciplinar, incluindo, sempre que possível, as valências de serviço social, psicologia, educação, saúde e direito, com o objetivo de garantir uma maior eficácia

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

ao nível da intervenção. O gráfico seguinte mostra o número de valências mínimas que estão consideradas na modalidade restrita.

Gráfico nº 30 CPCJ por N° de Valências mínimas presentes na modalidade restrita

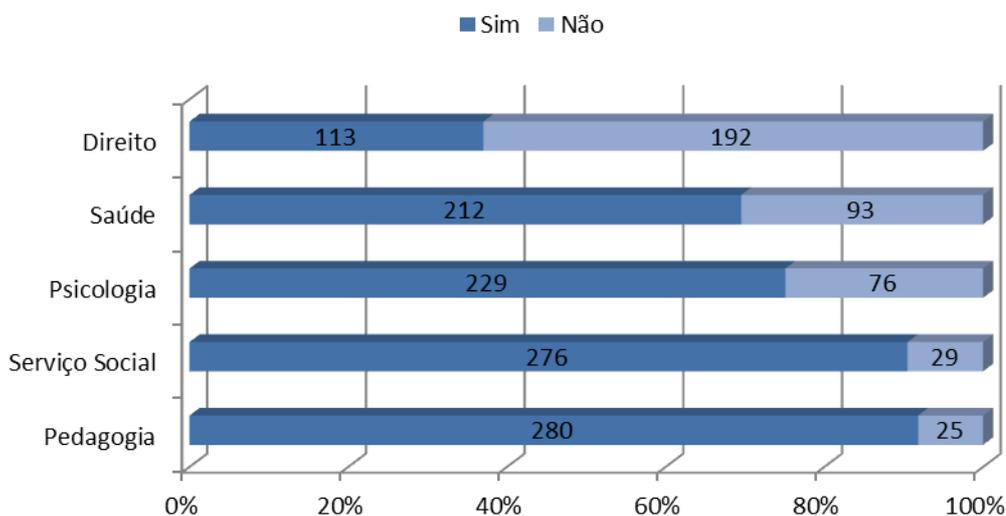


CPCJ que não indicaram: 3

No ano de 2012 regista-se que apenas 17,5% (53) das CPCJ têm na composição da modalidade restrita as 5 valências indicada na lei, um ligeiro decréscimo em comparação com 2011, onde correspondia a 20,8% (59). Em 46,4% das CPCJ (140) estão presentes 4 dessas 5 valências, em 27,5% (83) existem 3 das valências, em 5,6% (17) existem apenas 2 valências e em 3,0% (9) apenas uma.

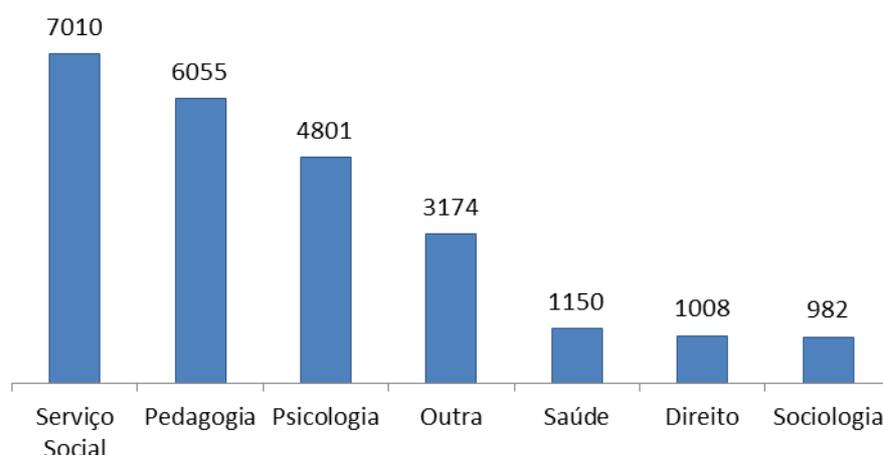
O gráfico seguinte regista em termos comparativos o número de CPCJ que em 2012 tiveram pelo menos um Membro com formação em pelo menos uma das 5 valências mínimas que são indicadas na lei.

Gráfico nº 31 N° de CPCJ que dispõem pelo menos um elemento com uma das valências mínimas presentes na modalidade restrita, por tipo de valência



Tendo em conta o tipo de valência dos Membros da modalidade restrita, regista-se que 91,8% (280) das CPCJ têm pelo menos 1 elemento com formação em pedagogia, 90,5% (276) dispõem de um membro com formação em Serviço Social. As outras áreas de conhecimento presentes na modalidade restrita distribuem-se da seguinte forma: Psicologia - 75,1% (229); Saúde – 69,5% (212); Direito – 37,0% (113).

Gráfico nº 32 CPCJ por Distribuição do número de horas por área de conhecimento

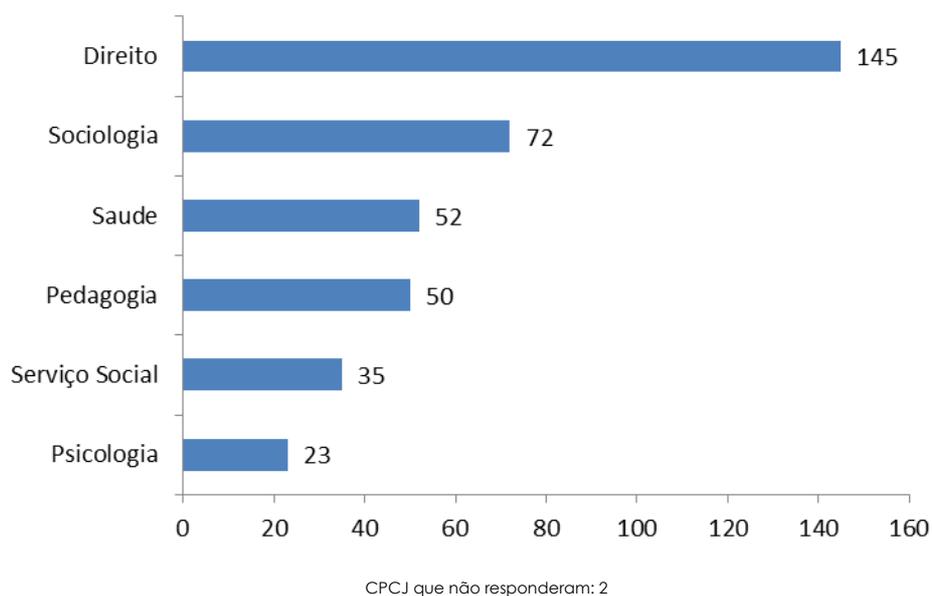


O nº total de horas disponibilizadas pelos elementos da modalidade restrita foi em 2012 de 24180, valores que se reportam a 31 de Dezembro de 2012. De entre todas as valências dos técnicos que integram a modalidade restrita, destaca-se o Serviço Social como sendo a que representa percentualmente o maior número de horas, no ano de 2012 correspondeu a 29,0%(7010), predominância que já se registava em 2011, com 30,2% (7487 horas).

Seguem-se, por ordem decrescente: Pedagogia 25,0% (6055); Psicologia 19,9 % (4801), Outras não especificadas 13,1% (3174); Saúde 4,8% (1150); Direito 4,2% (1008) e Sociologia 4,1% (982).

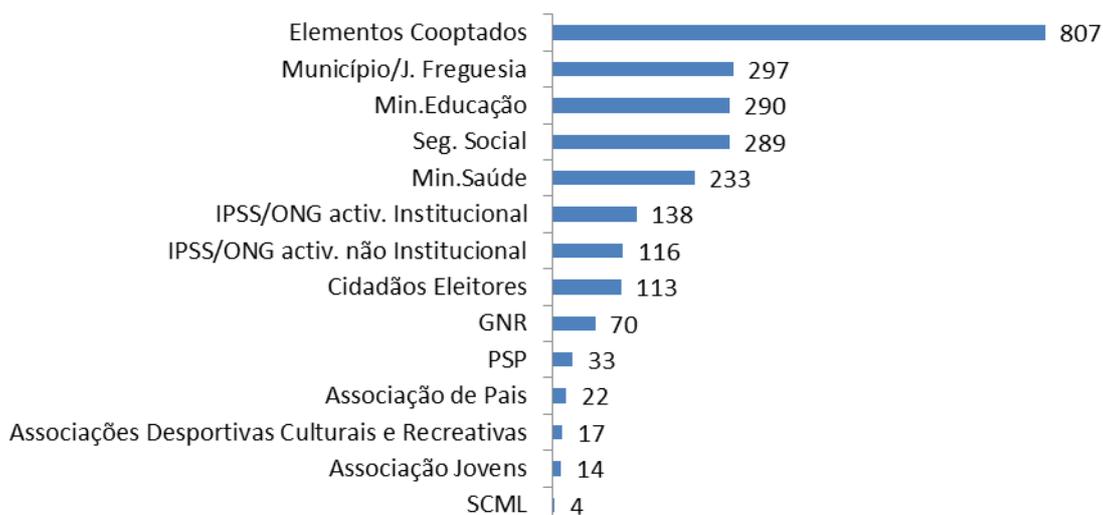
Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Gráfico nº 33 Valências ainda em falta na modalidade restrita das CPCJ



À semelhança de anos anteriores regista-se que 81,2% (242) das CPCJ assinalou ter em falta certas valências na composição da modalidade restrita, valor superior ao de 2011 onde correspondia a 78,2% (229). A valência técnica cuja falta mais é sentida é o Direito, 38,5% (145 CPCJ) seguida da Sociologia 19,1% (72), da Saúde 13,8% (52), da Pedagogia 13,3% (50) e do Serviço social 9,3% (35) e por fim da Psicologia, 17% (68%). De referir que cada CPCJ teve possibilidade de escolher mais do que uma valência em falta.

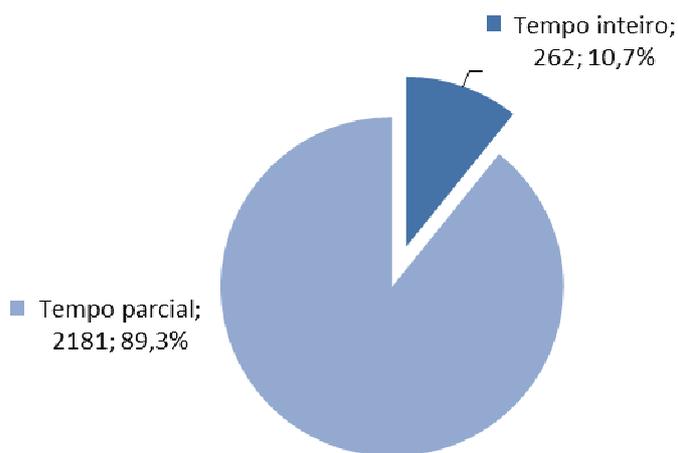
Gráfico nº 34 Elementos que compõem a CPCJ na modalidade restrita



Considerando a totalidade das CPCJ que registaram a sua composição na aplicação informática, 304, e considerando as entidades cujos representantes integram a modalidade restrita, regista-se à semelhança dos anos anteriores, que os elementos cooptados representam o grupo mais significativo com 33,0% (807), seguido por ordem decrescente o Município/ J. Freguesia com uma representatividade de 12,2 % (297), o Ministério da Educação com 11,9% (290), a Segurança Social com 11,8 % (289), o Ministério da Saúde com 9,5 % (233); as IPSS/ONG com Atividades de carácter institucional com 5,6 % (138).

Com valores de representação inferiores a 5%, seguem-se por ordem decrescente as IPSS/ONG com activ. não Institucional com 4,7% (116); os Cidadãos Eleitores com 4,6% (113); a GNR com 2,9% (70); a PSP com 1,4% (33); as Associação de Pais com 0,9% (22); as Associações Desportivas Culturais e Recreativas com 0,7% (17); as Associação Jovens com 0,6% (14) e por ultimo a SCML com 0,2% (4);

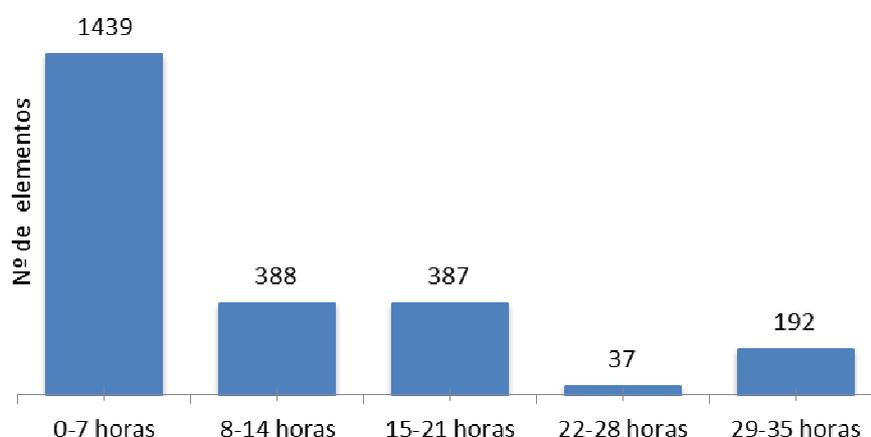
Gráfico nº 35 Disponibilidade semanal dada pelos serviços de origem aos seus representantes



Quando se analisa o tempo disponibilizado pelas várias entidades verifica-se que em 2012, e à semelhança de outros anos, a quase totalidade dos membros da modalidade restrita exerce funções a tempo parcial, correspondendo a 89,3% (2185), ligeiramente inferior a 2011 onde correspondia a 92,7 % (2240).

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

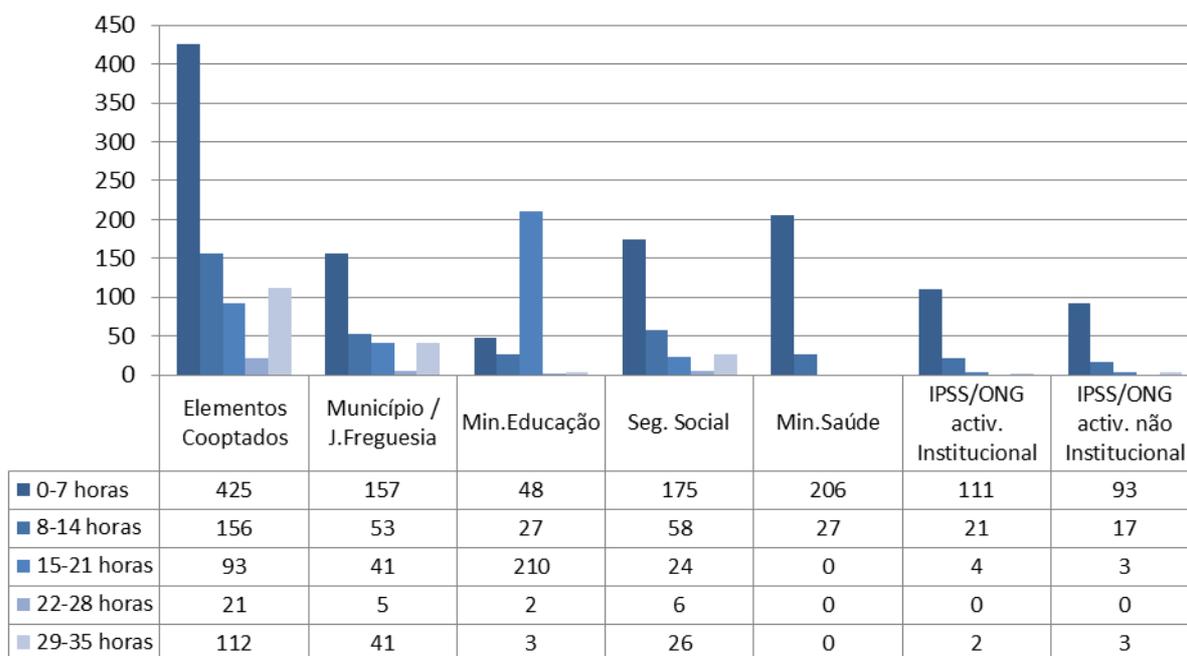
Gráfico nº 36 Nº de horas disponibilizadas pelos membros da modalidade restrita



CPCJ que enviam dados: 305

Analisando o número de horas semanal disponibilizado aos membros da modalidade restrita, verificamos que a maioria, 58,9% (1439 membros), dispõem de **7 horas semanais ou menos**. Em menor proporção surgem os elementos que dispõem entre **8-14 horas** 15,9% (388), os que dispõem entre **15-21 horas**, representando 15,8% (387) do total. Um número reduzido de elementos, 1,5% (37), dispõe entre **22-28 horas**, enquanto 7,9% (192) tem disponível entre **29 a 35 horas** para o trabalho na modalidade restrita.

Gráfico nº 37 Disponibilidade de horas semanais dos elementos que pertencem à modalidade restrita em função das entidades mais representadas



Quando analisamos o número de horas atribuído pelas entidades ao seu representante, verificamos que existem diferenças no tempo que é disponibilizado por cada uma. Representando-se a si próprios os **Elementos cooptados**, predominam em todos os escalões de disponibilidade horária, à excepção do das 15 as 21 horas.

Dos 807 elementos cooptados, 52,7% (425) apresentam uma disponibilidade semanal de até 7 horas, isto é 1 dia útil, 19,3% (156) uma disponibilidade entre 8 e 14 horas, isto é 2 dias úteis e 11,5% (93) elementos uma disponibilidade entre 15 as 21 horas, 3 dias úteis. Sendo estes membros o grupo mais representativo dos elementos a tempo inteiro na CPCJ.

Representam o **Município/ Freguesias** 297 elementos, destes 52,9% (157) apresentam uma disponibilidade semanal de até 7 horas, isto é 1 dia útil, 17,8% (53) uma disponibilidade entre 8 e 14 horas, isto é 2 dias úteis, 13,8% (41) uma disponibilidade entre 15 e 21 horas, 3 dias úteis. Do total de elementos 1,7% (5) dispõem entre 22 a 28 horas, isto é 4 dias úteis, e 13,8% (41) têm uma disponibilidade situada entre as 29 e 35 horas.

Os elementos que representam o **Ministério da Educação** correspondem a 290 membros, este grupo regista uma predominância de disponibilidade entre 15 e 21 horas, 3 dias úteis, 72,4% (210) de acordo com o que está determinado no protocolo assinado em 2006 pelo Ministério da Educação e o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. Dos restantes, 16,6% tem uma disponibilidade semanal de até 7 horas, isto é 1 dia útil, 9,3% uma disponibilidade entre 8 e 14 horas, isto é 2 dias úteis. Referem dispor entre 22 a 28 hora, isto é 4 dias úteis, e 0,7% (2) elementos e dispõem de 5 dias úteis, 1% (3).

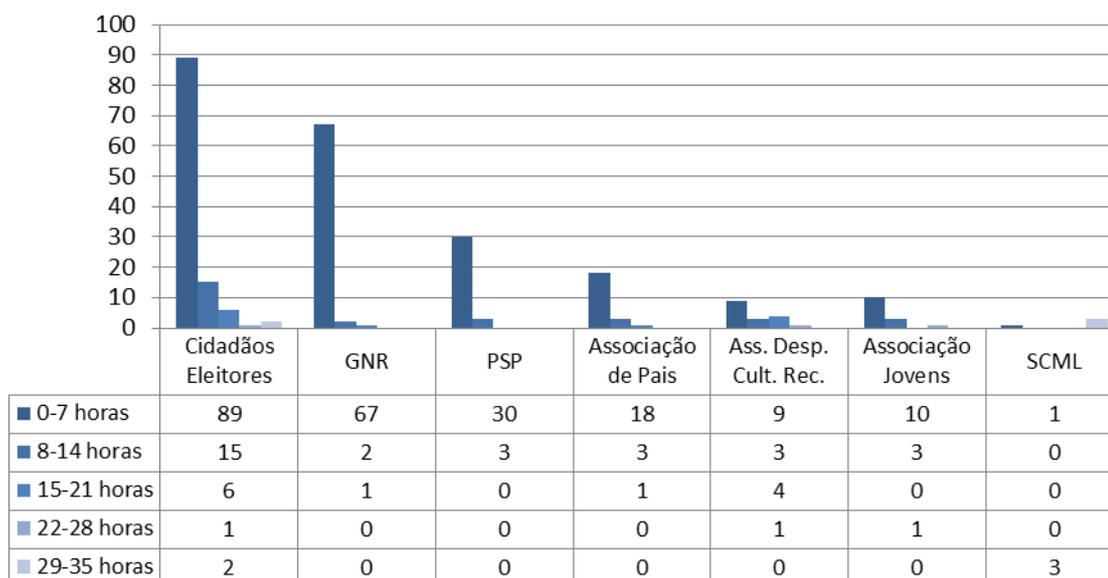
Dos 289 que representam a **Segurança Social**, 60,6% (175) apresentam uma disponibilidade semanal de até 7 horas, isto é 1 dia útil, 20,1% (58) uma disponibilidade entre 8 e 14 horas, isto é 2 dias úteis e 8,3% (24) elementos uma disponibilidade entre 15 as 21 horas, 3 dias úteis. Do total de elementos 2,1% (6) dispõem entre 22 a 28 horas, isto é 4 dias úteis e 9,0% (26) elementos de 5 dias úteis, o que significa que 10,8% (32) dos representantes desta entidade estão a tempo inteiro na que CPCJ

Os elementos que representam o **Ministério da Saúde** correspondem a 233 membros. Os elementos deste grupo registam apenas duas categorias de disponibilidade, 88,4% (206) tem uma disponibilidade semanal de até 7 horas, isto é 1 dia útil e 11,6 % (27) uma disponibilidade entre 8 e 14 horas, isto é 2 dias úteis.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Os membros que representam **as IPSS e as ONG com caracter institucional e não institucional**, apresentam uma disponibilidade semanal similar, a grande maioria dos seus representantes dispõem de até 7 horas, ou seja 1 dia útil; 80,4%(111) dos 138 elementos das IPSS/ONG com actividade Institucional e 80,2% (93) dos 116 elementos das IPSS/ONG com actividade não Institucional. Com uma disponibilidade entre 8 e 14 horas, ou seja é 2 dias úteis, estão 15,2% (21) e 14,7% (17) dos representantes, com uma disponibilidade entre as 15 e as 21 horas, 3 dias úteis estão 2,9% (4) e 2,6% (3) A tempo inteiro na CPCJ, com uma disponibilidade de 5 dias úteis estão 1,4% (2) elementos das IPSS/ONG com actividade Institucional e 2,6% (3) das IPSS/ONG com actividade não Institucional.

Gráfico nº 38 Disponibilidade de horas semanais dos elementos que pertencem à modalidade restrita em função das entidades menos representadas



Importa considerar, na análise do gráfico anterior, que os Cidadãos Eleitores e as Associações são normalmente representados por membros que dependem profissionalmente de outras entidades.

Dos 113 **Cidadãos Eleitores** designados pela assembleia Municipal, 78,8% (89) apresentam uma disponibilidade semanal de até 7 horas, 13,3% (15) uma disponibilidade entre 8 e 14 horas, e 5,3% (6) elementos uma disponibilidade entre 15 as 21 horas, 3 dias úteis. Estão a tempo inteiro na que CPCJ 3 elementos; 1 dispõem entre 22 a 28 horas, isto é 4 dias úteis e 2 dispõem de 5 dias úteis.

Dos 70 Membros em representação da **GNR**, 95,7% (67) tem uma disponibilidade semanal de até 7 horas, dois membros (2,9%) uma disponibilidade entre 8 e 14 horas, e um membro (1,4%) uma disponibilidade entre 15 as 21 horas, 3 dias úteis.

A **PSP** apresenta uma distribuição semelhante, com 33 representantes na modalidade restrita 90,9% (30) tem uma disponibilidade semanal de até 7 horas e 9,1% (3) uma disponibilidade entre 8 e 14 horas.

As **Associações de Pais** tem representantes em 22 CPCJ, destes 81,8% (18) tem uma disponibilidade semanal de até 7 horas, 13,6% (3) uma disponibilidade entre 8 e 14 horas e um (4,5%) uma disponibilidade entre 15 as 21 horas, 3 dias úteis

As **Associações Desportivas Culturais e Recreativas** integram a modalidade restrita em 17 CPCJ, dos seus representantes 52,9% (9) tem uma disponibilidade semanal de até 7 horas, 17,6% (3) uma disponibilidade entre 8 e 14 horas, 23,5% (4) uma disponibilidade entre 15 as 21 horas, ou seja 3 dias úteis e um (5,9%) dispõem entre 22 a 28 horas, ou seja 4 dias úteis.

As **Associações de Jovens** integram a modalidade restrita em 14 CPCJ, em 10 o seu representante dispõe de até 7 horas, em 3 CPCJ dispõe de entre 8 e 14 horas e na outra dispõem entre 22 a 28 horas, isto é 4 dias úteis.

A **Santa Casa da Misericórdia de Lisboa** apenas tem representantes nas 4 CPCJ de Lisboa, 1 dos representantes tem uma disponibilidade semanal de até 7 horas e os restantes 3 estão a tempo inteiro na CPCJ com 5 dias úteis

Competência e Funcionamento da comissão restrita

Artigo 21.º Competência da comissão restrita

1 - À comissão restrita compete intervir nas situações em que uma criança ou jovem está em perigo.

2 - Compete designadamente à comissão restrita:

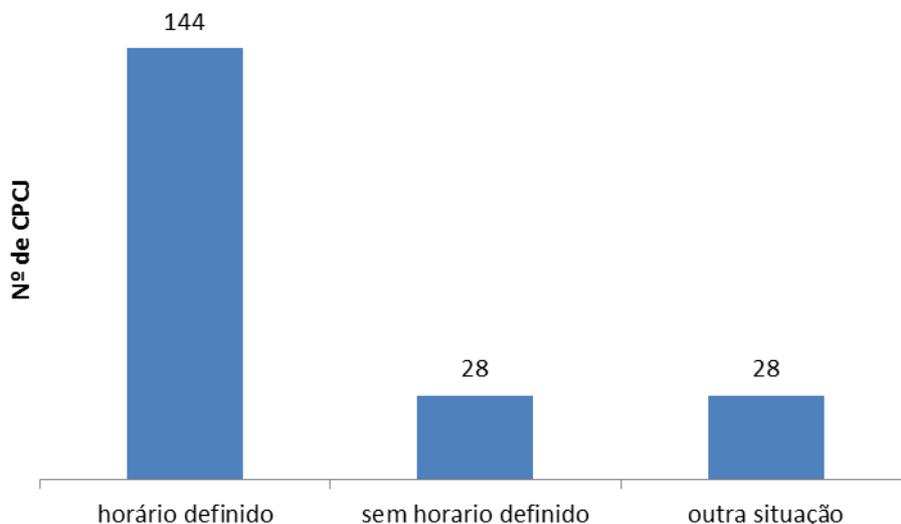
- a) Atender e informar as pessoas que se dirigem à comissão de protecção;
- b) Apreciar liminarmente as situações de que a comissão de protecção tenha conhecimento, decidindo o arquivamento imediato do caso quando se verifique manifesta desnecessidade de intervenção ou a abertura de processo de promoção de direitos e de protecção;
- c) Proceder à instrução dos processos;
- d) Solicitar a participação dos membros da comissão alargada nos processos referidos na alínea anterior, sempre que se mostre necessário;
- e) Solicitar parecer e colaboração de técnicos ou de outras pessoas e entidades públicas ou privadas;
- f) Decidir a aplicação e acompanhar e rever as medidas de promoção e protecção, com excepção da medida de confiança a pessoa seleccionada para a adopção ou a instituição com vista a futura adopção;
- g) Informar semestralmente a comissão alargada, sem identificação das pessoas envolvidas, sobre os processos iniciados e o andamento dos processos pendentes.

Artigo 22.º -Funcionamento da comissão restrita

- 1 - A comissão restrita funciona em permanência.
- 2 - O plenário da comissão restrita reúne sempre que convocado pelo presidente, no mínimo com periodicidade quinzenal, e distribui entre os seus membros as diligências a efectuar nos processos de promoção dos direitos e protecção das crianças e jovens em perigo.
- 3 - Os membros da comissão restrita exercem funções em regime de tempo completo ou de tempo parcial, a definir na respectiva portaria de instalação.
- 4 - A comissão restrita funcionará sempre que se verifique situação qualificada de emergência que o justifique.

Uma das atribuições das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, na sua modalidade restrita, é a de atender e informar as pessoas. A existência de um horário de funcionamento é essencial para a concretização deste dever de atendimento e de informação aos cidadãos..

Gráfico nº 39 Nº de CPCJ por Horário de funcionamento da CPCJ na modalidade restrita



Do total de CPCJ que responderam a esta questão (200), 72% (144), têm horário de funcionamento definido, 14% (28) das CPCJ não definiram horário, e o mesmo número de CPCJ referem outra situação.

O quadro seguinte reflete o número de elementos da modalidade restrita na CPCJ em cada dia da semana.

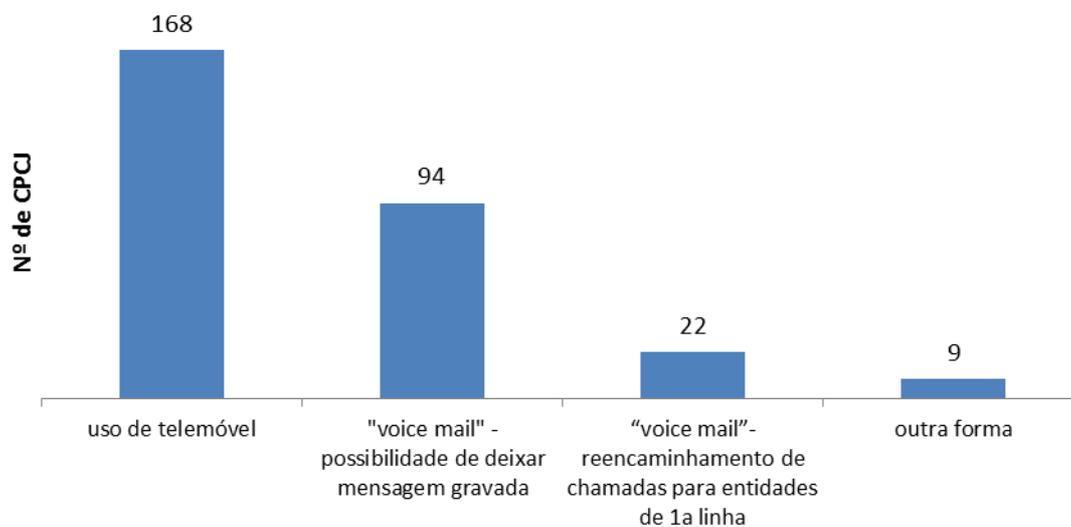
Quadro nº 1 Número de CPCJ em atividade por hora e dia da semana

| | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta |
|-------|---------|-------|--------|--------|-------|
| 09:00 | 211 | 211 | 215 | 215 | 207 |
| 10:00 | 189 | 191 | 190 | 190 | 183 |
| 11:00 | 188 | 188 | 189 | 187 | 181 |
| 12:00 | 188 | 190 | 189 | 187 | 181 |
| 13:00 | 80 | 78 | 84 | 78 | 77 |
| 14:00 | 190 | 191 | 184 | 182 | 172 |
| 15:00 | 178 | 180 | 178 | 172 | 165 |
| 16:00 | 177 | 179 | 177 | 174 | 163 |
| 17:00 | 179 | 180 | 178 | 172 | 164 |
| 18:00 | 45 | 39 | 41 | 38 | 37 |
| 19:00 | 2 | 1 | 2 | 1 | 1 |
| 20:00 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |

CPCJ que não responderam:2

Considerando a presença de pelo menos um elemento da modalidade restrita nas instalações da CPCJ regista-se uma tendência para a mancha horária da parte da manhã em todos os dias de semana, em especial no horário das 9:00 às 10:00 horas. Não se registam diferenças significativas entre os dias de semana.

Gráfico nº 40 CPCJ por Meios utilizados para assegurar o atendimento em permanência



CPCJ que não responderam:7

O regime de funcionamento em permanência é uma exigência legal tendo em conta a eventual necessidade de intervenção em situações de emergência. Os meios utilizados pelas CPCJ para garantir o funcionamento neste regime foram os seguintes: 57,3% (168) das CPCJ o uso de telemóvel; 32,1% (94) das CPCJ através do sistema de voice mail - possibilidade de deixar mensagem gravada; 7,5% (22) através do sistema de voice mail com reencaminhamento de chamadas para entidades de primeira linha, nomeadamente GNR, PSP, Linhas de Emergência e Hospitais/Centros de Saúde; 3,1% (9) outras formas.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Presidência das CPCJ

Artigo 23.º Presidência da comissão de protecção

1 - O presidente da comissão de protecção é eleito pelo plenário da comissão alargada de entre todos os seus membros.

2 - O presidente designa um membro da comissão para desempenhar as funções de secretário.

3 - O secretário substitui o presidente nos seus impedimentos.

Artigo 24.º Competências do presidente

Compete ao presidente:

a) Representar a comissão de protecção;

b) Presidir às reuniões da comissão alargada e da comissão restrita e orientar e coordenar as suas actividades;

c) Promover a execução das deliberações da comissão de protecção;

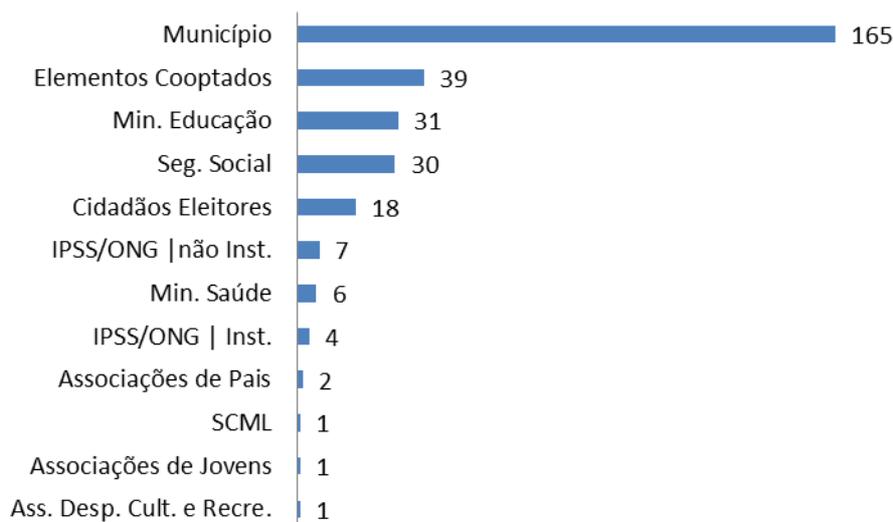
d) Elaborar o relatório anual de actividades e avaliação e submetê-lo à aprovação da comissão alargada;

e) Autorizar a consulta dos processos de promoção dos direitos e de protecção;

f) Proceder às comunicações previstas na lei.

O Presidente da CPCJ é eleito pelo plenário da comissão alargada, de entre todos os seus membros, por um período de 2 anos, renovável até ao limite de 6 anos consecutivos. Compete ao presidente da CPCJ representar a Comissão, presidir às reuniões da Comissão nas modalidades Alargada e Restrita, orientar e coordenar as suas actividades, promover a execução das suas deliberações, elaborar o Relatório Anual de Actividades e autorizar a consulta dos processos de promoção e protecção.

Gráfico nº 41 Nº de CPCJ por Entidades que assumiram a sua presidência

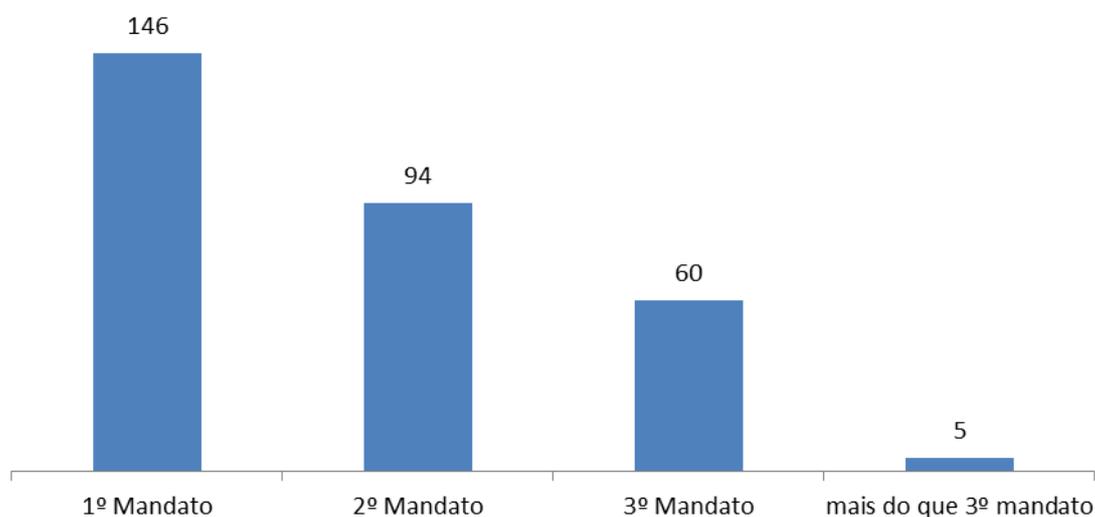


O cargo de presidente da CPCJ, como se pode constatar no gráfico anterior, e mantendo a tendência dos últimos anos, foi maioritariamente (54,1%;165), exercido por membros que representam o município. Em segundo lugar, surgem os Elementos

Cooptados, com uma representação de 12,8% (39); por ordem decrescente de representação a presidência da CPCJ é ocupada por representantes da Educação com 10,2% (31); Segurança Social com 9,8% (30); Cidadãos eleitores com 5,9% (18); IPSS/ONG com atividades de carácter não institucional com 2,3% (7); Ministério da Saúde com 2,0% (6) e 1,3% (4) por IPSS/ONG com atividades em regime de colocação institucional.

Com valores de representação inferiores a 1% surgem as Associação Pais com 0,7 % (2) e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, as Associações de Jovens e as Associações Desportivas Culturais R com 1 (0,3%) elemento cada.

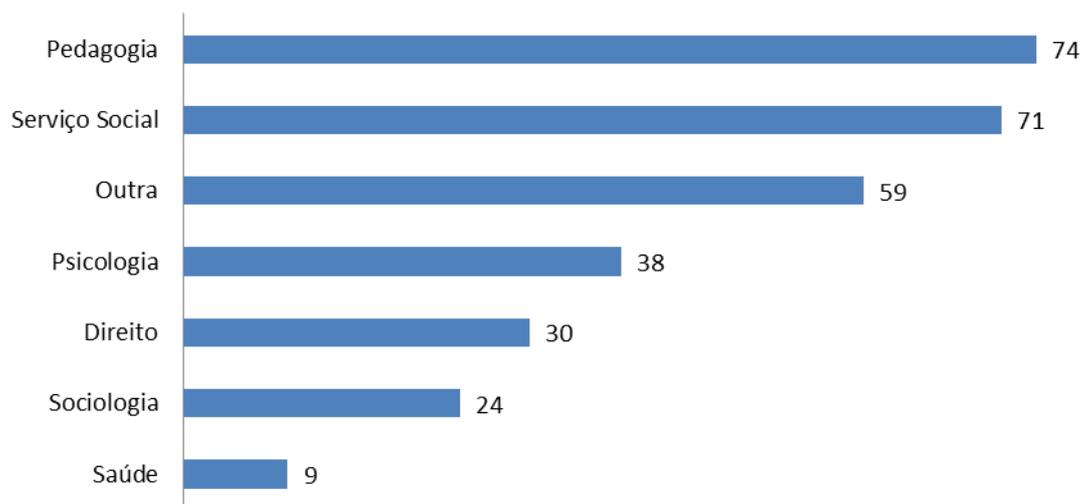
Gráfico nº 42 CPCJ por Nº de Mandatos do presidente em 31 de Dezembro 2012



No ano em avaliação constatamos que 47,9% (146) dos presidentes cumprem o seu primeiro mandato, 30,8% (94) cumprem o segundo mandato, 19,7% (60) cumprem o seu terceiro e ultimo mandato enquanto 1,6% (5) já ultrapassou o tempo de duração de mandatos prevista por lei. Projecta-se a implementação de uma formação disponível para os novos presidentes.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

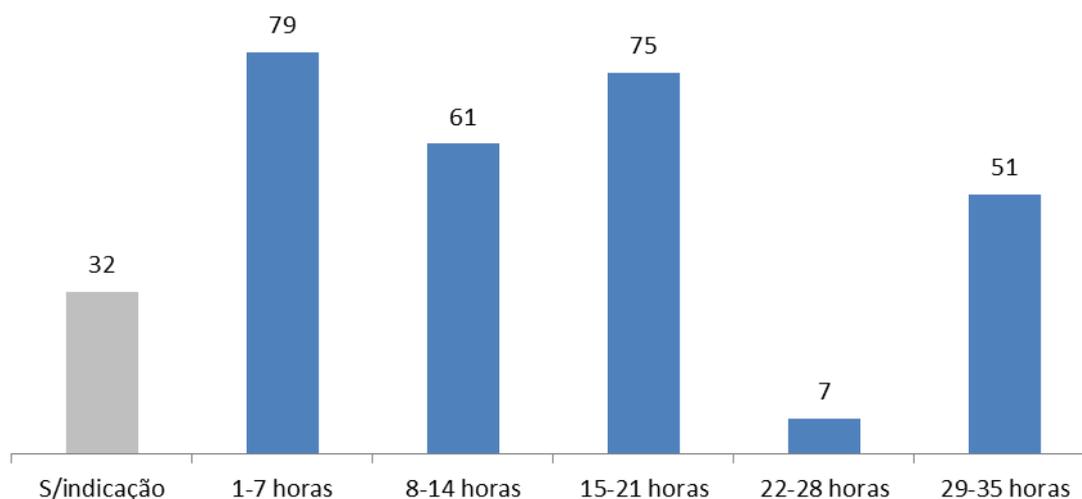
Gráfico nº 43 No de CPCJ por Valência do elemento que desempenha o cargo de Presidente



A área de formação técnica dos presidentes em exercício, como se pode constatar no gráfico anterior, é mais relevante na área da Pedagogia com 24,3% (74), seguem-se, por ordem decrescente o Serviço Social, com 23,3% (71), outras áreas de formação técnica não especificadas com 19,3% (59), a Psicologia com 12,5% (38), o Direito com 9,8% (30), a Sociologia com 7,9% (24) e a Saúde com 3,0% (9).

Atendendo as competências específicas do cargo de presidente, o número de horas de que dispõe para o trabalho na CPCJ justifica uma análise particular.

Gráfico nº 44 Nº de horas disponibilizadas pelos elementos presidentes

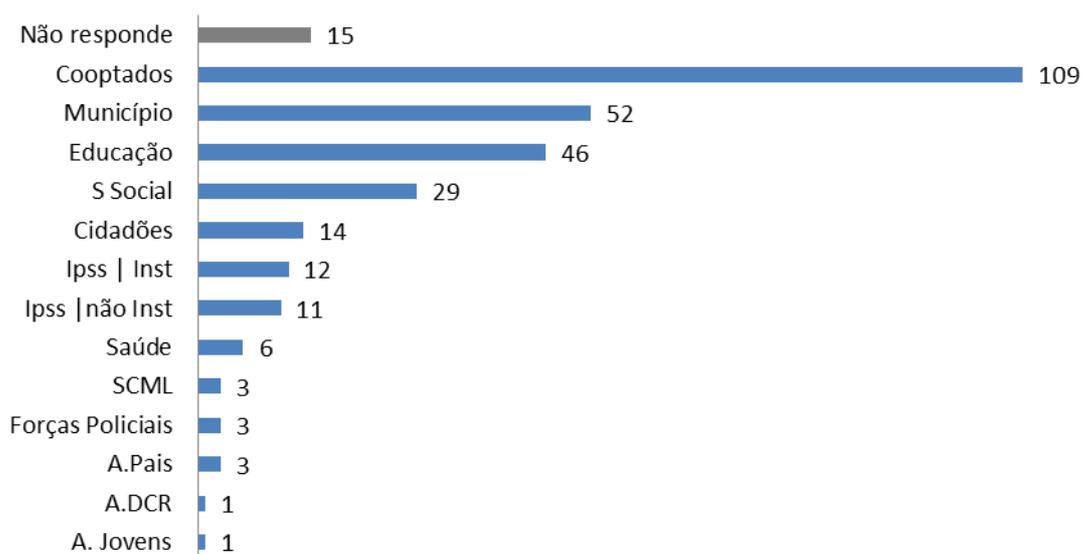


Em 2012, das 305 CPCJ, 32 (10,5%) não indicaram o tempo de que dispõem o elemento que assume o cargo de presidente, 25,9% (79) dispõem de 1 a 7 horas por semana, 20% (61) dispõem de 8 a 14 horas, 24,6% (75) dispõem de 15 a 21 horas, 2,3% (7) dispõem de 22 a 28 horas e 16,7% (51) dispõem de 29 a 35 horas

Secretário

O Secretário é designado pelo presidente, de entre todos os membros da CPCJ substituindo-o nos seus impedimentos. Na aplicação informática o registo do presidente é efectuado pela CNPCJR, devendo este inscrever e caracterizar o secretário na aplicação. Assim das 305 CPCJ instaladas 15 (4,9%) não inseriram nenhuma informação.

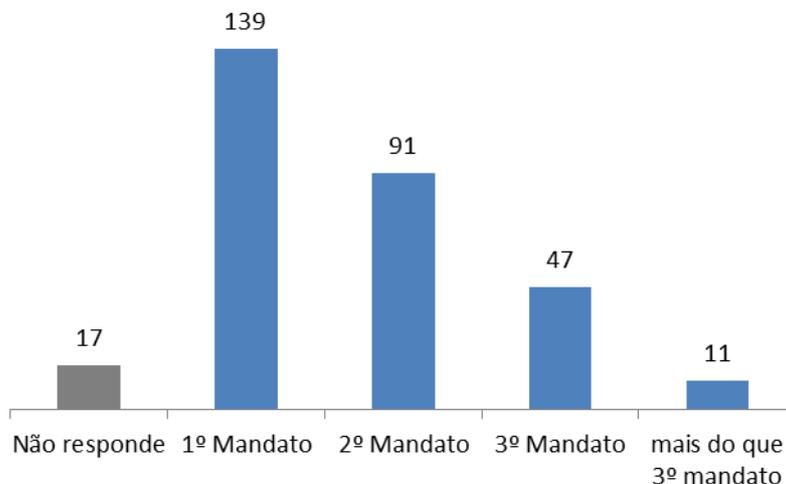
Gráfico nº 45 N° de CPCJ por Entidades que assumiram as funções de secretário



Na análise das entidades representadas pelo membro designado como secretário observa-se que os Elementos cooptados são em 35,7% (109) das CPCJ quem ocupa este cargo, segue-se por ordem decrescente de frequência o Município/ J. Freguesia – 17,0 % (52); Ministério da Educação - 15,1% (46); a Segurança Social - 9,5% (29); os Cidadãos eleitores designados pela Assembleia Municipal - 4,6 % (14); as IPSS/ONG (atividades de carácter institucional.) – 3,9% (12); IPSS/ONG (atividades de carácter não institucional) - 3,6% (11); Ministério da Saúde -2,0% (6); as Forças Segurança e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa - 1,0% (3); por ultimo um secretario (0,3%) das Associações desportivas, das Associações de jovens e das Associações de Pais.

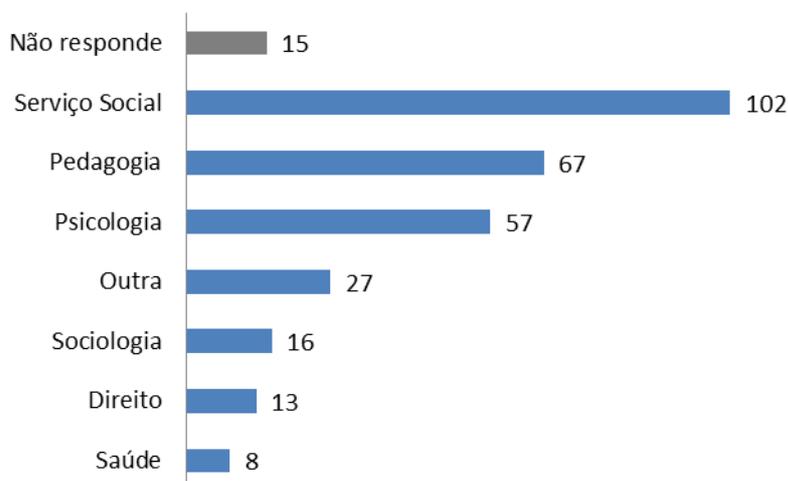
Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Gráfico nº 46 Mandatos do Secretário em 2012



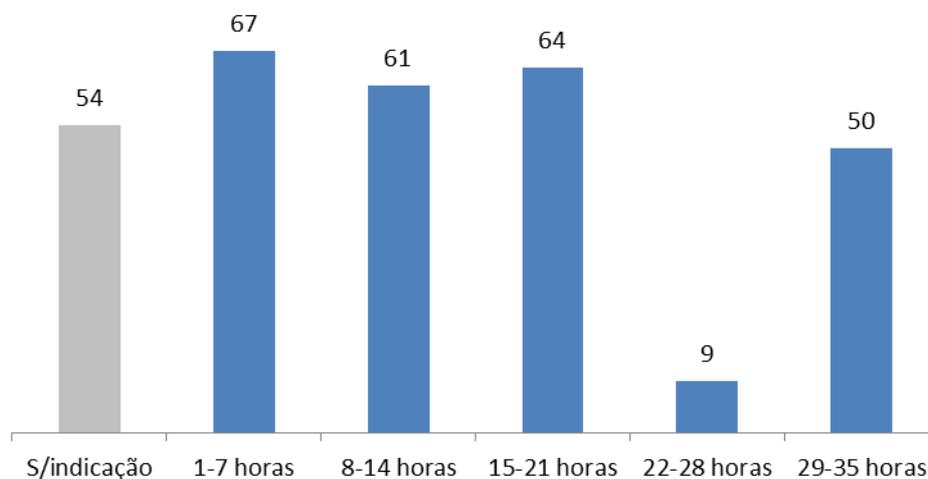
No ano em avaliação constatamos que 45,6% (139) dos secretários cumprem o seu primeiro mandato, 29,8% (91) cumprem o segundo mandato, 15,4% (47) cumprem o seu terceiro e ultimo mandato, enquanto 3,6% (11) já ultrapassou o tempo de duração de mandatos prevista por lei.

Gráfico nº 47 No de CPCJ por Valência do elemento que desempenha o cargo de Secretário



A área de formação técnica dos secretários em exercício, como se pode constatar no gráfico anterior é mais relevante na área de Serviço social, que representa 33,4 % (102) do total. Por ordem decrescente, as outras áreas de formação técnica são Pedagogia com 22,0% (67); Psicologia com 18,7% (57); Sociologia com 5,2 % (16); Direito com 4,3% (13); Saúde com 2,6% (8). Em 8,9 % (27) das CPCJ a formação académica do Secretário é outra não especificada e em 4,9% (15) a formação académica não é identificada.

Gráfico nº 48 Nº de horas semanais disponibilizadas aos Secretários

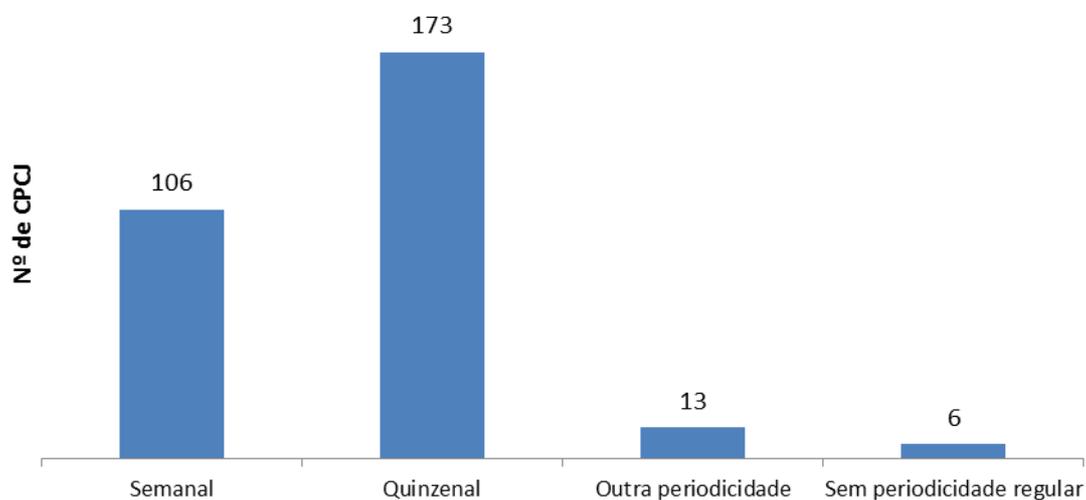


Em 2012, das 305 CPCJ, 54 (17,7%) não indicaram o tempo de que dispõem o elemento que assume o cargo de secretário, 22,0% (67) dispõem de 1 a 7 horas por semana, 20% (61) dispõem de 8 a 14 horas, 21% (64) dispõem de 15 a 21 horas, 3% (9) dispõem de 22 a 28 horas e 16,4% (50) dispõem de 29 a 35 horas.

Organização do trabalho processual

A Lei de Promoção e Proteção exige que a modalidade restrita de uma CPCJ reúna pelo menos de 15 em 15 dias.

Gráfico nº 49 CPCJ por Periodicidade das reuniões da comissão na modalidade restrita



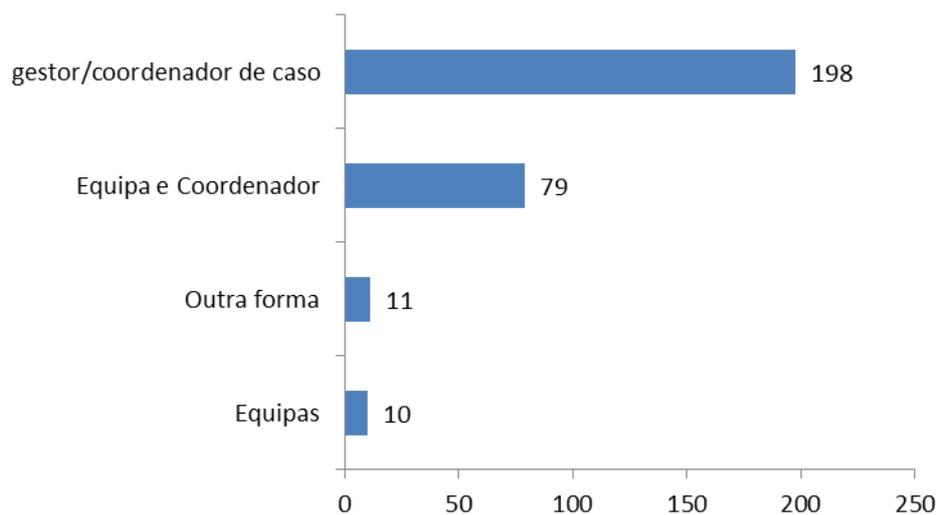
Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

CPCJ que não responderam:2

Em 2012 a maioria das CPCJ, 93,6% (279) reuniu com a periodicidade mínima requerida por lei, um ligeiro aumento em comparação com o ano de 2011, onde correspondia a 92,61% (263) das CPCJ. Destas 62% (173), reúne com a periodicidade mínima exigida pela lei, ou seja quinzenalmente, enquanto que, 32,1% (106) reúne semanalmente.

As restantes CPCJ reuniram de forma menos frequente, 6,4% (19), incluindo-se neste grupo as que referem reunir com outra periodicidade (13) e as que referem reunir quando necessário (6). As causas indicadas pelas CPCJ para justificar esta situação estão associadas ao reduzido volume processual.

Gráfico nº 50 No de CPCJ por Organização do trabalho processual da comissão na modalidade Restrita



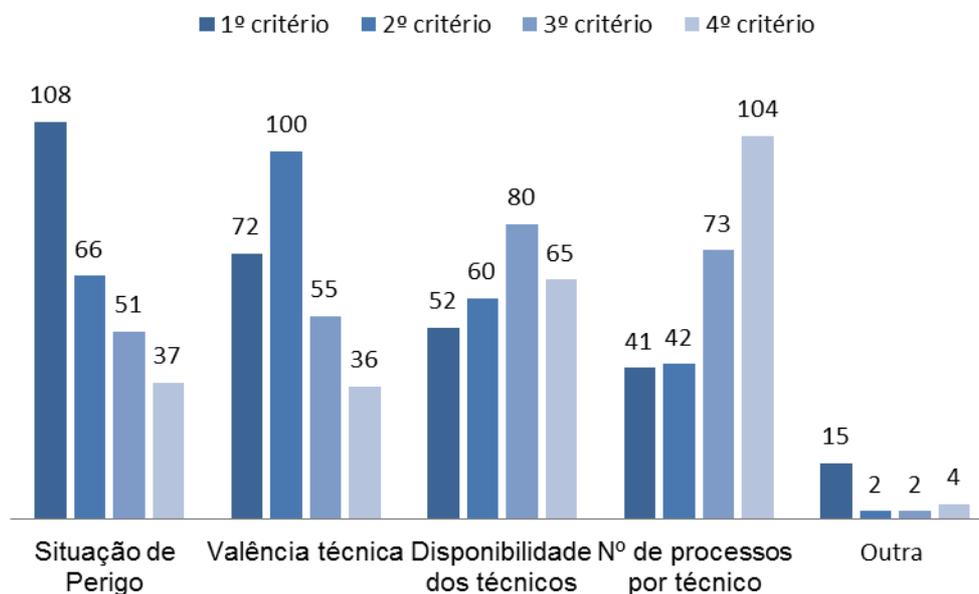
CPCJ que não responderam:2

A organização do trabalho na modalidade restrita é da responsabilidade de cada CPCJ constituindo uma das expressões da autonomia funcional que a Lei lhes confere. No ano de 2012 a organização do trabalho processual realizado no âmbito da modalidade restrita privilegiou a figura do gestor/coordenador de caso, representando 66,4% (198) dos modelos de organização utilizados pelas CPCJ. Esta forma de organização coexiste com a organização em grupos/equipas no caso de 26,5% (79) das CPCJ. Regista-se com menos frequência a situação em que a CPCJ se organiza exclusivamente por grupos/equipas de trabalho, 3,4% (10). Outras formas de organização representam 3,7% (10).

O gráfico seguinte permite-nos visualizar os critérios subjacentes à distribuição do trabalho processual por Gestor / Coordenador de caso, responderam a esta questão 297 CPCJ, inclui as que cumulativamente usam trabalho em equipa.

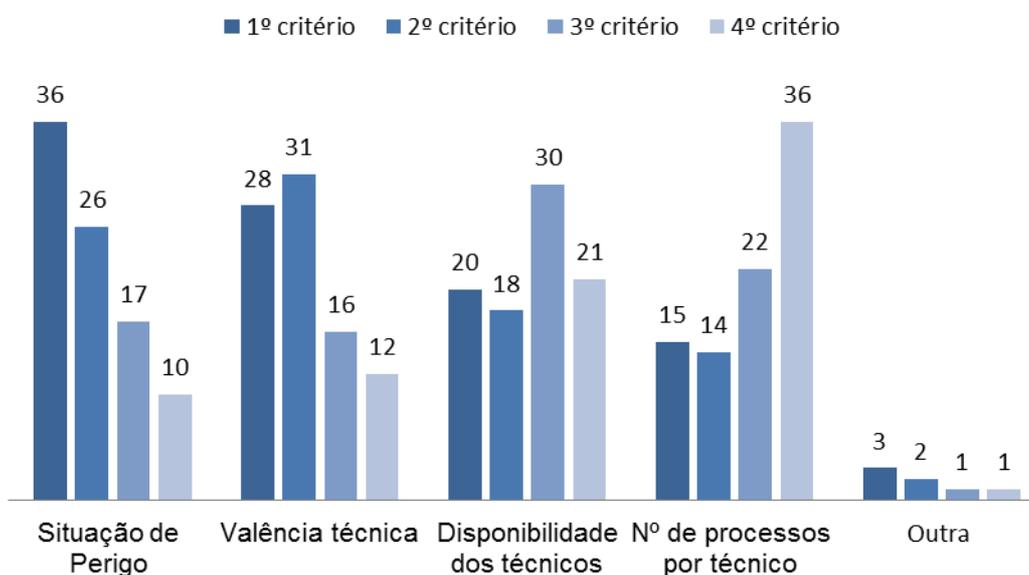
Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Gráfico nº 51 Critérios de atribuição dos processos em CPCJ que se organizam através da figura de gestor de caso



Nas CPCJ que escolhem uma forma de organização que utiliza gestor de caso, o principal critério para atribuição de um processo é o tipo de situação de perigo vivida pela criança, a Valência Técnica do gestor é o segundo critério de atribuição dos processos, seguida da disponibilidade dos técnicos e do número de processos por técnico.

Gráfico nº 52 Critérios de atribuição dos processos em CPCJ que se organizam através de equipas



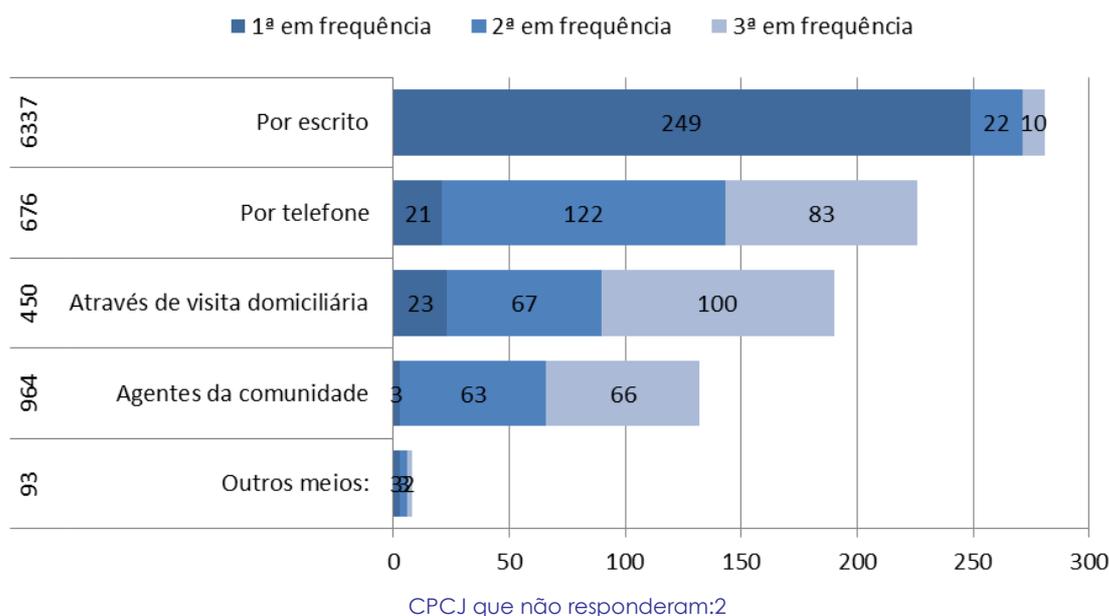
Nos critérios subjacentes à distribuição do trabalho processual por equipas, responderam a esta questão 89 CPCJ, inclui as que cumulativamente usam Gestor / Coordenador de caso.

O gráfico anterior permite-nos visualizar que os critérios na atribuição de processos nas CPCJ que escolhem organizar-se em equipas de trabalho é idêntico ao dos que usam Gestor / Coordenador de caso.

Compete à modalidade restrita das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens apreciar as sinalizações de situações de perigo que tenha conhecimento, decidindo ou não sobre a instrução de um processo de promoção e protecção.

O primeiro momento de contacto entre a CPCJ a criança e os pais é em grande parte determinante para toda a intervenção da CPCJ, pelo que deve ser preparado de acordo com a situação de perigo e a urgência na intervenção.

Gráfico nº 53 Primeiro contacto com pais/representantes legais ou detentor da guarda, numa sequencia de opções

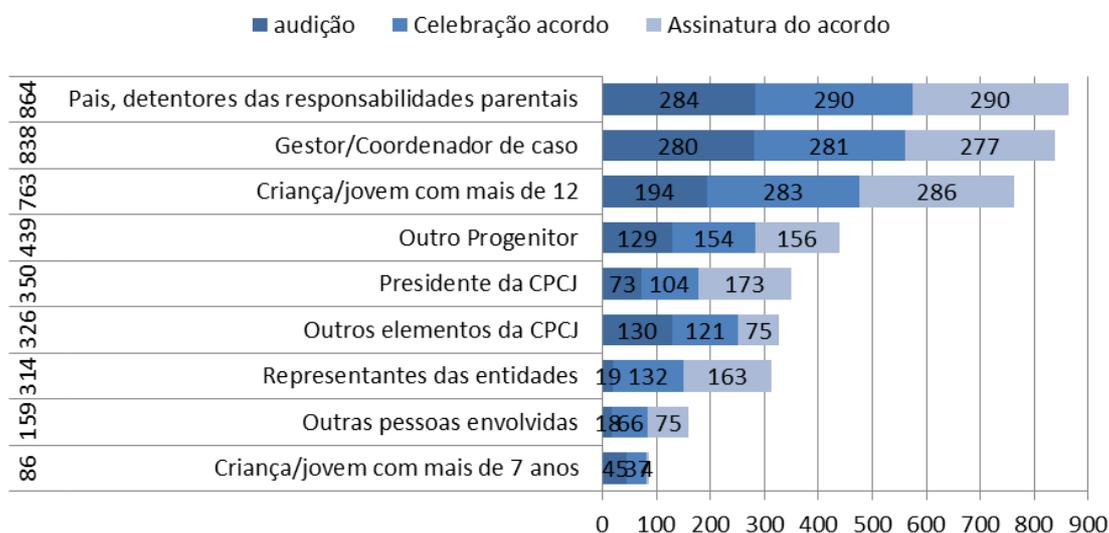


A forma de contacto com os pais mais utilizada foi o contacto escrito, 85,6% (249) valor próximo de 2011, 85,7% (246), seguido pela visita domiciliária, 8,9% (23), e do contacto telefónico 7,9% (21).

A visita domiciliária constitui a forma de contacto privilegiada para as situações de perigo mais graves, designadamente para a vida e integridade física. É importante referir que a forma de contacto com os pais está necessariamente ligada à natureza e urgência da situação de perigo comunicada.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Gráfico nº 54 Elementos presentes no momento da audição da criança e jovem, celebração do APP e assinatura do acordo.



A Audição dos pais e da criança com 12 ou mais anos, a celebração do acordo e a assinatura do acordo são momentos de grande relevância para o processo de promoção e proteção. A frequência relativa às presenças destas pessoas nos vários momentos foi assinalada pelas CPCJ através dos seguintes valores.

Assim:

- Pais, representante legal ou detentor da guarda de facto: Audição 95,3% (284), Celebração do acordo 97,3% (290), Assinatura do acordo 97,3% (290)
- Gestor de caso: Audição 93,9% (280), Celebração do acordo 94,3% (281), Assinatura do acordo 92,9% (277)
- Criança com idade igual ou superior a 12 anos: Audição 65,1% (194), Celebração do acordo 94,9% (283), Assinatura do acordo 95,9% (286)

Utilização da aplicação informática

Das 305 CPCJ instaladas em 2012, e considerando que 7 CPCJ foram instaladas no final do 2º semestre do ano, apenas 300 CPCJ movimentaram processos.

Gráfico nº 55 Utilização da aplicação informática de gestão processual



A esmagadora maioria das CPCJ 99% (297) utiliza a aplicação informática de gestão processual disponibilizada pela Comissão Nacional para registo de todos atos praticados no âmbito de um processo de promoção e proteção. Apenas 1% (3) CPCJ não utilizaram a aplicação informática durante o ano de 2012 e 1,6% (5), não movimentaram processos.

A aplicação informática veio permitir as CPCJ detectarem intervenções anteriores ou atuais de outra CPCJ a mesma criança e jovem, devendo por isso ser consultada no momento em que é recebida uma sinalização

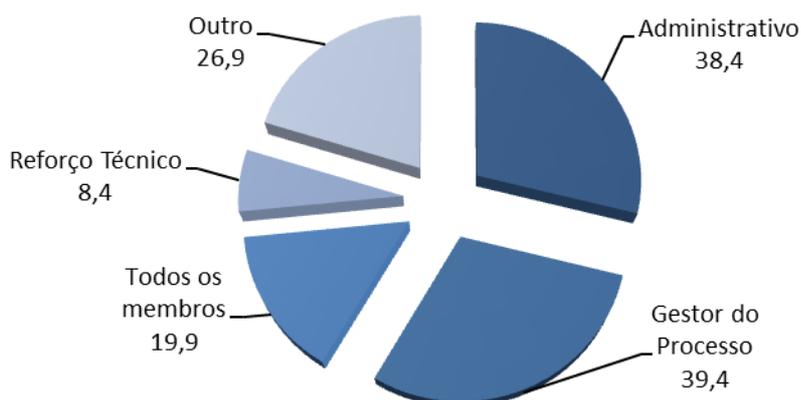
Gráfico nº 56 CPCJ que procedem à pesquisa nacional de processos na aplicação informática



Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Das 297 CPCJ que utilizam a aplicação, uma parte muito significativa das CPCJ 93,3% (277) começam por fazer uma pesquisa nacional sobre a eventual existência de um processo relativo às crianças que lhe são sinalizadas, antes de proceder à abertura de um processo de promoção e protecção, no entanto 4,7% (14) refere abrir um processo sem proceder à pesquisa nacional na aplicação e 2% (6) das CPCJ não responderam.

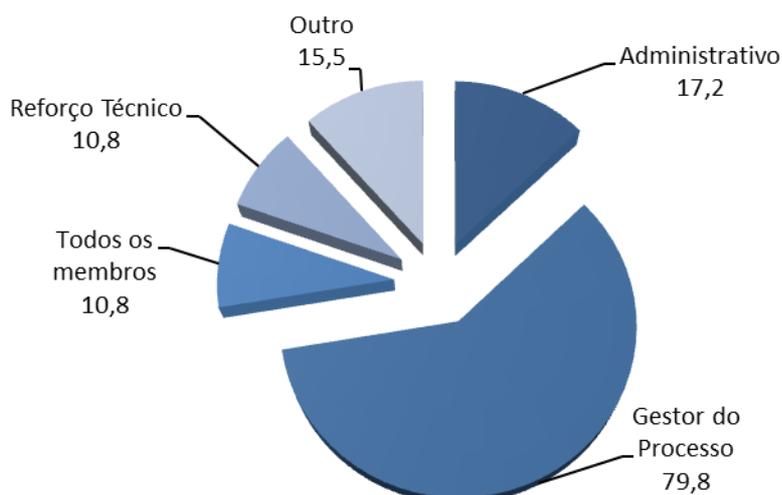
Gráfico nº 57 Elemento da CPCJ que regista a Sinalização na aplicação (%)



As CPCJ podem escolher mais do que uma opção

O registo de sinalização na aplicação informática é realizado maioritariamente pelo gestor de processo (39,4%) e pelo elemento administrativo (38,4%). Em 19,9% das CPCJ todos os membros da CPCJ realizam registos, em 8,4% é realizado pelo elemento de Reforço Técnico e em 26,9% das CPCJ por Outro, nesta categoria as CPCJ indicam ser um membro apenas que faz registos na aplicação informática.

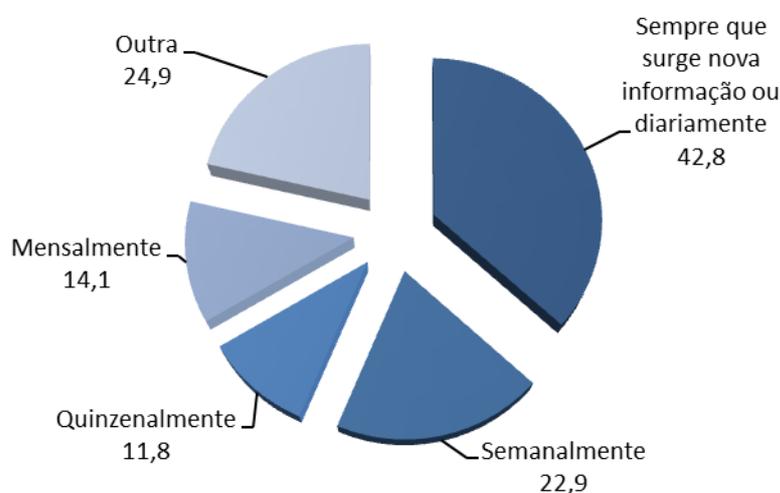
Gráfico nº 58 Elementos que registam informações após-a avaliação diagnóstica



As CPCJ podem escolher mais do que uma opção

Durante a fase de avaliação diagnóstica verifica-se que são os gestores de processos que maioritariamente registam a informação respeitante ao processo. No total das respostas das CPCJ, regista-se que em 79,8% (237) é o Gestor de caso que introduz informação após a fase de avaliação diagnóstica. Segue-se por ordem decrescente de representação o apoio administrativo em 17,2% das CPCJ, Outros em 15,5% das CPCJ e por ultimo com a mesma representatividade, em 10,8% das CPCJ, o Reforço Técnico e Todos os membros.

Gráfico nº 59 Periodicidade de inserção e atualização dos dados na aplicação informática



Das 297 CPCJ que usam a aplicação informática 42,8% CPCJ, assinalaram registar e actualizar informação relativa aos processos sempre que surge nova informação ou diariamente, 22,9% indicou fazê-lo com uma periodicidade semanal, 11,8% com uma periodicidade quinzenal e 14,1% com uma periodicidade Mensal. Por último 24,9% referem Outra periodicidade –, a maioria das CPCJ que indicaram esta categoria descreveram a disponibilidade dos técnicos como periodicidade.

Síntese

Em 2012, dos 4795 membros que compõem as CPCJ a 31 de Dezembro, **2443 (50,9%) integram também à modalidade restrita** das Comissões de Proteção.

No ano de 2012 regista-se que apenas 17,5% (53) das CPCJ têm na composição da modalidade restrita as 5 valências indicada na lei, um ligeiro decréscimo em comparação com 2011, onde correspondia a 20,8% (59). Em 46,4% das CPCJ (140) estão presentes 4 dessas 5 valências, em 27,5%(83) existem 3 das valências, em 5,6%(17) existem apenas 2 valências e em 3,0%(9) apenas uma.

Analisando o número de horas semanal disponibilizado aos membros da modalidade restrita, verificamos que a maioria, 58,9% (1439 membros), dispõem de **7 horas semanais ou menos**. Em menor proporção surgem os elementos que dispõem entre **8-14 horas** 15,9% (388), os que dispõem entre **15-21 horas**, representando 15,8% (387) do total. Um número reduzido de elementos, 1,5% (37), dispõe entre **22-28 horas**, enquanto 7,9% (192) tem disponível entre **29 a 35 horas** para o trabalho na modalidade restrita.

Representando-se a si próprios os **Elementos cooptados**, predominam em todos os escalões de disponibilidade horária, à excepção do das 15 as 21 horas onde predomina a representação da Educação.

O regime de funcionamento em permanência é uma exigência legal tendo em conta a eventual necessidade de intervenção em situações de emergência. Os meios utilizados pelas CPCJ para garantir o funcionamento neste regime foram os seguintes: 57,3% (168) das CPCJ o uso de telemóvel; 32,1% (94) das CPCJ através do sistema de voice mail - possibilidade de deixar mensagem gravada; 7,5% (22) através do sistema de voice mail com reencaminhamento de chamadas para entidades de primeira linha, nomeadamente GNR, PSP, Linhas de Emergência e Hospitais/Centros de Saúde; 3,1% (9) outras formas.

O cargo de presidente da CPCJ foi maioritariamente (54,1%;165) exercido por membros que representam o município, enquanto que, o de secretário, por Membros cooptados.

Em 2012 a maioria das CPCJ, 93,6% (279) reuniu com a periodicidade mínima requerida por lei, um ligeiro aumento em comparação com o ano de 2011, onde correspondia a 92,61% (263) das CPCJ.

No ano de 2012 a organização do trabalho processual realizado no âmbito da modalidade restrita privilegiou a figura do gestor/coordenador de caso, representando 66,4% (198) dos modelos de organização utilizados pelas CPCJ.

IV

ATIVIDADE
PROCESSUAL

IV – ATIVIDADE PROCESSUAL

Fluxo processual Global

O estudo do fluxo processual global anual das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (adiante designadas por CPCJ) implica a análise do total de processos acompanhados pelas CPCJ no ano em avaliação. Essa análise exige, desde logo, a decomposição do fluxo processual em três categorias essenciais:

- **Total de Entradas ou Volume Processual Global:** corresponde à soma dos processos transitados de anos anteriores, dos processos instaurados no ano em avaliação e dos processos reabertos nesse mesmo ano. Importa referir que, em 2012 e pela primeira vez, mercê dos aperfeiçoamentos introduzidos na aplicação informática de gestão processual das CPCJ, foi possível distinguir de entre os processos instaurados aqueles que correspondem a novas situações de perigo e os que resultam de transferências de processos entre CPCJ por alteração da competência territorial;

- **Saídas ou Arquivamento Global:** corresponde ao total de processos findos no ano avaliação. O seu valor é encontrado somando o número de processos arquivados liminarmente, o número de processos arquivados após o início da intervenção das CPCJ e os processos transferidos para outras CPCJ;

- **Processos Ativos no final do ano em avaliação:** corresponde à diferença entre o número de processos entrados e findos no ano. O número de processos ativos no ano N deverá corresponder ao número de processos transitados no ano N+1.

O quadro seguinte permite a visualização comparativa dos dados do **fluxo processual** das CPCJ desde 2006. Chama-se a atenção para a necessidade de interpretar os dados constantes no quadro com cautela, designadamente porque aos vários anos em análise não correspondem o mesmo número de CPCJ instaladas e/ou obrigadas a apresentar o relatório de avaliação da atividade processual¹.

Assim, em 2012 estavam instaladas 305 CPCJ, incluindo as CPCJ de Belmonte, Castro Marim, Fronteira, Marvão, Monchique, São Brás de Alportel, Vila do Bispo, Vila Viçosa Vila Nova de Gaia Norte e Vila Nova de Gaia Sul, com portaria de instalação

¹ Apenas as CPCJ cuja portaria de instalação foi publicada no Diário da República no 1º semestre do ano em avaliação é que estão obrigadas a apresentar relatório anual de avaliação da atividade processual.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

publicada no 2º semestre de 2011.², os dados referentes ao volume processual contemplam 300 CPCJ, dado São Brás de Alportel e Vila do Bispo terem movimentado processos no final do ano.

Quadro nº 2: Evolução do fluxo processual nas CPCJ de 2006 a 20123

| | Transitados | + | Instaurados | + | Reabertos | = | Global | - | Arquivados | ⇒ | Activos |
|------|-------------|---|-------------|---|-----------|---|--------|---|------------|---|---------|
| 2006 | 23712 | + | 25209 | + | 2026 | = | 50947 | - | 18980 | ⇒ | 31967 |
| 2007 | 30320 | + | 29547 | + | 3141 | = | 63008 | - | 28895 | ⇒ | 34113 |
| 2008 | 33394 | + | 29279 | + | 3986 | = | 66659 | - | 31748 | ⇒ | 34911 |
| 2009 | 34416 | + | 28401 | + | 4079 | = | 66896 | - | 31871 | ⇒ | 35025 |
| 2010 | 34753 | + | 28103 | + | 5444 | = | 68300 | - | 35501 | ⇒ | 32799 |
| 2011 | 34243 | + | 27947 | + | 5751 | = | 67941 | - | 31232 | ⇒ | 36709 |
| 2012 | 33605 | + | 29149 | + | 6253 | = | 69007 | - | 33379 | ⇒ | 35628 |

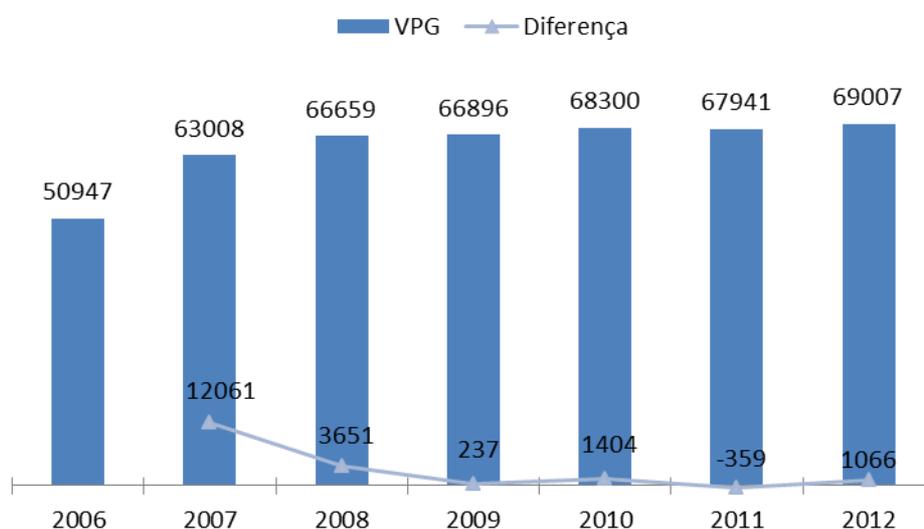
No ano de 2012 as CPCJ **acompanharam** (Volume Processual Global) **69007 processos**, dos quais **arquivaram 33379**. No final do ano permaneciam **ativos** (transitaram para 2013) **35628 processos**.

Note-se que, ao contrário do que foi possível observar no ano de 2011, o número de processos ativos no final do ano de 2012 diminuiu (**menos 1081 processos que em 2011**), contribuindo decisivamente para esta diminuição o aumento dos processos arquivados. Foi no entanto possível verificar, através das diligências feitas pela Comissão Nacional após a receção dos dados das CPCJ, que, à semelhança do ano de 2011, o número de arquivamentos caracterizados na aplicação informática não traduz a totalidade das decisões de arquivamento, pelo que podemos adiantar com algum grau de certeza que o valor de arquivamentos apresentado no quadro é inferior ao real.

² No final do ano de 2012 existiam 305 CPCJ instaladas, sendo que 9 não tinham legitimidade para intervir em processos por não ter sido publicada a respetiva portaria de instalação (não se inclui Vila Nova de Gaia Norte e Vila Nova de Gaia Sul, pois estavam constituídas em portaria única anterior). Os dados relativos aos outros anos são: **2007** – 280 CPCJ instaladas/280 CPCJ que reuniam os requisitos para entrega do MRD; **2008** - 282 CPCJ instaladas/282 CPCJ que reuniam os requisitos para entrega do MRD; **2009** - 291 CPCJ instaladas/287 CPCJ que reuniam os requisitos para entrega do MRD; **2010**- 300 instaladas/296 CPCJ reuniam, os requisitos para entrega do MDR; **2011** - 305 instaladas/296 reuniam os requisitos para entrega do MDR.

³ - Na análise apenas se considera o volume processual desde 2006 por ser o primeiro ano em que obteve 100% de entrega dos dados relativos ao fluxo processual

Gráfico nº 60 Evolução do Volume processual Global de 2006 a 2012



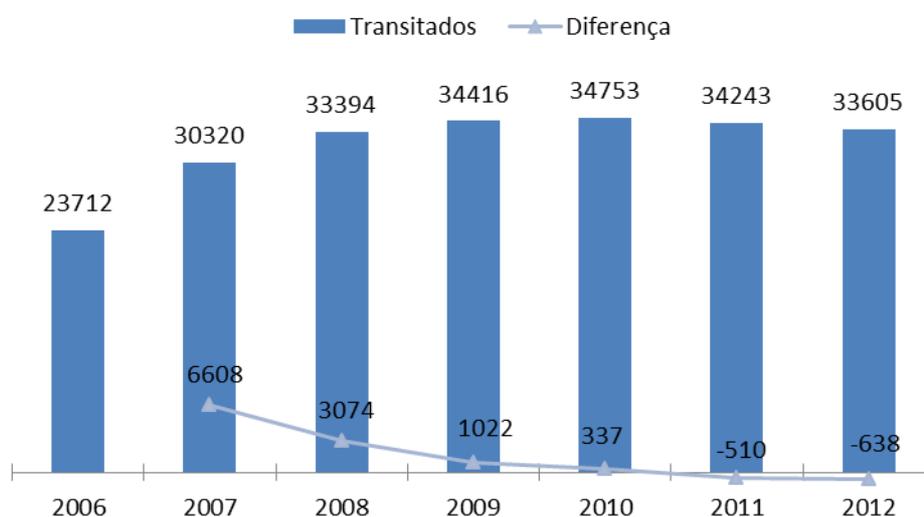
No ano de 2012 o volume processual global totalizou **69.007 processos**, mais **1066** do que no ano de 2011.

Através do gráfico anterior podemos constatar que em 2012 se mantém a tendência verificada desde 2006, com a exceção do ano de 2011 em que houve um ligeiro decréscimo do Volume Processual Global. No presente ano, contrariando a tendência dos anos anteriores, verificamos também que a taxa de crescimento anual aumentou, situação idêntica à registada em 2010.

Para o incremento do Volume Processual Global contribuiu, decisivamente, o aumento do número de processos instaurados e reabertos, pelos motivos que se explicitarão de seguida.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Gráfico nº 61 Evolução dos processos transitados de 2006 a 2012

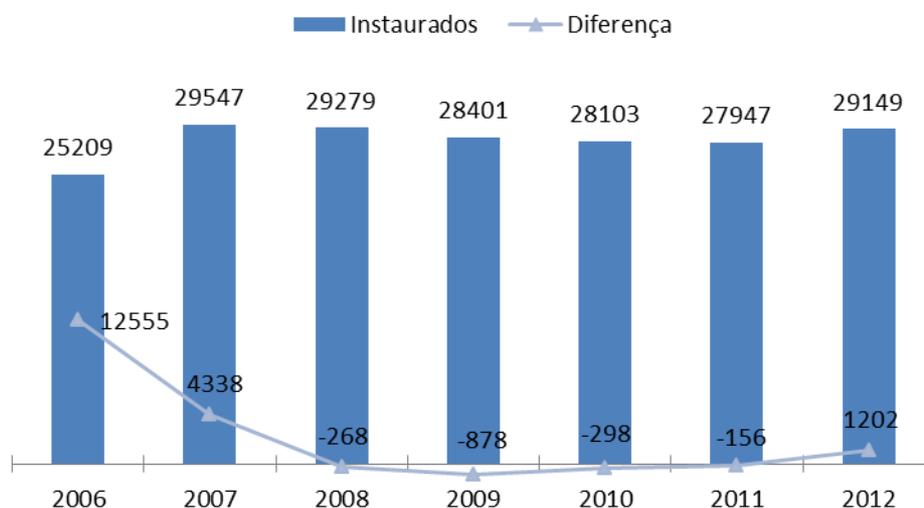


Em 2012 **transitaram de anos anteriores 33 605 processos**, o que representa um valor inferior à soma dos processos instaurados e reabertos no ano em avaliação (Instaurados + reabertos = 35402).

Importa referir que se mantém a tendência de decréscimo iniciada em 2011, sendo o **número de processos transitados para 2012 inferior ao do ano anterior**, registando-se **menos 638 processos**. Notamos que, em 2012, à semelhança de anos anteriores, o número de processos ativos no final do ano de 2011 (36709) não coincide com o número de processos transitados para o ano de 2012 (33605), correspondendo essa diferença a menos **3104 processos**. Esta tendência corretiva já se verificava no Relatório do primeiro semestre de 2012 atingindo, nessa altura, a diferença de 1877 processos.

A explicação para estas diferenças reside na não coincidência do momento em que é deliberado o arquivamento do processo e a sua transcrição para aplicação informática.

Gráfico nº 62 Evolução dos processos instaurados de 2006 a 2012



Em 2012 foram instaurados **29.149⁴ processos de promoção e proteção**, valor que traduz um aumento de 1202 processos em relação àquele verificado em 2011 (27 947).

Não obstante a necessidade de estudar aprofundadamente cada um dos motivos justificativos para este aumento e o seu impacto relativo, importa realçar, desde já, que **no ano de 2012 todas as crianças e jovens passaram a estar abrangidas pelo aumento da escolaridade obrigatória até ao 12º ano/18 anos de idade**, fato que se traduz no aumento do universo, quer de jovens, quer de situações de perigo, designadamente aquelas que comprometem o direito à educação, suscetíveis de determinar a intervenção das CPCJ.

Com efeito, essa medida, que reputamos de importância estratégica para a promoção e concretização do direito à educação - instrumento muito relevante da inserção social e profissional das crianças e jovens, promotor da igualdade de oportunidades e corretor de desigualdades sociais -, veio alargar de forma inequívoca o âmbito subjetivo do direito à educação⁵.

⁴ Destes, 14 512 processos foram instaurados no primeiro semestre e 14 637 no segundo.

⁵ Apesar de, quer ao nível da doutrina, quer ao nível da prática, haver já quem defendesse que as situações de perigo suscetíveis de comprometer o direito à educação deveriam ser aferidas independentemente da criança ou jovem estar abrangido ou não pela escolaridade obrigatória

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Assim, quando analisamos as **problemáticas sinalizadas às CPCJ no ano de 2012** e a cruzamos com a **idade das crianças /jovens** verificamos que, **em 2012**, foram **instaurados 2537** processos de promoção e proteção **a jovens com mais de 15 anos por situações que comprometem a concretização do Direito à Educação** (Abandono, Absentismo e Insucesso Escolar), enquanto que, em 2011, o número de jovens do mesmo escalão etário sinalizados pelo mesmo motivo foi de **1708**.

Se tomarmos em consideração apenas esta problemática⁶ e este escalão etário (que constituem, em conjunto, o âmbito objetivo e subjetivo da medida de alargamento da escolaridade obrigatória) **verificamos que foram instaurados mais 829 processos de promoção e proteção** que no ano de 2011. Aplicando este fator de correção, em virtude da diferença de universos, a diferença entre o número de processos instaurados nos anos de 2011 e 2012 **desce para 373**.

Pelo que se conclui que o alargamento do universo determinado pelo alargamento da escolaridade obrigatória justifica 69% do aumento de processos instaurados.

Quadro nº 3 Processos Instaurados: espécies

| Transitados | | Instaurados | | | Reabertos | | Global | Arquivados | | |
|-------------|---|-------------|--------------|------|-----------|------|--------|------------|---|-------|
| | | Novos | Transferidos | | | | | | | |
| 33605 | + | 27050 | + | 2099 | + | 6253 | = | 69007 | - | 33379 |

Como já foi assinalado, em 2012, e pela primeira vez, é possível diferenciar, de entre os **processos instaurados**, aqueles que correspondem a **novas situações de perigo** daqueles que resultam de **transferências de processo** entre CPCJ determinados pela modificação da competência territorial.

Com efeito, tal como resulta da Lei, o processo de promoção e proteção iniciado numa determinada CPCJ é suscetível de ser transferido para outra após aplicação da medida, caso a criança ou jovem mude de residência e desde que tenham decorridos três meses desde a verificação desse fato.

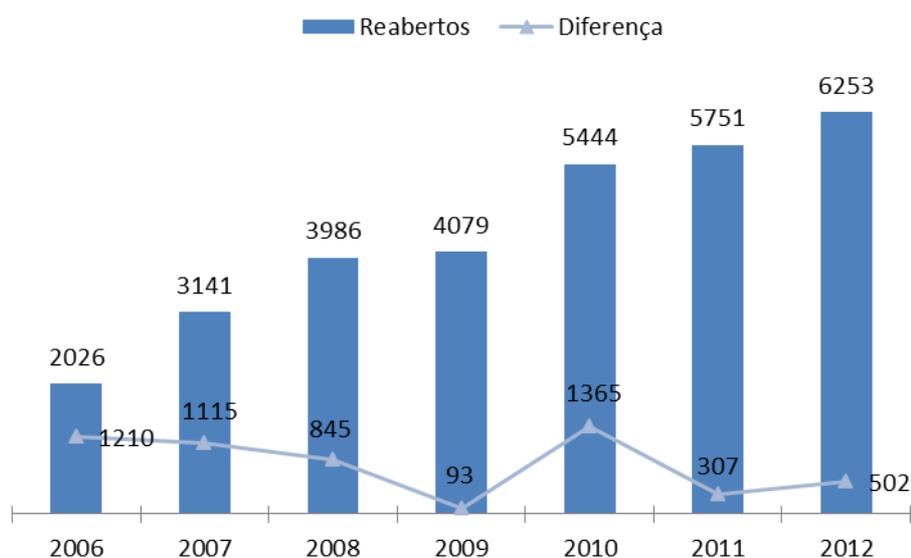
Verifica-se, através do quadro anterior, que dos **29149 processos** de promoção **instaurados** no ano de 2012, **27050** correspondem a **novas situações de perigo** que

⁶ É também de considerar a possibilidade, lógica e provável, de, pelo fato de os jovens passarem a frequentar o espaço escolar, se puderem aí detetar outras situações de perigo que não apenas aquelas que comprometem o seu direito à educação. No entanto, por não ser possível medir de forma objetiva esse impacto nos processos instaurados, opta-se por referir apenas aquele fator em que é clara e direta essa correlação.

determinaram a intervenção das CPCJ, e, **2099 a transferências** de processos entre CPCJ em consequência da modificação da competência territorial. Os **2099 processos transferidos** entre CPCJ representam 7,2% do número de processos instaurados em 2012.

Sendo esta a primeira vez em que é possível decompor em subespécies os processos instaurados, as comparações com os anos anteriores têm sempre como referência o **total de processos instaurados** (29149).

Gráfico nº 63 Evolução dos processos reabertos de 2006 a 2012

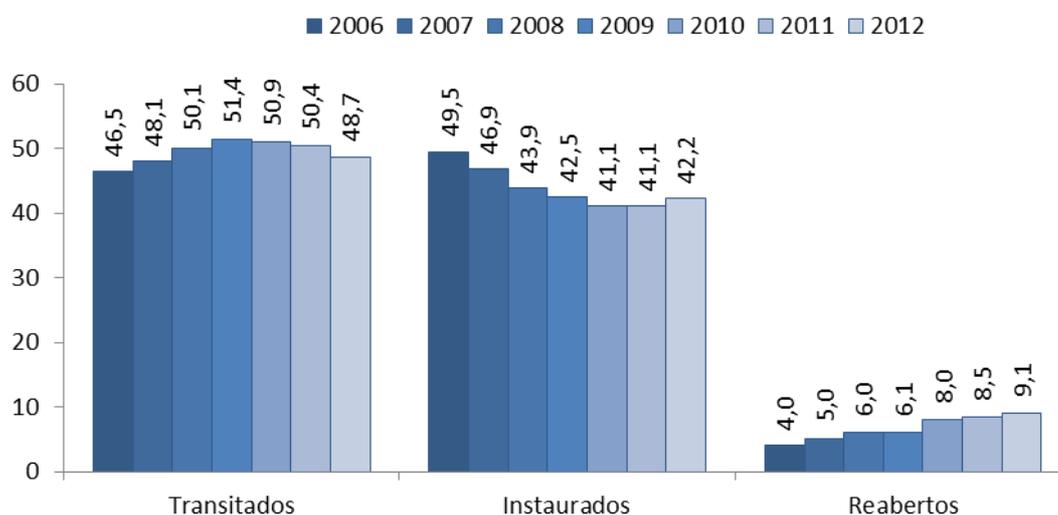


Assinale-se, em 2012, a **reabertura de 6253 processos**. Este número traduz um aumento de 502 processos (8,7%) face ao número verificado no ano anterior. Observando o gráfico anterior verificamos que, entre 2006 e 2009, há uma tendência de decréscimo da taxa anual de crescimento dos processos reabertos. Porém, em 2010, constatamos a inversão da tendência, com um aumento de reaberturas consideravelmente superior àquele registado nos anos anteriores (33, 5%).

À semelhança do que foi referido para os processos instaurados, também se verifica o aumento significativo de processos reabertos no escalão etário ≥ 15 anos (+ 480 processos).

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Gráfico nº 64 Impacto percentual das diferentes tipologias processuais no volume processual global nos anos de 2006 a 2012



Comparando o período de 2006 a 2012 constatamos que pela primeira vez o impacto dos **processos transitados** no volume processual global corresponde a valores inferiores a 50%.

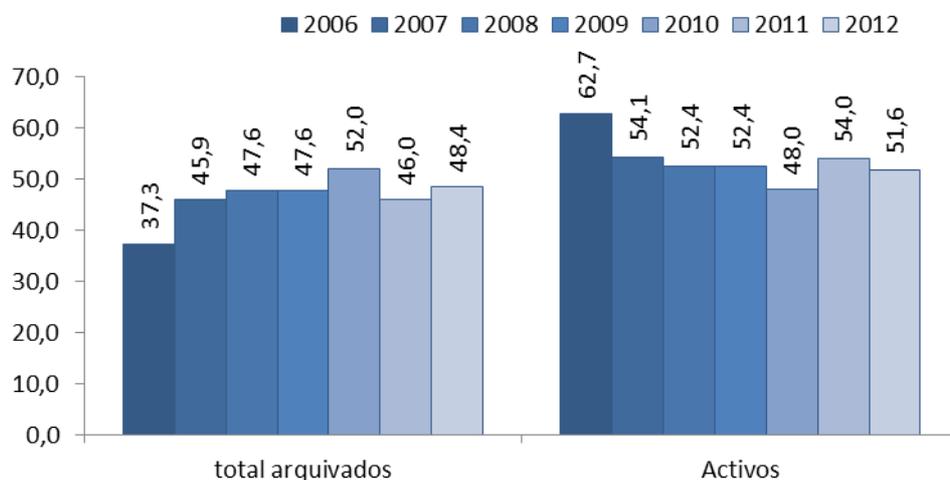
Inversamente, a expressão percentual dos **processos instaurados** no volume processual global aumenta em 2012, mantendo a tendência já verificada em 2011.

Comparando o período de 2006 a 2012, constatamos que os **processos reabertos** têm vindo a assumir expressão percentual cada vez maior no volume processual global, representando, em 2012, 9,1% do total de processos acompanhados pelas CPCJ.

Resumindo, assinala-se a diminuição do impacto dos processos transitados no volume processual global (- 1,7%), o aumento do impacto dos processos instaurados (+1,1%) e dos processos reabertos (+ 0,5%), em relação ao ano anterior.

O gráfico seguinte ilustra o peso percentual do arquivamento no volume processual global desde 2006.

Gráfico nº 65 Impacto percentual do arquivamento no volume processual global nos anos de 2006 a 2012



Como já foi referido, os processos ativos correspondem ao resultado da subtração do total de processos arquivados ao Volume Processual Global.

Em 2012 foram **arquivados 33379 processos**, o que representa um acréscimo de 2,4% (2147 processos) em comparação com o ano anterior, voltando a valores próximos dos 50%. Como foi explicitado anteriormente, a interpretação deste resultado merece cuidado e atenção especial, considerando que, através de diligências realizadas pela Comissão Nacional, se conclui que nem todos os arquivamentos efetivamente decididos estão expressos na aplicação informática de gestão da atividade processual das CPCJ.

No seguimento do **aumento dos processos arquivados** assistimos, em 2012, à diminuição do número de processos que permanecem ativos e que transitaram para 2013, representando 51,6% dos processos acompanhados pelas CPCJ.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Análise da distribuição geográfica do volume processual

Pretende-se, neste ponto, avaliar a distribuição processual por Região e Distrito, e, assim, o seu impacto no total nacional.

Tendo por referência o volume processual global nacional, 14 CPCJ apresentam mais de 1000 processos acompanhados em 2012, correspondendo a soma do seu VPG a 26,1% (18022) do total nacional.

Quadro nº 4: CPCJ com mais impacto percentual no volume processual global nacional

| Região/Distrito | CPCJ | V. Proc. Global | % do Total |
|-----------------|-------------------------|-----------------|------------|
| Lisboa | Sintra Oriental | 1.932 | 2,8 |
| Lisboa | Loures | 1.616 | 2,3 |
| Lisboa | Amadora | 1.568 | 2,3 |
| Lisboa | Sintra Ocidental | 1.397 | 2,0 |
| Porto | Vila Nova de Gaia Norte | 1.322 | 1,9 |
| Lisboa | Lisboa Norte | 1.235 | 1,8 |
| Açores | Ponta Delgada | 1.193 | 1,7 |
| Lisboa | Lisboa Centro | 1.168 | 1,7 |
| Lisboa | Cascais | 1.158 | 1,7 |
| Porto | Gondomar | 1.155 | 1,7 |
| Lisboa | Odivelas | 1.119 | 1,6 |
| Porto | Matosinhos | 1.096 | 1,6 |
| Setúbal | Almada | 1.039 | 1,5 |
| Lisboa | Lisboa Oriental | 1.024 | 1,5 |
| | | 18022 | 26,1 |

Na distribuição por Região/Distrito o quadro anterior demonstra que 9 das 14 CPCJ com uma percentagem superior a 1,5% do VPG pertencem ao distrito de Lisboa. Seguem-se 3 CPCJ do distrito do Porto e 1 CPCJ da Região Autónoma dos Açores e outra do distrito de Setúbal.

Vejamos agora o VPG de cada Região Autónoma ou Distrito e o seu impacto no VPG nacional.

Quadro nº 5: Impacto percentual por Região Autónoma e Distrito no volume processual global nacional

| | Transitados | Instaurados | Reabertos | Global | % |
|------------------|---------------|---------------|--------------|---------------|------|
| Lisboa | 8.484 | 7.054 | 973 | 16.511 | 23,9 |
| Porto | 5.967 | 4.966 | 1.020 | 11.953 | 17,3 |
| Setúbal | 2.384 | 2.642 | 662 | 5.688 | 8,2 |
| Braga | 1.911 | 1.760 | 423 | 4.094 | 5,9 |
| Aveiro | 1.778 | 1.836 | 369 | 3.983 | 5,8 |
| Faro | 1.921 | 1.474 | 378 | 3.773 | 5,5 |
| Açores | 2.007 | 1.258 | 339 | 3.604 | 5,2 |
| Santarém | 1.544 | 1.288 | 428 | 3.260 | 4,7 |
| Leiria | 1.399 | 1.173 | 302 | 2.874 | 4,2 |
| Coimbra | 1.095 | 1.041 | 260 | 2.396 | 3,5 |
| Madeira | 950 | 1.000 | 245 | 2.195 | 3,2 |
| Viseu | 902 | 805 | 189 | 1.896 | 2,7 |
| Viana do Castelo | 614 | 550 | 202 | 1.366 | 2,0 |
| Beja | 645 | 436 | 86 | 1.167 | 1,7 |
| Vila Real | 467 | 409 | 67 | 943 | 1,4 |
| Castelo Branco | 445 | 367 | 77 | 889 | 1,3 |
| Portalegre | 358 | 305 | 94 | 757 | 1,1 |
| Guarda | 317 | 311 | 79 | 707 | 1,0 |
| Bragança | 283 | 210 | 39 | 532 | 0,8 |
| Évora | 134 | 264 | 21 | 419 | 0,6 |
| | 33.605 | 29.149 | 6.253 | 69.007 | |

Da leitura do quadro anterior, verificamos que se repete o que se tem observado em anos anteriores: os distritos de **Lisboa** (23,9%), **Porto** (17,3%) e **Setúbal** (8,2%) são os mais representativos no VPG nacional. Com impactos ainda significativos merecem destaque os distritos de Braga, com 5,9% e o de Aveiro com 5,8%.

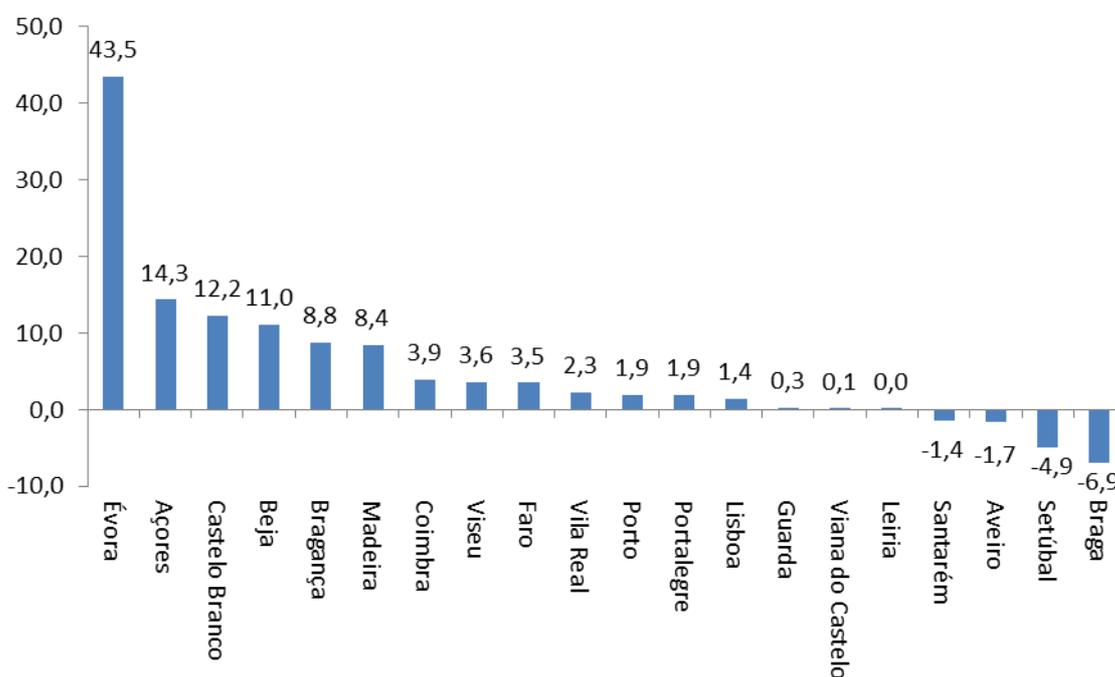
Seguem-se, por ordem decrescente o distrito de Faro, que representa 5,5% do VPG, seguida da Região Autónoma dos Açores com 5,2%, do distrito de Santarém que contribui com 4,7%, estes apresentam uma inversão na ordem em comparação com 2011, a Região Autónoma dos Açores correspondia em 2011 a 4,6% enquanto o distrito de Santarém correspondia a 4,9%.

O distrito de Leiria com 4,2%, Coimbra com 3,5%, a Região Autónoma da Madeira com 3,2%, o distrito de Viseu com 2,7% e o distrito de Viana do Castelo com 2% mantiveram a mesma ordem de representatividade do ano anterior. Seguem-se os distritos de Beja com 1,7%, de Vila Real com 1,4%, de Castelo Branco com 1,3%, de Portalegre com 1,1% e da Guarda com 1,0%, contribuem com percentagens reduzidas para o VPG. Por ultimo, o distrito de Bragança representa 0,8% e o distrito de Évora 0,6% do VPG nacional.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

A leitura do quadro n.º3 deve cingir-se ao contributo de cada Região ou Distrito para o VPG. Não são corretas interpretações que, comparando os valores acima inscritos, concluam por índices de perigo nos territórios analisados. Há inúmeras variáveis que influenciam decisivamente os valores apresentados no quadro n.º 2, nomeadamente, a população residente com idade inferior a 18 anos, o nível de implementação das CPCJ nas suas comunidades e o n.º de CPCJ instaladas na Região/Distrito. Refira-se a título de exemplo que no Distrito de Évora estão instaladas apenas 4 CPCJ.

Gráfico n.º 66 Comparação entre o Volume Processual Global 2011 e 2012 por Região Autónoma e Distrito

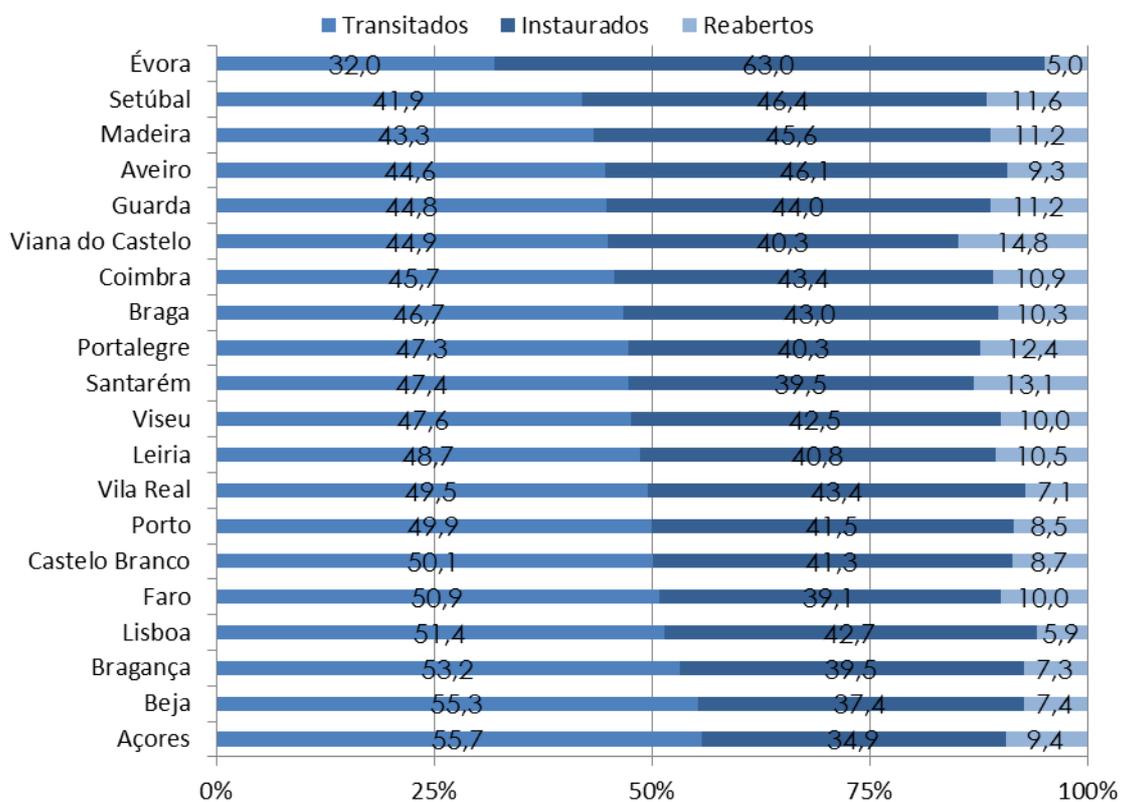


Analisando o gráfico anterior verificamos que 4 distritos registaram variações negativas no volume processual Global. Estes distritos são, por ordem crescente de variação, os seguintes: Santarém -1,4% (46), Aveiro -1,7% (68), Setúbal -4,9% (-295) e Braga -6,9% (-302).

Os restantes 16 distritos e Regiões aumentaram o volume processual global, sendo a maior variação registada em Évora com um aumento de 43,5% (127). Seguem-se, por ordem decrescente: Açores 14,3% (+452), Castelo Branco 12,2% (97), Beja +11% (116) Bragança 8,8% (+43), Madeira +8,4% (171), Coimbra 3,9% (+91), Viseu 3,6% (66), Faro +3,5% (128), Vila Real 2,3% (21), Porto 1,9% (223), Portalegre +1,9% (14), Lisboa +1,4% (224), Guarda +0,3% (2) e Viana do Castelo 0,1% (1). O Distrito de Leiria 0% (1), não apresentou variação.

No próximo gráfico analisamos a percentagem de processos transitados, instaurados e reabertos no volume global processual de cada região ou distrito.

Gráfico nº 67 Análise do impacto no volume processual global por tipo de processo por Região/Distrito



Após a leitura do gráfico anterior podemos concluir que:

No que respeita aos **processos transitados**, destaca-se a Região Autónoma dos Açores que, com 55,7% de processos transitados no VPG de 2012, é o território em que o impacto destes processos é mais expressivo. Por ordem decrescente, e com um impacto de mais de metade dos processos, evidenciam-se o distrito de Beja (55,3%) e os distritos de: Bragança (53,2%), Lisboa (51,4%), Faro (50,9%) e Castelo Branco (50,1%).

Quanto aos **processos instaurados**, destaca-se o distrito de Évora no qual representam 63% do VPG. Com menor expressão percentual, mas com incidência de processos instaurados, superior aos processos transitados no VPG, destaca-se o Distrito de Setúbal com 46,4%, de Aveiro (46,1%) e a Região Autónoma da Madeira (45,6%). Apresentando valores superiores à média nacional (42,7%), surgem os distritos da Guarda (45,1%), de Coimbra e Vila Real (43,4% cada), Braga (43%) e Lisboa (42,7%)

No que respeita aos **processos reabertos** destacam-se, com valores superiores a 10% do volume processual global, os Distritos de: Viana do Castelo (14,8%), Santarém

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

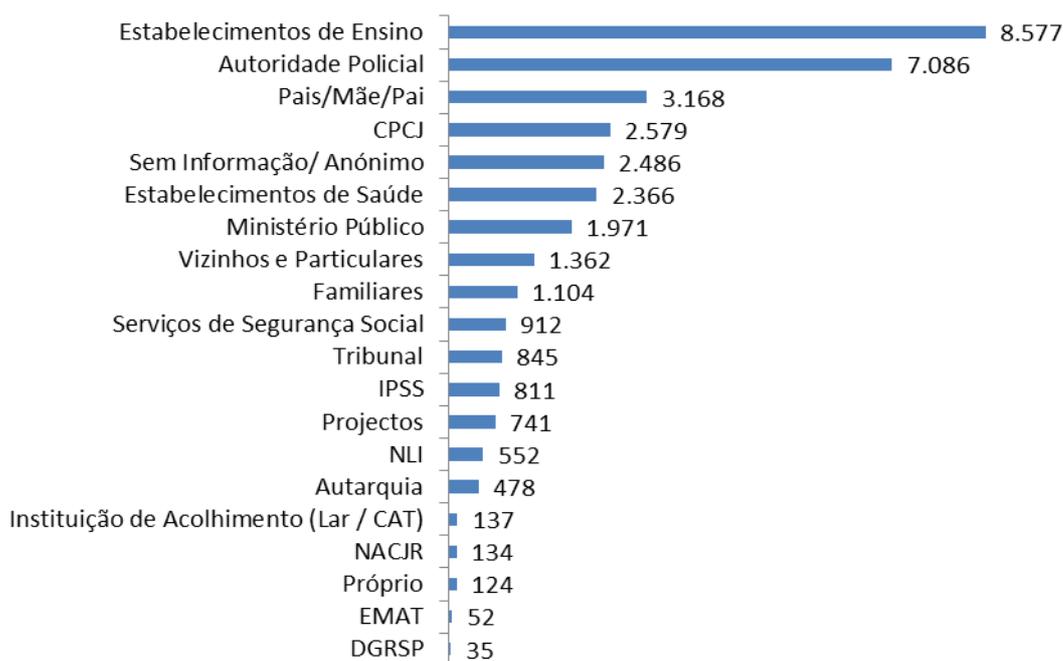
(13,1%), Portalegre (12,4%), Setúbal (11,6%), Guarda e a Região Autónoma da Madeira (11,2% cada), Coimbra (10,9%) Leiria (10,5%), Braga (10,3%), Faro e Viseu (10% cada).

Entidades Sinalizadoras

A instauração ou reabertura de um processo de promoção e proteção implica a receção, pela CPCJ, de uma comunicação evidenciando uma situação de perigo. Em 2011, as CPCJ identificaram quanto à **entidade sinalizadora de 33698** comunicações de situações de perigo.

Em Setembro de 2011, foram introduzidas alterações à classificação das entidades sinalizadoras que constam na aplicação informática. A alteração mais significativa passou pela autonomização dos Núcleos de Apoio à Criança face aos Estabelecimentos de Saúde. A referida alteração sendo recente remete, naturalmente, os Núcleos para uma sub-representação enquanto entidade sinalizadora autónoma.

Gráfico nº 68 Entidades sinalizadoras das situações de perigo no ano de 2012



Em 2012 as entidades com maior número de comunicações de situações de perigo às Comissões foram, por ordem decrescente, as seguintes: **Estabelecimentos de Ensino** (24,1%; 8577 sinalizações); **Autoridades Policiais** (19,9%; 7086), **Pais/cuidadores** (8,9%; 3168) e as **CPCJ** (7,3%; 2579).

As restantes entidades são, por ordem decrescente, as seguintes: **Anónimos/Sem informação** 7% (2486 sinalizações), **Estabelecimentos de Saúde** 6,7% (2366 sinalizações), **Ministério Público** 5,5% (1971 sinalizações), **Vizinhos e particulares** 3,8% (1362

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

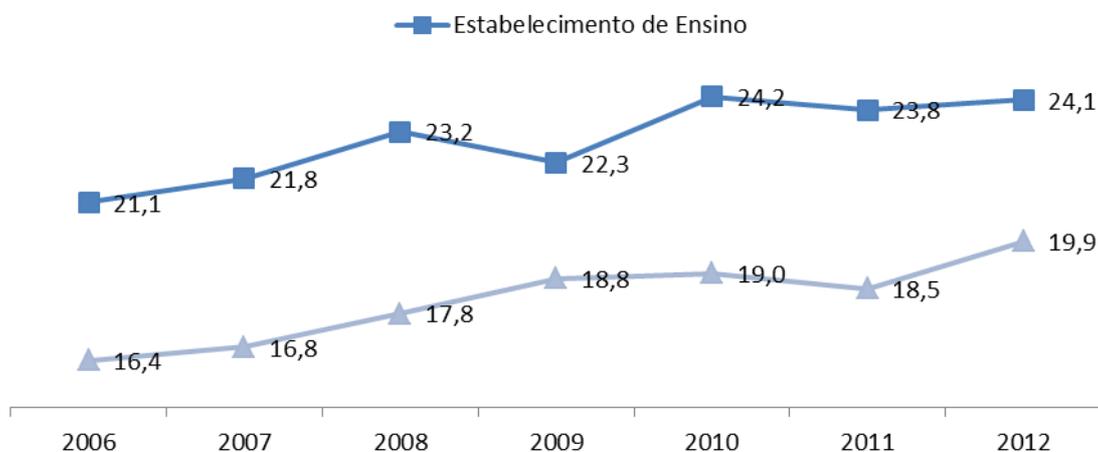
sinalizações), **Familiares** 3,1% (1104 sinalizações), **os Serviços da Segurança Social** 2,6% (912 sinalizações), **os Tribunais** 2,4% (845) das sinalizações, as **Instituições Particulares de Solidariedade social** 2,3% (811 sinalizações), **Projetos** 2,1% (741 sinalizações), **o NLI** 1,6% (552 sinalizações) e as **Autarquias** com 1,3% (478 sinalizações).

Com valores percentuais inferiores a 1% do total de sinalizações, surgem as **Instituições de Acolhimento (Lar/CAT)** e os **NACJR (Núcleo de Apoio à Criança e Jovem em Risco)** com 0,4% (137 e 134 respectivamente sinalizações), **Os próprios** 0,3% (124), as **EMAT** com 0,1% (52 sinalizações) e, por último, a **DGRSP** (Direção Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais) (35) com 0,1% do total de sinalizações.

Analisaremos agora a variação percentual das principais entidades sinalizadoras ao longo dos anos.

Os **estabelecimentos de ensino** e as **autoridades policiais** contribuíram, em 2012, com 44% das sinalizações identificadas.

Gráfico nº 69 Comparação de 2006 a 2012 das duas principais entidades sinalizadoras das situações de perigo



Analisando os valores registados desde 2006, é possível observar que os **estabelecimentos de ensino**, apresentam uma tendência crescente entre 2006 e 2008 (aumento total de 2,1%). Em 2009, observa-se uma queda no número de sinalizações (menos 0,9%) e, em 2010, verifica-se, novamente, um aumento da percentagem de sinalizações, em valores idênticos (2,0%) aos de 2006 e 2008. Em 2011, assistimos à diminuição em 0,3% das sinalizações feitas por esta entidade. No corrente ano verificou-se novamente um aumento do número de sinalizações, para valores semelhantes a 2010.

As **autoridades policiais**, registam, entre 2006 e 2010, uma progressão crescente no número de sinalizações (à razão de cerca de 1% ao ano). Em 2010, apesar de se ter mantido a tendência de aumento, a percentagem de crescimento foi inferior, cifrando-se em 0,2%. No ano de 2011, contrariando a tendência diminuíram o número de sinalizações feitas por esta entidade, em 2012 esta entidade manteve a tendência de aumento do número de sinalizações, com o valor percentual mais alto dos últimos anos.

Relativamente às sinalizações dos Estabelecimentos de Ensino e das Autoridades Policiais importa ainda destacar o seguinte:

a) Estabelecimentos de Ensino:

- Aumento percentual e absoluto do número de sinalizações, correspondendo, respetivamente, a uma variação positiva de 0,3% e 557 sinalizações;
- Das 8577 sinalizações registadas em 2012, 4533 foram efetuadas no 1º semestre e 4044 no 2º;
 - Para a análise destas variações deve ser tomado em consideração o aumento da escolaridade obrigatória que necessariamente tem implicações no aumento do universo de crianças suscetíveis de se encontrar em situação de perigo.

b) Autoridades Policiais:

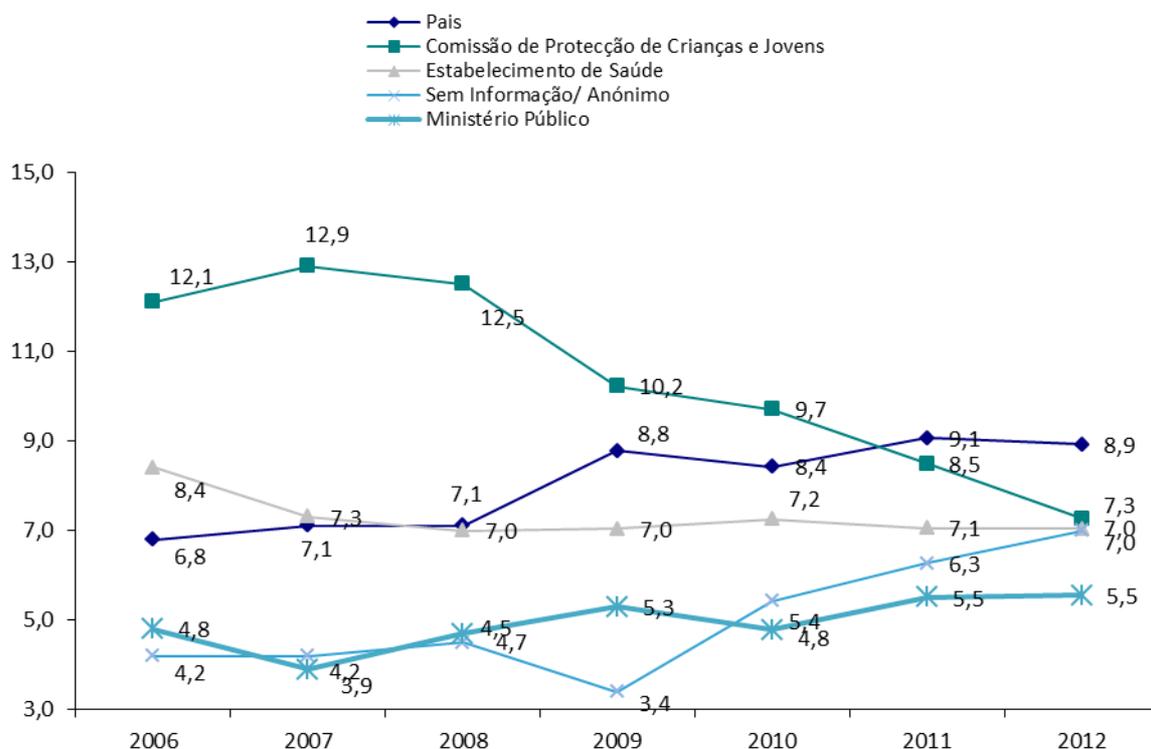
- Aumento percentual e absoluto do número de sinalizações, correspondendo, respetivamente, a uma variação positiva de 1,4% e 852 sinalizações;
- Das 7086 sinalizações registadas em 2012, 2927 foram efetuadas no 1º semestre e 4159 no segundo;
- A análise deste aumento tem de ser cruzada com os dados das problemáticas sinalizadas que apontam para o aumento significativo das situações de exposição a comportamentos que podem comprometer a saúde, segurança e bem estar da criança, que integra, em número muito significativo, e à semelhança do ano anterior, a violência doméstica vicariante.

O gráfico seguinte diz respeito às outras entidades que, em 2012, representaram mais do que 5% do total de sinalizações⁷.

⁷ Não constam neste gráfico os Estabelecimentos de Ensino e as Autoridades Policiais, que já foram objeto de análise anterior.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Gráfico nº 70 Comparação de 2006 a 2012 das entidades sinalizadoras das situações de perigo



Através do gráfico anterior é possível observar que os **pais**⁸ mantiveram, em 2012, lugar de destaque na sinalização de crianças e jovens às CPCJ. Após a diminuição de 04% registada entre 2009 e 2010, em 2011 as sinalizações de situações de perigo pelos pais aumentou 0,7%, tendo em 2012 diminuído ligeiramente 0,2%.

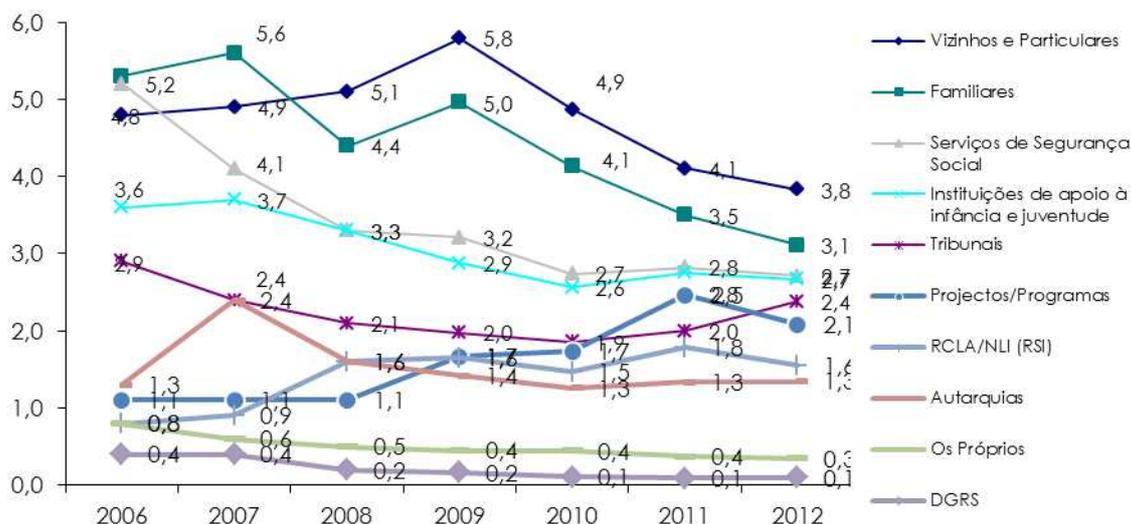
As **CPCJ**, após o aumento de 1% verificado em 2007, têm vindo diminuir a sua expressão percentual de sinalizações. Assim, após a diminuição de 2,4% verificada em 2009 e de 0,3% ano de 2010, e de 1,2% em 2011, registou em 2012 nova diminuição com uma perda percentual igual à do ano anterior (1,2%) do número de sinalizações. Os **estabelecimentos de saúde** apresentam percentagens estáveis ao longo dos anos, na ordem dos 7% do total de sinalizações.

Em 2012, e seguindo a tendência crescente que se verifica desde 2009, o número de sinalizações sem informação ou feitas de forma **anónima** aumentou em 0,7%, correspondendo a 7% do total.

⁸ Esta categoria corresponde em 2011 e 2012 à soma das entidades – Mãe, Pai e Pais

Quanto às sinalizações feitas pelo **Ministério Público**, verificamos que, entre 2007 e 2009 aumentou sua expressão percentual entre as Entidades Sinalizadoras, enquanto entre 2009 e 2010 diminuiu em 0,5%. Em 2011, as sinalizações feitas pelo Ministério Público, representaram o valor de 5,5% do total de sinalizações, valor que se mantém em 2012.

Gráfico nº 71 Comparação de 2006 a 2012 das entidades sinalizadoras das situações de perigo com menor expressão percentual



As entidades assinaladas no gráfico são, cada uma, responsáveis, desde 2006 e em média, por menos de 6 % do total de sinalizações. Os **Vizinhos e particulares** e **Os Familiares**, registaram aumentos entre 2007 e 2009. No entanto, em 2010, diminuíram a sua expressão percentual, tendência que se manteve em 2012 com o valor mais baixo dos últimos anos, 3,8% e 3,1% do total de sinalizações, respetivamente.

Na análise do gráfico é ainda possível constatar a diminuição das sinalizações efetuadas pelos **Serviços da Segurança Social e pelas instituições de apoio a crianças e jovens** entre os anos de 2006 e 2010. No ano de 2011 estas Entidades aumentaram ligeiramente a sua representatividade, voltando a diminuir em 2012, correspondendo cada uma a 2,7% do total de sinalizações.

As sinalizações efetuadas pelos **Tribunais**, que nos últimos anos representaram aproximadamente 2%, em 2012 apresentaram um ligeiro acréscimo da sua representatividade com valores iguais aos de 2007 (2,4%).

Com valores percentuais em 2011 de 2,5% do total de sinalizações, o que representa um acréscimo significativo em comparação com os anos anteriores, os **Projectos e Programas** em 2012 apresentaram um decréscimo de 0,4% das sinalizações, correspondendo a 2,1%.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

O **NLI** (RSI) e as **autarquias** apresentam, em 2012, valores pouco significativos. Em 2008, cada uma das duas entidades representava 1,6% do total. Em 2009, os CLA/NLI (RSI), mantiveram o valor de 2008, mas as autarquias decresceram para 1,4 %. Em 2010, a expressão percentual das duas entidades decresceu, sendo que o NLI (RSI) representou 1,5% e as autarquias 1,3% do total de sinalizações. Em 2011 o NLI (RSI) aumentou a sua representatividade em 0,3%. No corrente ano o NLI diminuiu o número de sinalizações em 0,2% enquanto as autarquias mantiveram o mesmo valor desde 2010.

Apresentando valores percentuais residuais, “**os próprios**” e a **DGRS** mantiveram a mesma representatividade que em 2011.

Modalidade de contacto das Sinalizações

Em 2012, foram caracterizadas quanto à modalidade de contacto **35471 sinalizações**, no entanto com a introdução da categoria “**Outro não especificado**” (0,7%;244) apenas 35227 processos foram caracterizados efetivamente quanto à modalidade de contacto das sinalizações.

Quadro nº 6: Modalidade de sinalização das situações de perigo às CPCJ (2006/2012)

| Sinalizações | 2006 | | 2007 | | 2008 | | 2009 | | 2010 | | 2011 | | 2012 | |
|--------------|---------------|------------|---------------|------------|---------------|------------|---------------|------------|---------------|------------|---------------|------------|---------------|------------|
| | N.º | % |
| Em presença | 3.981 | 20,2 | 5.113 | 20,5 | 5.463 | 18,8 | 4.935 | 19,5 | 5.892 | 18,7 | 6.363 | 18,1 | 6.387 | 18,1 |
| Por telefone | 1.961 | 10,0 | 2.234 | 8,9 | 2.906 | 10,0 | 2.488 | 9,8 | 3.129 | 9,9 | 3.238 | 9,2 | 3.250 | 9,2 |
| Por escrito | 13.735 | 69,8 | 17.615 | 70,6 | 20.726 | 71,2 | 17.837 | 70,6 | 22.500 | 71,4 | 25.512 | 72,7 | 25.590 | 72,6 |
| TOTAL | 19.677 | 100 | 24.962 | 100 | 29.095 | 100 | 25.260 | 100 | 31.521 | 100 | 35.113 | 100 | 35.227 | 100 |

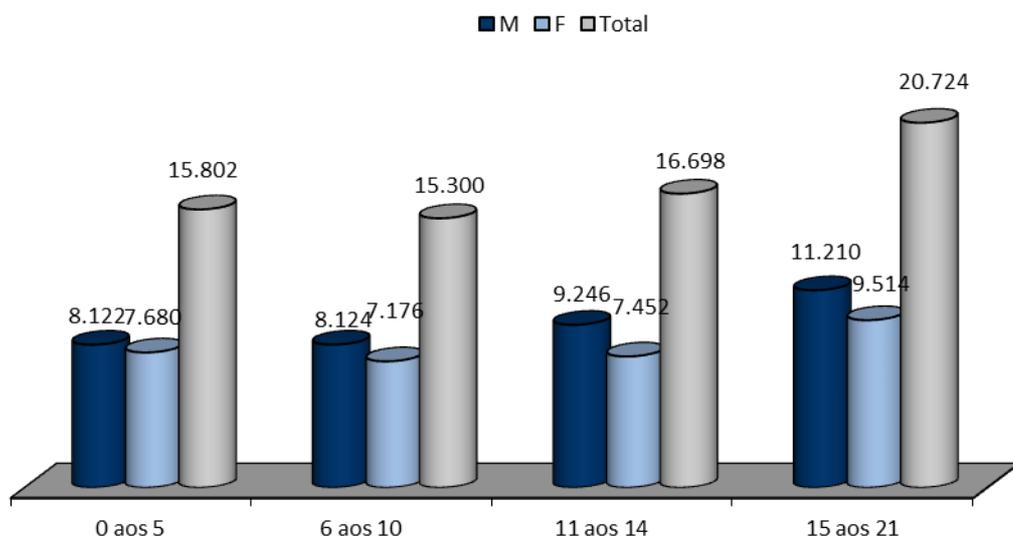
À semelhança dos anos anteriores, verifica-se, em 2012, que as **sinalizações por escrito** continuam a ser a modalidade de contacto preferencial para fazer a comunicação de uma situação de perigo, representando 72,6% (25590) do total de sinalizações. Seguem-se as **sinalizações presenciais** nas CPCJ com 18,1% (6387) e a **sinalização telefónica** que representou 9,2% (3250) do total de sinalizações.

Caracterização das crianças e jovens

Em 2012, as CPCJ **acompanharam 69007 crianças e jovens**, das quais **68524 (99,4%)** foram caracterizadas em função da idade e sexo. Refira-se que a não caracterização de 481 (0,7%) das crianças ou jovens, está associada ao facto de, não raras vezes, no momento da sinalização, ou posteriormente quando não há consentimento para a intervenção, não estar determinada, em concreto, a idade da criança ou jovem. Salienta-se porém que este valor é claramente inferior ao de 2011 onde correspondia a 4987 (7,3%) crianças ou jovens.

Do total de crianças e jovens caracterizadas, 48,9% (33490) são crianças com processos transitados, 42,1% (28831) com processos instaurados e 9,1% (6203) com processos reabertos.

Gráfico nº 72: Distribuição das crianças ou jovens acompanhados em função do sexo e escalão etário



Através dos dados do gráfico constatamos que, em todos os escalões etários, o número de crianças e jovens do sexo masculino (53,6%) foi superior ao do sexo feminino (46,6%).

Na análise por escalão etário destaca-se o dos **15 aos 21 anos** que representa 30,2% (20724) do total de crianças acompanhadas. Este escalão regista um acréscimo significativo em comparação ao ano anterior, onde representava 17,4% (10954) do total de processos. No cruzamento com a variável sexo, este escalão regista das diferenças mais altas entre sexos (2,5%), com mais 1696 crianças e jovens do sexo

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

masculino. Importa mencionar que dos 20724 jovens acompanhados pertencentes a este escalão, 4149 jovens têm entre 18 aos 21 anos (6,1% do total).

O escalão etário dos **11 aos 14 anos** (16698) surge em segundo lugar representando 24,4% das crianças e jovens acompanhadas. É neste escalão que a diferença entre sexos atinge o seu valor máximo com mais 2,6% (1794) crianças e jovens do sexo masculino.

Em terceiro lugar no total de crianças acompanhadas, surge o escalão etário dos **0 aos 5 anos** (15802), com pouca diferença percentual para o intervalo etário anterior, representando 23,1% do total das crianças e jovens acompanhadas. Merece destaque o facto de o número de crianças acompanhadas dos **0 aos 2 anos** - 7496 - ter diminuído em relação ao ano anterior. Se em 2011 este intervalo etário correspondia a 57% do escalão e a 16,3% do total de crianças e jovens acompanhados, em 2012, corresponde a 47,4% do escalão e a 10,9% do total.

Por último, o escalão etário dos **6 aos 10 anos**, com 22,3% (15300) das crianças, valor inferior ao ano anterior (25%). Neste escalão a diferença de valores percentuais entre os dois sexos não é significativa com mais 1,4% (948) crianças e jovens do sexo masculino.

Assinalam-se as seguintes alterações significativas nos escalões etários das crianças acompanhadas pelas CPCJ no ano de 2012:

a) Reordenamento da posição dos escalões etários mais representativos:

- Em 2011: 11-14; 0-5; 6-10; 15-21

- Em 2012: 15-21; 11-14; 0-5; 6-10

O escalão etário 15-21 anos passa do escalão menos representativo das crianças ou jovens com processos acompanhados pelas CPCJ no ano de 2011 para o mais expressivo em 2012.

b) O escalão etário 15-21 quase que duplica o valor registado em 2011 (10 954) – mais 9770 jovens.

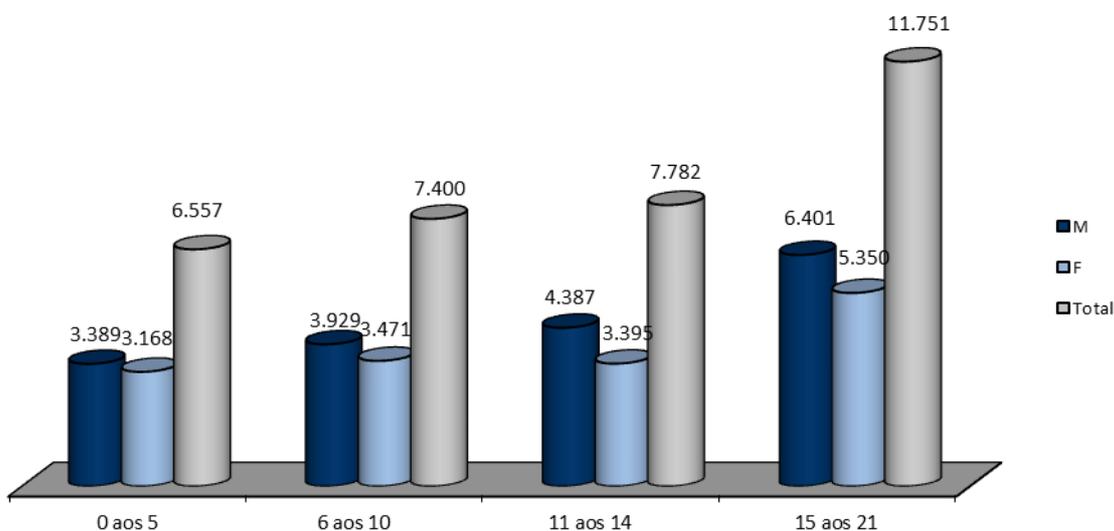
Para uma análise mais aprofundada destes dados será importante considerar: impacto de processos instaurados a jovens do escalão etário 15 aos 21 anos por abandono absentismo e insucesso escolar e o Impacto medidas colocação, quer nos processos transitados (a permanência das crianças com medida de colocação implica necessariamente o aumento da idade das crianças acompanhadas), quer

nos processos instaurados (aplicação de medidas de colocação a crianças mais velhas).

c) São igualmente muito significativas as **diferenças de tendência** e de **ordenação dos escalões etários** quando se comparam os números do **relatório anual de 2012** com os do **relatório do primeiro semestre de 2012**.

Assim, enquanto que, no primeiro semestre se destacava o escalão etário dos 11 aos 14 anos (14173) como o mais representativo das crianças com processos acompanhados, seguido dos escalões dos 0 aos 5 anos (13012), 6 aos 10 anos (11536) e 15 aos 21 anos (8673), a análise dos dados anuais revela um aumento muito significativo de jovens acompanhados com idades compreendidas entre os 15 e os 21 anos, passando este escalão etário a ser o mais representado. Tal significa que só no segundo semestre de 2012 foram acompanhados mais 12051 jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 21 anos.

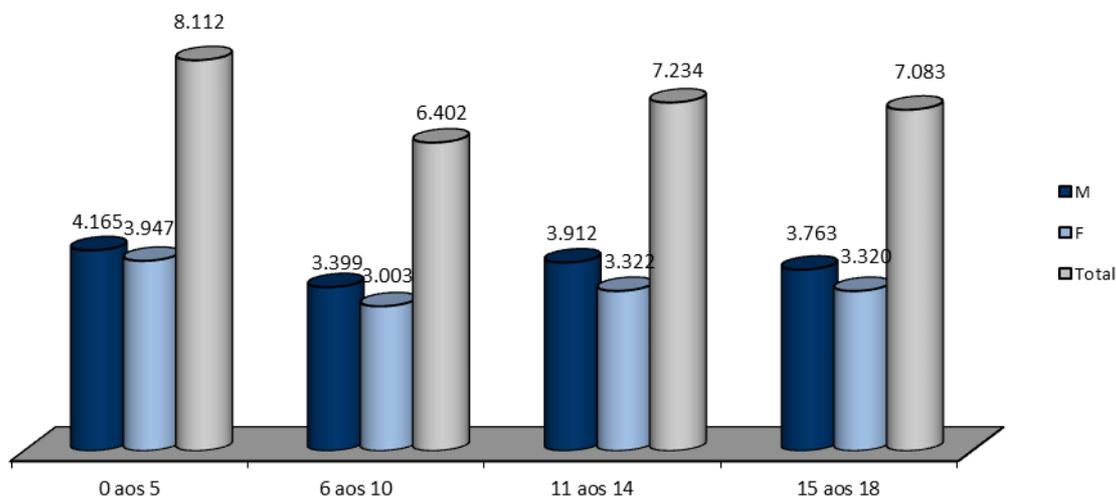
Gráfico nº 73 Distribuição das crianças ou jovens nos processos transitados em função do sexo e escalão etário



Considerando apenas as crianças e Jovens caracterizadas com processos transitados, constatamos, através do gráfico anterior, que das **33490 crianças e jovens com processos transitados** em 2012, a maioria corresponde a escalões etários mais elevados. Assim, quando analisados apenas os processos transitados em 2012, o escalão etário dos 0 aos 5 anos é o menos representado com 19,6% do total, seguido pelo escalão etário dos 6 aos 10 anos, com 22,1% e do escalão dos 11 aos 14 anos, com 23,2% do total. O escalão etário dos 15 aos 21 anos é o que apresenta o maior número de jovens com processos transitados, correspondendo a 35,1% do total.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Gráfico nº 74 Distribuição das crianças ou jovens com processos instaurados em função do sexo e escalão etário



Considerando apenas as **crianças e Jovens com processos instaurados caracterizadas quanto à idade e sexo (28831;98,9%)**, constatamos, através do gráfico anterior, que, é o escalão etário dos 0 aos 5 anos que está mais representado, seguido pelo escalão etário dos 11 aos 14 anos.

No escalão etário dos **0 aos 5 anos** (28,1% do total; 8112) merece destaque o facto 56,1% (4553) destas crianças terem entre **0 aos 2 anos**, representando 15,8% do total de crianças com processo instaurado, sendo 2382 do sexo masculino e 2171 do sexo feminino. O escalão dos **11 aos 14 anos** (7234) registou o segundo maior número de crianças e jovens com processos instaurados, com 25,1% do total. Este escalão, regista a maior diferença de valores percentuais e absolutos entre sexos com mais 2,0% (590) de crianças e jovens do sexo masculino. Seguem por ordem decrescente os escalões: dos 15 aos 18^º anos, com 24,6% (7083) Por ultimo o escalão etário dos 6 aos 10 anos com 22,2% (6402) das crianças e jovens. Em comparação com o ano anterior, em 2012 estes dois últimos escalões inverteram a sua ordem de representatividade.

Assinalam-se as seguintes alterações significativas nos escalões etários das crianças acompanhadas pelas CPCJ no ano de 2012:

⁹ Da extracção de dados da aplicação informática resulta a idade a 31 de Dezembro do ano em avaliação, esta situação origina que jovens a quem foram instaurados processos ainda dentro dos limites legais (menos de 18 anos) tenham de ser caracterizados no escalão 18 a 21 anos tendo sido, por isso, considerados – representam para a variável em análise 635 jovens.

a) Reordenamento dos escalões etários:

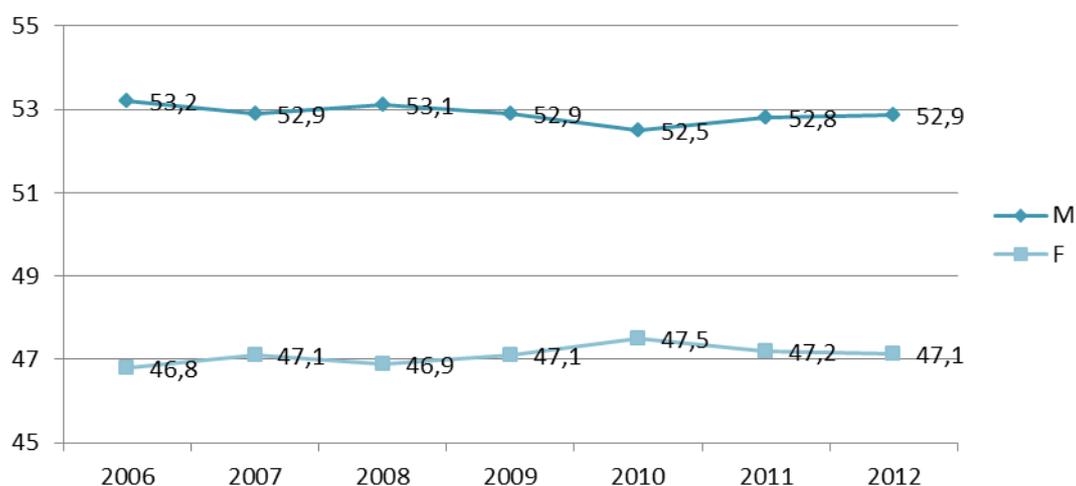
- Em 2011: 0-5; 11-14; 6-10; 15-18
- Em 2012: 0-5; 11-14; 15-18; 6-10

b) O escalão etário 15-18 anos passa a ser o 3º mais representativo nos processos instaurados, registando um aumento de mais 2119 jovens.

c) Para os outros escalões verifica-se, igualmente, o aumento da caracterização etária das crianças, merecendo especial destaque o escalão 0-5 anos com mais 849 crianças.

d) O escalão etário dos 0 aos 5 anos que no primeiro semestre de 2012 ocupava a segunda posição nos escalões etários mais representativos com 3223 crianças, passa para o primeiro lugar quando analisamos os resultados anuais, mercê da instauração de processo de promoção e proteção a 4889 crianças destas idades no segundo semestre de 2012.

Gráfico nº 75 Evolução da distribuição dos processos instaurados em função do sexo da criança ou jovem

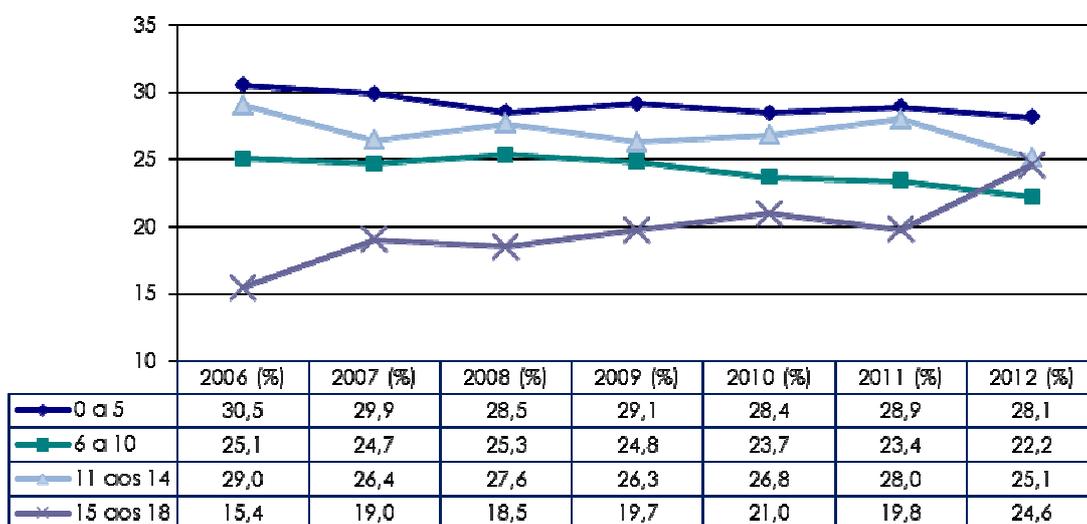


Analisando a distribuição por sexo das crianças e jovens com processos instaurados nas CPCJ nos últimos sete anos, é possível constatar que, a maioria, são do sexo masculino. Estas representam, em média nos últimos sete anos, 52,9% das crianças com processos instaurados, enquanto as do sexo feminino representam, em média 47,1%, valor coincidente com registado no ano de 2011.

No gráfico seguinte registam-se os valores percentuais por escalão etário e sexo desde 2006.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Gráfico nº 76 Processos Instaurados: caracterização por sexo e escalão etário das crianças/jovens (2006/2012)



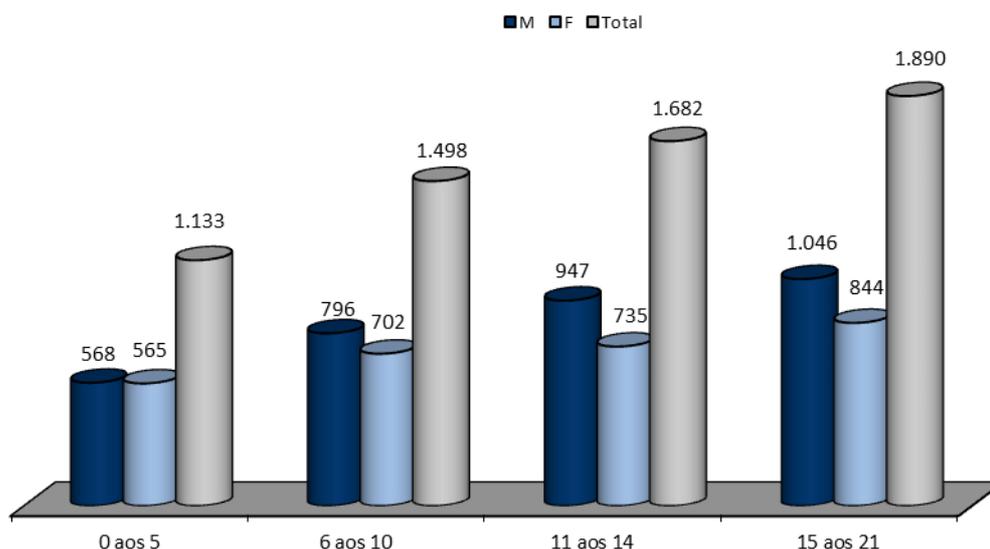
Através da comparação com os anos anteriores é possível constatar que o escalão etário dos **0 aos 5 anos**, tem sido nestes últimos sete anos o que apresenta mais crianças com processos instaurados. Embora com muito pouca oscilação ao longo dos anos, regista, em 2012, uma ligeira diminuição percentual.

Segue-se o escalão etário dos **11 aos 14 anos**, este apresenta variações ligeiras, aumentando e diminuindo a sua expressão percentual ao longo dos anos. No corrente ano representou 25,1% das crianças, o valor percentual mais baixo dos últimos anos.

No sentido inverso, o escalão etário dos **15 aos 18 anos** apresenta o valor percentual mais alto dos últimos anos, representando em 2012, 24,5% das crianças e jovens.

O escalão etário dos **6 aos 10 anos** ocupa pela primeira vez o último lugar na representatividade por escalões etários, correspondendo a 22,2% das crianças com processo instaurado, o valor percentual mais baixo dos últimos anos.

Gráfico nº 77 Distribuição das crianças ou jovens com processos reabertos em função do sexo e escalão etário



À semelhança do que foi referido a respeito dos processos transitados, assinala-se que também nos processos reabertos são mais expressivos os escalões etários mais elevados, mantendo-se a tendência de 2011, com excepção do escalão etário 15-21 anos que passa de 3º mais representativo para o mais representativo em 2012, registando um aumento de mais 480 jovens.

Com já foi referido anteriormente, o aumento do número de processos reabertos foi significativo, pelo que é muito relevante a caracterização das crianças e jovens que, em 2012, viram ser reaberto o seu processo de promoção e protecção.

À semelhança do que verificámos para o total de crianças e jovens acompanhadas, o número de crianças e jovens com processos reabertos aumenta em função da idade, assim constatamos que é no escalão etário dos 15 aos 18¹⁰ anos que encontramos o maior número de crianças e jovens com processos reabertos, representando 30,5% (1890).

¹⁰ Da extracção de dados da aplicação informática resulta a idade a 31 de Dezembro do ano em avaliação, esta situação origina que jovens a quem foram reabertos processos ainda dentro dos limites legais (menos de 18 anos) tenham de ser caracterizados no escalão 18 a 21 anos tendo sido por isso considerados – representam para a variável em análise 158 jovens.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

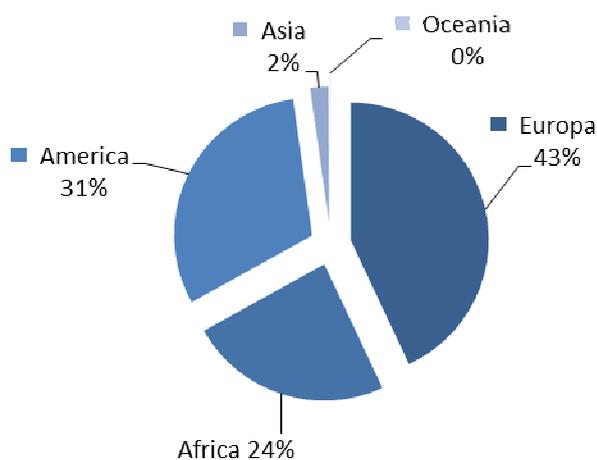
Seguem-se, por ordem decrescente, os escalões etário dos 11 aos 14 anos com 27% (1682) e dos 6 aos 10 anos com 23,9% (1498), por último, surge o escalão etário dos 0 aos 5 anos com 18,3% (1133) do total de crianças e jovens com processos reabertos em 2012. Neste ultimo escalão, que é o menos representativo, destacam-se as crianças dos 0 aos 2 anos com 6,3% (392) do total de processos reabertos.

Das 69007 crianças acompanhadas, as CPCJ identificaram 990 (1,4% do total) em **situação de deficiência**.

Foram caracterizadas, quanto à **nacionalidade**, 26559 crianças e jovens com processo acompanhado pelas CPCJ em 2012.

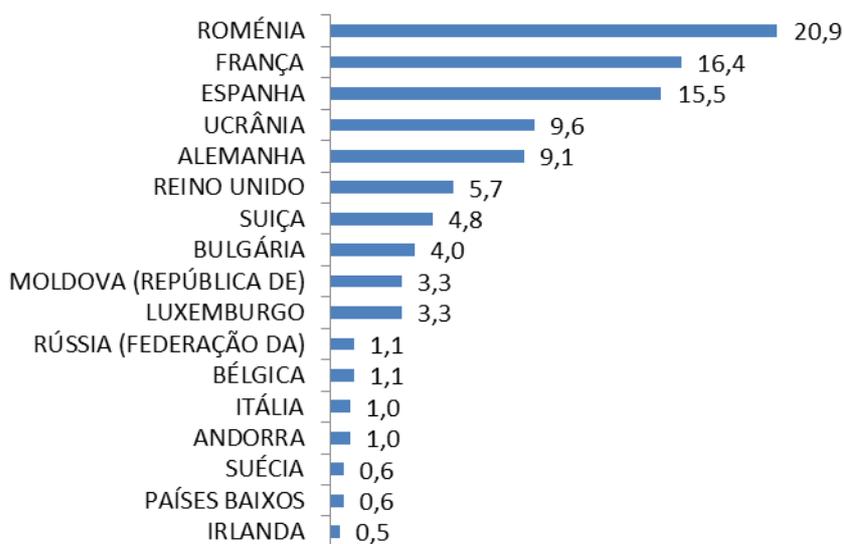
Deste universo 94,5% (25103) das crianças foram caracterizadas como tendo nacionalidade portuguesa, enquanto 5,5%, são oriundas de outros países, valores iguais aos do ano anterior.

Gráfico nº 78 Distribuição por Continente das crianças/jovens oriundas de outros países



O gráfico anterior permite-nos constatar que as crianças e jovens com outra nacionalidade que não a portuguesa são provenientes principalmente da Europa 43% (627). Seguem-se, por ordem decrescente, as crianças oriundas do continente Americano 31% (450); Africano 24% (347); da Ásia 2% (31) e da Oceânia com 0,0% (1).

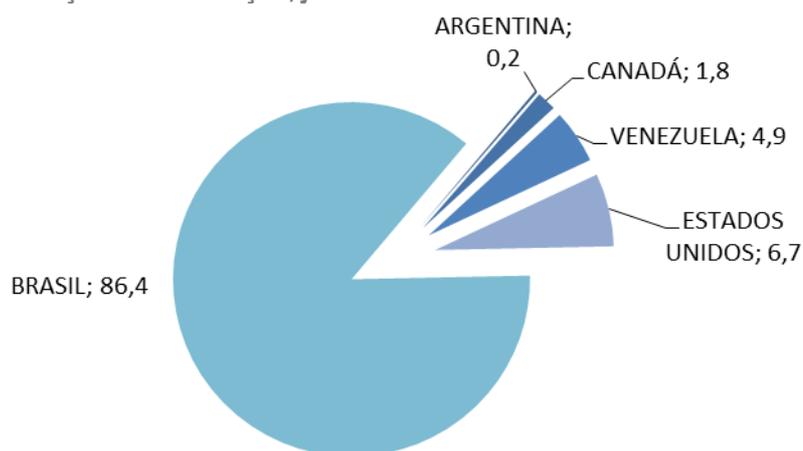
Gráfico nº 79 Distribuição das crianças/jovens oriundas da Europa



Das 627 crianças e jovens oriundas de **países europeus**, 20,9% (131) provêm da Roménia, 16,4% (103) de França, 15,5% (97) de Espanha, 9,6% (60) da Ucrânia, 9,1% (57) da Alemanha, 5,7% (36) do Reino Unido, 4,8% (30) da Suíça, 4,0% (25) da Bulgária, 3,3% (21) do Luxemburgo e da República de Moldova.

Com valores residuais de representação surgem por ordem decrescente: com 1,1% (7) Bélgica e Federação da Rússia; com 1,0% (6) Andorra e Itália; com 0,6% (4) Países baixos e Suécia, com 0,5% (3) Irlanda, Bielorrússia e Lituânia e por último com 0,2% (1) Albânia, Áustria, Estónia, Geórgia e da Polónia.

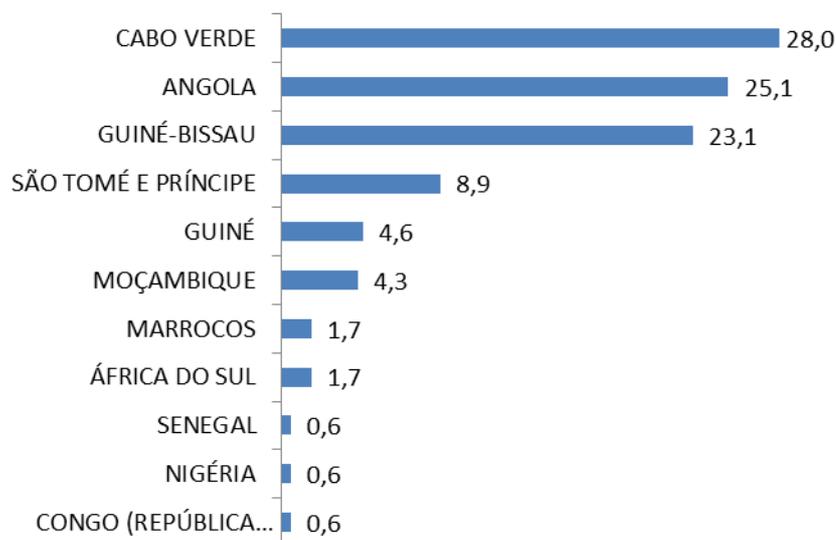
Gráfico nº 80 Distribuição das crianças/jovens oriundas do Continente Americano(%)



Das crianças oriundas do **Continente Americano** (450), 86,4% (389) vem do Brasil, 6,7% (30) dos Estados Unidos, 4,9% (22) da Venezuela, 1,8% (8) do Canada e 0,2% (1) Argentina.

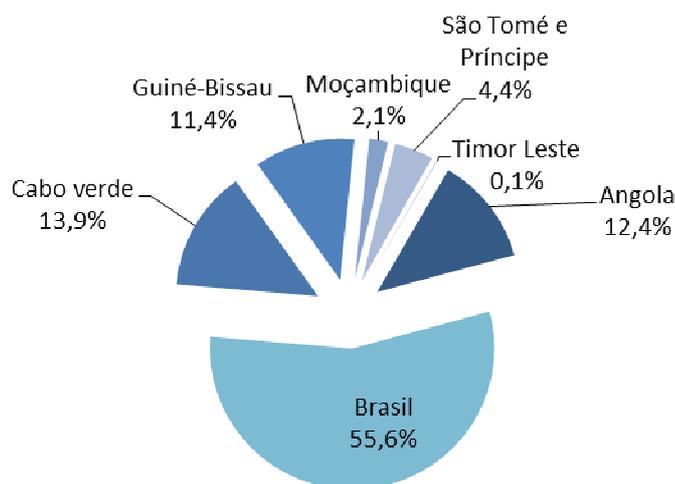
Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Gráfico nº 81 Distribuição das crianças/jovens oriundas do Continente Africano



Das crianças oriundas do **Continente Africano** (347), 28,0% (97) vem de Cabo Verde, 25,1% (87) de Angola, 23,1% (80) da Guiné-Bissau,, 8,9% (31) de São Tomé e Príncipe, 4,6% (16) da Guiné, 4,3% (15) de Moçambique, 1,7% (6) de Marrocos e da África do Sul, 0,6% (2) da Nigéria, do Senegal e da República Democrática do Congo e por último 0,3% (1) do Quênia, do Congo e do Malawi

Gráfico nº 82 Distribuição das crianças/jovens oriundas do Países de Língua Oficial Portuguesa



Considerando as crianças e jovens provenientes da **Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)**, 2,6% (700) das crianças e jovens caracterizadas. Destas 56,6% (389) são provenientes do Brasil, 13,9% (97) provenientes de Cabo Verde, 12,4% (87) de

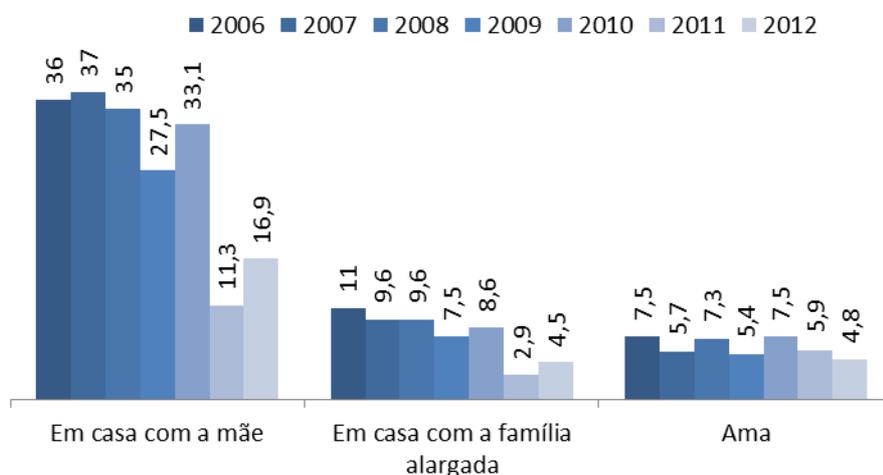
Angola, 11,4% (80) da Guiné-Bissau, 4,4% (3) de São Tomé e Príncipe, 2,1% (15) de Moçambique e uma de Timor Leste.

Enquadramento Socioeducativo e Caracterização escolar

Na análise do enquadramento socioeducativo das crianças acompanhadas pelas CPCJ tomamos em consideração os contextos de apoio às crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 5 anos, prestados durante o dia, quer pela família, quer por outras Entidades ou Instituições.

Do total de 8112 crianças que pertencem ao escalão etário dos 0 e os 5 anos com processos instaurados, as CPCJ identificaram 2324 (28,6%) com este apoio. Constatase que há uma clara subcaracterização destes apoios, pelo que os valores que se apresentam devem ser apreciados com muita cautela, designadamente quando os comparamos com anos anteriores que têm universos de caracterização muito mais elevados.

Gráfico nº 83 Percentagem das crianças até aos 5 anos com processos Instaurados em contexto familiar (2006/2012)

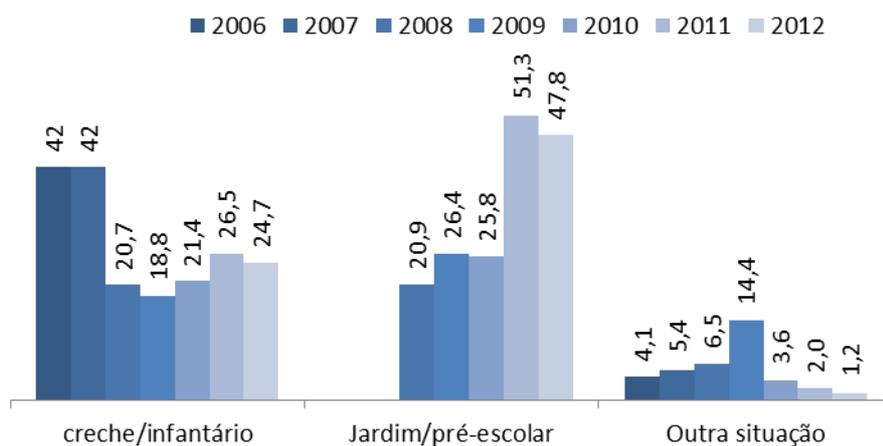


Assim, sem prejuízo das reservas anteriormente apresentadas, verificamos, através do gráfico anterior, que o **acompanhamento materno**, que tinha registado em 2011 um decréscimo significativo, representa, em 2012, 16,9% (393) o que constitui um aumento, quando comparamos com o valor verificado em 2011 (11,3%; 179). As crianças que estão **em casa com a família alargada** seguem a mesma tendência que se assinalou para a categoria anterior, correspondendo em 2012 a 4,5% (104), em comparação com o ano de 2011 em que representavam 2,9% (46).

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Embora não pertencente à família, a **ama** enquadra-se num contexto de natureza para-familiar. Esta categoria manteve a tendência decrescente iniciada no ano anterior, correspondendo em 2012 a 4,8% (112) do total de crianças deste escalão etário com acompanhamento socioeducativo.

Gráfico nº 84 Percentagem das crianças até aos 5 anos com processos Instaurados em equipamento educativo (2006/2012)



A inserção em equipamento educativo **creche/infantário**, após dois anos sem variações significativas (2006 a 2007), iniciou uma tendência crescente desde 2009 representando, em 2011, 26,5% (418), Em 2012 representou 24,7% um decréscimo percentual que contraria a tendência crescente dos anos anteriores.

A categoria **Jardim-escola/ Pré-escolar**, acrescentada no ano de 2008 regista em 2011 um aumento muito significativo da sua representação percentual, correspondendo a 51,3% (811) Em 2012 sofreu um ligeiro decréscimo, representando 47,8% (1112) do total, valor bastante significativo.

O número de situações relativas a **outras situações** não tipificadas representou, em 2012, 1,2% (29) das crianças.

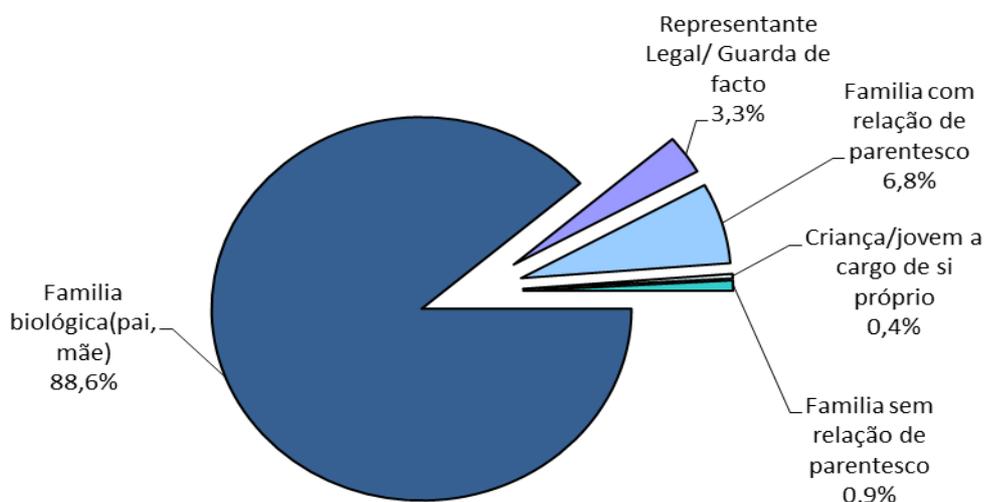
Caracterização do agregado

Após a caracterização das crianças e jovens acompanhados, segue-se a caracterização do seu **agregado familiar**.

A introdução da caracterização via aplicação informática, conduziu a alterações na análise das variáveis relacionadas com o agregado. Assim foi necessário agrupar as novas variáveis de forma a permitir uma comparação com anos anteriores. Assim a categoria **Família biológica** contém: Ambos os Pais Biológicos, Mãe Biológica, Pai Biológico, ambos Os Pais Adotivos, Mãe Adotiva e Pai Adotivo; a categoria **Família com relação de parentesco** contém: Avós maternos, Avós paternos, só Avô/Avó materno, Tios paternos, Tios maternos, só Avô/Avó paterno, só Tia/Tio materno, Irmã/Irmão, só Tia/Tio paterno e Irmãos; **Família sem relação de parentesco** contém: Pessoa de referência sem laço de parentesco, Madrinha, Madrasta, Padrinho, Padrasto e Vizinhos; **Representante Legal ou quem detêm a guarda de facto** contém: Instituição de Acolhimento, Família de Acolhimento e Instituição Hospitalar; **Criança/jovem a cargo de si próprio** contém: Jovem a Viver em União de Facto, Criança / Jovem a Viver Sozinho e Criança / Jovem a Viver com Pares.

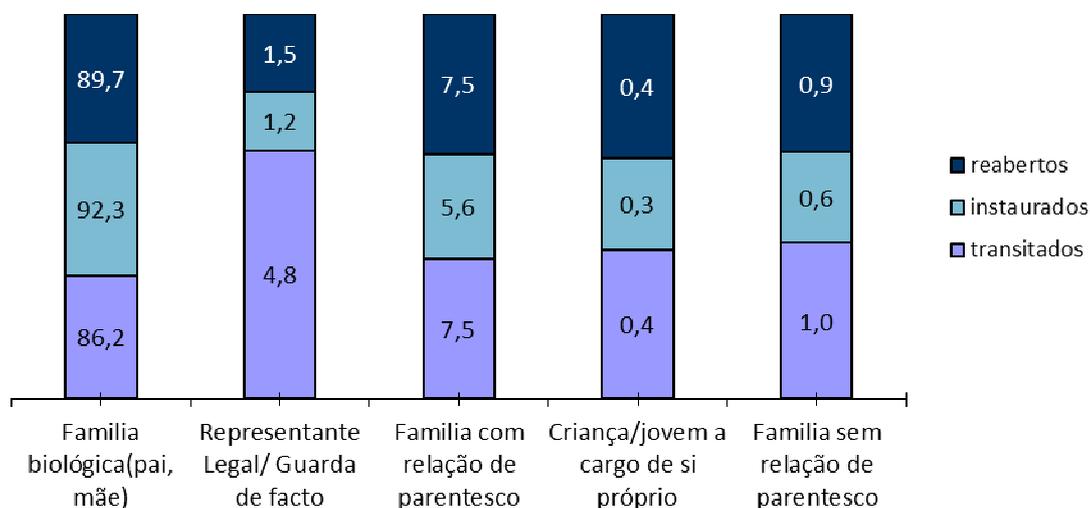
Dos **32093 elementos do agregado familiar caracterizados**, 594 foram indicados como desconhecidos e 753 foram indicados como outro agregado não especificado, pelo que foram apenas considerados para efeitos de cálculo percentual 32093 elementos do agregado familiar.

Gráfico nº 85 Caracterização do agregado familiar, com quem vivem as crianças e jovens com processos acompanhados



Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Gráfico nº 86 Caracterização do agregado familiar, com quem vivem as crianças e jovens com processos acompanhados por tipologia de processo (%)



Pela análise dos gráficos, é possível constatar que a grande maioria das crianças e jovens caracterizadas vive com a sua **família biológica** (88,6%). Esta categoria apresenta uma representatividade percentual mais baixa nos processos transitados (86,2%), correspondendo a aproximadamente menos 6,1% que os processos instaurados no ano. Esta diferença poderá ser relevante no tempo de permanência de um processo no estado ativo.

Na apreciação mais detalhada da categoria, do total de 28.446 crianças e jovens que vivem com os pais, verificamos que:

- 99,3% (28.255) vivem com a **família biológica**, destas 47,7% (13.489) com ambos Os Pais Biológicos, 45,5% (12.852) com a Mãe Biológica e 6,8% (1.914) com o Pai Biológico;
- 0,7% (191) vivem com a **família adotiva**, distribuindo-se da seguinte forma: 63,4% (121) vivem com Ambos Os Pais Adotivos, 28,8% (55) com a Mãe Adotiva e 7,9% (15) com o Pai Adotivo.

Representando percentualmente um valor mais baixo, mas ainda significativo. 6,8% (2190) das crianças e jovens **vivem com familiares – família com relação de parentesco**. Distribuindo-se da seguinte forma:

- 35,1% (769) vivem com os Avós Maternos ou só Avô/Avó Materno;
- 24,4% (535) vivem com os Avós Paternos ou só Avô/Avó Paterno;
- 17,4%(381) vivem com os Tios Maternos ou só com Tia/Tio Materno;
- 11,6%(255) vivem com os Tios Paternos ou só com Tia/Tio Paterno;
- 11,4% (250) vivem com irmão/irmã ou irmãos.

Esta categoria apresenta uma representatividade percentual mais baixa nos processos instaurados (5,6%).

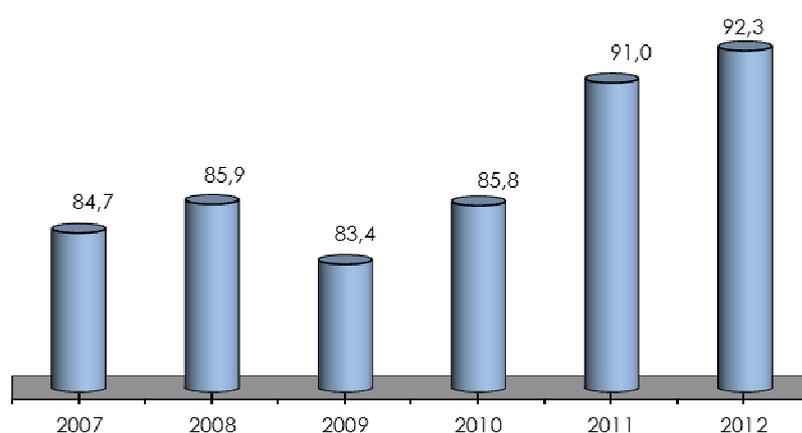
Seguem-se, por ordem decrescente, as crianças e jovens cujo agregado é composto pelo seu **representante legal** ou **pessoas que detêm a guarda de facto** correspondendo a 3,3% (1055) do total.

As crianças e jovens que vivem com **famílias com as quais não tem relação de parentesco** correspondem a 0,9% (278) do total. Na análise por tipologia de processo, apenas nos processos instaurados (0,6%) apresentam valores de representatividade ligeiramente inferiores. Na apreciação mais detalhada desta categoria, das 278 crianças e jovens 57,6% (160) vive com Pessoa de Referência Sem Laço de Parentesco; 29,5% (82) vivem com Madrinha/Padrinho; 11,9% (33) das crianças vivem com Madrasta/Padrasto e 1,1% (3) com Vizinhos.

O número de **crianças e jovens a cargo de si próprios** não apresenta relevância percentual (0,4%), no entanto corresponde a 124 crianças e jovens, dos quais 79 viviam em união de facto, 39 viviam sozinhas e 6 viviam com pares.

Analisaremos agora o agregado familiar com quem vivem as crianças e jovens em comparação com os anos anteriores, esta análise considera apenas os processos instaurados em cada ano.

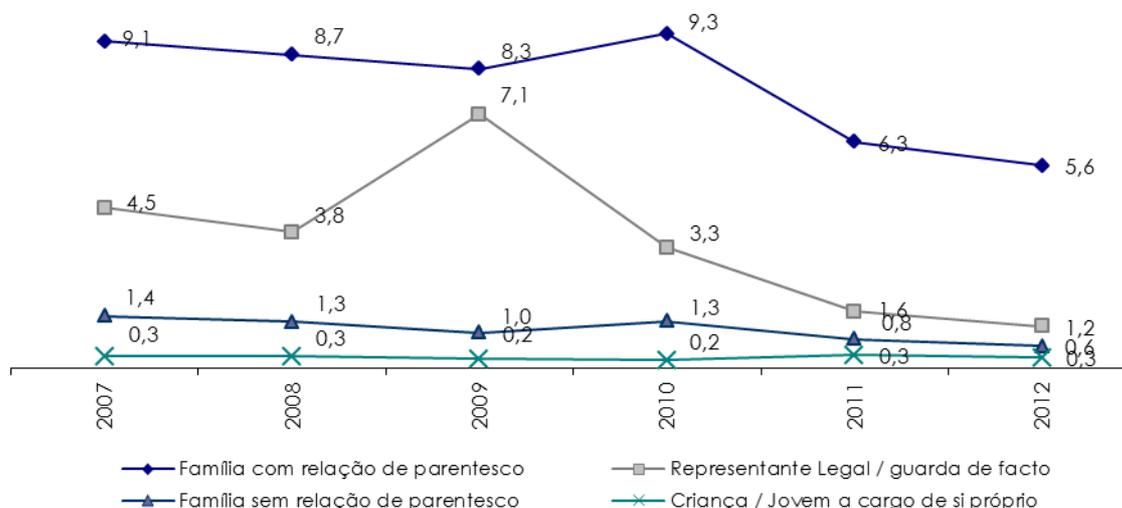
Gráfico nº 87 Comparação da categoria Família biológica na caracterização do agregado familiar das crianças e jovens com processos instaurados de 2006 a 2012(%)



A grande maioria das crianças e jovens com processos instaurados em 2012 vive **com** a sua **família biológica**, esta assume em qualquer ano uma representatividade superior a 80% das crianças e jovens.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Gráfico nº 88 Comparação % do agregado familiar com quem vivem as crianças e jovens com processos instaurados de 2007 a 2012, exceto família biológica.



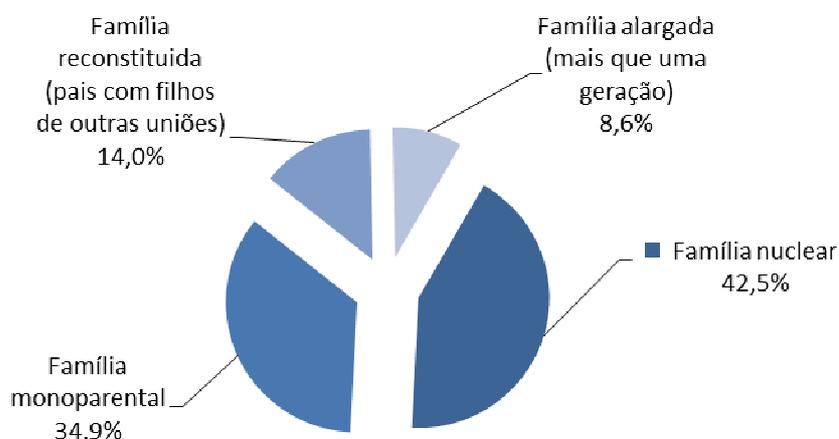
Na comparação com os anos anteriores, e por ordem decrescente de relevância percentual, destacam-se as crianças e jovens que **vivem com familiares**, esta categoria apresentou desde 2006 até 2009, uma tendência decrescente, em 2010 verificou-se uma inversão de tendência representando 9,3%, no entanto em 2011, voltou a decrescer, apresentando em 2012, o seu valor mais baixo, 5,6% do total de crianças e jovens.

As crianças e jovens que vivem com um agregado composto por **representantes legais e pessoas que detêm a sua guarda de facto** representou em 2012, 1,2% das crianças e jovens, apresentando uma tendência decrescente ao longo dos anos, com exceção de 2009 onde apresentou um valor ligeiramente superior.

Seguem-se as crianças e jovens que vivem em **famílias com as quais não tem relação de parentesco**, que não apresentam variações significativas ao longo dos anos até 2011, onde representou 0,8% do total de crianças e jovens. Em 2012, registou-se um valor inferior ao dos últimos anos correspondendo a 0,6%.

Por último as **crianças e jovens a cargo de si próprios**, em 2012 mantiveram a sua representatividade ao longo dos anos, 0,3% do total de crianças, no entanto em valores absolutos decresceu de 47 crianças e jovens em 2009, para 39 em 2010, para 34 em 2011 e para 31 em 2012.

Gráfico nº 89 Comparação % do tipo de agregado familiar com quem vivem as crianças e jovens com processos acompanhados

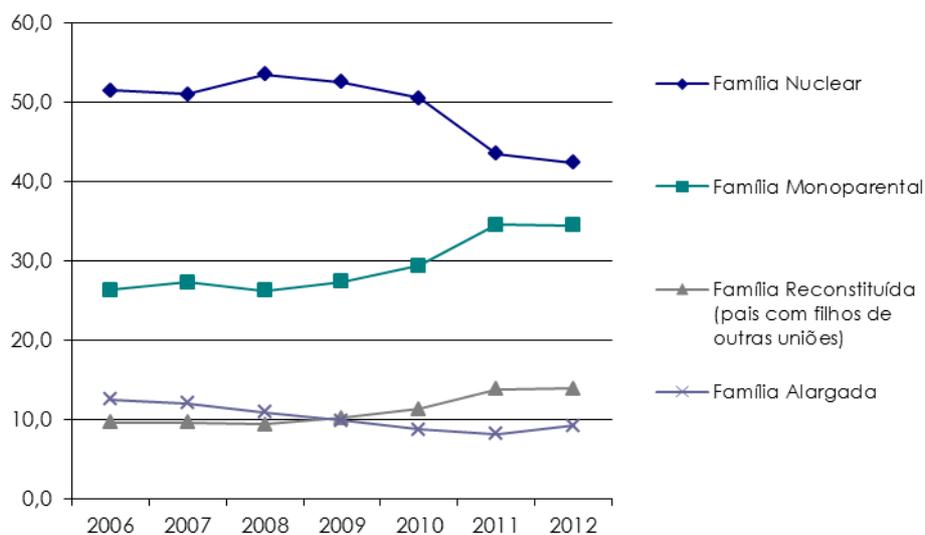


Na análise por **tipo de agregado** as CPCJ em 2012, caracterizaram 33480 crianças e jovens com processos acompanhados (VPG) dos quais 6637 foram caracterizadas por outro tipo de agregado ou desconhecido, o que corresponde à inclusão na análise de 26843, 80,2% do total, distribuindo-se da seguinte forma:

- 42,5% vivem com ambos os progenitores - **Família nuclear**, destas 97,6% (11118) tem irmãos e 2,4% (277) são filhos únicos.
- 34,9% das crianças e jovens vivem com apenas um dos progenitores - **Família monoparental**; destas 87,8% (8234) vivem com a mãe e 12,2% (1143) vivem com o pai.
- 14,0% vivem com um dos progenitores numa **Família reconstituída**, com crianças e jovens de outras uniões.
- 8,6% vivem com a família alargada.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Gráfico nº 90 Comparação % de 2006 a 2012 do tipo de agregado familiar com quem vivem as crianças e jovens com processos instaurados.



A comparação com os anos anteriores, processos instaurados, permite-nos verificar a predominância, em todos os anos da tipologia - **família Nuclear**. Esta categoria não apresenta variações significativas ao longo dos anos em análise, situando-se a sua representatividade em valores médios próximos dos 49%, no entanto desde 2008 que vem apresentando uma tendência decrescente, registando em 2012 uma representatividade de 42,4% do total das crianças e jovens.

A **família Monoparental** é a segunda mais representativa, com uma tendência crescente de representatividade até 2011, mantém em 2012, valores similares ao do ano anterior com 34,5%.

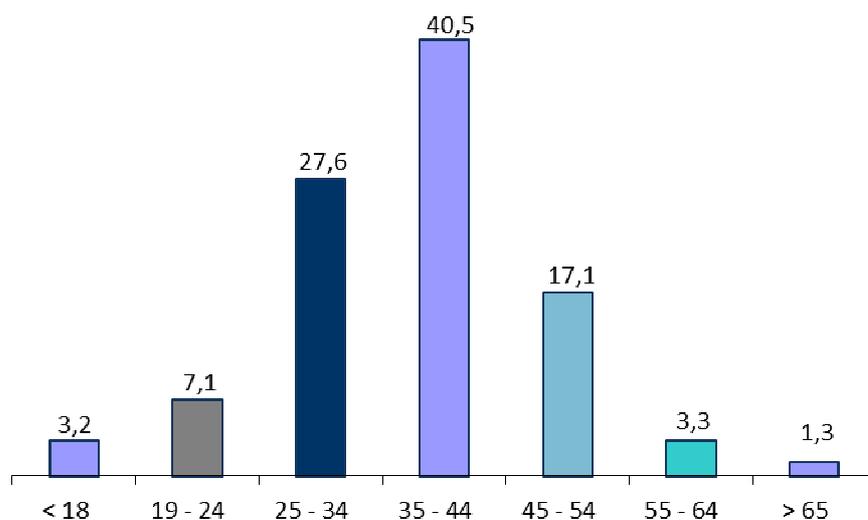
Segue-se a **família reconstituída**, que ocupa o terceiro lugar, com 13,9%. Com uma média de representatividade nos últimos anos de 11,1% do total, apresenta uma tendência crescente.

No mesmo sentido a **família Alargada**, com valores médios de representatividade ao longo dos anos de 10,2%, revela uma tendência ligeiramente crescente, em 2011 esta categoria representava 8,1% do total de crianças e jovens em 2012 representa 9,2% do total.

Agregados caracterização etária.

Seguidamente caracteriza-se os agregados familiares por escalões etários dos dois principais cuidadores das crianças e jovens.

Gráfico nº 91 Caracterização dos agregados por escalões etários das crianças e jovens com processos instaurados no ano.

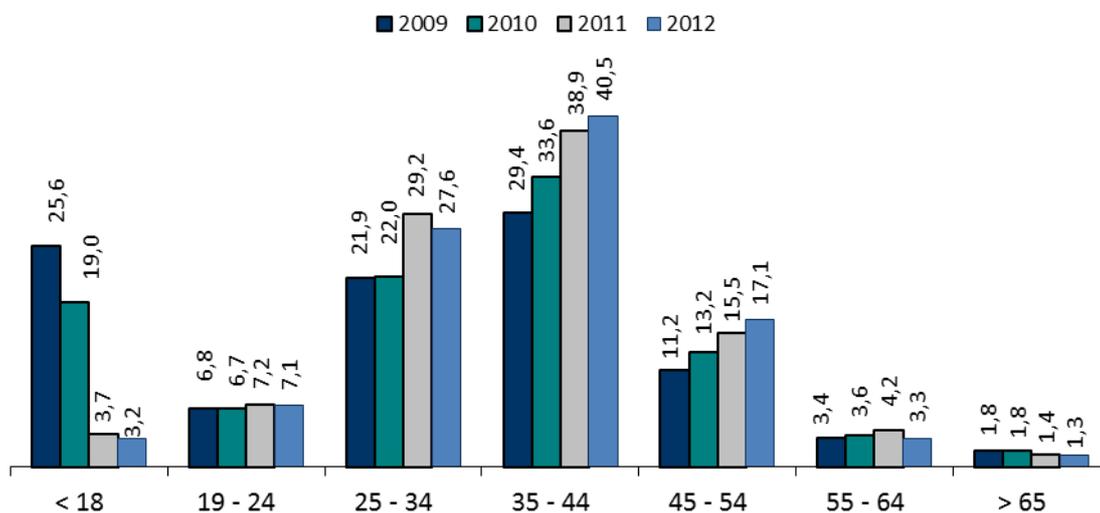


O escalão etário dos 35 aos 44 anos é o mais representativo com 40,5% (8247) do total, segue-se o escalão etário dos 25 aos 34 anos, com 27,6% (5612) e o escalão etário dos 45 aos 54 anos representando 17,1% (3477) dos cuidadores.

Segue-se por ordem decrescente o escalão etário dos 19 aos 24 anos com 7,1% (1436), o escalão etário dos 55 aos 64 anos 3,3% (679), o escalão etário dos 18 ou menos anos, com 3,2% (658), e por ultimo o escalão etário dos mais de 65 anos, que representa 1,3% (258).

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Gráfico nº 92 Comparação da caracterização dos agregados por escalões etários (2009 a 2012)



Na comparação com o ano de 2009 e 2010 é possível constatar um decréscimo do escalão etário dos agregados com **18 anos ou menos**, se em 2009 este escalão representava 25,6% do total, em 2012 apenas representa 3,2% do total dos cuidadores

O escalão etário dos **19 aos 24 anos** apresenta uma representatividade ligeiramente superior 7,1%, não existindo diferenças significativas com os anos anteriores

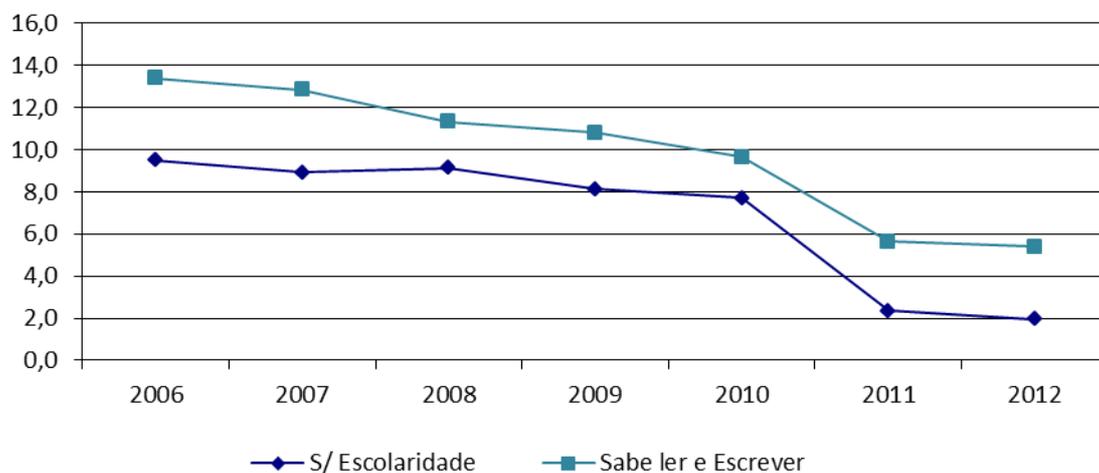
O escalão etário dos **25 aos 34**, o segundo mais representativo em 2012, apresenta uma percentagem de 27,6%, ligeiramente inferior ao do ano de 2011 (29,2%).

O escalão etário dos **35 aos 44 anos** é o mais representativo no ano em avaliação, com 40,5% do total, mais 1,6% que em 2011. Com a mesma grandeza de crescimento o escalão etário dos **45 aos 54 anos** acompanha esta tendência crescente, em 2012 representa 17,1% do total

Com valores de representatividade mais baixos, e numa tendência decrescente, surgem os escalões etários dos **55 aos 64 anos**, com 3,3%, e, por último o escalão etário dos **mais de 65 anos**, que em 2012 representou 1,4% do total.

O gráfico seguinte ilustra o grau de escolaridade do agregado familiar das crianças e jovens com processos instaurados pelas CPCJ em 2012.

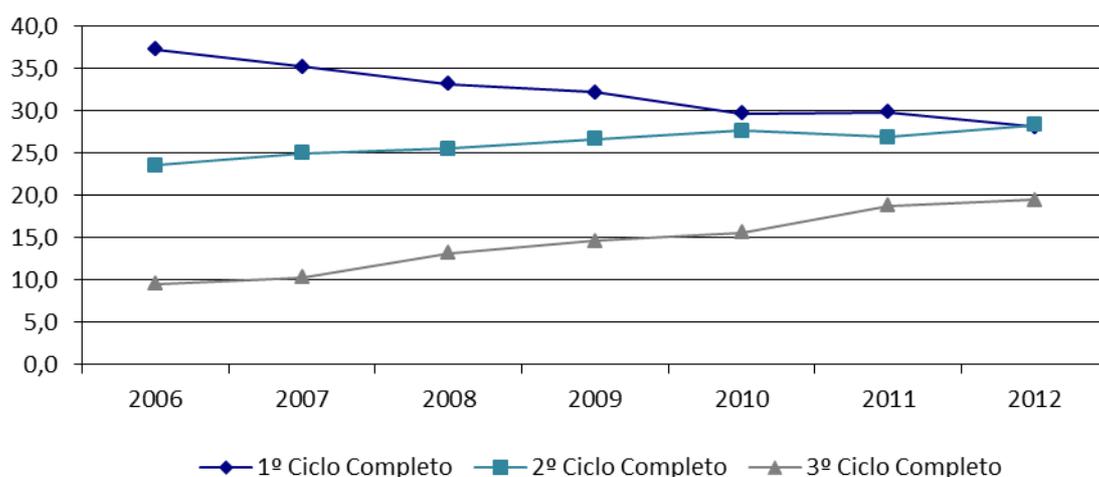
Gráfico nº 93 Comparação da caracterização dos agregados por grau de escolaridade (2006 a 2012)



Na análise do grau de escolaridade dos principais cuidadores das crianças e jovens, o gráfico evidencia um decréscimo ao longo dos anos dos agregados sem escolaridade ou que só sabem ler e escrever.

Os agregados que não tinham escolaridade representavam em 2006 9,5% do total, enquanto, em 2012, representam 1,9%. No mesmo sentido os agregados que apenas sabem ler e escrever representavam em 2006 13,4% contrastando com os 5,4% que representaram em 2012.

Gráfico nº 94 Comparação da caracterização dos agregados por grau de escolaridade (2006 a 2012)

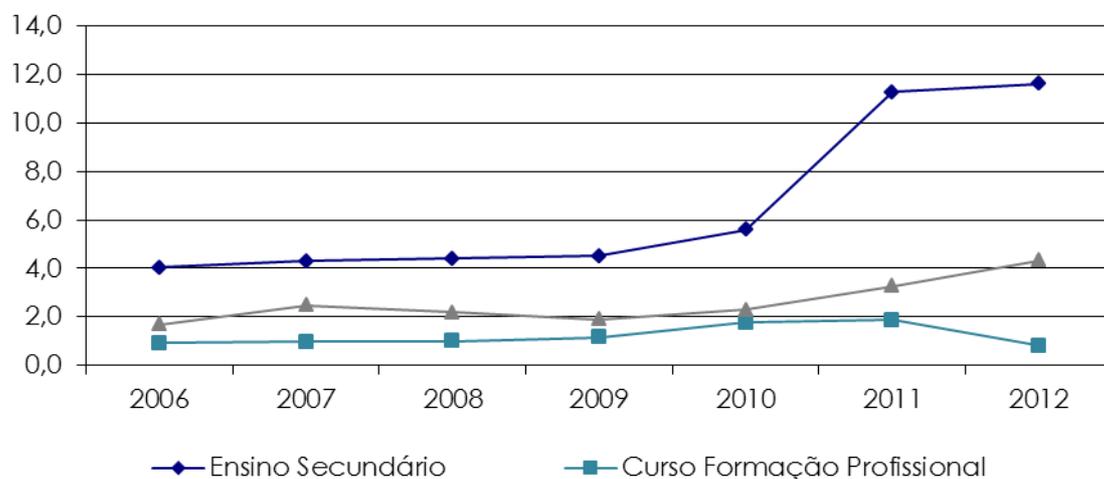


Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Acompanhando a tendência das categorias anteriores, também os agregados com o 1º ciclo completo, o segundo mais representativo em 2012, nos anos anteriores ocupava o primeiro lugar, tendo vindo a decrescer a sua representatividade ao longo dos anos. Em 2006 representavam 37,3% enquanto em 2012 representavam 28,1% do total de agregados.

No sentido oposto, os agregados com o 2º ciclo completo (28,3%), o mais representativo, e com o 3º ciclo completo (19,5%) apresentam desde 2006 uma tendência crescente.

Gráfico nº 95 Comparação da caracterização dos agregados por grau de escolaridade (2006 a 2012)



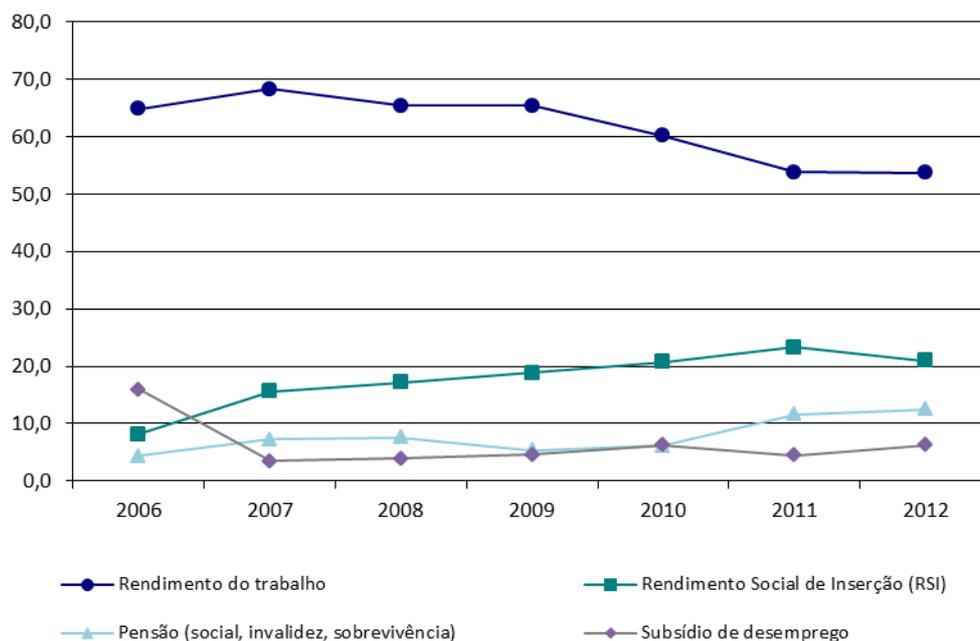
Com uma representatividade menos significativa os agregados com o ensino secundário representam em 2012, 11,6% do total, verificando-se que existe um aumento da representatividade destes agregados desde 2006 (representavam nesse ano 4%). Acompanhando esta tendência os agregados com Bacharelato ou Curso superior representaram em 2012 4,3% dos agregados, o valor mais elevado dos últimos anos.

Por último surgem os agregados com curso de formação profissional, que correspondem em 2012, a 0,8% do total dos agregados familiares, valores inferiores ao de 2011, onde representava 1,9% do total.

Rendimentos

Seguidamente apreciaremos os rendimentos e a situação profissional dos agregados familiares.

Gráfico nº 96 Comparação da caracterização dos agregados por situação perante o trabalho /rendimentos (2006 a 2012)



No que diz respeito à situação perante o trabalho dos cuidadores das crianças e jovens com processos instaurados pelas CPCJ, os dados do gráfico, evidenciam que a maioria tem como principal meio de subsistência os **rendimentos provenientes do trabalho**, em 2012 corresponde a 53,7% dos agregados.

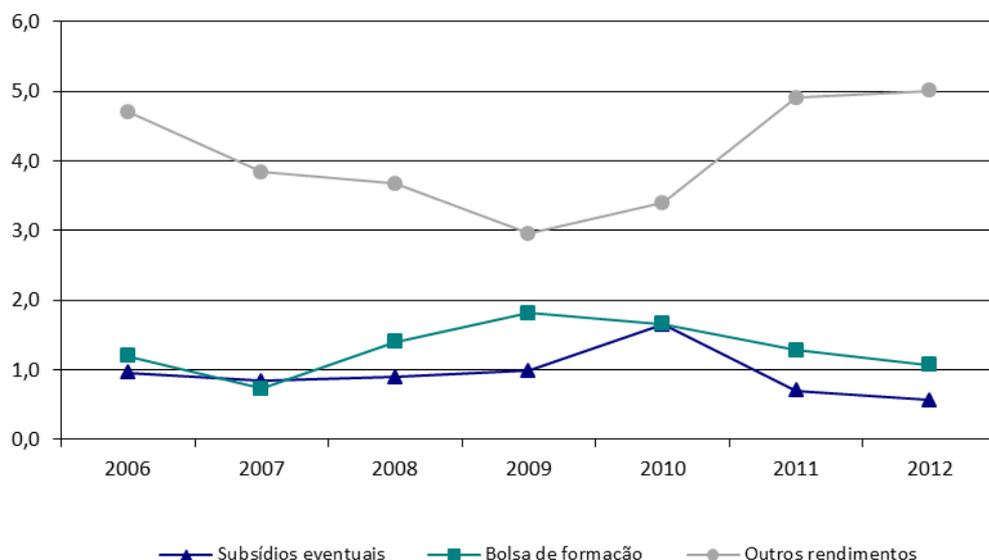
Em 2012, 21,0% dos responsáveis pelo agregado são beneficiários do **Rendimento Social Inserção**, valor inferior ao de 2011, onde representava 23,3%.

As famílias que beneficiam de **pensões** (social, invalidez, sobrevivência, etc.) representam, 12,5% do total.

O **subsídio de desemprego** representou a fonte de rendimento para 6,2% das famílias. Em comparação com os anos anteriores em 2012 registaram-se valores iguais a 2010 (6,2%), invertendo a tendência decrescente do ano anterior.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Gráfico nº 97 Comparação da caracterização dos agregados por situação perante o trabalho /rendimentos (2006 a 2012)



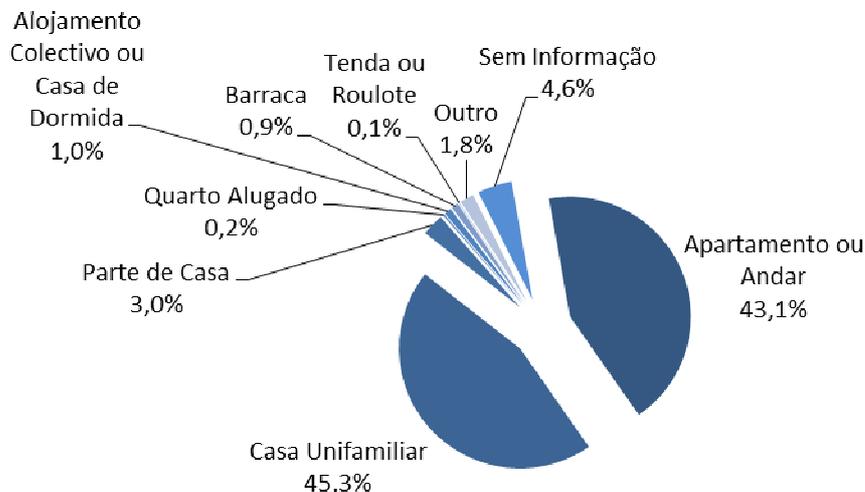
No ano em avaliação, 5,0% dos agregados, tem como suporte **outros rendimentos**, não especificados. Ao longo dos anos esta categoria apresenta variações, com uma tendência crescente que se acentuou desde 2009.

Por último, os dados obtidos evidenciam que 1,3% das famílias beneficiam de **bolsas de formação** e 0,6% de **subsídios eventuais**.

Situação de Alojamento

Analisam-se, agora, a situação dos agregados familiares face ao alojamento.

Gráfico nº 98 Processos Instaurados: situação face ao alojamento dos agregados familiares



Relativamente às condições de alojamento, o gráfico anterior, mantêm as tendências anteriores praticamente inalteradas, continuando a revelar que a quase totalidade dos agregados familiares responsáveis pelas crianças e jovens vivem em casa Unifamiliar (3775) ou Apartamento/Andar (3596)

Os dados obtidos evidenciam ainda famílias a viver em condições muito precárias, ou seja, em Parte de Casa (2,9%; 246), Alojamento Coletivo/Casa de Dormida (1,0%; 81), Barraca (0,9%;78), Quarto Alugado (0,2%; 17), Tenda/Rulote (0,1%; 8) e Sem Abrigo/Sem Habitação (3).

Em 4,6% (384) dos agregados não foi possível obter informação, e em 1,8% (153) a situação habitacional é diferente das categorizadas – Outro.

Situações de Perigo

Analisa-se, agora, as principais situações de perigo detetadas nas crianças e jovens com processo de promoção e proteção no ano de 2012. Do total 69007 **processos acompanhados**, foram caracterizadas na aplicação informática 69573¹¹ **situações de perigo** que motivaram, no ano de 2012, a intervenção das suas comissões. A sistematização da informação sobre as principais problemáticas permite às CPCJ, no quadro das suas atribuições e competências, designadamente nas da modalidade alargada, a ponderação das estratégias e das ações que previnam a ocorrência das situações de perigo.

Assinale-se que, em setembro de 2011, foram introduzidas alterações à aplicação informática de gestão processual da atividade das Comissões de Proteção, designadamente ao nível das categorias e subcategorias das situações de perigo legitimadoras da intervenção das Comissões de Proteção. Esta alteração permitiu o aprofundamento da caracterização das situações de perigo que atingem as crianças e jovens, possibilitando a identificação mais precisa dos problemas que as afetam. No entanto, considerando que esta modificação só entrou em vigor em setembro de 2011, os seus efeitos na análise das situações de perigo no presente Relatório está circunscrita à apreciação dos processos instaurados e reabertos. No que respeita à apreciação dos processos transitados e ao volume processual global, mantém-se a

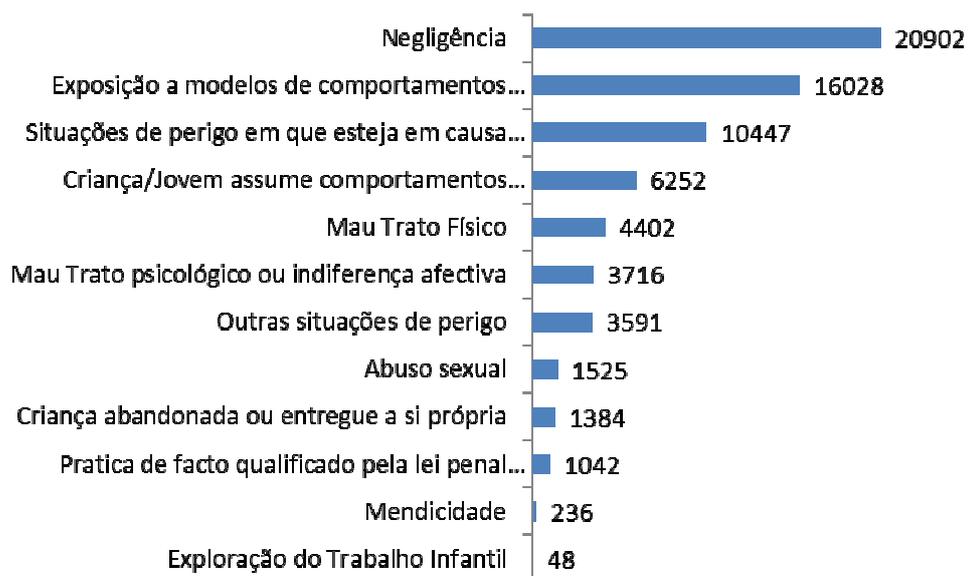
¹¹ É possível existirem mais do que uma situação de perigo para a mesma criança ou jovem

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

análise segundo as categorias de situações de perigo em vigor à data da instauração do processo (anterior a setembro de 2011).

Para melhor compreensão, sugere-se a consulta do anexo 1, onde se apresentam as categorias de situações de perigo que vigoraram até setembro de 2011 e aquelas que passaram a vigorar após esta data.

Gráfico nº 99 Situações de Perigo detetadas nas crianças e jovens com processo nas CPCJ



Da leitura do gráfico anterior observamos que as situações de perigo sinalizadas às Comissões de Protecção incidem, maioritariamente, em cinco problemáticas: **Negligência** 30% (20902)); **Exposição a modelos de comportamento que possam comprometer a saúde, segurança, bem estar e desenvolvimento da criança** 23% (16028); **Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação** 15% (10447), os **Mau trato físico** 6,3% (4402) e o **Mau trato psicológico ou indiferença** 5,3% (3716). Comparando estes valores com aqueles ocorridos em 2011 verificamos que:

- Diminui a expressão percentual da **Negligência** (33,1%; 22696 em 2011);
- Aumenta a expressão percentual da **Exposição a modelos de comportamento que possam comprometer a saúde, segurança, bem estar e desenvolvimento da criança** (18,9%;12974 em 2011);
- Nas **Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação** verifica-se o aumento percentual e absoluto do número de casos (14,2%; 9737 em 2011);
- Aumenta significativamente o numero de casos em que a **Criança/Jovem assume comportamentos que afectam o seu bem estar** (5,5%;3785 em 2011)

- Ao nível dos **Maus tratos psicológicos / abuso emocional** diminuiu significativamente a sua expressão percentual e numérica (9,4%; 6413 casos em 2011);
- No que respeita aos **Maus-Tratos Físicos**, diminuiu a expressão percentual desta problemática (7,0% em 2011)

Estas comparações devem ser analisadas à luz dos cuidados referidos na introdução deste capítulo.

Com valores percentuais menos representativos do total das situações de perigo seguem-se, por ordem decrescente: **Outras situações de perigo** 5,2% (3591); o **Abuso sexual** 2,2 % (1525) e a **Criança abandonada ou entregue a si própria** 2,0% (1384)) **Prática de facto qualificado como crime** 1,5% (1042).

Com uma representatividade inferior a 1% do total encontramos ainda: **Mendicidade** 0,3 % (236) e a **Exploração do trabalho infantil** 0,1% (48).

Gráfico nº 100 Situações de Perigo detetadas nas crianças e jovens com processos transitados para 2012 nas CPCJ



Na análise das situações de perigo que atingem as crianças e jovens com **processo transitado de anos anteriores**, destaca-se uma diminuição das situações de **negligência** (13141 em 2011); **mau trato psicológico ou indiferença afectiva** (3613 em 2011), **Mau trato físico** (2717 em 2011), em oposição, as situações de perigo por **Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança** (5999 em 2011), as **Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação** (4607 em 2011) e a **Criança/Jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar** (1241 em 2011) apresentam um aumento de casos.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

A ordenação das situações de perigo mantém-se similar à do ano transato verificando-se apenas uma inversão nas situações; **Outras situações de perigo** 4,8% (1633); com a **Prática de facto qualificado como crime** (2,1%; 710); e entre as situações de **Abuso Sexual** com 2,2% (759) e a **Criança abandonada ou entregue a si própria** (2%; 690).

Segue-se a apreciação da incidência das Situações de Perigo tendo como referência os **processos instaurados no ano de 2012**. Como anteriormente já foi referido, a análise dos processos instaurados já contempla as alterações efetuadas em setembro de 2011 no domínio das categorias das situações de perigo.

Gráfico nº 101 Situações de Perigo detetadas nas crianças e jovens com processos Instaurados para 2012 nas CPCJ



O gráfico anterior permite-nos observar a incidência das principais situações de perigo nos **processos instaurados** em 2012. A ordenação das problemáticas nos processos instaurados é pela primeira vez bastante distinta da que verificamos para a totalidade de processos acompanhados.

A **Exposição a modelos de comportamento que possam comprometer a saúde, segurança, bem estar e desenvolvimento da criança** foi pela primeira vez a situação de perigo mais sinalizada às CPCJ, atingindo os **27%** (7896). Em 2011 esta categoria ocupava a segunda posição correspondendo a 21,1% (5873) dos casos. A **Negligência**, situação de perigo mais sinalizada nos últimos anos, representa, em 2012, **25,1%** (7292).

Seguem-se por ordem decrescente: as **Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação** 15,9% (4643), **Criança/Jovem assume comportamentos que afetam**

o seu bem-estar 10,9% (3177), **Outras situações de Perigo** 5,7% (16623) e o **Mau trato físico** 6,1% (1777).

Registando valores percentuais bastante menos representativos no total das situações de perigo encontramos na sétima posição, o **Mau trato psicológico ou indiferença afectiva** que representa **3,4%** (1005) dos casos, em 2011 esta situação correspondia a 8,6% (2385), ocupando a quarta posição. Segue-se o **Abuso sexual** com **2,4 %** (703), a **Criança abandonada ou entregue a si própria** com 2,0% (580) e a **Prática de facto qualificado como crime** com **1%** (289) dos casos, salienta-se que esta situação de Perigo correspondia em 2011 a 2,4% (681), uma diminuição significativa de casos.

Com uma representatividade inferior a 1% do total, surgem a **Mendicidade** 0,4 % (114), e a **Exploração do trabalho infantil** 0,1% (15).

Importa destacar e reter os seguintes aspetos essenciais:

a) Pela primeira vez a negligência não é a situação de perigo mais sinalizada às CPCJ, passando para o segundo lugar, por troca com a exposição a comportamentos que podem colocar em causa a segurança, saúde e bem estar de criança.

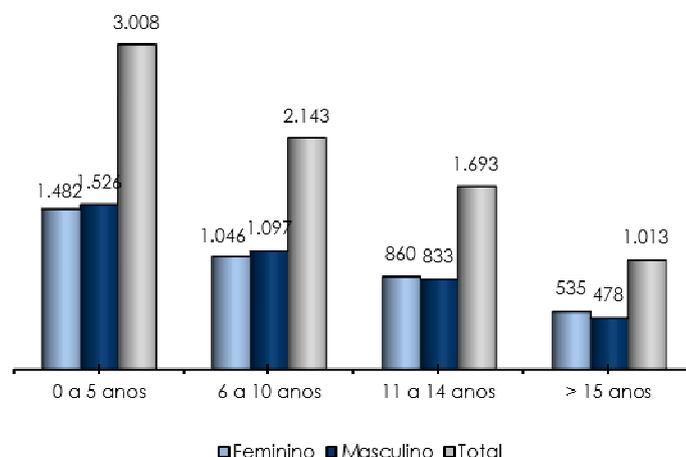
- **Negligência** regista menos **435** situações que em 2011;
- **Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança** regista **mais 2023** situações que em 2011, sendo que, como à frente poderemos verificar, a larga maioria corresponde a situações de violência doméstica vicariante (93, 7%).

b) A tendência de aproximação entre a Negligência e a Exposição a modelos de comportamento já tinha sido observada no Relatório do 1º Semestre do 2012, sendo que, na altura, atingiam os valores de 25,7% (3681) e 25,2% (3608), respetivamente;

Tal como já foi possível realizar no Relatório anual da atividade das CPCJ de 2011 (se bem que apenas no período compreendido entre Setembro e Dezembro) e no Relatório do 1º Semestre de 2012, a avaliação anual da atividade das CPCJ no ano de 2012 incide também na análise das subcategorias das situações de perigo, possibilitando, deste modo, uma apreciação mais qualitativa de cada uma destas situações.

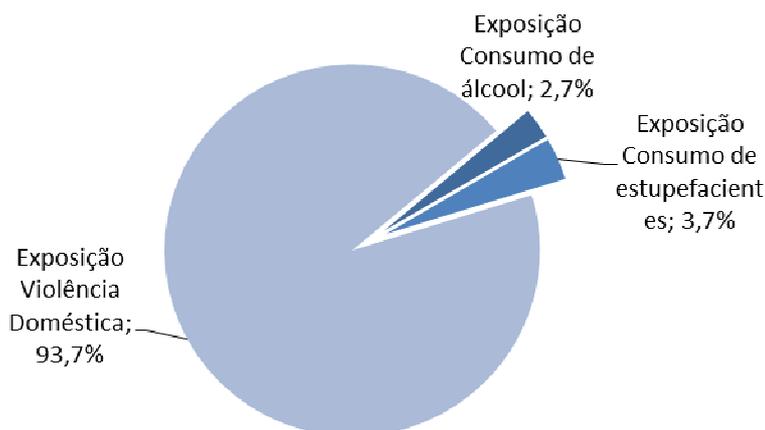
Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Gráfico nº 102 Situação de Perigo - Exposição a comportamentos - em processos instaurados, por escalão etário.



A **Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança** é a primeira causa que motiva a intervenção das CPCJ, esta problemática apresenta uma distribuição que diminui com o aumento da idade da criança ou jovem. O escalão etário dos 0 aos 5 regista o valor mais elevado por oposição o escalão etário dos jovens com mais de 15 anos é o que regista o valor mais baixo. Destaca-se o facto do sexo feminino apresentar valores superiores de incidência nos escalões etários dos 11 aos 14 anos e nos jovens com mais de 15 anos.

Gráfico nº 103 Situações de Perigo - Exposição a comportamentos - em processos instaurados.

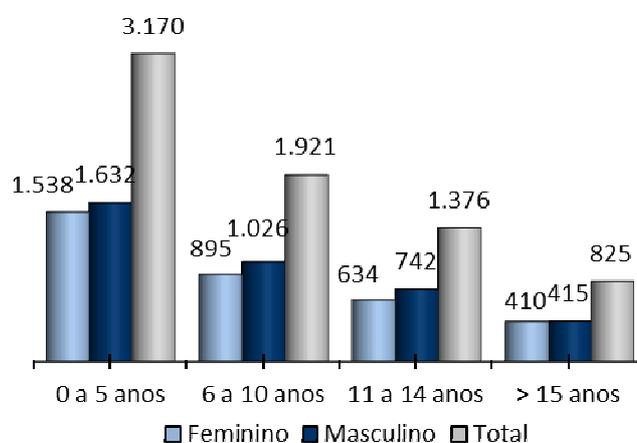


Mercê das alterações introduzidas em 2011 é possível analisar a **Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança** conhecendo melhor as situações de perigo que efetivamente lhe estão associadas. Assim, foram caracterizadas 60,9% (4810) das situações relativas a esta problemática, sendo que, destas foi possível identificar que 93,7% (4506)

correspondem a situações de **Violência Doméstica**. Com uma expressão pouco significativa, 3,7% (176) surge o **Consumo de estupefacientes** e com 2,7% o **Consumo de álcool** (128).

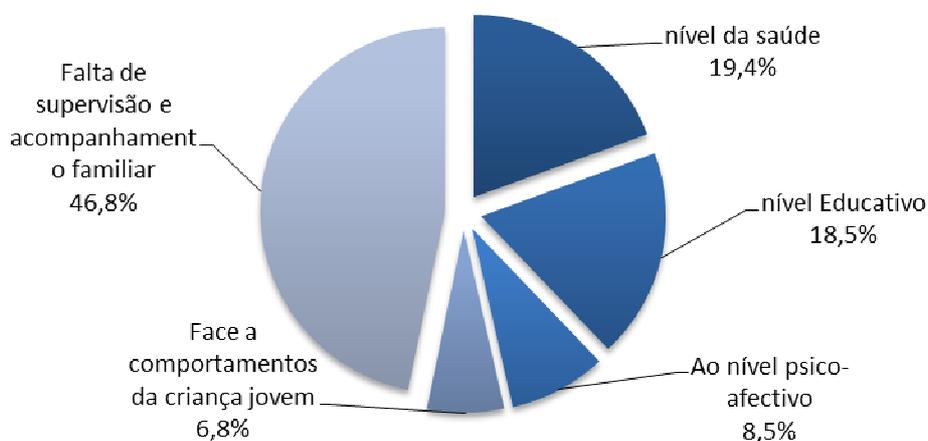
Os valores registados no ano de 2012 são muito semelhantes àqueles verificados no primeiro semestre, sendo que, nessa avaliação, das 2135 das situações relativas a esta problemática, 92,6% (1978) correspondiam a situações de Violência Doméstica, seguindo-se, com menor expressão, o Consumo de estupefacientes com 4,3% (91) e o Consumo de álcool com 3,1% (66).

Gráfico nº 104 Principais situações de Perigo - Negligência - em processos instaurados por escalão etário.



Analisando as situações de perigo em cada escalão etário, observa-se, na **Negligência** a diminuição da incidência com aumento da idade. Assim, é no escalão dos 0 aos 5 anos onde encontramos os valores superiores de incidência, em oposição é novamente o escalão etário dos mais de 15 anos o que apresenta os valores mais baixos.

Gráfico nº 105 Principais situações de Perigo - Negligência - em processos instaurados.



Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

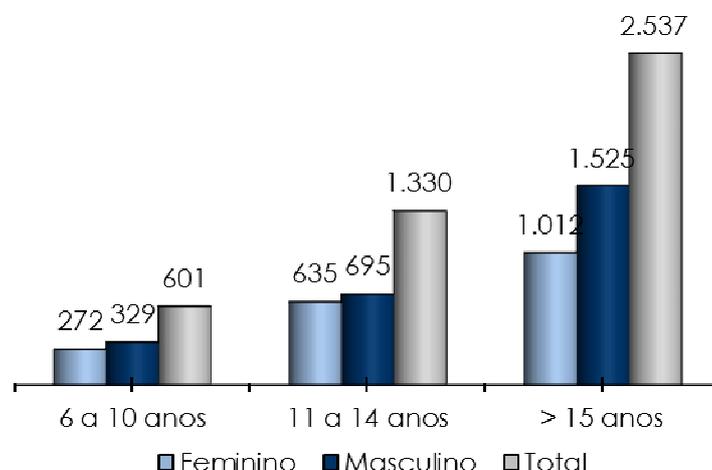
À semelhança do que referimos a respeito na Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança analisar a **Negligência** à luz de subcategorias possibilitam um melhor conhecimento da realidade que encerram, apesar da análise que é possível efetuar em 2012 estar limitada a 1896 (25,8%) dos 7336 casos. Assim, verificamos que destes, 46,8% (887), respeitam à **Falta de supervisão e acompanhamento/familiar**, 19,4% (368) a **negligência ao nível da saúde**, 18,5% (351) a **negligência ao nível Educativo**, 8,5% (162) a **negligência ao nível psicoafetivo** e por último 6,8% (128) a **negligência Face a comportamentos da criança/jovem**.

Quando comparamos estes dados com aqueles registados no primeiro semestre de 2012 verificamos o seguinte:

- A **Falta de supervisão e acompanhamento/familiar** permanece como a subcategoria mais significativa da Negligência (22,5% (218) no primeiro semestre de 2012);
- A **negligência ao nível da saúde** que no 1º semestre ocupava o terceiro lugar de entre as subcategorias da Negligência (11,4%;110 no 1º Semestre), passa para o segundo lugar por troca com a **negligência ao nível Educativo** (18,2%;176 no1º Semestre);
- Igualmente, a **negligência ao nível psicoafetivo**, que ocupava o 4º lugar no primeiro semestre, troca a sua posição com a **negligência Face a comportamentos da criança/jovem**.

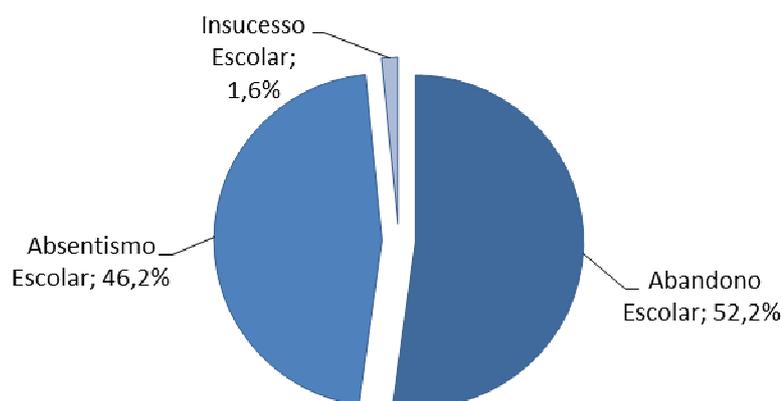
Refira-se que, quer no Relatório do primeiro semestre, quer no Relatório anual de 2012 a identificação da subcategoria de negligência corresponde a cerca de um quarto do total de situações identificadas. Este dado merece um estudo mais aprofundado tendo em vista o apuramento das suas causas, podendo no entanto adiantar-se que, provavelmente, estarão associadas à descrição e qualificação dos fatos no momento da sinalização e/ou à coexistência, na mesma situação, de comportamentos negligentes em várias dimensões relevantes para o bem estar das crianças.

Gráfico nº 106 Principais situações de Perigo - Direito à Educação - em processos instaurados, por escalão etário.



As **Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação** são a terceira causa que legitima a intervenção das CPCJ. Na análise da sua incidência é possível constatar um aumento diretamente proporcional à idade, apresentando a maior expressão no escalão dos jovens com 15 ou mais anos. A análise desta categoria implica que se tome em consideração o aumento da escolaridade obrigatória até ao 12º ano que se traduz no aumento do universo de jovens suscetíveis de se encontrar em situação de perigo.

Gráfico nº 107 Principais situações de Perigo - Direito à Educação - em processos instaurados.



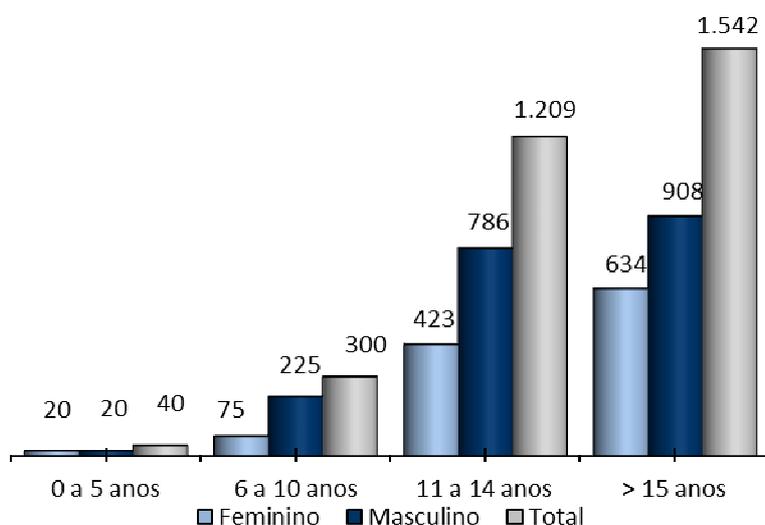
Registe-se que foram caracterizadas 97,7% (4643) das 4643 **Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação**). Destas Situações destaca-se a subcategoria do **abandono escolar**, que corresponde a 52,2% (2368) dos casos.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Seguem-se, por ordem decrescente, o **Absentismo Escolar**, com 46,2% (2098), e o **Insucesso Escolar**, com 1,6% (71).

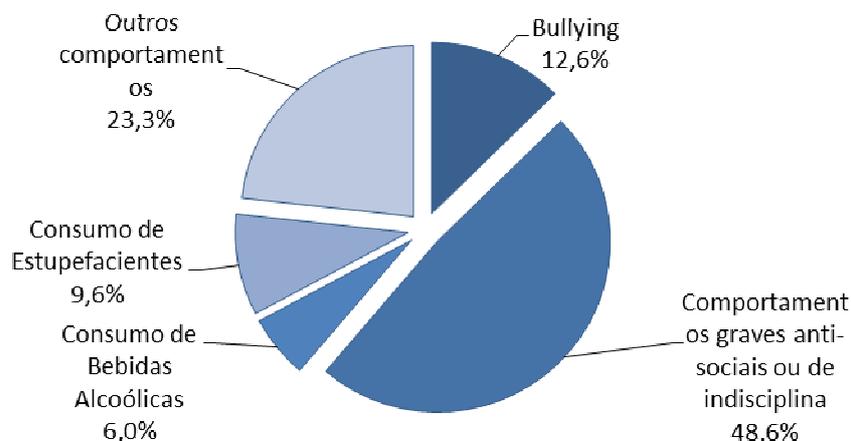
Quando comparamos estes valores com aqueles verificados no primeiro semestre de 2012 verificamos que o abandono escolar, que ocupava o segundo lugar no primeiro semestre com 48,3% (1184), passa para primeiro por troca com o absentismo escolar (49,8%;1221), mantendo-se assim a ordem verificada em 2011

Gráfico nº 108 Principais situações de Perigo - Criança/Jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar - em processos instaurados, por escalão etário.



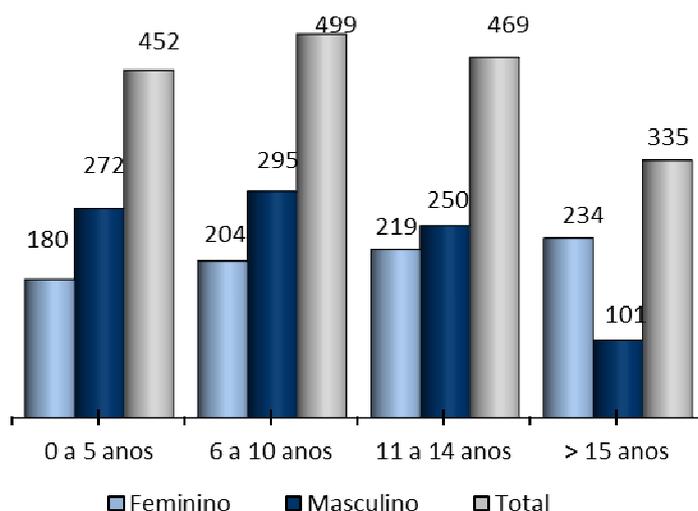
Analisando a categoria **Criança/Jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar** por escalão etário verificamos, como seria expectável, o aumento proporcional da incidência com aumento da idade. Assim, é no escalão dos 0 aos 5 anos onde encontramos os valores mais baixos, em oposição ao escalão etário dos mais de 15 anos, que apresenta os valores mais altos.

Gráfico nº 109 Principais situações de Perigo - Criança/Jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar - em processos instaurados.



Apesar da análise das subcategorias do **Criança/Jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar** estar limitada a 1779 situações, que correspondem a 56% das 3177 situações sinalizadas em processos instaurados, podemos, ainda assim, retirar informações importantes. Assim, verificamos que nesta categoria os **Comportamentos graves anti-sociais ou/e de indisciplina** corresponde a 48,6% (864) dos casos, **Outros comportamentos** correspondem a 23,3% (414), situações de **Bullying** correspondem a 12,6% (225), o **Consumo de Estupefacientes** correspondem a 9,6% (170) e, por último o **Consumo de Bebidas Alcoólicas** com a 6,0% (106).

Gráfico nº 110 Principais situações de Perigo - Mau Trato físico - em processos instaurados, por escalão etário.

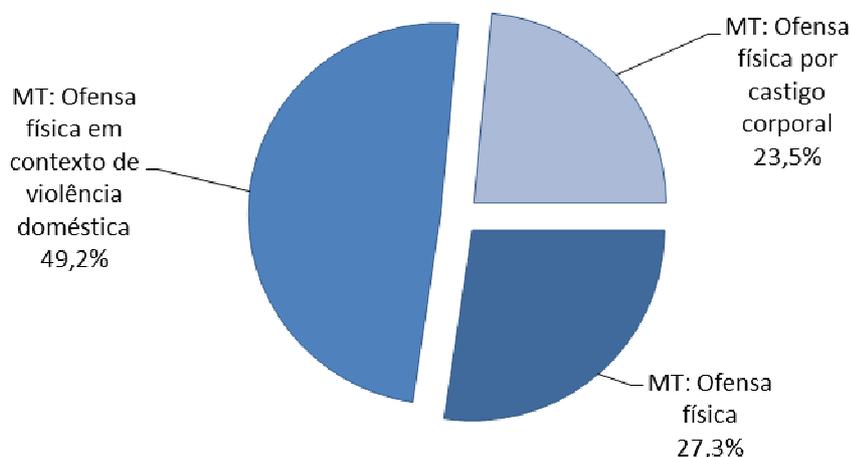


Os **Maus-tratos físicos** registam o seu valor máximo no escalão 6 aos 10 anos, seguindo-se o escalão 11 aos 14 anos. Importa reter os potenciais significados desta problemática no escalão etário dos 0 aos 5 anos (452), na medida em que qualquer

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

tipo de mau trato físico nesta idade pode ter consequências graves para a vida, integridade física e saúde da criança.

Gráfico nº 111 Principais situações de Perigo - Mau Trato físico - em processos instaurados, por ordem decrescente de frequência.

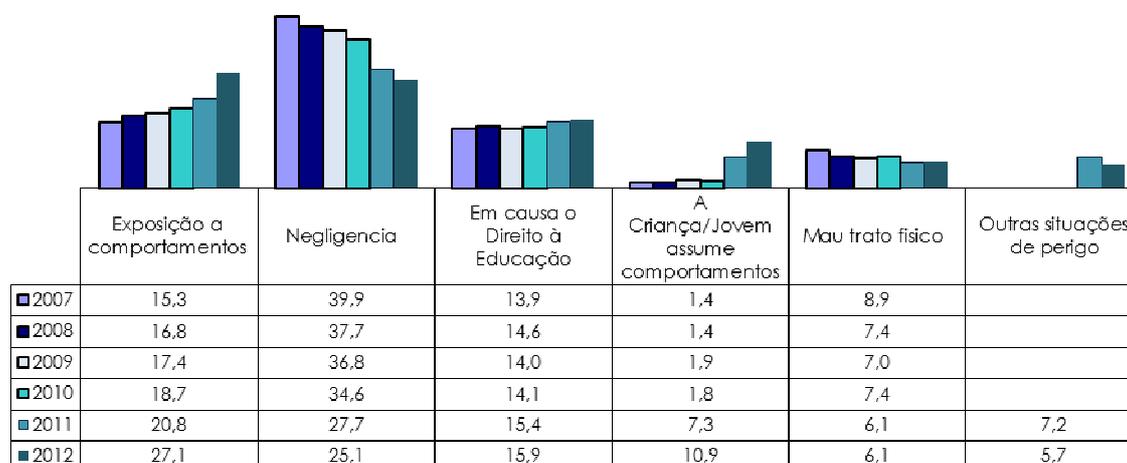


Foram caracterizadas 472 (26,6%) das 1777 situações de **Mau Trato físico** sinalizadas. Destas, destacam-se, por ordem decrescente de incidência o foram caracterizadas por ordem decrescente de incidência: a **Ofensa física em contexto de violência doméstica** 49,2% (232); a **Ofensa física** 27,3% (129) e a **Ofensa física por castigo corporal** com 23,5% (111).

Se atendermos ao que foi referido a respeito da Exposição a modelos de comportamento que podem afetar o bem estar, saúde e segurança das crianças, situação de perigo que a exposição à violência doméstica assume particular relevância, conclui-se pela importância de atender a estes dados na definição de estratégias e ações preventivas e reparadoras das situações de perigo

Comparando os dados de 2007 a 2012 e tendo por referência os processos instaurados, verificamos que:

Gráfico nº 112 Principais situações de Perigo comparação de 2007 a 2012



A **Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e o desenvolvimento da criança**, a problemática mais representativa, e as **Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação** mantêm a tendência crescente dos últimos anos aumentando a sua expressão percentual, em comparação com 2011, em 6,3 % e 0,4% respetivamente.

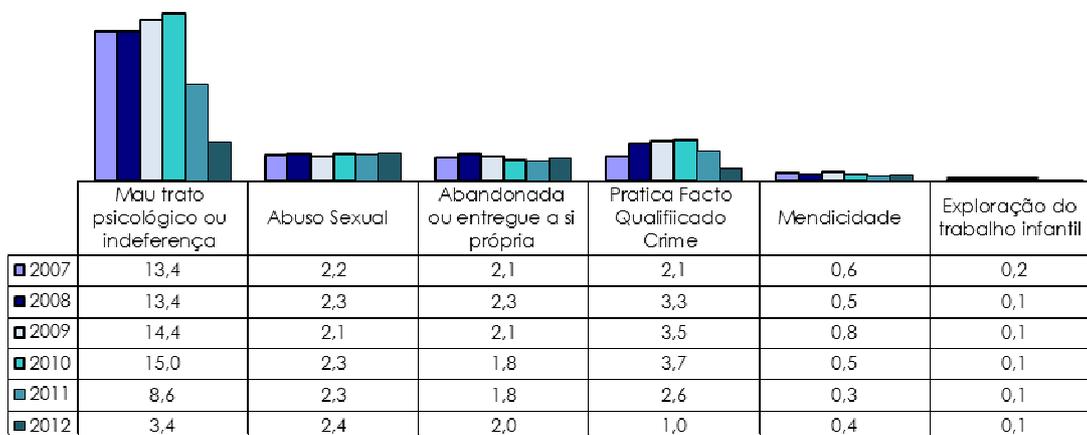
Merece especial destaque o aumento da **Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e o desenvolvimento da criança que passou a ser a situação de perigo mais significativa nos processos instaurados em 2012.**

Em oposição, a **Negligência**, desce a sua expressão percentual no total de situações de perigo em 2,6%, e, em 2012, a semelhança do ano anterior, regista o seu valor mais baixo de sempre (25,1%).

O **Mau trato físico** apresenta, o mesmo valor do ano anterior, representando 6,1% das situações de perigo.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

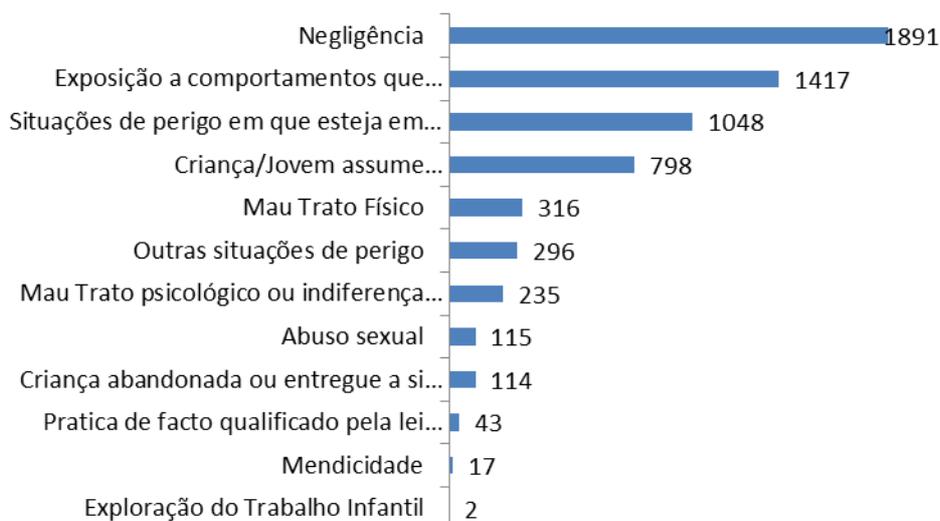
Gráfico nº 113 Situações de Perigo comparação de 2007 a 2012



O **Mau trato psicológico ou indiferença afectiva** registou um decréscimo percentual mantendo a tendência do ano anterior apresentando um decréscimo de 5,2%, o mesmo ocorreu nas situações de a **Pratica Facto Qualificado Crime** com um decréscimo percentual de 1,6%.

O **Abuso Sexual**, a **criança abandonada ou entregue a si própria** e a **Mendicidade** não apresentam variações percentuais significativas em comparação com 2011, a **Exploração do trabalho infantil** apresenta o mesmo valor desde 2008.

Gráfico nº 114 Situações de Perigo detetadas nas crianças e jovens com processos reabertos para 2011 nas CPCJ



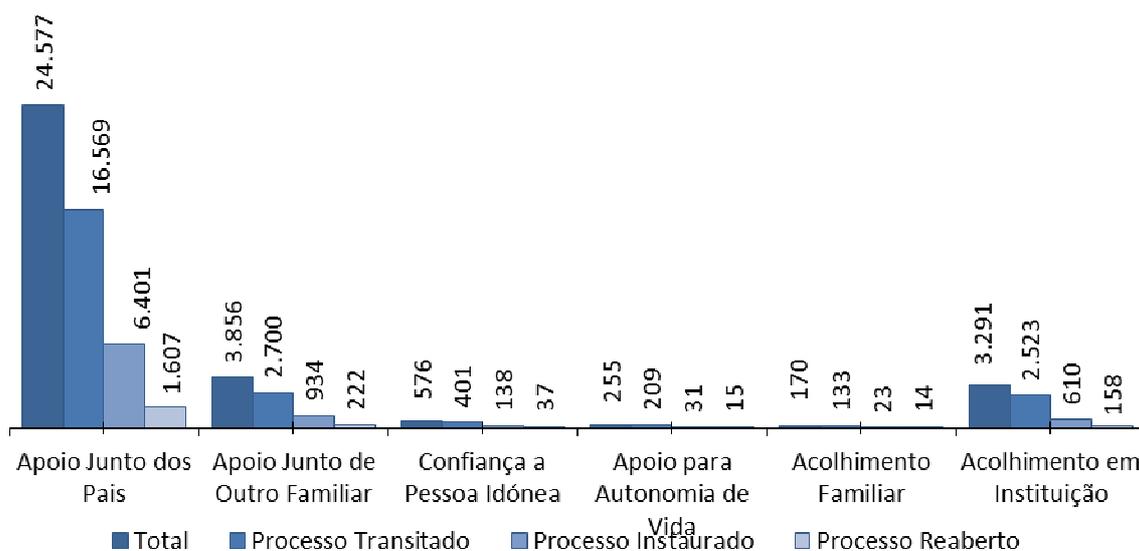
Analisando as problemáticas sinalizadas em **processo reabertos**, verificamos que se mantem a ordenação verificada no Volume processual global, sendo que os valores registados são muito semelhantes aos verificados em 2011.

Medidas

Neste capítulo analisaremos as medidas aplicadas pelas CPCJ no ano de 2012 ou em execução no mesmo ano.

Como já referimos, os dados que se apresentam são os que constam exclusivamente na aplicação informática de gestão da atividade processual das Comissões de Proteção. Tal constituiu um avanço significativo, quer ao nível da obtenção de dados quantitativos absolutos, quer no acesso a elementos que permitem aprofundar a análise qualitativa da realidade revelada por aqueles dados.

Gráfico nº 115 Tipo de processo por total de medidas aplicadas



Em 2012 foram aplicadas ou estiveram em execução **32725 medidas de promoção e proteção**. Este valor, quando comparado com o verificado em 2011 (30574), traduz um trabalho muito significativo das CPCJ (+2151 medidas).

Da análise do gráfico anterior constatamos, também, que a maioria das medidas, 68,9% (22535), respeitam a processos transitados de anos anteriores, 24,9% (8137) a processos instaurados, e, 6,3% (2053) a processos reabertos.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Quadro nº 7 Medidas aplicadas às crianças/jovens por sexo e escalão etário em 2012

| Medidas | | S/ dados | 0 a 5 anos | 6 a 10 anos | 11 a 14 anos | 15 a 21 anos | Total | % |
|-------------------------------|--------------|-------------|---------------|----------------|-----------------|-----------------|--------------|--------------|
| Apoio Junto dos Pais | Feminino | 41 | 2.563 | 2.523 | 2.596 | 3.307 | 11.030 | 33,7 |
| | Masculino | 38 | 2.815 | 2.892 | 3.365 | 4.437 | 13.547 | 41,4 |
| | Total | 79 | 5378 | 5415 | 5961 | 7744 | 24577 | 75,1 |
| Apoio Junto de Outro Familiar | Feminino | 3 | 470 | 431 | 431 | 525 | 1860 | 5,7 |
| | Masculino | 2 | 497 | 472 | 478 | 547 | 1996 | 6,1 |
| | Total | 5 | 967 | 903 | 909 | 1072 | 3856 | 11,8 |
| Confiança a Pessoa Idónea | Feminino | 3 | 39 | 54 | 68 | 153 | 317 | 1,0 |
| | Masculino | | 55 | 47 | 63 | 94 | 259 | 0,8 |
| | Total | 3 | 94 | 101 | 131 | 247 | 576 | 1,8 |
| Apoio para Autonomia de Vida | Feminino | 1 | 0 | | 1 | 158 | 160 | 0,5 |
| | Masculino | 1 | 0 | | | 94 | 95 | 0,3 |
| | Total | 2 | 0 | 0 | 1 | 252 | 255 | 0,8 |
| Acolhimento Familiar | Feminino | | 11 | 14 | 12 | 32 | 69 | 0,2 |
| | Masculino | 1 | 9 | 17 | 32 | 42 | 101 | 0,3 |
| | Total | 1 | 20 | 31 | 44 | 74 | 170 | 0,5 |
| Acolhimento em Instituição | Feminino | 5 | 262 | 229 | 350 | 813 | 1659 | 5,1 |
| | Masculino | 1 | 319 | 228 | 442 | 642 | 1632 | 5,0 |
| | Total | 6 | 581 | 457 | 792 | 1455 | 3291 | 10,1 |
| Total | | 96 | 7040 | 6907 | 7838 | 10844 | 32725 | 100,0 |
| % | | 0,3 | 21,5 | 21,1 | 24,0 | 33,1 | 100,0 | |

Meio Natural de Vida 89,4%

Colocação 10,6%

Verificamos, em 2012 melhorias muito significativas a respeito da caracterização da tipologia de medidas aplicadas. Assim, das 32725 crianças com medida aplicada em 2012, apenas 96 (0,3%) não foram caracterizadas quanto ao escalão etário, enquanto que, em 2011, esse valor foi de 1149 (3,8%) das crianças e jovens.

Note-se que a quantificação do número de crianças com medida aplicada cujo escalão etário não foi caracterizado só foi possível no ano em análise fruto das potencialidades do sistema informático de recolha estatística da atividade das CPCJ que, ao permitir identificar esta situação, possibilitará a sua correção em relatórios futuros.

O quadro anterior demonstra que a incidência de aplicação **de medidas por escalão etário** aproxima-se da **caracterização do total de crianças e jovens acompanhadas** pelas CPCJ no ano de 2012, ou seja, 33,1% das medidas foram aplicadas a crianças que se inserem no escalão etário dos 15 aos 21 anos, enquanto 24%, dizem respeito a crianças do escalão etário dos 11 aos 14 anos.

Cruzando o **número de medidas aplicadas com a caracterização do sexo das crianças e jovens com medida de promoção e proteção** verificamos que existe a mesma tendência observada na caracterização do total de crianças acompanhadas

pelas CPCJ, isto é, a maioria, 53,9% (17630), das medidas aplicadas são-no a crianças do sexo masculino, enquanto 46,1% (15095), são-no a crianças do sexo feminino.

O quadro permite também observar que, do total das medidas aplicadas pelas CPCJ, a grande maioria, 89,5% (29264), correspondem a **medidas em meio natural de vida**, enquanto as **medidas de colocação** representam 10,5% (3461).

Analisando as medidas aplicadas pelas CPCJ a nível nacional, regista-se que a medida mais aplicada foi o Apoio junto dos pais (75,1%). Seguem-se, por ordem decrescente, o apoio junto de outros familiares (11,8%), o acolhimento institucional (10,1%), a confiança a pessoa idónea (1,8%), o apoio para a autonomia de vida (0,8%) e o acolhimento familiar (0,4%).

Quadro nº 8: Medida de Apoio junto dos pais por escalões etários, sexo e tipo de processo.

| Apoio Junto dos Pais | | | | | | | | |
|------------------------|--------------|---------------------|---------------------|-------------------|---------------|--------------|------------------|----------------|
| Escalão Etário | Sexo | Processo Transitado | Processo Instaurado | Processo Reaberto | Total | % do Total | % do Instaurados | % do Reabertos |
| Desconhecido | Feminino | 22 | 13 | 6 | 41 | 0,2 | 0,2 | 0,4 |
| | Masculino | 21 | 8 | 9 | 38 | 0,2 | 0,1 | 0,6 |
| | Total | 43 | 21 | 15 | 79 | 0,3 | 0,3 | 0,9 |
| 0 a 5 anos | Feminino | 1523 | 886 | 154 | 2563 | 10,4 | 13,8 | 9,6 |
| | Masculino | 1719 | 971 | 125 | 2815 | 11,5 | 15,2 | 7,8 |
| | Total | 3242 | 1857 | 279 | 5378 | 21,9 | 29,0 | 17,4 |
| 6 a 10 anos | Feminino | 1.735 | 617 | 171 | 2.523 | 10,3 | 9,6 | 10,6 |
| | Masculino | 1.970 | 705 | 217 | 2.892 | 11,8 | 11,0 | 13,5 |
| | Total | 3.705 | 1.322 | 388 | 5.415 | 22,0 | 20,7 | 24,1 |
| 11 a 14 anos | Feminino | 1.678 | 733 | 185 | 2.596 | 10,6 | 11,5 | 11,5 |
| | Masculino | 2.246 | 856 | 263 | 3.365 | 13,7 | 13,4 | 16,4 |
| | Total | 3.924 | 1.589 | 448 | 5.961 | 24,3 | 24,8 | 27,9 |
| 15 a 21 anos | Feminino | 2380 | 718 | 209 | 3307 | 13,5 | 11,2 | 13,0 |
| | Masculino | 3275 | 894 | 268 | 4437 | 18,1 | 14,0 | 16,7 |
| | Total | 5655 | 1612 | 477 | 7744 | 31,5 | 25,2 | 29,7 |
| Total | Feminino | 7.338 | 2.967 | 725 | 11.030 | 44,9 | 46,4 | 45,1 |
| | Masculino | 9.231 | 3.434 | 882 | 13.547 | 55,1 | 53,6 | 54,9 |
| | Total | 16.569 | 6.401 | 1.607 | 24.577 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| % por tipo de processo | Feminino | 44,3 | 46,4 | 45,1 | | | | |
| | Masculino | 55,7 | 53,6 | 54,9 | | | | |
| | Total | 67,4 | 26,0 | 6,5 | | | | |

Das 24577 **medidas de apoio junto dos pais** aplicadas ou em execução no ano de 2012, 67,4% (16569) correspondem a processos que transitaram de anos anteriores, 26,0% (6401) a processos instaurados neste ano, e, 6,5% (1607), a processos reabertos.

Tomando por referência o **volume processual global** verifica-se que a aplicação da **medida de Apoio junto dos pais** foi mais frequente no escalão etário dos 15 aos 21 anos (31,5%; 7744), seguido, por ordem decrescente, do escalão etário dos 11 aos 14 anos (29,2%; 6717) que apresenta um ligeiro acréscimo percentual por comparação a

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

2011, ano em que representava 29,6%, e dos escalões dos 6 aos 10 anos (22,0%; 5961), e dos 0 aos 5 anos (21,9%; 5378).

Tomando em consideração os processos **instaurados**, a aplicação da medida de apoio junto dos pais é mais frequente no escalão etário dos 0 aos 5 anos (29,0%), seguido do escalão dos 15 aos 21 anos (25,2%), do escalão etário dos 11 aos 14 anos (29,0%) e do escalão etário dos 6 aos 10 anos (20,7%).

Os processos reabertos apresentam a respeito da medida de apoio junto dos pais a ordenação dos escalões etários idêntica ao total dos **processos**.

Quadro nº 9: Medida de Apoio junto de outro familiar por escalões etários, sexo e tipo de processo.

| Apoio Junto de Outro Familiar | | | | | | | | |
|-------------------------------|--------------|---------------------|---------------------|-------------------|--------------|--------------|------------------|----------------|
| Escalão Etário | Sexo | Processo Transitado | Processo Instaurado | Processo Reaberto | Total | % do Total | % do Instaurados | % do Reabertos |
| Desconhecido | Feminino | 2 | 1 | 0 | 3 | 0,1 | 0,1 | 0,0 |
| | Masculino | 0 | 0 | 2 | 2 | 0,1 | 0,0 | 0,9 |
| | Total | 2 | 1 | 2 | 5 | 0,1 | 0,1 | 0,9 |
| 0 a 5 anos | Feminino | 302 | 144 | 24 | 470 | 12,3 | 15,4 | 10,8 |
| | Masculino | 303 | 176 | 18 | 497 | 13,0 | 18,8 | 8,1 |
| | Total | 605 | 320 | 42 | 967 | 25,4 | 34,3 | 18,9 |
| 6 a 10 anos | Feminino | 315 | 99 | 17 | 431 | 11,3 | 10,6 | 7,7 |
| | Masculino | 344 | 98 | 30 | 478 | 12,5 | 10,5 | 13,5 |
| | Total | 659 | 197 | 47 | 909 | 23,9 | 21,1 | 21,2 |
| 11 a 14 anos | Feminino | 284 | 115 | 32 | 411 | 10,8 | 12,3 | 14,4 |
| | Masculino | 334 | 110 | 34 | 447 | 11,7 | 11,8 | 15,3 |
| | Total | 618 | 225 | 66 | 858 | 22,5 | 24,1 | 29,7 |
| 15 a 21 anos | Feminino | 391 | 101 | 33 | 525 | 13,8 | 10,8 | 14,9 |
| | Masculino | 425 | 90 | 32 | 547 | 14,4 | 9,6 | 14,4 |
| | Total | 816 | 191 | 65 | 1.072 | 28,1 | 20,4 | 29,3 |
| Total | Feminino | 1.294 | 460 | 106 | 1.840 | 48,3 | 49,3 | 47,7 |
| | Masculino | 1.406 | 474 | 116 | 1.971 | 51,7 | 50,7 | 52,3 |
| | Total | 2.700 | 934 | 222 | 3.811 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| % por tipo de processo | Feminino | 47,9 | 49,3 | 47,7 | | | | |
| | Masculino | 52,1 | 50,7 | 52,3 | | | | |
| | Total | 70,8 | 24,5 | 5,8 | | | | |

O **apoio junto de outros familiares** é a segunda medida mais aplicada. O escalão etário dos 15 aos 21 anos é o mais representado no que respeita à aplicação desta medida, com 28,1% (1072), valor superior a 2011, onde registava 9,8% (359). Seguem-se, por ordem decrescente, os escalões etários dos 0 aos 5 anos, com 25,4% (967), o dos 6 aos 10 anos, 23,9% (909), e, por último, o dos 11 aos 14 anos, com 22,5% (858). Refira-se que, em 2011, o este escalão etário dos 11 aos 14 anos representava 26,3% (965) do total desta medida.

Em 2012, 70,8% (2700) das **medidas de Apoio junto de outros familiares** aplicadas ou em execução dizem respeito a processos que transitaram de anos anteriores, 24,5% (934) a processos instaurados em 2012, e, 5,8%, (222) a processos reabertos.

A incidência de aplicação desta medida por escalão etário considerando os processos instaurados tem uma ordenação distinta do volume processual global. O escalão etário dos 0 aos 5 anos é a mais representativa com 34,3% (320), seguido do escalão etário dos 11 aos 14anos com 24,1% (225), seguido do escalão dos 6 aos 10 anos com 21,1% (197) e por último o escalão etário dos 15 aos 21 anos com 20,4% (191) das medidas.

Quando analisamos os processos reabertos verificamos também aqui, a existência de diferenças na ordenação da incidência por escalões etários, sendo que o mais representado é o escalão dos 11 aos 14 anos com 29,7%. Segue-se, por ordem decrescente embora com uma diferença pouco significativa, o escalão etário dos 15 aos 21 anos, com 29,3%; o dos 6 aos 10 anos, com 21,2%; e, por último, o dos 0 aos 5 anos, com 18,9%.

Quadro nº 10: Medida de acolhimento institucional por escalões etários, sexo e tipo de processo.

| Acolhimento em Instituição | | | | | | | | |
|----------------------------|--------------|---------------------|---------------------|-------------------|--------------|--------------|------------------|----------------|
| Escalão Etário | Sexo | Processo Transitado | Processo Instaurado | Processo Reaberto | Total | % do Total | % do Instaurados | % do Reabertos |
| Desconhecido | Feminino | 1 | 1 | 3 | 5 | 0,2 | 0,2 | 1,9 |
| | Masculino | 1 | | | 1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| | Total | 2 | 1 | 3 | 6 | 0,2 | 0,2 | 1,9 |
| 0 a 5 anos | Feminino | 162 | 92 | 8 | 262 | 8,0 | 15,1 | 5,1 |
| | Masculino | 182 | 130 | 7 | 319 | 9,7 | 21,3 | 4,4 |
| | Total | 344 | 222 | 15 | 581 | 17,7 | 36,4 | 9,5 |
| 6 a 10 anos | Feminino | 164 | 47 | 18 | 229 | 7,0 | 7,7 | 11,4 |
| | Masculino | 172 | 46 | 10 | 228 | 6,9 | 7,5 | 6,3 |
| | Total | 336 | 93 | 28 | 457 | 13,9 | 15,2 | 17,7 |
| 11 a 14 anos | Feminino | 257 | 66 | 27 | 350 | 10,6 | 10,8 | 17,1 |
| | Masculino | 362 | 54 | 26 | 442 | 13,4 | 8,9 | 16,5 |
| | Total | 619 | 120 | 53 | 792 | 24,1 | 19,7 | 33,5 |
| 15 a 21 anos | Feminino | 665 | 111 | 37 | 813 | 24,7 | 18,2 | 23,4 |
| | Masculino | 557 | 63 | 22 | 642 | 19,5 | 10,3 | 13,9 |
| | Total | 1.222 | 174 | 59 | 1.455 | 44,2 | 28,5 | 37,3 |
| Total | Feminino | 1.249 | 317 | 93 | 1.659 | 50,4 | 52,0 | 58,9 |
| | Masculino | 1.274 | 293 | 65 | 1.632 | 49,6 | 48,0 | 41,1 |
| | Total | 2.523 | 610 | 158 | 3.291 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| % por tipo de processo | Feminino | 49,5 | 52,0 | 58,9 | | | | |
| | Masculino | 50,5 | 48,0 | 41,1 | | | | |
| | Total | 76,7 | 18,5 | 4,8 | | | | |

O **acolhimento institucional** é a terceira medida mais aplicada ou em execução no ano de 2012, sendo que, é no escalão dos 15 aos 21 anos que encontramos mais

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

medidas desta natureza, representando 44,2% (1455) do total de medidas de acolhimento institucional. O valor percentual registado por este escalão etário em 2012 é substancialmente superior ao verificado em 2011 (13,6%; 406). Atente-se que, neste escalão, foram aplicadas ou estiveram em execução mais 296 medidas de acolhimento em instituição do que aquelas contabilizadas em 2011. A incidência desta medida nos restantes escalões etários é a seguinte: 11 aos 14 anos, 24,1% (792; - menos 120 medidas que em 2011), 0 aos 5 anos, 17,7% (581; - mais 242 medidas que em 2011); por último o escalão dos 6 aos 10 anos, 13,9% (457; - menos 318 medidas que em 2011).

Em 2012, 76,7% (2523) das medidas de acolhimento institucional aplicadas ou em execução dizem respeito a processos que transitaram de anos anteriores, 18,5% (610) a processos instaurados no ano em análise, e 4,8% (1581) a processos reabertos.

Quadro nº 11: Medida de Confiança a pessoa idónea por escalões etários, sexo e tipo de processo.

| Confiança a Pessoa Idónea | | | | | | | | |
|---------------------------|--------------|---------------------|---------------------|-------------------|------------|--------------|------------------|----------------|
| Escalão Etário | Sexo | Processo Transitado | Processo Instaurado | Processo Reaberto | Total | % do Total | % do Instaurados | % do Reabertos |
| Desconhecido | Feminino | 1 | 2 | | 3 | 0,5 | 1,4 | 0,0 |
| | Masculino | | | | | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| | Total | 1 | 2 | 0 | 3 | 0,5 | 1,4 | 0,0 |
| 0 a 5 anos | Feminino | 20 | 13 | 6 | 39 | 6,8 | 9,4 | 16,2 |
| | Masculino | 33 | 20 | 2 | 55 | 9,5 | 14,5 | 5,4 |
| | Total | 53 | 33 | 8 | 94 | 16,3 | 23,9 | 21,6 |
| 6 a 10 anos | Feminino | 37 | 13 | 4 | 54 | 9,4 | 9,4 | 10,8 |
| | Masculino | 35 | 8 | 4 | 47 | 8,2 | 5,8 | 10,8 |
| | Total | 72 | 21 | 8 | 101 | 17,5 | 15,2 | 21,6 |
| 11 a 14 anos | Feminino | 50 | 14 | 4 | 68 | 11,8 | 10,1 | 10,8 |
| | Masculino | 43 | 14 | 6 | 63 | 10,9 | 10,1 | 16,2 |
| | Total | 93 | 28 | 10 | 131 | 22,7 | 20,3 | 27,0 |
| 15 a 21 anos | Feminino | 107 | 38 | 8 | 153 | 26,6 | 27,5 | 21,6 |
| | Masculino | 75 | 16 | 3 | 94 | 16,3 | 11,6 | 8,1 |
| | Total | 182 | 54 | 11 | 247 | 42,9 | 39,1 | 29,7 |
| Total | Feminino | 215 | 80 | 22 | 317 | 55,0 | 58,0 | 59,5 |
| | Masculino | 186 | 58 | 15 | 259 | 45,0 | 42,0 | 40,5 |
| | Total | 401 | 138 | 37 | 576 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| % por tipo de processo | Feminino | 53,6 | 58,0 | 59,5 | | | | |
| | Masculino | 46,4 | 42,0 | 40,5 | | | | |
| | Total | 69,6 | 24,0 | 6,4 | | | | |

Em quarto lugar no total das medidas aplicadas, surge a **confiança a pessoa idónea**. Esta medida regista o seu valor máximo de aplicação no escalão etário dos 15 aos 21 anos, que representa, em 2012, 39,1% (247) do total desta medida. Este valor é significativamente superior ao registado em 2011, 20,7% (114). O escalão etário dos 0 aos 5 anos é o segundo mais significativo, representando 23,9% (94) do total, tendo

decrecido comparativamente ao ano de 2011 (25,8%;142). Segue-se o escalão etário dos 11 aos 14 anos, com 20,3% (131), que também regista um decréscimo, relativamente a 2011 (25%; 138), quer em termos percentuais, quer em termos absolutos. Por último, surge o escalão etário dos 6 aos 10 anos que representa 17,5% (101) do total de medidas de confiança a pessoa idónea.

Em 2012, 69,6% (401) das medidas de **confiança a pessoa idónea** aplicadas ou em execução respeitam a processos que transitaram de anos anteriores, 24% (138) a processos instaurados em 2012, e 6,4% (37) a processos reabertos.

Com uma representação pouco significativa, inferior a 1%, encontramos a **medida de Apoio para a autonomia de vida** (255) e a **medida de acolhimento familiar** (170).

Quadro nº 12 Medida de Apoio para Autonomia de Vida por escalões etários, sexo e tipo de processo.

| Apoio para Autonomia de Vida | | | | | | | | |
|------------------------------|--------------|---------------------|---------------------|-------------------|------------|--------------|------------------|----------------|
| Escalão Etário | Sexo | Processo Transitado | Processo Instaurado | Processo Reaberto | Total | % do Total | % do Instaurados | % do Reabertos |
| Desconhecido | Feminino | 1 | | | 1 | 0,4 | 0,0 | 0,0 |
| | Masculino | 1 | | | 1 | 0,4 | 0,0 | 0,0 |
| | Total | 2 | 0 | 0 | 2 | 0,8 | 0,0 | 0,0 |
| 0 a 5 anos | Feminino | | | | | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| | Masculino | | | | | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| | Total | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| 6 a 10 anos | Feminino | | | | | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| | Masculino | | | | | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| | Total | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| 11 a 14 anos | Feminino | 1 | | | 1 | 0,4 | 0,0 | 0,0 |
| | Masculino | | | | | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| | Total | 1 | 0 | 0 | 1 | 0,4 | 0,0 | 0,0 |
| 15 a 21 anos | Feminino | 125 | 22 | 11 | 158 | 62,0 | 71,0 | 73,3 |
| | Masculino | 81 | 9 | 4 | 94 | 36,9 | 29,0 | 26,7 |
| | Total | 206 | 31 | 15 | 252 | 98,8 | 100,0 | 100,0 |
| Total | Feminino | 127 | 22 | 11 | 160 | 62,7 | 71,0 | 73,3 |
| | Masculino | 82 | 9 | 4 | 95 | 37,3 | 29,0 | 26,7 |
| | Total | 209 | 31 | 15 | 255 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| % por tipo de processo | Feminino | 60,8 | 71,0 | 73,3 | | | | |
| | Masculino | 39,2 | 29,0 | 26,7 | | | | |
| | Total | 82,0 | 12,2 | 5,9 | | | | |

O escalão etário dos 15 aos 21 anos é o mais representado quando analisamos a incidência da **medida de apoio para a autonomia de vida** em função da idade das crianças ou jovens, representando 98,8% (252) do total. Segue-se o escalão etário dos 11 aos 14 anos que, em 2011, representou 10,5% do total desta medida e no corrente ano representa apenas 0,4% (1). Importa salientar que ao contrário de 2011 onde 16,2% (40) das crianças e jovens com medidas aplicadas ou em execução, não foram

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

caracterizadas quanto ao escalão etário, em 2012 apenas 2 (0,4%) não teve caracterização.

Em 2012, 82% (209) das medidas de **apoio para a autonomia de vida**, respeitam a processos que transitaram de anos anteriores, 12,2% (31) a processos instaurados em 2012, e 5,9% (15) a processos reabertos.

Quadro nº 13 Medida de Acolhimento Familiar por escalões etários, sexo e tipo de processo.

| Acolhimento Familiar | | | | | | | | |
|------------------------|--------------|---------------------|---------------------|-------------------|------------|--------------|------------------|----------------|
| Escalão Etário | Sexo | Processo Transitado | Processo Instaurado | Processo Reaberto | Total | % do Total | % do Instaurados | % do Reabertos |
| Desconhecido | Feminino | | | | | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| | Masculino | 1 | | | 1 | 0,6 | 0,0 | 0,0 |
| | Total | 1 | 0 | 0 | 1 | 0,6 | 0,0 | 0,0 |
| 0 a 5 anos | Feminino | 6 | 4 | 1 | 11 | 6,5 | 17,4 | 7,1 |
| | Masculino | 7 | 1 | 1 | 9 | 5,3 | 4,3 | 7,1 |
| | Total | 13 | 5 | 2 | 20 | 11,8 | 21,7 | 14,3 |
| 6 a 10 anos | Feminino | 9 | 4 | 1 | 14 | 8,2 | 17,4 | 7,1 |
| | Masculino | 13 | 2 | 2 | 17 | 10,0 | 8,7 | 14,3 |
| | Total | 22 | 6 | 3 | 31 | 18,2 | 26,1 | 21,4 |
| 11 a 14 anos | Feminino | 9 | 3 | | 12 | 7,1 | 13,0 | 0,0 |
| | Masculino | 25 | 3 | 4 | 32 | 18,8 | 13,0 | 28,6 |
| | Total | 34 | 6 | 4 | 44 | 25,9 | 26,1 | 28,6 |
| 15 a 21 anos | Feminino | 28 | 2 | 2 | 32 | 18,8 | 8,7 | 14,3 |
| | Masculino | 35 | 4 | 3 | 42 | 24,7 | 17,4 | 21,4 |
| | Total | 63 | 6 | 5 | 74 | 43,5 | 26,1 | 35,7 |
| Total | Feminino | 52 | 13 | 4 | 69 | 40,6 | 56,5 | 28,6 |
| | Masculino | 81 | 10 | 10 | 101 | 59,4 | 43,5 | 71,4 |
| | Total | 133 | 23 | 14 | 170 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| % por tipo de processo | Feminino | 39,1 | 56,5 | 28,6 | | | | |
| | Masculino | 60,9 | 43,5 | 71,4 | | | | |
| | Total | 78,2 | 13,5 | 8,2 | | | | |

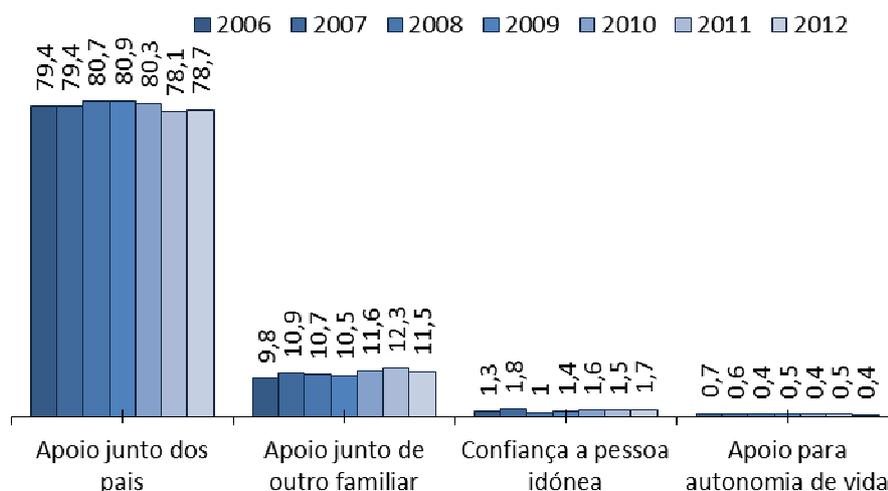
A **medida de acolhimento familiar** incide primacialmente no escalão etário dos 15 aos 21 anos. Este escalão representa 43,5% (74) do total de medidas de acolhimento familiar aplicadas ou em execução em 2011. Este valor é consideravelmente superior ao verificado em 2011, ano em que representava apenas 8,3% (12) do total da medida. Seguem-se, por ordem decrescente, os escalões etários: 11 aos 14 anos (25,9%; 44), dos 6 aos 10 (18,2%;31); e, por ultimo, o escalão etário dos 0 aos 5 anos (11,8%; 20), este escalão diminui significativamente a sua incidência, em 2011 correspondia a 34,7% (50).

Importante destacar que, em 2012, aumentou a idade das crianças a que foi aplicada medida de acolhimento familiar.

Em 2012, 78,2% (133) das medidas de acolhimento familiar respeitam a processos que transitaram de anos anteriores, 13,5% (23) a processos instaurados e 8,2% (14) a processos reabertos.

Das 32725 medidas aplicadas ou em execução 89,4% (29264) foram em meio natural de vida enquanto 10,6% (3461) foram medidas de colocação.

Gráfico nº 116 Medidas em meio natural de vida aplicadas em processos instaurados (2006/2012)



O gráfico anterior evidencia que, tomando por referência apenas as **medidas em meio natural de vida** aplicadas **em processos instaurados**, se verificou o aumento da aplicação da **medida de apoio junto dos pais** entre os anos de 2006 a 2009. Em 2010, assistimos, pela primeira vez, à diminuição da percentagem de aplicação desta medida, mantendo-se em 2011 a tendência decrescente apresentando o valor mais baixo dos últimos anos (78,1%). Em 2012 assistimos a um ligeiro aumento da aplicação desta medida.

A **medida de apoio junto de outros familiares** mostra uma tendência crescente, no entanto, nem sempre constante. Registou um aumento significativo entre 2006 e 2007 diminuindo 0,2% por ano até 2009. Em 2010 registou 11,6%, mais 1,1% que no ano anterior. Em 2011, esta medida manteve a tendência crescente aumentando 0,7% em comparação com o ano anterior, correspondendo a 12,3% do total de medidas aplicadas, o seu valor mais elevado. No ano de 2012 esta medida aumentou ligeiramente para valores semelhantes a 2010 (11,5%)

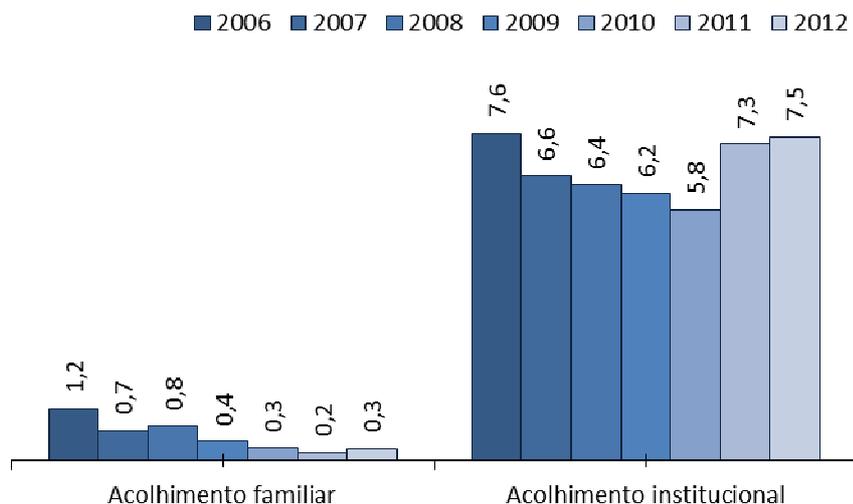
A **medida de confiança a pessoa idónea** aumentou em 2007 (1,8%), tendo em 2008 decrescido a valores inferiores a 2006. Em 2009 e 2010 subiu ligeiramente. Em 2011,

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

desceu ligeiramente representando 1,5% do total de medidas e em 2012 subiu para 1,7%, valor superior à média (1,5%) desta medida nos últimos sete anos,

A medida de **apoio para a autonomia de Vida** representou em 2012, 0,4% do total de medidas, idêntico ao valor médio dos últimos sete anos (0,5%).

Gráfico nº 117 Medidas de colocação aplicadas em processos instaurados (2006/2012)

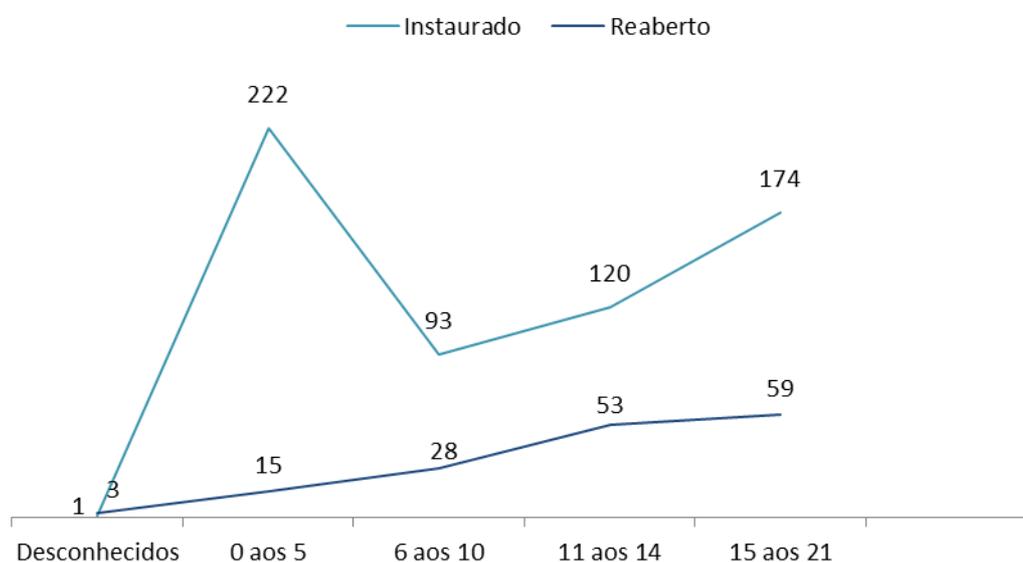


Analisando as medidas de colocação o gráfico anterior permite-nos confirmar a tendência decrescente verificada nos últimos anos da medida de **acolhimento familiar nos processos instaurados**. Se, em 2006 representava, 1,2% do total das medidas aplicadas, em 2012 representa apenas 0,3% das medidas.

No sentido oposto, a **medida de acolhimento institucional** mantém, à semelhança de 2011, a inversão da tendência decrescente verificada desde 2006, registando no ano em avaliação, um crescimento de 0,2%.

Constituindo a **medida de acolhimento institucional** aquela que implica o acolhimento da criança em contexto muito diverso daquele que pode ser proporcionado por uma família; não constituindo esta afirmação qualquer tipo de juízo negativo sobre as Instituições, uma vez que exercem uma atividade fundamental na satisfação das necessidades educativas, afetivas e sociais das crianças que acolhem; importa conhecer algumas das características das crianças a quem foi aplicada esta medida em processos iniciados em 2012 (instaurados e reabertos).

Gráfico nº 118 Medida de acolhimento institucional nos processos iniciados em 2012 por escalões etários



O **acolhimento institucional** teve, nos processos instaurados uma aplicação superior no escalão etário dos 0 aos 5 anos, com 222 medidas, representando 36,4% do total.

Segue-se por ordem decrescente o escalão dos 15 aos 21 anos que regista 174 medidas, representando 28,5% do total e onde a diferença de valores entre sexos é maior, com mais 48 medidas aplicadas em jovens do sexo feminino. O escalão etário dos 11 aos 14 anos, com 120 medidas é o terceiro em representatividade por último surge o escalão etário dos 6 aos 10 anos com 93 medidas, que corresponde a 15,2% do total.

Nos processos reabertos o **acolhimento institucional** teve uma aplicação superior no escalão dos 15 aos 21 anos com 59 medidas aplicadas, 37,3% do total desta medida. Seguem-se, com valores próximos percentagem 33,5% (53 medidas), o escalão etário dos 11 aos 14 anos, seguido do escalão dos 6 aos 10 anos com 28 medidas (17,7%) por último, representando 9,5% (15 medidas) o escalão etário dos 0 aos 5 anos.

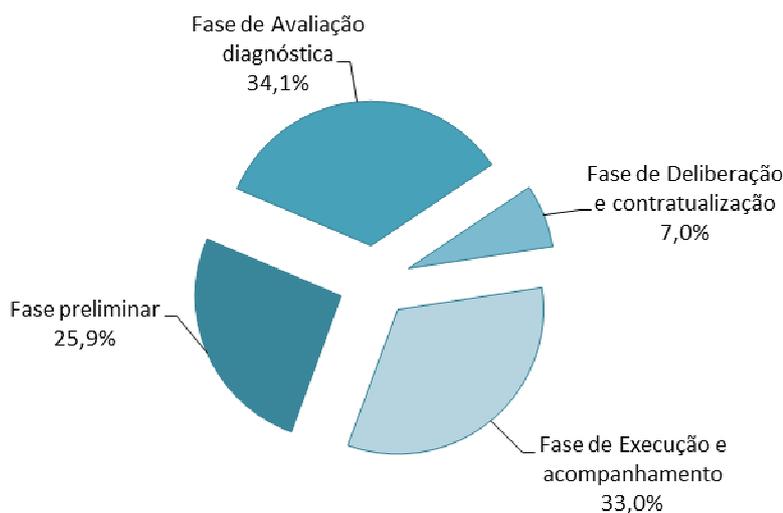
Para o estudo mais aprofundado da situação das crianças com medida de acolhimento institucional recomenda-se a leitura do Relatório CASA, elaborado pelo Instituto da Segurança Social. Apesar das naturais diferenças de objeto e de âmbito (situação das crianças em acolhimento Vs. medidas aplicadas pelas CPCJ) os dados da avaliação da atividade das CPCJ são coerentes com aqueles que constam naquele relatório.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Análise dos processos arquivados

No ano de 2012, de um total de 69007 processos acompanhados, **as CPCJ arquivaram 33379 processos** (48,4% do volume processual global) dos quais 33 210 (99,5%) foram caracterizados quanto à fase e motivo de arquivamento.

Gráfico nº 119 – Fase do Processo no momento do Arquivamento



Dos **33379 processos** de processos arquivados, 8613 (25,9%) foram-no **antes de ser prestado consentimento/não oposição para a intervenção da CPCJ - Análise preliminar**, e 24766 (74,1%) **após o início da intervenção da CPCJ**. Destes, 11319 (34,1%) foram arquivados durante a fase de **avaliação diagnóstica**, 2341 (7%) durante a fase de **Deliberação e Contratualização** e 10954 (33%) durante a fase de **execução e acompanhamento da medida**.

Arquivamento na fase de Análise preliminar

Em 2012 foram arquivados na **fase de análise preliminar 8613 processos**, dos quais 99,8% (8596) foram caracterizados quanto ao motivo do arquivamento. O arquivamento nesta fase processual correspondeu a 12,5% do volume processual global (69007 processos).

Quadro nº 14 - Causas do Arquivamento na fase preliminar

| Causas de Arquivamento fase preliminar | | | |
|----------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|-------|-------------|
| Ausência de situação de Perigo | Não se confirma | 2.188 | 4.174 |
| | Já não subsiste | 1.986 | |
| Remessa de Processo a Tribunal | Ausência de Consentimento para Intervenção | 2.173 | 2.680 |
| | Apensação a Processo Judicial | 159 | |
| | Sinalização a Tribunal Competente | 155 | |
| | Oposição da Criança/Jovem | 91 | |
| | Aplicação de Procedimento de Urgência | 87 | |
| | Situação de adoção | 15 | |
| Outras situações | Por ter passado a residir fora do território nacional | 679 | 1.742 |
| | Encaminhamento para Entidade com Competência em Matéria de Infância e Juventude | 447 | |
| | O jovem atingiu a maioridade e não solicitou a continuação da intervenção | 339 | |
| | Abertura de Processo indevidamente por informação incorrecta na sinalização | 277 | |
| | | | 8596 |

A principal razão para o arquivamento na fase preliminar resulta da **ausência da situação de perigo** que legitime a intervenção, o que ocorreu em 4174 (48,6%) processos. Seguem-se o arquivamento por **remessa do processo a Tribunal** que corresponde a 2680 (31,3%) processos e por **outras situações** - 1742 (15,2%) dos processos.

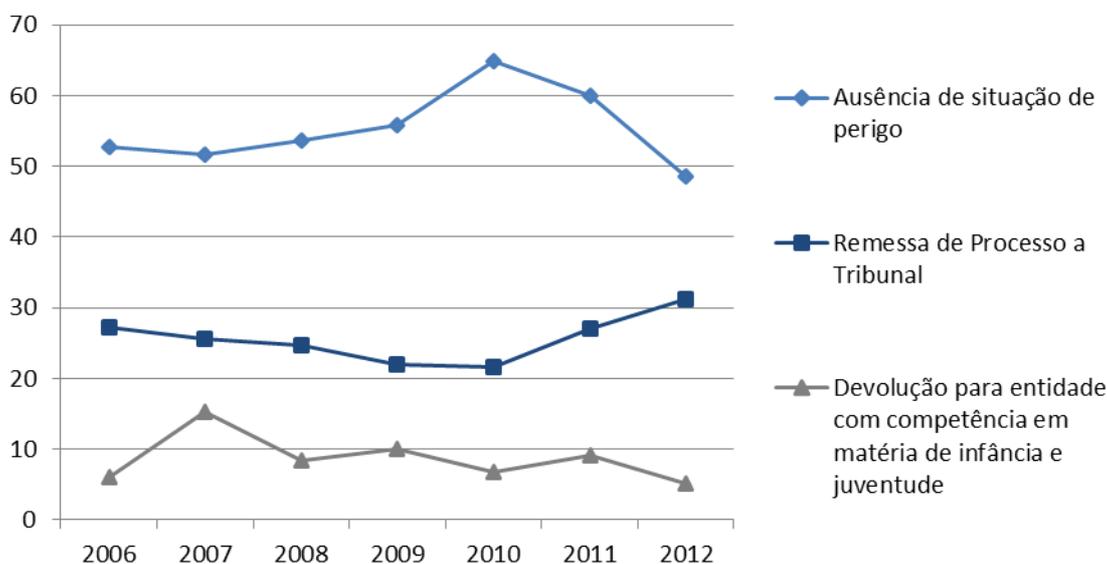
Nas situações de **ausência de situação de perigo** que legitima a actuação da CPCJ, 52,4% (2188) resultaram da **não confirmação da situação de perigo** e 47,6% (1986) por a **situação de perigo já não subsistir**.

Dos 2680 processos **remetidos a tribunal**, 81,1% (2173) foram-no por ausência de consentimento. Seguem-se por ordem decrescente: **a apensação a processo judicial** 5,9% (159), **a sinalização a tribunal competente** 5,8% (155), **a oposição da criança e jovem** 3,4% (91), **a aplicação de procedimento de urgência** 3,2% (87) e a **comunicação de situações indicadas para a adopção** 0,6%(15).

Em 2012 foram **arquivados** 1742 **por outras situações**. Destas, 39% (679) foram-no por a **criança ou jovem ter passado a residir fora território nacional**, 25,9% (447) por **Encaminhamento para Entidade com Competência em Matéria de Infância e Juventude**, 19,5% (339) por **o jovem ter atingido a maioridade e não solicitou a continuação da intervenção** e 15,9% (277) por **Abertura de Processo indevida resultado de informação incorrecta na sinalização**.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Gráfico nº 120 – Evolução das Causas do Arquivamento Liminar entre 2006 e 2012



O gráfico ilustra as tendências dos motivos de arquivamento liminar ao longo dos anos, verificando-se que:

- A Incompetência material da Comissão para intervir por ausência de confirmação da situação de perigo que legitime a sua atuação, apresenta uma tendência crescente desde 2006 a 2010 em 2011 inverte esta tendência diminuindo significativamente, situação que se manteve em 2012 com menos 11,5%;
- No sentido oposto a remessa a tribunal que, como observámos anteriormente, é determinada, na maioria das situações, por falta de legitimidade para intervir por ausência de consentimento, apresenta uma tendência decrescente até 2010 ano em que se inverte a tendência. Em 2012 apresenta o valor mais elevado dos últimos anos, mais 4,1% que em 2011;
- A categoria **outras situações** apresenta valores superiores dado englobar diversas categorias que nos anos anteriores não estavam representadas. Dentro desta categoria é apenas possível comparar a devolução as entidades com competência em matéria de infância e juventude que tem apresentado oscilações ao longo dos anos: assim, após um aumento percentual muito significativo em 2007, decresceu para mais de metade em 2008, enquanto em 2009, apresentou valores novamente superiores. Em 2010 a sua expressão percentual baixou para valores próximos aos registados em 2006, em 2011,

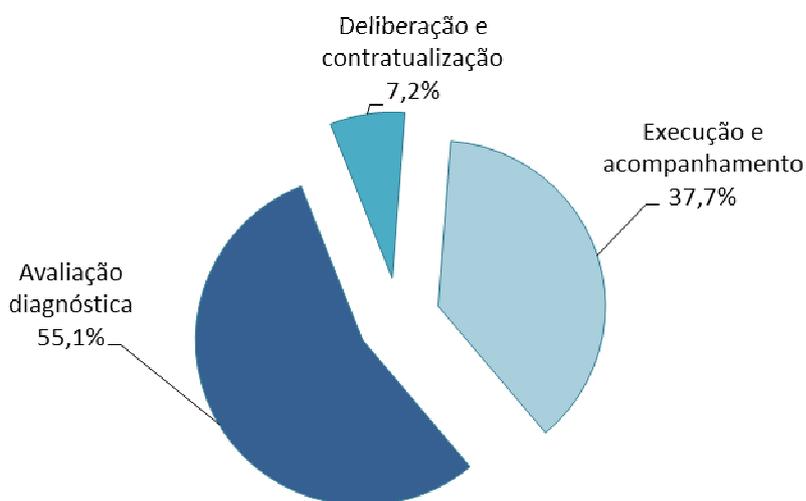
voltou a apresentar uma tendência crescente em 2012 decresceu novamente, correspondendo a 5,2%;

Arquivamento após o início da intervenção da CPCJ

Após ter sido prestado o consentimento pelos pais, representante legal ou pessoa que tenha a guarda de facto e verificando-se a não oposição da criança ou jovem com mais de 12 anos¹², poderão ocorrer situações que determinam a cessação da intervenção da CPCJ, seja pela extinção da situação de perigo, seja porque a competência para intervir passou a ser do Tribunal.

Dos **24766 processos arquivados após o início da intervenção das CPCJ**, 35% do volume processual global, foram caracterizados quanto as causas do arquivamento 24614 (99,4%) processos. Destes **17193** foram **arquivados pela CPCJ** e **7421** foram **remetidos a outras entidades**.

Gráfico nº 121 – Fase do Processo no momento do Arquivamento pela CPCJ



O gráfico anterior permite-nos observar o número de arquivamentos pela CPCJ, por fase do processo, a maioria 55,1% (9472), ocorre durante a **fase de Avaliação**

¹² Ou com idade inferior desde que tenha capacidade para compreender o sentido e alcance da intervenção.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

diagnóstica, 7,2% (1242) durante a fase de **Deliberação e contratualização** e 37,7% (6479) durante a fase final de **Execução e acompanhamento da medida**.

Quadro nº 15 : Causas do Arquivamento pela CPCJ

| Causas de Arquivamento | | N.º | % |
|--------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|-------|
| Ausência de situação de perigo | Não se confirma | 3538 | 13279 |
| | Já não subsiste | 9741 | |
| Cessaçã o da Medida | Decorreu o prazo de duração ou prorrogação da medida e a situação de perigo já não subsiste | 1231 | 2894 |
| | A situação de Perigo já não subsiste | 1060 | |
| | O jovem atingiu a maioridade ou completou 21 anos | 498 | |
| | Foi proferida decisão de procedimento cível que assegurou o afastamento da criança ou do jovem da situação de perigo | 59 | |
| | Foi decidida a confiança administrativa ou judicial da criança ou jovem | 46 | |
| Outras situações | O jovem atingiu a maioridade e não solicitou a continuação da intervenção ou completou 21 anos | 505 | 1020 |
| | Por ter passado a residir fora do território nacional | 466 | |
| | Abertura de Processo indevidamente por informação incorrecta na sinalização | 49 | |
| | | | 17193 |

Considerados os processo arquivados pela CPCJ após o início da intervenção, a maioria **77,2% (13279)**, resulta da **Ausência ou não subsistência da situação de perigo**, **16,8% (2894)** por **Cessaçã o de medida de Promoçã o e Protecçã o** e 5,9% (1020) por **Outras situações**.

A análise do quadro permite constatar que dos processos que foram arquivados por **Ausência de situação de perigo**, 73,4% (9741) foram-no por a **situaçã o de perigo já não subsistir** e 26,6% (3538) por a **situaçã o de perigo não se confirmar**.

Relativamente aos 2894 processos arquivados por **Cessaçã o da medida de promoçã o e protecçã o aplicada**, destaca-se o arquivamento por **Finalizaçã o do prazo/prorrogaçã o da medida** que representa 42,5% (1231) das cessaçã oes da medida, segue-se por ordem decrescente dos motivos de Cessaçã o, **A situaçã o de Perigo já não subsiste** 36,6% (1060), o **Jovem atingir a maioridade ou 21 anos** (caso tenha solicitado a continuação da medida) com 17,2% (498), **Decisã o em procedimento cível que assegure o afastamento da situaçã o de perigo**, com 2,0% (59) e por ultimo **Decisã o da confianç a administrativa ou judicial da crianç a ou jovem** que motivou 1,6% (46) das cessaçã oes.

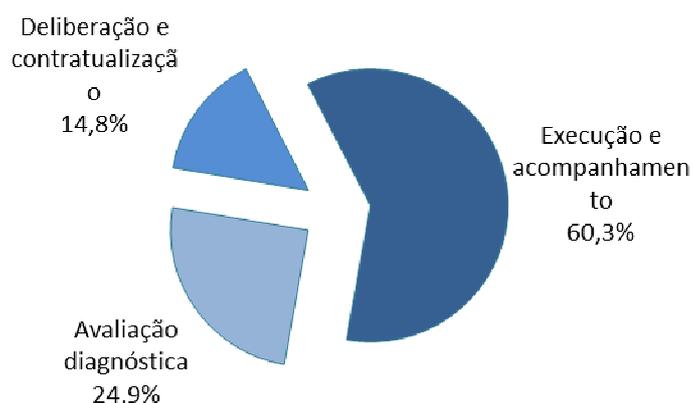
As **outras situaçã oes** que motivaram o arquivamento pela CPCJ foram 505 arquivamentos por **o jovem atingir a maioridade e não ter solicitou a continuação da intervençã o**, antes de ser aplicada medida, 466 arquivamentos por **a crianç a ou jovem ter passado a residir fora do território nacional** e 49 arquivamentos por **abertura de Processo indevidamente por informaçã o incorrecta na sinalizaçã o**

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Remessa a Tribunal, a outra CPCJ ou a outras entidades

Um processo aberto numa CPCJ pode ser remetido a outras entidades, a Tribunal, a outra CPCJ ou a Entidade com competência em matéria de infância e Juventude.

Gráfico nº 122 Processos Remetidos – fase em que foram arquivados na CPCJ



Dos **7421 processos** arquivados na CPCJ por **remessa a outras entidades** 1847 (24,9%) foram remetidos durante a fase de avaliação diagnóstica, 1099 (14,8) durante a fase de deliberação e contratualização e 4475 (60,3%) processos, durante a fase de execução e acompanhamento da medida.

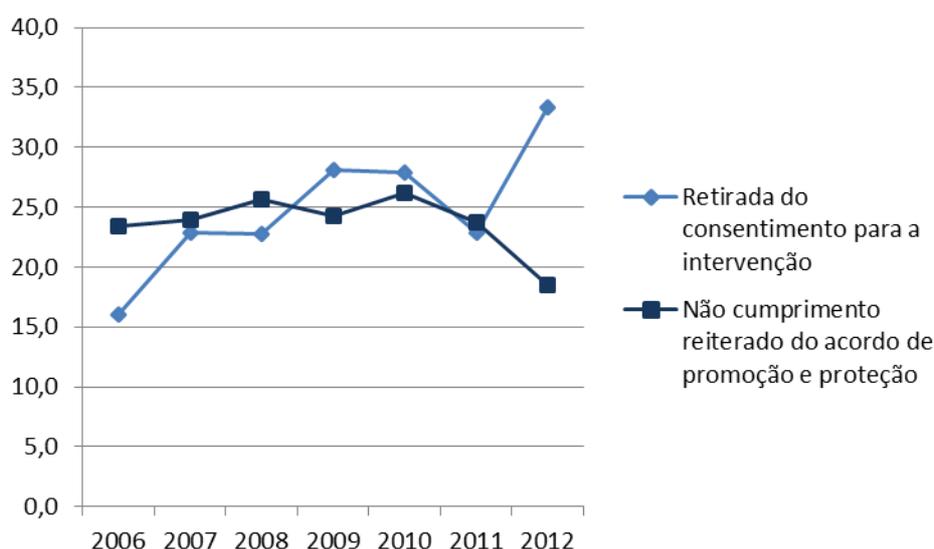
Quadro nº 16: Causas do Arquivamento na CPCJ

| Processos remetidos | | N.º | % |
|-----------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|-------------|------------|
| a Tribunal | Retirada do consentimento para a intervenção | 2431 | 32,8 |
| | Não cumprimento reiterado do acordo de promoção e proteção | 1348 | 18,2 |
| | Oposição da Criança/Jovem com 12 ou mais anos | 290 | 3,9 |
| | Ausência de acordo de promoção e proteção | 281 | 3,8 |
| | Indisponibilidade de meios para aplicar/executar a medida | 264 | 3,6 |
| | Apensação ao Processo Judicial | 167 | 2,3 |
| | Aplicação de Procedimento de Urgência | 130 | 1,8 |
| | Situação em que considerem adequado o encaminhamento para adoção | 112 | 1,5 |
| | Ausência de decisão CPCJ após 6 meses de conhecimento da situação | 94 | 1,3 |
| | Oposição do Ministério Público à decisão da CPCJ | 12 | 0,2 |
| | Alteração da Competência Territorial | 3 | 0,0 |
| à CPCJ competente | | 2098 | 28,3 |
| às entidades de 1ª instância (Saúde, educação, ISS; IPSS, etc.) | | 191 | 2,6 |
| TOTAL | | 7421 | 100 |

Na análise das entidades a quem as CPCJ remetem os processos em 69,2% (5132) das situações foram **remetidos a Tribunal**, em 28,3% (2098) foram remetidos a **outras CPCJ** por alteração da competência territorial e 2,6% dos processos foram remetidos a **Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude**.

Segue-se a comparação das causas de remessa de processos a outras entidades entre os anos de 2006 e 2012. Nesta comparação foram retirados os processos remetidos a Tribunal por Aplicação de procedimento de urgência, que correspondem a 130 processos e os processos por alteração de competência territorial que corresponde 3 processos remetidos, esta exclusão deve-se a inexistência destes motivos nos anos anteriores.

Gráfico nº 123 : Processos Remetidos a Tribunal entre 2006 e 2012 – Principais causas

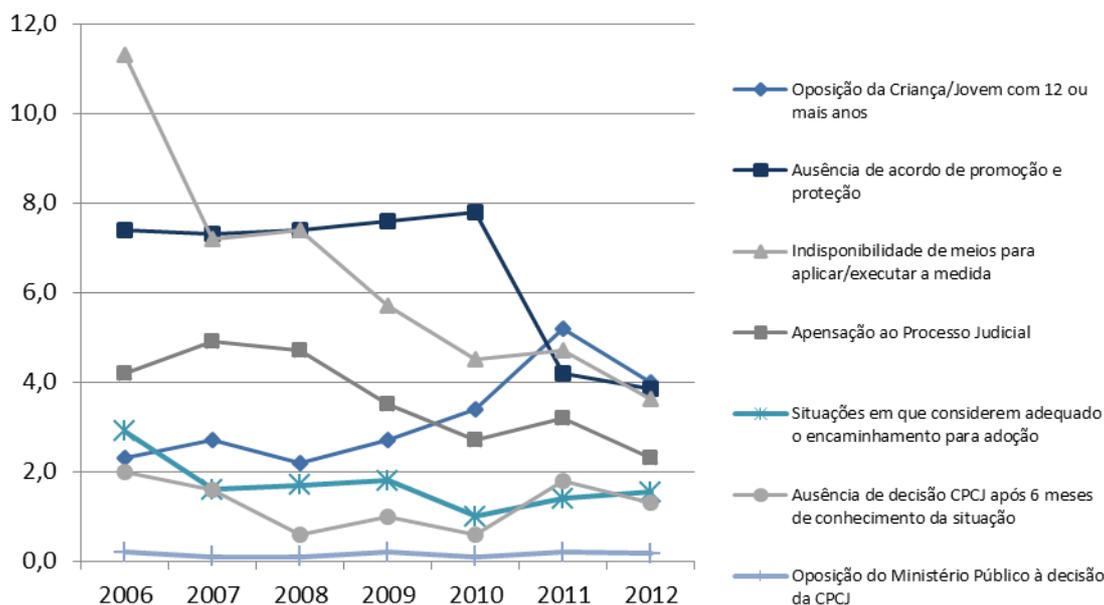


Ao nível das várias causas de remessa de um processo a Tribunal, predomina a **retirada do consentimento para a intervenção** (33,4%). Na análise temporal é notório um crescimento acentuado entre 2006 e 2009, em 2010 mantém valores idênticos decrescendo significativamente em 2011. Em 2012 inverteu a tendência do ano anterior apresentando um valor consideravelmente superior ao dos anos anteriores.

O segundo motivo de remessa de um processo é **por Não cumprimento reiterado do acordo de promoção e protecção** (18,5%), em 2012 este motivo manteve a tendência decrescente que apresenta desde 2010.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Gráfico nº 124 : Processos Remetidos a Tribunal causas entre 2006 e 2012

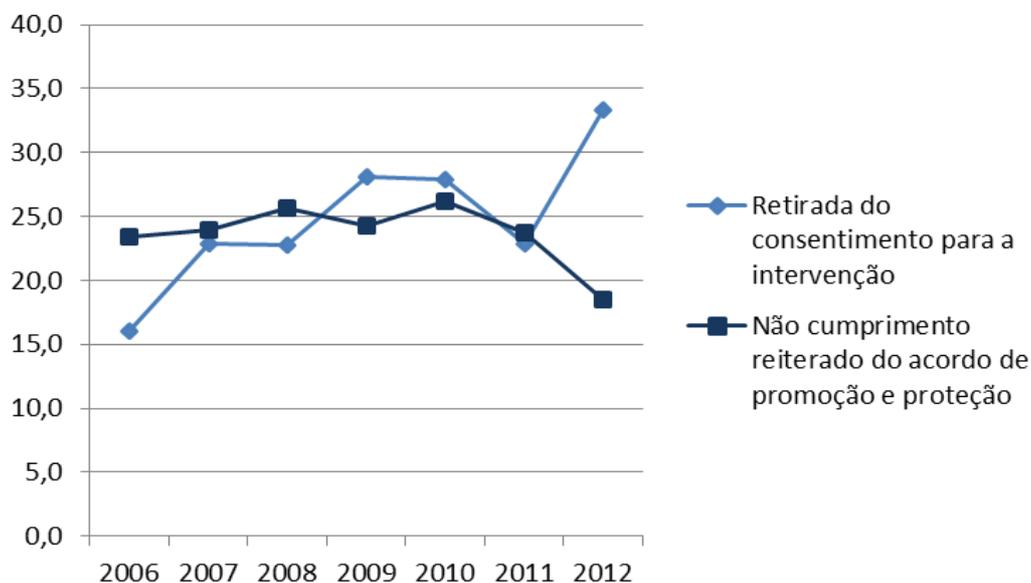


A **Oposição da Criança ou Jovem com 12 ou mais anos** surge como o terceiro motivo de remessa ao Tribunal, após uma tendência crescente até 2011, em 2012 inverte esta tendência e decresce representando 4% dos processos remetidos. Segue-se por ordem decrescente embora com uma representatividade semelhante a **ausência de acordo de promoção e proteção**, que representa em 2012 3,9% (281) processos, o valor mais baixo dos últimos anos.

A **indisponibilidade de meios da CPCJ para aplicar ou executar a medida**, surge como a quinta causa de remessa de um processo com 3,6% (264), segue-se a **Apensação a processo judicial** com 2,3% (167), ambas as causas apresentam em 2012 um decréscimo de representatividade correspondendo ao valor mais baixo dos últimos anos. No sentido oposto as Situações em que as CPCJ consideraram adequado o **encaminhamento para adoção**, aumentaram representando 1,5% (112) dos processos remetidos.

Com um valor residual surge a **Ausência de decisão CPCJ após 6 meses de conhecimento da situação** com 1,3% (94) dos processos. Este motivo de comunicação decresceu relativamente ao ano anterior onde correspondia a 1,8%. A Oposição do Ministério Público à decisão da CPCJ corresponde 0,2% (12) dos processos arquivados após o início da intervenção, valor igual ao do ano anterior.

Gráfico nº 125 : Processos Remetidos a outras entidades entre 2006 e 2012



Atendendo à competência territorial da CPCJ, a remessa de processos à CPCJ territorialmente competente, aumentou significativamente desde 2010, valor que poderá estar relacionado com um uso mais generalizado da aplicação informática que facilita o processo de transferência entre CPCJ. Em 2012 representou 28,8% das remessas, o valor mais alto dos últimos anos.

Por oposição o número de processos remetidos a Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude, desde 2010 que apresenta uma tendência decrescente, em 2012 apresenta o valor mais baixo dos últimos anos 2,6%.

Síntese

No ano de 2012 as CPCJ **acompanharam** (Volume Processual Global) **69007 processos**, dos quais **arquivaram 33379**. No final do ano permaneciam **ativos** (transitaram para 2013) **35628 processos**.

O número de processos ativos no final do ano de 2012 diminuiu (**menos 1081 processos que em 2011**), contribuindo decisivamente para esta diminuição o aumento dos processos arquivados. Foi no entanto possível verificar, através das diligências feitas pela Comissão Nacional após a receção dos dados das CPCJ, que, à semelhança do ano de 2011, o número de arquivamentos caracterizados na aplicação informática não traduz a totalidade das decisões de arquivamento, pelo que podemos adiantar com algum grau de certeza que o valor de arquivamentos apresentado no quadro é inferior ao real. A explicação para estas diferenças reside na não coincidência do momento em que é deliberado o arquivamento do processo e a sua transcrição para aplicação informática.

No ano de 2012 o volume processual global totalizou **69.007 processos**, mais **1066** do que no ano de 2011.

Em 2012 **transitaram de anos anteriores 33 605 processos**, o que representa um valor inferior à soma dos processos instaurados e reabertos no ano em avaliação (Instaurados + reabertos = 35402).

Importa referir que se mantém a tendência de decréscimo iniciada em 2011, sendo o **número de processos transitados para 2012 inferior ao do ano anterior**, registando-se **menos 638 processos**.

Em 2012 foram instaurados **29.149 processos de promoção e proteção**, valor que traduz um aumento de 1202 processos em relação àquele verificado em 2011 (27 947).

Importa realçar que **no ano de 2012 todas as crianças e jovens passaram a estar abrangidas pelo aumento da escolaridade obrigatória até ao 12º ano/18 anos de idade**, fato que se traduz no aumento do universo, quer de jovens, quer de situações

de perigo, designadamente aquelas que comprometem o direito à educação, suscetíveis de determinar a intervenção das CPCJ.

Quando analisamos as **problemáticas sinalizadas às CPCJ no ano de 2012** e a cruzamos com a **idade das crianças /jovens** verificamos que, **em 2012**, foram **instaurados 2537** processos de promoção e proteção **a jovens com mais de 15 anos por situações que comprometem a concretização do Direito à Educação** (Abandono, Absentismo e Insucesso Escolar), enquanto que, em 2011, o número de jovens do mesmo escalão etário sinalizados pelo mesmo motivo foi de **1708**.

Se tomarmos em consideração apenas esta problemática e este escalão etário (que constituem, em conjunto, o âmbito objetivo e subjetivo da medida de alargamento da escolaridade obrigatória) **verificamos que foram instaurados mais 829 processos de promoção e proteção** que no ano de 2011.

Em 2012, e pela primeira vez, é possível diferenciar, de entre os **processos instaurados**, aqueles que correspondem a **novas situações de perigo** daqueles que resultam de **transferências de processo** entre CPCJ determinados pela modificação da competência territorial.

Assim, dos **29149 processos** de promoção **instaurados** no ano de 2012, **27050** correspondem a **novas situações de perigo** que determinaram a intervenção das CPCJ, e, **2099 a transferências** de processos entre CPCJ em consequência da modificação da competência territorial. Os **2099 processos transferidos** entre CPCJ representam 7,2% do número de processos instaurados em 2012.

Assinale-se, em 2012, a **reabertura de 6253 processos**. Este número traduz um aumento de 502 processos (8,7%) face ao número verificado no ano anterior. À semelhança do que foi referido para os processos instaurados, também se verifica o aumento significativo de processos reabertos no escalão etário ≥ 15 anos (+ 480 processos).

Em 2012 as entidades com maior número de comunicações de situações de perigo às Comissões foram, por ordem decrescente, as seguintes: **Estabelecimentos de Ensino** (24,1%; 8577 sinalizações); **Autoridades Policiais** (19,9%; 7086), **Pais/cuidadores** (8,9%; 3168) e as **CPCJ** (7,3%; 2579).

Assinalam-se as seguintes alterações significativas nos escalões etários das crianças acompanhadas pelas CPCJ no ano de 2012:

- a) Reordenamento da posição dos escalões etários mais representativos:
 - Em 2011: 11-14; 0-5; 6-10; 15-21

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

- Em 2012: 15-21; 11-14; 0-5; 6-10

O escalão etário 15-21 anos passa do escalão menos representativo das crianças ou jovens com processos acompanhados pelas CPCJ no ano de 2011 para o mais expressivo em 2012.

b) O escalão etário 15-21 quase que duplica o valor registado em 2011 (10 954) – mais 9770 jovens.

Considerando apenas as **crianças e Jovens com processos instaurados caracterizadas quanto à idade e sexo (28831;98,9%)**, é o escalão etário dos 0 aos 5 anos que está mais representado, seguido pelos escalões etários dos 11 aos 14 anos, 15 aos 18 e 6 aos 10.

Das 69007 crianças acompanhadas, as CPCJ identificaram 990 (1,4% do total) em **situação de deficiência**.

as situações de perigo sinalizadas às Comissões de Protecção incidem, maioritariamente, em cinco problemáticas: **Negligência** 30% (20902)); **Exposição a modelos de comportamento que possam comprometer a saúde, segurança, bem estar e desenvolvimento da criança** 23% (16028); **Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação** 15% (10447), os **Mau trato físico** 6,3% (4402) e o **Mau trato psicológico ou indiferença** 5,3% (3716). Comparando estes valores com aqueles ocorridos em 2011 verifica-se que:

- Diminui a expressão percentual da **Negligência** (33,1%; 22696 em 2011);
- Aumenta a expressão percentual da **Exposição a modelos de comportamento que possam comprometer a saúde, segurança, bem estar e desenvolvimento da criança** (18,9%;12974 em 2011);
- Nas **Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação** verifica-se o aumento percentual e absoluto do número de casos (14,2%; 9737 em 2011);
- Aumenta significativamente o numero de casos em que a **Criança/Jovem assume comportamentos que afectam o seu bem estar** (5,5%;3785 em 2011)
- Ao nível dos **Maus tratos psicológicos / abuso emocional** diminuiu significativamente a sua expressão percentual e numérica (9,4%; 6413 casos em 2011);
- No que respeita aos **Maus-Tratos Físicos**, diminuiu a expressão percentual desta problemática (7,0% em 2011)

No ano de 2012 a **Exposição a modelos de comportamento que possam comprometer a saúde, segurança, bem estar e desenvolvimento da criança** foi pela primeira vez a situação de perigo mais sinalizada às CPCJ (**Processos Instaurados**), atingindo os **27%** (7896). Em 2011 esta categoria ocupava a segunda posição correspondendo a 21,1% (5873) dos casos. A **Negligência**, situação de perigo mais sinalizada nos últimos anos, representa, em 2012, **25,1%** (7292).

Seguem-se por ordem decrescente: as **Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação** 15,9% (4643), **Criança/Jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar** 10,9% (3177), **Outras situações de Perigo** 5,7% (16623) e o **Mau trato físico** 6,1% (1777).

Em 2012 foram aplicadas ou estiveram em execução **32725 medidas de promoção e proteção**. Este valor, quando comparado com o verificado em 2011 (30574), traduz um trabalho muito significativo das CPCJ (+2151 medidas).

A grande maioria das medidas, 89,5% (29264), correspondem a **medidas em meio natural de vida**, enquanto as **medidas de colocação** representam 10,5% (3461).

No ano de 2012, de um total de 69007 processos acompanhados, **as CPCJ arquivaram 33379 processos** (48,4% do volume processual global)

V

ARTICULAÇÃO

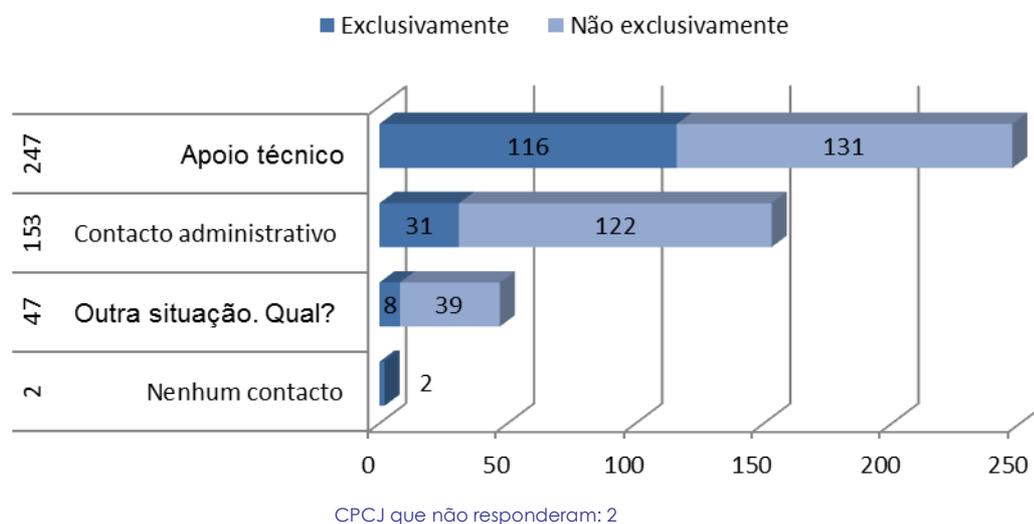
M. P.

V – ARTICULAÇÃO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO

Interlocutor do Ministério Público

De entre as muito relevantes atribuições do Ministério Público destaca-se, nomeadamente o acompanhamento da atividade das comissões de proteção, "tendo em vista apreciar a legalidade e a adequação das decisões, a fiscalização da sua atividade processual e a promoção dos procedimentos judiciais adequados¹³".

Gráfico nº 126 Articulação estabelecida entre as CPCJ e o Ministério Público



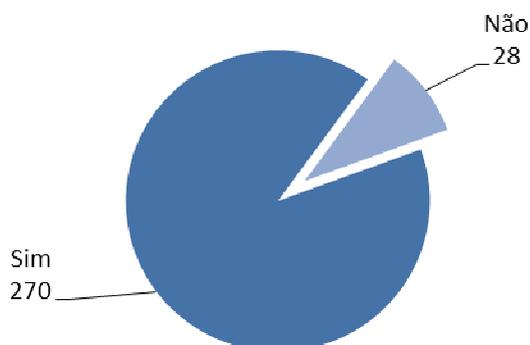
Em 2012 a **solicitação de apoio técnico** foi o principal motivo de contato entre as CPCJ e o Ministério Público, representando 82,9% (247) do total de contatos. Assinala-se que em 38,9% (116) dos casos este foi o único assinalado.

Segue-se o contato para esclarecimento de **assuntos administrativos** indicado por 51,3% (153) das CPCJ, **Outras causas** indicadas por 15,8% (47) das CPCJ como o motivo para contacto e 2 CPCJ referem não ter tido qualquer contacto

¹³ Art.º 72º n.º 2 LPCJP

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

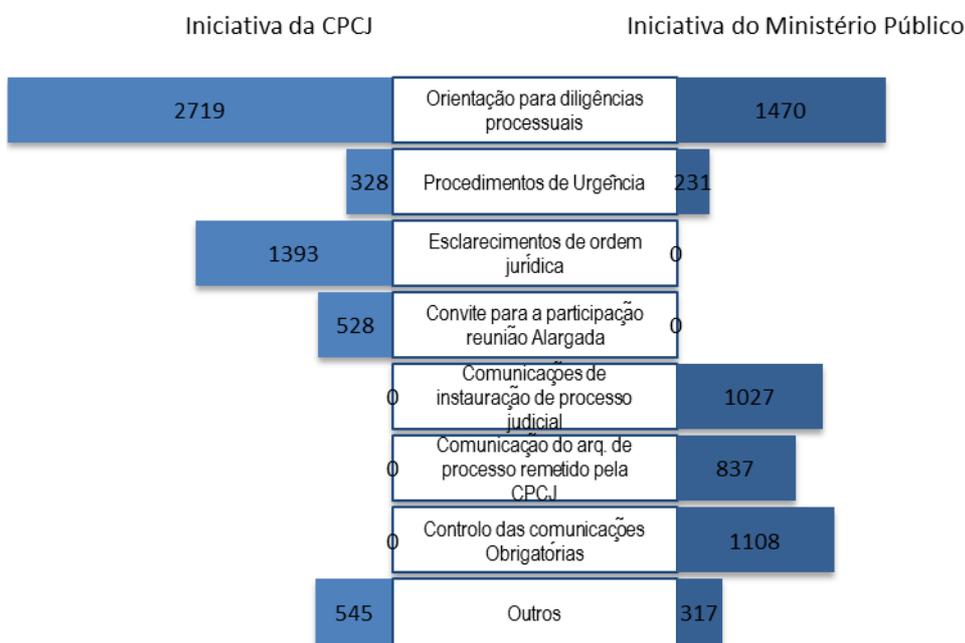
Gráfico nº 127 Identificação da existência de interlocutor designado pelo MP por CPCJ



CPCJ que não responderam: 2

Todas as CPCJ têm designado um interlocutor do Ministério Público. No entanto 28 (9,4%) CPCJ assinalam não ter ou desconhecer a existência deste magistrado, destas 8 CPCJ referem não ter sido designado, ou não ter conhecimento da designação do novo interlocutor após a saída do anterior

Gráfico nº 128 Nº de contactos por Tipo de articulação entre a CPCJ e o MP



CPCJ que não responderam 2

No ano de 2012 foram estabelecidos 10503 contactos entre as CPCJ e o Ministério Público. Em 52,5% (5513) dos casos esses contactos foram da iniciativa das CPCJ, enquanto que em 47,5% (4990) do Ministério Público. Em 2011 os valores foram de 70 %

e 30%, respetivamente, traduzindo um aumento muito significativo da interação por iniciativa do Ministério Público.

Os contactos estabelecidos com o Ministério Público por **iniciativa da CPCJ** foram motivados por:

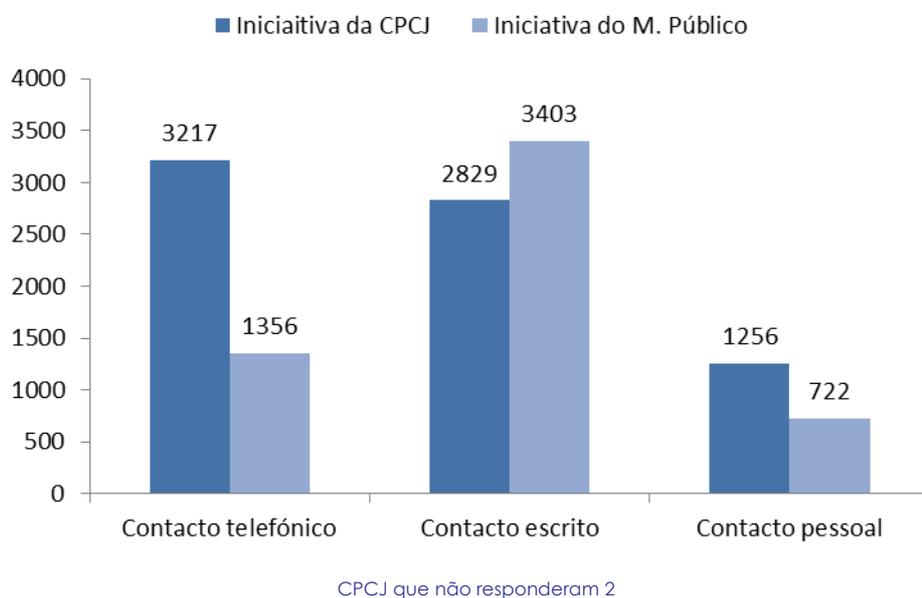
- Orientação para diligências processuais - 42,0% (2842) - registados por 227 CPCJ (em média 12,5 contactos por CPCJ)
- Esclarecimentos de ordem jurídica - 27,3% (1601) - registados por 196 CPCJ (em média 8,2 contactos por CPCJ)
- Procedimentos de Urgência - 6,8% (419) - registados por 181 CPCJ (em média 2,3 contactos por CPCJ)
- Convite para a participação em pelo menos uma reunião da CPCJ na modalidade Alargada - 6,8% (1091) - registados por 187 CPCJ (em média 5,8 contactos por CPCJ)
- Outros - 11,3% (809) - registados por 58 CPCJ (em média 13,9 contactos por CPCJ)

Os contactos estabelecidos por **iniciativa do Ministério Público** tiveram origem nos seguintes motivos:

- Orientação para diligências processuais – 29,5% (1470) - registados por 183 CPCJ (em média 8 contactos por CPCJ)
- Comunicação de instauração de processo judicial – 20,6% (1027) - registados por 146 CPCJ (em média 7 contactos por CPCJ)
- Procedimentos de Urgência – 4,6% (231) - registados por 115 CPCJ (em média 2 contactos por CPCJ)
- Comunicação do arquivamento de processo remetido pela CPCJ – 16,8% (837) - registados por 139 CPCJ (em média 6 contactos por CPCJ)
- Controlo das comunicações obrigatórias – 22,2% (1108) - registados por 109 CPCJ (em média 10,2 contactos por CPCJ)
- Outros – 6,4% (317) - registados por 57 CPCJ (em média 5,6 contactos por CPCJ)

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

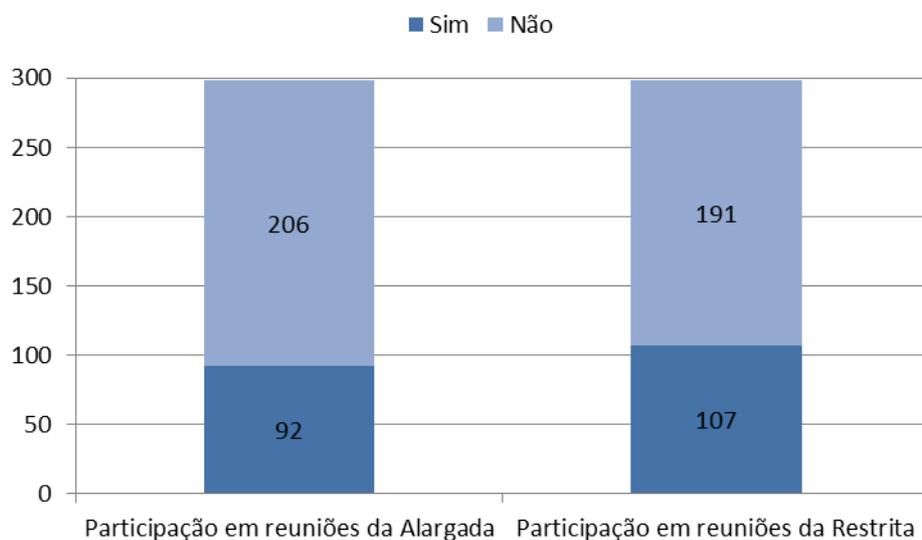
Gráfico nº 129 N° de contactos por meio de contacto entre a CPCJ e o MP



Os contactos realizados pelas CPCJ, com o Ministério Público por sua iniciativa foram maioritariamente realizados por telefone 44,1% (3217) enquanto por esta via o Ministério Público realizou apenas 24,7% (1356) contactos.

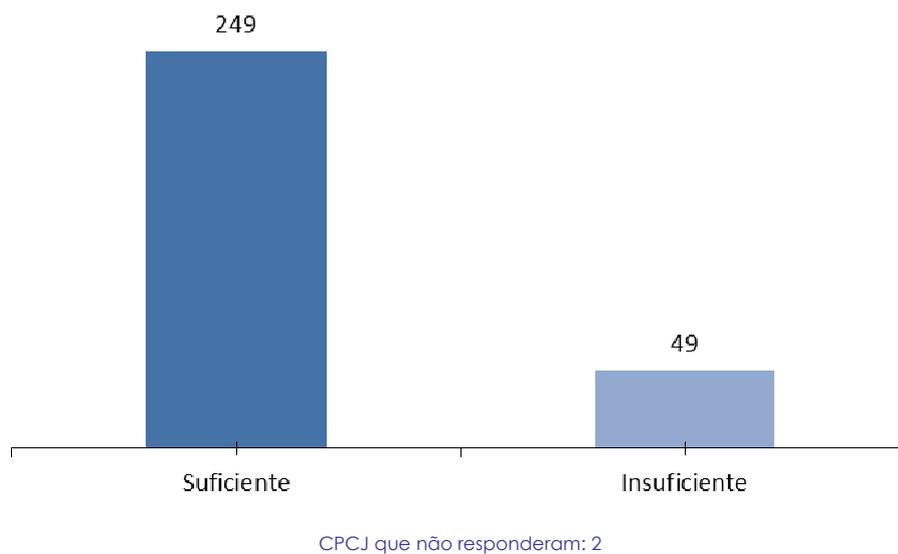
O Ministério Público privilegiou o contacto escrito, 62,1% (3403), sendo que por esta via as CPCJ realizaram 38,7% (2829). Os contactos pessoais assumem um menor peso relativo já que constituem 17,2% (1256) do total dos contactos estabelecidos pela CPCJ e 13,2 % (722) por parte do Ministério Público.

Gráfico nº 130 Participação do MP em pelo menos uma reunião da CPCJ



Na análise da Participação do MP em pelo menos uma reunião da CPCJ 30,9% (92) registaram a participação deste magistrado numa reunião da modalidade alargada, enquanto 35,9% (107) referem que o mesmo esteve presente em pelo menos uma reunião da modalidade restrita.

Gráfico nº 131 N° de CPCJ por avaliação da frequência dos contactos estabelecidos com MP



A maioria das CPCJ (83,6%; 249) considera suficientes os contactos mantidos com o Ministério Público durante o ano de 2012.

No sentido da melhoria destes contactos algumas CPCJ, 32, sugerem algumas modificações. Entre outros aspetos referem necessitar de reuniões mais frequentes, o uso mais frequente do correio eletrónico. Sugere-se também que o Ministério Público possa dar informações sobre o desenvolvimento dos processos enviados pela CPCJ para Tribunal.

Síntese

Em 2012 a **solicitação de apoio técnico** foi o principal motivo de contato entre as CPCJ e o Ministério Público, representando 82,9% (247) do total de contatos

Todas as CPCJ têm designado um interlocutor do Ministério Público. No entanto 28 (9,4%) CPCJ assinalam não ter ou desconhecer a existência deste magistrado, destas 8 CPCJ referem não ter sido designado, ou não ter conhecimento da designação do novo interlocutor após a saída do anterior

A maioria das CPCJ (83,6%; 249) considera suficientes os contactos mantidos com o Ministério Público durante o ano de 2012.

VI

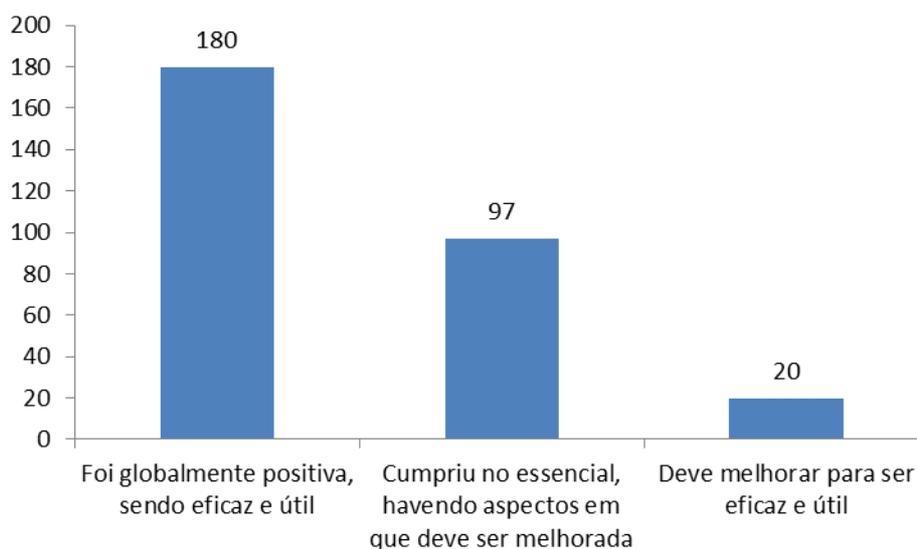
ARTICULAÇÃO

CNPCJR

VI -ARTICULAÇÃO ENTRE A CNPCJR E AS CPCJ

Compete à CNPCJR “acompanhar e apoiar as comissões de proteção, permitindo-lhes melhorar a qualidade do seu desempenho”. Para tal, deverá “proporcionar formação e informação adequadas no domínio da promoção dos direitos e da proteção das crianças e jovens em perigo, formular orientações e emitir diretivas genéricas relativamente ao exercício das competências das comissões de proteção; apreciar e responder às solicitações que lhe sejam apresentadas pelas comissões de proteção; promover e dinamizar as respostas e programas adequados ao desempenho das competências das comissões de proteção”.

Gráfico nº 132 Avaliação global da articulação estabelecida entre a CNPCJR e as CPCJ



CPCJ que não responderam: 3

A maioria das CPCJ, 93,9% (277), tem uma opinião positiva relativamente ao acompanhamento prestado pela CNPCJR, opinião que revela melhoria face aos anos anteriores, em 2011 - 84,9% e em 2010 – 84,9%.

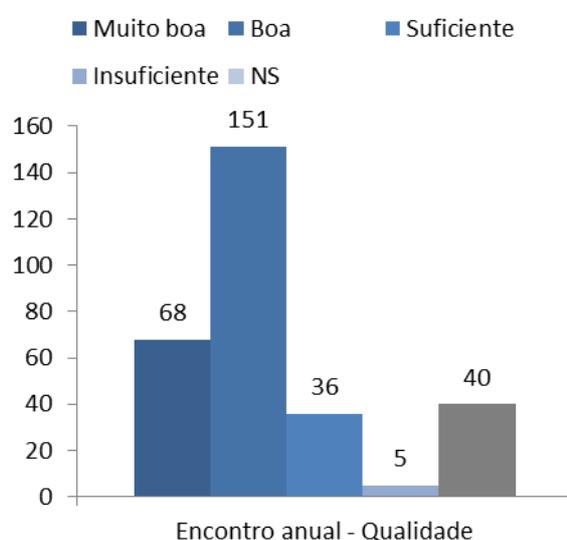
As opiniões subdividem-se entre as categorias “globalmente positivo, sendo eficaz e útil”, 60,6% (180) e “cumpriu no essencial havendo aspetos a melhorar” 32,7% (97). Consideram que o acompanhamento da CNPCJR “deverá melhorar para ser eficaz” 9,1% (26) das CPCJ.

Ao nível da articulação estabelecida com o Gabinete Técnico de Apoio à CNPCJR, foram analisadas, quanto à frequência e qualidade, as seguintes dimensões: Encontro anual, Acompanhamento telefónico, Instrumentos de apoio e Acompanhamento presencial.

Encontro Anual

A CNPCJR organiza todos os anos um encontro com todas as CPCJ onde se apresentam os resultados da sua atividade no ano anterior.

Gráfico nº 133 Qualidade do Encontro anual



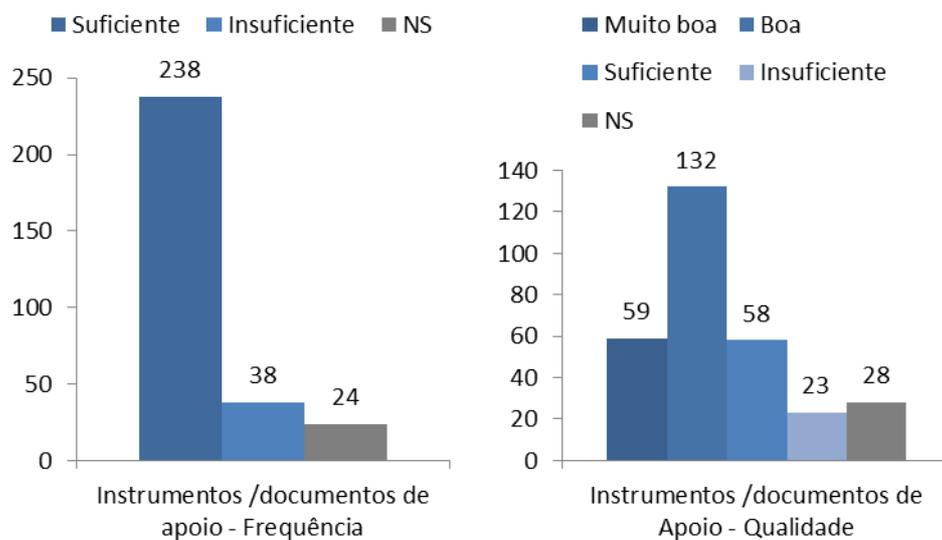
Para 85% (255) das CPCJ a qualidade do Encontro Nacional é avaliada positivamente. Destas, 22,7% (68) considera o Encontro Nacional muito bom, 50,3% (151) considera-o bom, e 12,0 % (36) suficiente. Apenas 1,7% (5) das CPCJ o avaliam negativamente. Assinale-se que 40 (13,3%) CPCJ não avaliaram este item.

Instrumentos de apoio

Ao longo do ano a Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco disponibiliza material de apoio variado às CPCJ no sentido de apoiar a sua intervenção de acordo com a legislação em vigor.

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

Gráfico nº 134 Frequência e qualidade dos Instrumentos de apoio



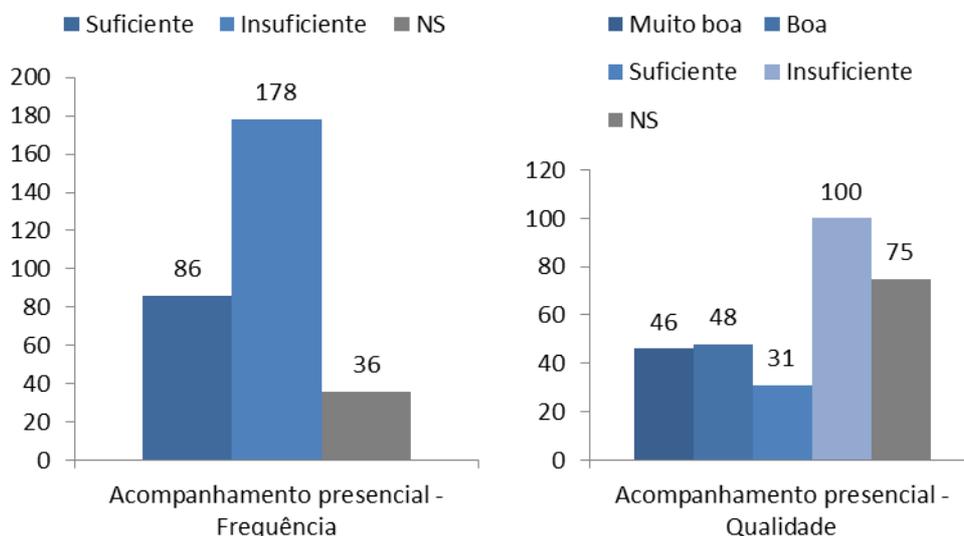
A maioria, 79,3% (238), das CPCJ considera que o material de apoio é suficiente, valor superior ao registado nos anos anteriores.

A opinião das CPCJ sobre a qualidade deste tipo de apoio foi globalmente positiva para 83,0% (249) das CPCJ. De entre estas, 19,7% (59) considera este material muito bom, 44,0% (132) classificam-no como bom, enquanto 19,3% (58) o considera de qualidade suficiente. Existem porém 7,7% (23) que ainda considera este material insuficiente e 9,3% (28) que não o avaliaram.

Acompanhamento presencial e telefônico

O acompanhamento da atividade das CPCJ constitui uma das principais atribuições da CNPCJR.

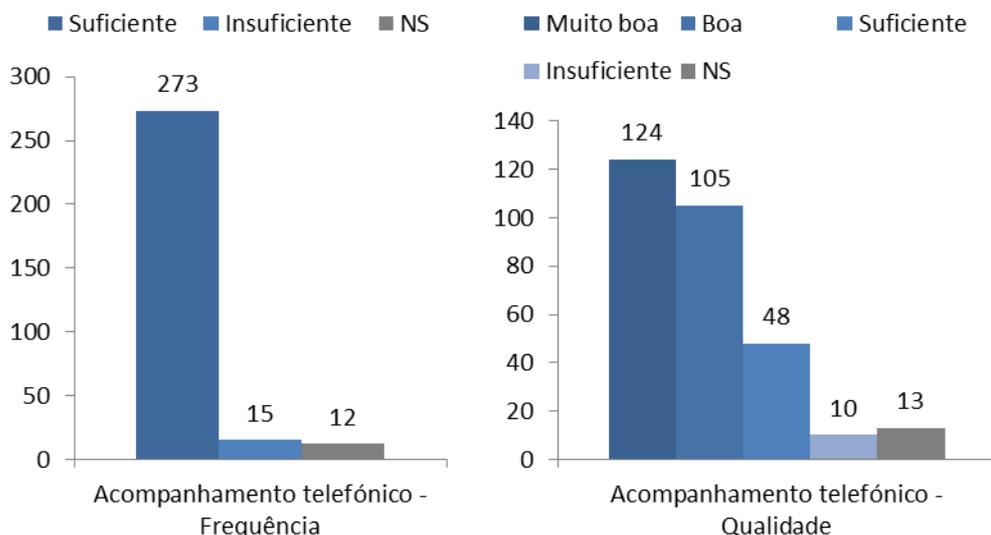
Gráfico nº 135 Frequência e qualidade do acompanhamento presencial



A maioria das CPCJ, 59,3% (178), expressa uma opinião negativa sobre a frequência do acompanhamento presencial proporcionado pela Comissão Nacional. Em 2011 este valor correspondia a 154 CPCJ. Ainda a respeito do acompanhamento presencial 28,7%(86) das CPCJ classifica-o como suficiente e 12% (36) não responde.

No entanto, quanto à qualidade, a maioria das CPCJ que avaliou este item considera-a positiva - 41,7% (125), enquanto que, 33,3% (100) considera-a insuficiente. Assinale-se que 25% (75) não avaliou este item.

Gráfico nº 136 Frequência e qualidade do acompanhamento telefônico



Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

O acompanhamento telefónico continua a ser apreciado positivamente pela grande maioria das CPCJ, 91% (273), o que não difere das opiniões expressas em anos anteriores. Tal acontece também relativamente à qualidade em que as opiniões positivas representam 92,3% (277).

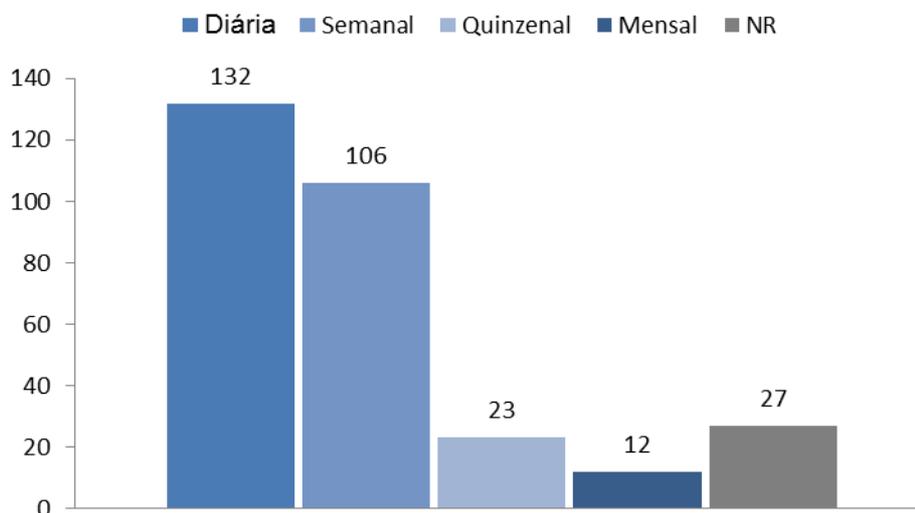
Nas opiniões sobre a qualidade do acompanhamento telefónico incluem-se as CPCJ que o consideram: muito bom – 41,3% (124); bom – 35,0% (105); suficiente – 16,0% (48); Para 3,3% (10) das CPCJ a qualidade foi insuficiente e 4,3% (13) das CPCJ não classificou este item

Site da CNPCJR

O site da CNPCJR – Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco – www.cnpcjr.pt, é uma ferramenta informática ao serviço do Sistema de Proteção à Infância e Juventude e em especial às CPCJ. Através deste meio são divulgadas ações e informações do âmbito da intervenção das CPCJ.

À semelhança dos anos anteriores todas as comissões consultaram o site no ano de 2012, fazendo-o, no entanto, com uma periodicidade variável.

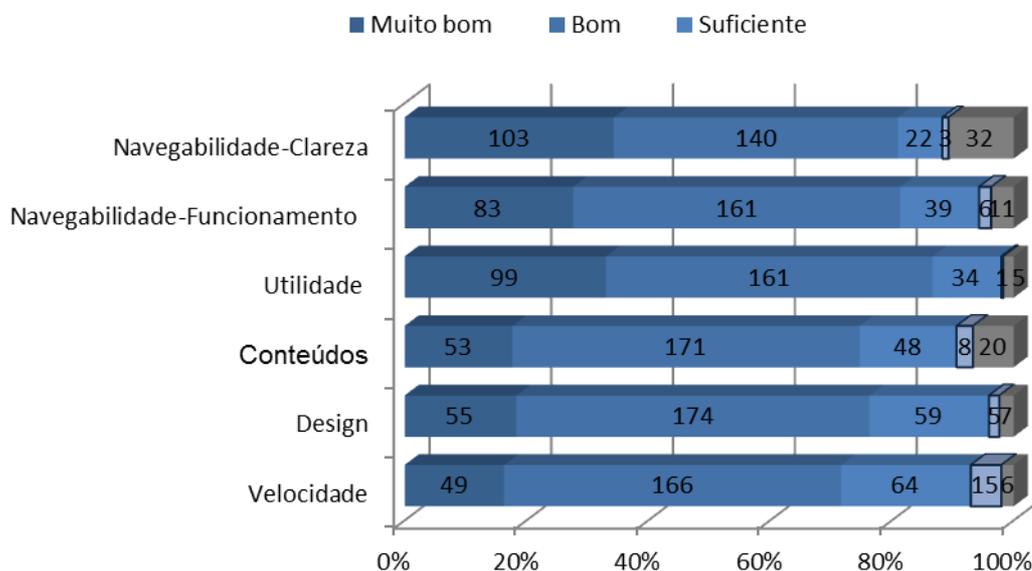
Gráfico nº 137 Periodicidade de consulta do site



Diariamente acedem ao site da Comissão Nacional 48,4% (132) das CPCJ, enquanto que, com uma periodicidade semanal, fazem-no 38,8% (106). Um pequeno grupo de CPCJ apenas acede ao site da Comissão Nacional com uma periodicidade quinzenal, 8,4% (23) ou mensal, 4,9% (12).

As CPCJ classificaram o site da Comissão Nacional segundo um conjunto de parâmetros tais como o seu design, os conteúdos, a utilidade, velocidade e navegabilidade

Gráfico nº 138 Avaliação do site da CNPCJR



As CPCJ avaliaram positivamente os seguintes aspetos do site: Navegabilidade e Clareza 88,3% (265); Navegabilidade e Funcionamento 94,3% (283); Utilidade, 98,0% (294); Conteúdos 90,7% (272); Design 96,0% (288) e Velocidade 93,0% (279)

Todas as CPCJ dispõem de palavra passe para aceder à área restrita de trabalho do site e todas as CPCJ já acederam ao fórum disponível nessa área.

Das 198 que avaliaram a utilidade da área restrita do site, a maioria, 51,0% (101), considera a utilidade do fórum a um nível Bom, uma outra parte, 30,8% (61) considera a a um nível suficiente. Um grupo menor de CPCJ, 7,6% (15) aprecia a utilidade do fórum como muito boa. Apenas 10,6% (21) tem uma opinião negativa

Um grupo de 54 CPCJ apresenta sugestões sobre possíveis reformulações do site da Comissão Nacional. As CPCJ sugerem melhorias nos seguintes aspetos:

- Troca de impressões sobre casos problemáticos, de forma interativa, entre as CPCJ's e Comissão Nacional.
- Adequar algum tipo de informação simples em espaço próprio para as crianças e jovens com necessidades especiais.
- Disponibilização de Exemplos de casos de Processos problemáticos com metodologia de ação.

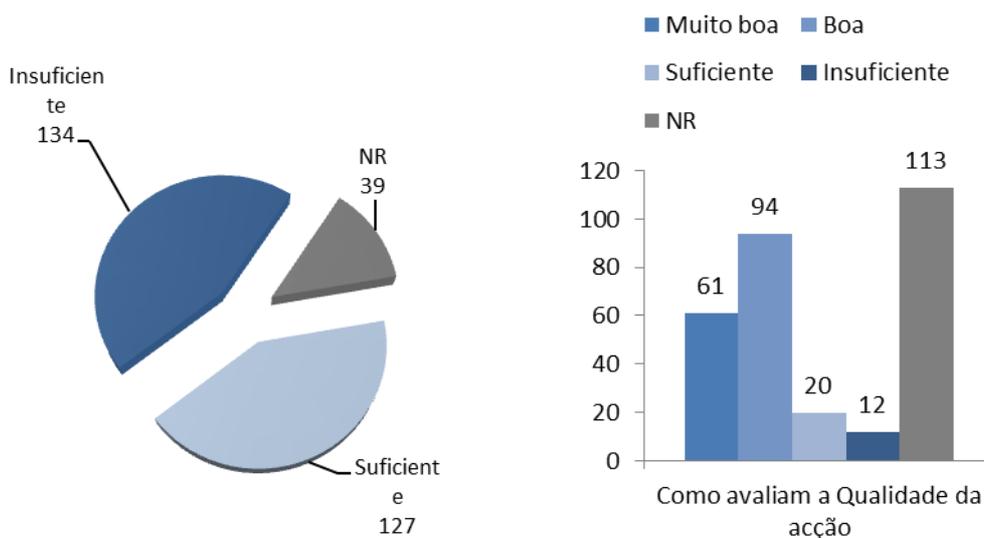
Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

- Colocar o motor de busca em funcionamento;
- Disponibilização de mais material de apoio bibliográfico;
- Disponibilização de link's de acesso a gravações de formações e seminários promovidos pelas CPCJ
- Modernizar a estrutura do site e a sua navegabilidade;
- Inclusão de mais informação;
- Atualização mais frequente;
- No fórum seria interessante que as respostas fossem para todos, tais como as dúvidas partilhadas, e não por mail, pois assim todos ficariam esclarecidos da mesma forma
- Publicação de artigos científicos relacionados com as problemáticas trabalhadas
- Tornar públicas as respostas às questões colocadas no Fórum. Publicação no site dos links dos vídeos das formações e-learning.

Formação proporcionada pela CNPCJR

No total, 696 elementos participaram na formação realizada pela CNPCJR registando-se uma média de 2,3 elementos por CPCJ. O número total de horas de formação recebidas por todos os elementos das CPCJ ascende a 3149,3.

Gráfico nº 139 Avaliação da frequência e qualidade das ações de formação desenvolvidas pela CNPCJR



No que respeita à frequência da formação, esta foi classificada como insuficiente por 51,3% (134) CPCJ e suficiente por 48,7% (127). Esta classificação diferencia-se da registada em 2011 em que 59,9% (160) das CPCJ considerou-a suficiente.

Das 187 das CPCJ que expressaram a sua opinião sobre a qualidade da formação, 50,3% (94) considerou-a boa, 32,6% (61) muito boa; 10,7%(20) suficiente e 6,4% (12) insuficiente.



ÍNDICE

GRAFICOS E QUADROS

Índice de Gráficos e Quadros

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico nº 1 Condições oferecidas pelas instalações utilizadas pelas CPCJ (%) | 16 |
| Gráfico nº 2 Mobiliário e material de escritório utilizadas pelas CPCJ (%)..... | 17 |
| Gráfico nº 3 Condições do equipamento e funcionalidades informáticas (%) | 18 |
| Gráfico nº 4 Utilização de outros equipamentos de telecomunicações..... | 19 |
| Gráfico nº 5 Utilização de viatura por parte das CPCJ | 20 |
| Gráfico nº 6 Opinião sobre a disponibilização de viatura das CPCJ que partilham a mesma..... | 20 |
| Gráfico nº 7 Cedência de técnicos por parte do Município | 21 |
| Gráfico nº 8 Valência Técnica e número de técnicos cedidos pelo Município | 23 |
| Gráfico nº 9 Outros apoios complementares do Município | 23 |
| Gráfico nº 10 Necessidades ainda não satisfeitas pelo Apoio Logístico do Município . | 24 |
| Gráfico nº 11 Utilização do fundo de maneo por parte das CPCJ..... | 25 |
| Gráfico nº 12 Variação do número de elementos integrantes da CPCJ, apenas na alargada ou integrando também a modalidade alargada. | 29 |
| Gráfico nº 13 Valências presentes na modalidade alargada em 31 de Dezembro 2012 | 30 |
| Gráfico nº 14 Nº de elementos em 31 Dezembro 2012..... | 30 |
| Gráfico nº 15 Cidadãos designados pela Assembleia Municipal/Freguesia por CPCJ.. | 31 |
| Gráfico nº 16 Nº de CPCJ em função do nº de cooptados na modalidade alargada | 32 |
| Gráfico nº 17 Nº de CPCJ por Modelo de organização da Comissão Alargada..... | 34 |
| Gráfico nº 18 Nº de CPCJ por Nº de grupos de trabalho da Comissão Alargada..... | 34 |
| Gráfico nº 19 Temáticas abordadas pelos grupos de trabalho..... | 35 |
| Gráfico nº 20 Nº de CPCJ por Periodicidade das reuniões plenárias da Comissão Alargada..... | 36 |
| Gráfico nº 21 Nº de CPCJ por horário das reuniões e de funcionamento | 37 |
| Gráfico nº 22 Nº de CPCJ por relação à adesão ao Projeto Tecer a Prevenção | 38 |
| Gráfico nº 23 CPCJ com regulamento interno..... | 39 |
| Gráfico nº 24 CPCJ por elaboração de plano de ação..... | 40 |
| Gráfico nº 25 Aspectos positivos decorrentes da implementação do Plano de Ação.. | 40 |

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico nº 26 - Dificuldades sentidas no funcionamento | 41 |
| Gráfico nº 27 - Factores positivos no funcionamento | 42 |
| Gráfico nº 28 - Praticas Interessantes no Funcionamento | 43 |
| Gráfico nº 29 Ações de divulgação da atividade da CPCJ junto da comunidade ... | 44 |
| Gráfico nº 30 CPCJ por Nº de Valências mínimas presentes na modalidade restrita..... | 48 |
| Gráfico nº 31 Nº de CPCJ que dispõem pelo menos um elemento com uma das valência mínimas presentes na modalidade restrita, por tipo de valência..... | 48 |
| Gráfico nº 32 CPCJ por Distribuição do número de horas por área de conhecimento | 49 |
| Gráfico nº 33 Valências ainda em falta na modalidade restrita das CPCJ..... | 50 |
| Gráfico nº 34 Elementos que compõem a CPCJ na modalidade restrita | 50 |
| Gráfico nº 35 Disponibilidade semanal dada pelos serviços de origem aos seus representantes..... | 51 |
| Gráfico nº 36 Nº de horas disponibilizadas pelos membros da modalidade restrita..... | 52 |
| Gráfico nº 37 Disponibilidade de horas semanais dos elementos que pertencem à modalidade restrita em função das entidades mais representadas | 52 |
| Gráfico nº 38 Disponibilidade de horas semanais dos elementos que pertencem à modalidade restrita em função das entidades menos representadas..... | 54 |
| Gráfico nº 39 Nº de CPCJ por Horário de funcionamento da CPCJ na modalidade restrita | 56 |
| Quadro nº 1 Número de CPCJ em atividade por hora e dia da semana | 57 |
| Gráfico nº 40 CPCJ por Meios utilizados para assegurar o atendimento em permanência | 57 |
| Gráfico nº 41 Nº de CPCJ por Entidades que assumiram a sua presidência..... | 58 |
| Gráfico nº 42 CPCJ por Nº de Mandatos do presidente em 31 de Dezembro 2012 | 59 |
| Gráfico nº 43 No de CPCJ por Valência do elemento que desempenha o cargo de Presidente | 60 |
| Gráfico nº 44 Nº de horas disponibilizadas pelos elementos presidentes | 60 |
| Gráfico nº 45 Nº de CPCJ por Entidades que assumiram as funções de secretário | 61 |
| Gráfico nº 46 Mandatos do Secretário em 2012 | 62 |
| Gráfico nº 47 No de CPCJ por Valência do elemento que desempenha o cargo de Secretário..... | 62 |
| Gráfico nº 48 Nº de horas semanais disponibilizadas aos Secretários | 63 |

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico nº 49 CPCJ por Periodicidade das reuniões da comissão na modalidade restrita | 63 |
| Gráfico nº 50 No de CPCJ por Organização do trabalho processual da comissão na modalidade Restrita | 64 |
| Gráfico nº 51 Critérios de atribuição dos processos em CPCJ que se organizam através da figura de gestor de caso | 66 |
| Gráfico nº 52 Critérios de atribuição dos processos em CPCJ que se organizam através de equipas | 66 |
| Gráfico nº 53 Primeiro contacto com pais/representantes legais ou detentor da guarda, numa sequencia de opções | 67 |
| Gráfico nº 54 Elementos presentes no momento da audição da criança e jovem, celebração do APP e assinatura do acordo | 68 |
| Gráfico nº 55 Utilização da aplicação informática de gestão processual | 69 |
| Gráfico nº 56 CPCJ que procedem à pesquisa nacional de processos na aplicação informática | 69 |
| Gráfico nº 57 Elemento da CPCJ que regista a Sinalização na aplicação (%) | 70 |
| Gráfico nº 58 Elementos que registam informações após-a avaliação diagnóstica | 70 |
| Gráfico nº 59 Periodicidade de inserção e atualização dos dados na aplicação informática | 71 |
| Quadro nº 2: Evolução do fluxo processual nas CPCJ de 2006 a 2012 | 76 |
| Gráfico nº 60 Evolução do Volume processual Global de 2006 a 2012 | 77 |
| Gráfico nº 61 Evolução dos processos transitados de 2006 a 2012 | 78 |
| Gráfico nº 62 Evolução dos processos instaurados de 2006 a 2012 | 79 |
| Quadro nº 3 Processos Instaurados: espécies | 80 |
| Gráfico nº 63 Evolução dos processos reabertos de 2006 a 2012 | 81 |
| Gráfico nº 64 Impacto percentual das diferentes tipologias processuais no volume processual global nos anos de 2006 a 2012 | 82 |
| Gráfico nº 65 Impacto percentual do arquivamento no volume processual global nos anos de 2006 a 2012 | 83 |
| Quadro nº 4: CPCJ com mais impacto percentual no volume processual global nacional | 84 |
| Quadro nº 5: Impacto percentual por Região Autónoma e Distrito no volume processual global nacional | 85 |
| Gráfico nº 66 Comparação entre o Volume Processual Global 2011 e 2012 por Região Autónoma e Distrito | 86 |

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico nº 67 Análise do impacto no volume processual global por tipo de processo por Região/Distrito | 87 |
| Gráfico nº 68 Entidades sinalizadoras das situações de perigo no ano de 2012 | 89 |
| Gráfico nº 69 Comparação de 2006 a 2012 das duas principais entidades sinalizadoras das situações de perigo | 90 |
| Gráfico nº 70 Comparação de 2006 a 2012 das entidades sinalizadoras das situações de perigo | 92 |
| Gráfico nº 71 Comparação de 2006 a 2012 das entidades sinalizadoras das situações de perigo com menor expressão percentual..... | 93 |
| Quadro nº 6: Modalidade de sinalização das situações de perigo às CPCJ (2006/2012) | 94 |
| Gráfico nº 72: Distribuição das crianças ou jovens acompanhados em função do sexo e escalão etário | 95 |
| Gráfico nº 73 Distribuição das crianças ou jovens nos processos transitados em função do sexo e escalão etário..... | 97 |
| Gráfico nº 74 Distribuição das crianças ou jovens com processos instaurados em função do sexo e escalão etário | 98 |
| Gráfico nº 75 Evolução da distribuição dos processos instaurados em função do sexo da criança ou jovem..... | 99 |
| Gráfico nº 76 Processos Instaurados: caracterização por sexo e escalão etário das crianças/jovens (2006/2012) | 100 |
| Gráfico nº 77 Distribuição das crianças ou jovens com processos reabertos em função do sexo e escalão etário..... | 101 |
| Gráfico nº 78 Distribuição por Continente das crianças/jovens oriundas de outros países | 102 |
| Gráfico nº 79 Distribuição das crianças/jovens oriundas da Europa | 103 |
| Gráfico nº 80 Distribuição das crianças/jovens oriundas do Continente Americano(%) | 103 |
| Gráfico nº 81 Distribuição das crianças/jovens oriundas do Continente Africano..... | 104 |
| Gráfico nº 82 Distribuição das crianças/jovens oriundas do Países de Língua Oficial Portuguesa | 104 |
| Gráfico nº 83 Percentagem das crianças até aos 5 anos com processos Instaurados em contexto familiar (2006/2012) | 105 |
| Gráfico nº 84 Percentagem das crianças até aos 5 anos com processos Instaurados em equipamento educativo (2006/2012)..... | 106 |
| Gráfico nº 85 Caracterização do agregado familiar, com quem vivem as crianças e jovens com processos acompanhados | 107 |

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico nº 86 Caracterização do agregado familiar, com quem vivem as crianças e jovens com processos acompanhados por tipologia de processo (%) | 108 |
| Gráfico nº 87 Comparação da categoria Família biológica na caracterização do agregado familiar das crianças e jovens com processos instaurados de 2006 a 2012(%) | 109 |
| Gráfico nº 88 Comparação % do agregado familiar com quem vivem as crianças e jovens com processos instaurados de 2007 a 2012, exceto família biológica..... | 110 |
| Gráfico nº 89 Comparação % do tipo de agregado familiar com quem vivem as crianças e jovens com processos acompanhados..... | 111 |
| Gráfico nº 90 Comparação % de 2006 a 2012 do tipo de agregado familiar com quem vivem as crianças e jovens com processos instaurados..... | 112 |
| Gráfico nº 91 Caracterização dos agregados por escalões etários das crianças e jovens com processos instaurados no ano..... | 113 |
| Gráfico nº 92 Comparação da caracterização dos agregados por escalões etários (2009 a 2012) | 114 |
| Gráfico nº 93 Comparação da caracterização dos agregados por grau de escolaridade (2006 a 2012)..... | 115 |
| Gráfico nº 94 Comparação da caracterização dos agregados por grau de escolaridade (2006 a 2012)..... | 115 |
| Gráfico nº 95 Comparação da caracterização dos agregados por grau de escolaridade (2006 a 2012)..... | 116 |
| Gráfico nº 96 Comparação da caracterização dos agregados por situação perante o trabalho /rendimentos (2006 a 2012)..... | 117 |
| Gráfico nº 97 Comparação da caracterização dos agregados por situação perante o trabalho /rendimentos (2006 a 2012)..... | 118 |
| Gráfico nº 98 Processos Instaurados: situação face ao alojamento dos agregados familiares | 118 |
| Gráfico nº 99 Situações de Perigo detetadas nas crianças e jovens com processo nas CPCJ | 120 |
| Gráfico nº 100 Situações de Perigo detetadas nas crianças e jovens com processos transitados para 2012 nas CPCJ | 121 |
| Gráfico nº 101 Situações de Perigo detetadas nas crianças e jovens com processos Instaurados para 2012 nas CPCJ | 122 |
| Gráfico nº 102 Situação de Perigo - Exposição a comportamentos - em processos instaurados, por escalão etário. | 124 |
| Gráfico nº 103 Situações de Perigo - Exposição a comportamentos - em processos instaurados. | 124 |
| Gráfico nº 104 Principais situações de Perigo - Negligência - em processos instaurados por escalão etário. | 125 |

Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2012

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico nº 105 Principais situações de Perigo - Negligência - em processos instaurados. | 125 |
| Gráfico nº 106 Principais situações de Perigo - Direito à Educação - em processos instaurados, por escalão etário. | 127 |
| Gráfico nº 107 Principais situações de Perigo - Direito à Educação - em processos instaurados. | 127 |
| Gráfico nº 108 Principais situações de Perigo - Criança/Jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar - em processos instaurados, por escalão etário..... | 128 |
| Gráfico nº 109 Principais situações de Perigo - Criança/Jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar - em processos instaurados..... | 129 |
| Gráfico nº 110 Principais situações de Perigo - Mau Trato físico - em processos instaurados, por escalão etário. | 129 |
| Gráfico nº 111 Principais situações de Perigo - Mau Trato físico - em processos instaurados, por ordem decrescente de frequência..... | 130 |
| Gráfico nº 112 Principais situações de Perigo comparação de 2007 a 2012 | 131 |
| Gráfico nº 113 Situações de Perigo comparação de 2007 a 2012 | 132 |
| Gráfico nº 114 Situações de Perigo detetadas nas crianças e jovens com processos reabertos para 2011 nas CPCJ..... | 132 |
| Gráfico nº 115 Tipo de processo por total de medidas aplicadas..... | 133 |
| Quadro nº 7 Medidas aplicadas às crianças/jovens por sexo e escalão etário em 2012 | 134 |
| Gráfico nº 116 Medidas em meio natural de vida aplicadas em processos instaurados (2006/2012) | 141 |
| Gráfico nº 117 Medidas de colocação aplicadas em processos instaurados (2006/2012) | 142 |
| Gráfico nº 118 Medida de acolhimento institucional nos processos iniciados em 2012 por escalões etários..... | 143 |
| Gráfico nº 119 – Fase do Processo no momento do Arquivamento | 144 |
| Gráfico nº 120 – Evolução das Causas do Arquivamento Liminar entre 2006 e 2012 ... | 146 |
| Gráfico nº 121 – Fase do Processo no momento do Arquivamento pela CPCJ | 147 |
| Quadro nº 15 : Causas do Arquivamento pela CPCJ | 149 |
| Gráfico nº 122 Processos Remetidos – fase em que foram arquivados na CPCJ | 150 |
| Quadro nº 16: Causas do Arquivamento na CPCJ..... | 150 |
| Gráfico nº 123 : Processos Remetidos a Tribunal entre 2006 e 2012 – Principais causas | 151 |

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico nº 124 : Processos Remetidos a Tribunal causas entre 2006 e 2012 | 152 |
| Gráfico nº 125 : Processos Remetidos a outras entidades entre 2006 e 2012 | 153 |
| Gráfico nº 126 Articulação estabelecida entre as CPCJ e o Ministério Público | 159 |
| Gráfico nº 127 Identificação da existência de interlocutor designado pelo MP por CPCJ | 160 |
| Gráfico nº 128 Nº de contactos por Tipo de articulação entre a CPCJ e o MP | 160 |
| Gráfico nº 129 Nº de contactos por meio de contacto entre a CPCJ e o MP..... | 162 |
| Gráfico nº 130 Participação do MP em pelo menos uma reunião da CPCJ..... | 162 |
| Gráfico nº 131 Nº de CPCJ por avaliação da frequência dos contactos estabelecidos com MP | 163 |
| Gráfico nº 132 Avaliação global da articulação estabelecida entre a CNPCJR e as CPCJ | 166 |
| Gráfico nº 133 Frequência e qualidade do Encontro anual | 167 |
| Gráfico nº 134 Frequência e qualidade dos Instrumentos de apoio..... | 168 |
| Gráfico nº 135 Frequência e qualidade do acompanhamento presencial..... | 169 |
| Gráfico nº 136 Frequência e qualidade do acompanhamento telefónico | 169 |
| Gráfico nº 137 Periodicidade de consulta do site | 170 |
| Gráfico nº 138 Avaliação do site da CNPCJR | 171 |
| Gráfico nº 139 Avaliação da frequência e qualidade das ações de formação desenvolvidas pela CNPCJR | 172 |

ANEXOS



FICHA TÉCNICA

Uma Edição da:

Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco

Avenida Estados Unidos da América nº 39 5º e 10º andar

1749-062 Lisboa

Tel: 21 842 0623

Fax: 21 842 07 85



Trabalho elaborado por:

Equipa Técnica da Comissão
Nacional de Proteção das Crianças e
Jovens em Risco

Dora Alvarez

Laura Santos

Noémia Bandeira

Ricardo Carvalho (Coordenação)

Data de edição Maio 2013